



UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PIAUÍ – UESPI  
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO - PROP  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIEDADE E CULTURA – PPGSC  
LINHA DE PESQUISA: TRABALHO, EDUCAÇÃO E MUNDO RURAL



MARCOS OLIVEIRA DOS SANTOS

**EXPERIÊNCIAS CAMPONESAS: MUNDOS DO TRABALHO E A  
INDUSTRIALIZAÇÃO DO BABAÇU NO PIAUÍ (1940-1990)**

Teresina – PI  
2024



UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PIAUÍ – UESPI  
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO - PROP  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIEDADE E CULTURA – PPGSC  
LINHA DE PESQUISA: TRABALHO, EDUCAÇÃO E MUNDO RURAL



MARCOS OLIVEIRA DOS SANTOS

**EXPERIÊNCIAS CAMPONESAS: MUNDOS DO TRABALHO E A  
INDUSTRIALIZAÇÃO DO BABAÇU NO PIAUÍ (1940-1990)**

Dissertação sobre as experiências camponesas: mundos do trabalho e a industrialização do babaçu no Piauí (1940-1990) apresentada ao Programa de Pós-graduação em Sociedade e Cultura da Universidade Estadual do Piauí – UESPI, como requisito para se tornar mestre em Sociedade e Cultura.

Orientador: Prof. Dr. Antônio Alexandre Isídio Cardoso

Teresina – PI  
2024

S237e Santos, Marcos Oliveira dos.  
Experiências camponesas: Mundos do trabalho e a industrialização  
do babaçu no Piauí (1940-1990) / Marcos Oliveira dos Santos. – 2024.  
157 p. : il.

Dissertação (mestrado) – Universidade Estadual do Piauí – UESPI,  
Programa de Pós-Graduação em Sociedade e Cultura, *Campus* Poeta  
Torquato Neto, Teresina-PI, 2024.

“Orientador Prof. Dr. Antônio Alexandre Isídio Cardoso.”

“Linha de Pesquisa: Trabalho, Educação e Mundo Rural.”

1. Mundo rural. 2. Trabalho. 3. Migração. 4. Camponeses.  
5. Babaçu – Piauí. I. Título.

CDD: 307.3

MARCOS OLIVEIRA DOS SANTOS

**EXPERIÊNCIAS CAMPONESAS: MUNDOS DO TRABALHO E A  
INDUSTRIALIZAÇÃO DO BABAÇU NO PIAUÍ (1940-1990)**

Dissertação sobre as experiências camponesas: mundos do trabalho e a industrialização do babaçu no Piauí (1940-1990) apresentada ao Programa de Pós-graduação em Sociedade e Cultura da Universidade Estadual do Piauí – UESPI, como requisito para se tornar mestre em Sociedade e Cultura.

Aprovado em: 08/05/2024

**BANCA EXAMINADORA**

---

Prof. Dr. Antônio Alexandre Isídio Cardoso (PPGSC – UESPI)  
Orientador

---

Prof. Dra. Cristiana Costa da Rocha (PPGSC - UESPI)  
Examinadora interna

---

Prof. Dr. Francisco Gleison Monteiro (UFPI)  
Examinador externo

A Deus.  
Aos meus pais, Manoel e Maria das Graças.  
À minha esposa Maria Deusilene.  
Aos meus filhos, Marcos Levi e Débora Lis.

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço primeiramente a Deus por mais uma vez ter cumprido a sua palavra na minha vida, me dando força para suportar todas as provações que surgiram desde o início desta pós-graduação e por ter concedido esta grande vitória. Sou muito grato aos meus pais, Manoel e Maria das Graças por terem me ensinado que o estudo é a chave para abrir as portas de uma vida melhor. Sou agradecido também à minha esposa Maria Deusilene, que carinhosamente é conhecida como Bibi, por ter sido comigo no decorrer do mestrado e por ter me ajudado nesse momento tão importante para a minha formação acadêmica. Agradeço também aos meus filhos Marcos Levi e Débora Lis que foram fundamentais para trazer alegria nos momentos de angústia durante a escrita da dissertação. Sou muito agradecido também por todo apoio que recebi do meu sogro, José Osmir e da minha sogra, Maria Dalva.

Sou muito agradecido aos meus irmãos e irmãs, primos e primas, tios e tias, cunhados e cunhadas, sobrinhos e sobrinhas que me incentivaram a trilhar esse percurso acadêmico. Agradeço aos colegas da primeira turma do Mestrado em Sociedade e Cultura em especial aos nobres colegas da linha 1 que possibilitaram a construção de diálogos pertinentes a respeito dos textos propostos no decorrer do curso, agradeço também pelo respeito e companheirismo. Sou agradecido também pelos professores que repassaram com maestria os conteúdos das disciplinas que compõem a grade curricular desse programa de pós-graduação.

Agradeço a professora Cristiana Costa da Rocha e a professora Maria Salânia Barbosa Melo pelas sugestões que foram repassadas para o aperfeiçoamento da minha pesquisa durante a qualificação do meu trabalho colocando direcionamentos importantíssimos a respeito do campesinato e de seus desdobramentos, os quais possibilitaram uma melhor interpretação e diálogo sobre a minha temática de pesquisa. Sou muito agradecido ao professor Antônio Alexandre Isídio Cardoso que foi o meu orientador, pelos ensinamentos proferidos, assim como as observações que se seguiram nas aulas de orientação, as quais possibilitaram um precioso processo de lapidação no meu texto, essas aulas foram permeadas de muito bom humor e motivação.

Tenho muito a agradecer ao professor Ismael Sousa de Jesus pelo apoio e por ter me ajudado a acreditar que seria possível realizar esse sonho, agradeço pelos conselhos e pelas conversas que me fortaleceram para a realização deste trabalho. E agradeço a UESPI, por ter proporcionado através do sistema de bolsas a oportunidade de ter cursado esse valioso mestrado. Meu muito obrigado a todos! E que Deus vos abençoe!

*Que diremos, pois, a estas coisas?*  
*Se Deus é por nós, quem será contra nós?*  
Romanos 08:31

## RESUMO

A presente dissertação procura analisar as experiências camponesas, no que se refere aos mundos do trabalho, e a industrialização do babaçu no Piauí, entre as décadas de 1940 a 1990. Em tal período de análise, os deslocamentos das famílias camponesas estavam condicionados ao desejo por melhores condições de vida. Assim as experiências de migração foram construídas a partir das redes de contatos e sociabilidades na expectativa do trabalho na fábrica GECOSA (Indústrias Reunidas Gervásio Costa S/A). Como estratégia patronal, no povoado Novo Nilo (PI) havia a regra de interdição da construção de casas de alvenaria nas terras da fábrica, palco de inúmeras formas cotidianas de resistência dos camponeses, que viviam como moradores agregados. Tais resistências se manifestaram, por exemplo, através da venda da amêndoa do coco babaçu por fora da vigilância patronal, e da concomitância do trabalho nos roçados com o trabalho na fábrica. O cotidiano da fábrica foi marcado pela rotina exaustiva de trabalho dos camponeses-operários, que dominavam a linha de produção. Para a construção do presente estudo, foi utilizada a metodologia da História Oral, em diálogo frequente com aspectos teóricos da História Social do Trabalho focando na interdisciplinaridade, dialogando sobretudo com a Sociologia e a Antropologia. Entrevistamos vinte e três (23) homens e mulheres que vivenciaram momentos distintos no processo de industrialização da amêndoa do coco babaçu no *Entre Rios* piauiense. Utilizamos também fotos localizadas no acervo pessoal dos (as) entrevistados (as), fontes hemerográficas, documentos oficiais da GECOSA, dentre outros fragmentos do passado, com objetivo de analisar as experiências camponesas no mundo rural do Piauí, mais especificamente no povoado Novo Nilo (PI).

**Palavras-chave:** Mundo rural; Trabalho; Migração; Camponeses; Piauí; Babaçu.



## RESUMEN

Esta disertación busca analizar las experiencias campesinas, en relación con los mundos del trabajo y la industrialización del babaçu en Piauí, entre las décadas de 1940 y 1990. En este período de análisis, los movimientos de las familias campesinas estuvieron condicionados por el deseo de mejores condiciones de vida. Así, las experiencias migratorias se construyeron a partir de redes de contactos y sociabilidad en anticipación al trabajo en la fábrica de GECOSA (Indústrias Reunidas Gervásio Costa S/A). Como estrategia patronal, en la aldea de Novo Nilo (PI) existía una norma que prohibía la construcción de casas de mampostería en los terrenos de la fábrica, escenario de innumerables formas cotidianas de resistencia de los campesinos, que vivían como residentes agregados. Tal resistencia se manifestó, por ejemplo, a través de la venta de semillas de coco de babasú fuera de la supervisión de los empleadores y el uso concomitante del trabajo en el campo con el trabajo en la fábrica. La vida cotidiana de la fábrica estaba marcada por la agotadora rutina de trabajo de los trabajadores campesinos, que dominaban la línea de producción. Para la construcción de este estudio se utilizó la metodología de la Historia Oral, en frecuente diálogo con aspectos teóricos de la História Social del Trabajo con foco en la interdisciplinariedad, dialogando principalmente con la Sociología y la Antropología. Entrevistamos a veintitrés (23) hombres y mujeres que vivieron diferentes momentos del proceso de industrialización de la nuez de coco babasú en Entre Ríos, Piauí. También utilizamos fotografías ubicadas en el acervo personal de los entrevistados, fuentes periodísticas, documentos oficiales de GECOSA, entre otros fragmentos del pasado, con el objetivo de analizar experiencias campesinas en el mundo rural de Piauí, más específicamente en la aldea Novo Nilo (PI).

**Palabras clave:** Mundo rural; Trabajar; Migración; Campesinos; Piauí; Babasú.

## **LISTA DE MAPA E IMAGEM**

<b>Mapa 01</b> - Fluxos Migratórios .....	<b>19</b>
<b>Imagem 01</b> - Trabalhadores da GECOSA.....	<b>118</b>
<b>Imagem 02</b> - Fábrica GECOSA.....	<b>149</b>

## **LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

ALEPI - Assembleia Legislativa do Piauí

AMQCB - Articulação de Mulheres Quebradeiras de Coco Babaçu

BNDES - Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social

CEDOC - Centro de Documentação Dom Tomás Balduino

CLT - Consolidação das Leis do Trabalho

COMVAP - Companhia Vale do Parnaíba

CPT - Comissão Pastoral da Terra

ECA - Estatuto da Criança e do Adolescente

FETAG - Federação dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares

GECOSA - Indústrias Reunidas Gervásio Costa S/A

INCRA - Instituto Nacional de Colônia e Reforma Agrária

INTERPI - Instituto de Terras do Piauí

MECOL - Mercantil Costa Limitado

MIQCB - Movimento Interestadual de Quebradeiras de Coco Babaçu

MTE - Ministério do Trabalho e Emprego

PLANAP - Plano de Ação para o Desenvolvimento Integrado da Bacia do Parnaíba

PRÓ-ÁLCOOL - Programa Nacional do Alcool

STTR - Sindicato dos (as) Trabalhadores (as) Rurais de União

SUDENE - Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste

## SUMÁRIO

<b>APRESENTAÇÃO.....</b>	<b>13</b>
<b>1 MIGRANTES RUMO À FÁBRICA .....</b>	<b>26</b>
1.1 Múltiplas razões da migração.....	30
1.2 Redes de contato e sociabilidades.....	41
1.3 Trajetórias familiares.....	54
<b>2 POSSE DA TERRA E A DISPUTA DA AMÊNDOA DO COCO BABAÇU .....</b>	<b>63</b>
2.1 A vida em terra alheia.....	65
2.2 Condições de moradia.....	76
2.3 Venda da amêndoa do coco babaçu .....	83
2.4 Agricultura e o bem viver.....	93
<b>3 EXPERIÊNCIAS E NARRATIVAS DO TRABALHO FABRIL .....</b>	<b>102</b>
3.1 Cotidiano fabril .....	105
3.2 Mulheres na fábrica.....	116
3.3 Crianças e adolescentes na fábrica.....	123
3.4 Do camponês ao operário e do operário ao camponês .....	132
<b>4 CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>140</b>
<b>5 REFERÊNCIAS .....</b>	<b>144</b>
<b>6 ANEXOS .....</b>	<b>152</b>

## APRESENTAÇÃO

A presente dissertação pretende analisar as experiências camponesas no processo de industrialização do babaçu em territorialidades rurais do Piauí entre as décadas de 1940 e 1990, no intuito de problematizar as vivências e as ações de resistência dentro do cotidiano fabril, além das questões relacionadas a luta pela posse da terra e disputas em torno do extrativismo do coco babaçu no *Entre Rios* piauiense.<sup>1</sup>

O anseio para a construção desse projeto se deu através da experiência vivenciada ainda na minha infância, ajudando a minha mãe na busca pelo coco babaçu nas matas verdes do município de União (PI). A coleta do babaçu para a extração da amêndoa auxiliava na compra de gêneros essenciais para a nossa alimentação. Sendo o filho caçula, sempre que possível ajudava minha mãe nesse processo de coleta, quebra e extração da amêndoa do coco babaçu para vender no comércio próximo à nossa residência. Tratava-se de uma atividade complementar para o sustento da nossa família, assim como de muitas outras que residem ainda hoje na região do *Entre Rios* piauiense.

A coleta do coco babaçu para a extração da amêndoa eram uma prática complementar as atividades realizadas pela nossa família, tendo em vista que meus pais trabalhavam no cultivo de pequenas lavouras que produziam alimentos como arroz, milho, feijão e macaxeira. Além do trabalho no roçado, meu pai também realizava a pesca no rio Parnaíba por meio de ferramentas manuais, dentre elas, as redes de pesca que eram feitas artesanalmente.

Essas atividades proviam a nossa alimentação cotidiana e a prática da coleta do babaçu era realizada na maioria das vezes pela minha mãe, juntamente comigo e com meus irmãos. Tivemos uma trajetória árdua de trabalho e nossa família lutou muito para conseguir sobreviver, nesse ínterim alguns de meus irmãos rumaram através de um processo de migração para outras regiões do país no intuito de conseguirem uma melhor condição de vida. Eu, porém, continuei estudando e ajudando meus pais na lavoura e na coleta do coco babaçu.

---

<sup>1</sup>O Território do *Entre Rios* segundo o PLANAP (Plano de Ação para o Desenvolvimento Integrado da Bacia do Parnaíba) engloba 31 municípios do estado do Piauí: Agricolândia, Água Branca, Alto Longá, Altos, Amarante, Angical do Piauí, Barro Duro, Beneditinos, Coivaras, Curralinhos, Demerval Lobão, Hugo Napoleão, Jardim do Mulato, José de Freitas, Lagoa Alegre, Lagoa do Piauí, Lagoinha do Piauí, Miguel Alves, Miguel Leão, Monsenhor Gil, Nazária, Olho D'Água do Piauí, Palmeirais, Passagem Franca do Piauí, Pau D'Arco do Piauí, Regeneração, Santo Antônio dos Milagres, São Gonçalo do Piauí e São Pedro do Piauí, Teresina e União, os quais juntos fazem parte da macrorregião denominada Meio-Norte Piauiense que também é constituída pelos territórios dos Cocais e dos Carnaubais. Além disso, o *Entre Rios* piauiense faz parte da Bacia do Rio Parnaíba que engloba seis municípios maranhenses a saber: Caxias, Timon, Matões, Parnarama, Lagoa do Mato e São Francisco do Maranhão. Ver: COSTA, Lia Monnielli Feitosa. **Cultura e Cartografias de Memórias: Trabalho e Migração de cearenses para Entre Rios (PI) - 1940-1970**. 2018. Dissertação (Mestrado em História Social) - Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2018, CE.

A extração da amêndoa do babaçu se dava por meio de um processo rudimentar, através da utilização de “um machado e de um cacete”, minha mãe passava horas e horas naquele trabalho incessante quebrando o coco babaçu, e ao término de tal labuta, já sabia o que seria comprado através do dinheiro adquirido com a extração da amêndoa, aproveitando também as cascas resultantes da quebra do babaçu para a fabricação do carvão vegetal em pequenas caieiras<sup>2</sup>, utilizado posteriormente no cozimento da nossa comida.

Além da venda para o comércio local, minha mãe, como outras quebradeiras de coco dessa região, realizava a extração do óleo do coco babaçu, ou do “azeite de coco”, como é mais popularmente conhecido em alguns estados do Nordeste, como por exemplo, nos estados do Piauí e do Maranhão, e que servia basicamente para ser utilizado na preparação da alimentação das famílias locais.

Essa extração também era realizada de maneira artesanal, porque se iniciava com a torrefação das amêndoas do coco babaçu, posteriormente minha mãe levava essas amêndoas torradas para o pilão, no sentido de triturá-las, formando assim uma pasta homogênea, após essa etapa levava as amêndoas trituradas novamente para o fogo, adicionando água para que se iniciasse a apuração do azeite, separando o azeite da água por um processo de decantação (azeite e água). E para finalizar o processo de extração, ela colocava o azeite em outra panela e levava mais uma vez ao fogo, aguardando a evaporação da água que restou do processo anterior, para que assim fosse possível extrair o azeite puro.

Formado nessa ambiência rural, com o passar dos anos, quando ainda estudava no ensino fundamental, tive a oportunidade de participar de uma aula-passeio promovida pela

Unidade Escolar Padre Luís de Castro Brasileiro na fábrica GECOSA (Indústrias Integradas Gervásio Costa S/A), no final da década de 1990. Na ocasião, consegui compreender a logística empregada em torno do beneficiamento do babaçu, tendo em vista que após realizarem a compra da amêndoa do babaçu, a fábrica GECOSA utilizava-a como principal matéria prima para a produção do óleo refinado de babaçu, do sabão de coco, da torta de babaçu<sup>3</sup> e dentre outros produtos. Nesse sentido, percebi que a atividade fabril envolvia, além dos trabalhadores, as famílias camponesas da região que dependiam da amêndoa do babaçu para a sobrevivência.

A cada setor da fábrica que passava, observava como se dava o processo de beneficiamento da amêndoa do coco babaçu e da maneira como os trabalhadores se comportavam para que esse processo fosse realizado de maneira eficaz. Além da logística

---

<sup>2</sup> Forno construído no chão em formato circular e de forma artesanal, para a fabricação do carvão vegetal.

<sup>3</sup> Subproduto resultante da extração do óleo de babaçu, utilizado na alimentação de animais ruminantes.

empregada no funcionamento da fábrica, observei também que o maquinário utilizado era bastante moderno para a época, e que apesar dos trabalhadores em sua grande maioria terem uma baixa escolaridade, dominavam com destreza a linha de produção dos produtos que ali eram industrializados.

Após alguns anos, ao visitar novamente o local, observei somente as ruínas da fábrica e ouvi os relatos da memória sobre o cotidiano desses trabalhadores rurais em meio a um ambiente fabril. Em linhas gerais, a fábrica GECOSA faz parte da memória dos trabalhadores rurais que ali trabalhavam, bem como da população que habitava essa região do *Entre Rios* piauiense. Em outras palavras, o que era um lugar de trabalho, se tornou um lugar de memória.

Importante considerar tal contexto no estudo da fábrica e das experiências dos trabalhadores, já sumarizado em trabalho<sup>4</sup> anterior e aqui retomado de modo mais aprofundado para analisar esse setor rural do Piauí, caracterizado pelas estratégias de resistências ocorridas no povoado Novo Nilo (PI), às quais se referem à luta dos camponeses migrantes por melhores condições de moradia e de trabalho, haja vista que lutavam pela posse/permanência na terra em que viviam como moradores agregados<sup>5</sup> nas terras da fábrica GECOSA e assim moldavam as suas agências com o intuito de garantir o bem viver familiar.

O caráter interdisciplinar esteve presente na elaboração da presente pesquisa, trazendo um diálogo entre as várias áreas do conhecimento que coadunam múltiplas perspectivas de análises no intuito de ampliar o conhecimento sobre esse campesinato em um sentido mais amplo. Aqui cabe uma reflexão a respeito de dois conceitos chaves para a construção dessa pesquisa, o primeiro é o conceito de “experiência” que segundo Thompson (1978) é um termo necessário que dá cor à cultura, aos valores e aos pensamentos. Pois as pessoas não experimentam suas experiências somente como ideias, mas também como sentimento e lidam com esses sentimentos na cultura, através de normas, de reciprocidades, de obrigações familiares e relações de parentesco. Já o segundo conceito é o de “camponês” que conforme Shanin (2005) pode ser entendido como um termo mais amplo, uma vez que engloba as diferentes atividades exercidas pelos sujeitos no campo, e que no presente estudo são os agricultores, os pescadores e os extrativistas, onde sua economia é formada por formas

---

<sup>4</sup>Pesquisa derivada de estudo monográfico denominado: Uma fábrica no campo: Experiências de trabalhadores rurais na fábrica GECOSA em Novo Nilo - Piauí (1980 -1990) Ver: SANTOS, Marcos Oliveira dos. **Uma fábrica no campo**: Experiências de trabalhadores rurais na fábrica GECOSA em Novo Nilo – Piauí (1980 – 1990). 2021. Monografia em História - Universidade Estadual do Piauí.

<sup>5</sup>“Trabalhador que mora na terra do proprietário, mas que não faz parte da família, nem do quadro de trabalhadores, estabelecendo com o proprietário uma relação de trabalho na qual cultiva as terras mediante acordos previamente fixados” ver: MACHADO, Marina. Agregado. In: **Dicionário da Terra**. MOTTA, Márcia. (Org.) Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005, p.20.

extensivas de ocupação autônoma através do trabalho familiar e pelo controle dos próprios meios de produção.

Como a cultura camponesa está balizada na oralidade, devemos ter em mente que para analisarmos as suas ações e assim compreendermos melhor as suas histórias de vida, é necessário utilizarmos a metodologia da História Oral, que se constitui através do processo de escuta atenta dos relatos orais pelo pesquisador, o qual só é possível por meio de uma relação de confiança mútua, construída ao longo do processo de pesquisa. Muitos desses sujeitos estão à margem de uma sociedade letrada, portanto, cabe ao historiador através da apropriação das ferramentas de análise, perscrutar a vida dessas populações rurais, analisando os seus movimentos e as suas experiências.

Na utilização da metodologia da História Oral deve-se ater a relação dialógica existente entre o entrevistador e o entrevistado que é manifestada para além da entrevista, ou seja, nas expressões corporais e nos silenciamentos que ocorrem em determinadas perguntas pronunciadas pelo interlocutor, formando assim um conjunto de subjetividades. Dessa forma devemos entender que, “a montanha-russa das temporalidades exige da história oral paciência e honradez; os ritmos acelerados revelam narradores ávidos para contar sobre suas vidas, mas muitos ainda necessitam do instigar das perguntas” (COSTA, 2018, p. 23).

A disposição do entrevistado em falar ou a sua hesitação, sublima a singularidade na utilização da metodologia da História Oral a qual possibilita através da observação e da escuta, revelar os detalhes que são expressos mediante a postura do entrevistado perante o entrevistador, e no decorrer da entrevista, até mesmo o silêncio tem a sua importância para que se possa entender o contexto em que o entrevistado está inserido.

No presente estudo os entrevistados e entrevistadas foram identificados através da utilização de pseudônimos, conforme orientação do Conselho de Ética da Universidade Estadual Piauí, tal fato explica pelo risco de possíveis retaliações contra os entrevistados, tendo em vista que muitos deles moram nas terras da fábrica. Nesse sentido, a História Oral, segundo Zangelmi (2016, p. 139), têm “as relações de confiança entre entrevistador e entrevistado como elemento metodológico central e essa confiança depende do comprometimento do pesquisador, o que pode significar um risco para a validade acadêmica de seu trabalho”. Portanto, buscamos resguardar a identidade dos nossos interlocutores e interlocutoras, priorizando a ética e o sigilo da fonte.

Desse modo, para a incursão das entrevistas foi construído um roteiro de perguntas que direcionou para a temática da migração sofrida pelos camponeses em torno da industrialização



do coco babaçu no *Entre Rios* piauiense, assim os questionários foram respondidos através de memórias do tempo vivido, sem esconder as agruras vivenciadas durante a busca pela sobrevivência familiar nos locais de destino.

Conseguimos acessar esses sujeitos através de uma rede de sociabilidade que foi construída dentro do povoado Novo Nilo (PI), onde um determinado camponês após ser entrevistado indicava a outra pessoa que também poderia participar da presente pesquisa historiográfica, e tal sujeito na maioria das vezes era um familiar do entrevistado. Ao adentrar nas residências dos entrevistados nos deparamos com situações distintas, porquanto em algumas casas havia uma boa receptividade dos (as) interlocutores (as), em outras, porém, havia uma certa desconfiança com a presença do pesquisador, no sentido de que aquela conversa pudesse prejudicar a aposentadoria como trabalhador (a) rural.

Apresentados alguns dos desafios da pesquisa, cumpre notar que para entendermos o contexto das migrações no presente estudo, além de enfrentar os desafios metodológicos, é importante situar a região percorrida pelos narradores. O recorte espacial incide sobre a região denominada *Entre Rios* piauiense, que compõem o entendimento territorial de desenvolvimento do Piauí proposto pelo PLANAP (Plano de Ação para o Desenvolvimento Integrado da Bacia do Parnaíba) no ano de 2007, pela lei complementar Nº 87 de 22 de agosto de 2007 (NOBRE, CARVALHO, 2020), em área caracterizada pela confluência dos rios Parnaíba e Poti.

A vegetação do *Entre Rios* piauiense é formada pelas matas de cocais, com predominância das palmeiras de babaçu e das ilhas de cerrados, por toda a sua extensão. A área está localizada em uma zona de transição entre a caatinga e a floresta equatorial, caracterizada pela presença de árvores de grande porte que necessitam de uma umidade considerável, sendo o seu solo rico em nutrientes. Os aspectos sociais da região de estudo descritos entre as décadas de 1940 a 1990, estão relacionados a alta precariedade na disponibilidade de serviços essenciais para as populações rurais, como o abastecimento de água e o fornecimento de energia elétrica, além da alta taxa de analfabetismo e da grande dificuldade na obtenção de condições dignas de moradias (BRASIL, 2006).

Dentre as cidades que compõem o *Entre Rios* piauiense, o nosso recorte incide sobre a cidade de União (PI) e mais especificamente sobre o povoado Novo Nilo (PI) que teve sua origem na segunda metade do século XIX, através de uma pequena fazenda de gado localizada as margens do rio Parnaíba chamada de Novo Nilo (CLIQUE UNIÃO, 2021). O nome desse povoamento nos remete ao rio Nilo, o majestoso rio localizado no continente africano, traduzido historicamente como sinônimo de fertilidade e prosperidade, podendo ser relacionado em nosso

caso ao ideário de migração dos camponeses para as terras de um “Novo Nilo”, um local de renovação das esperanças, que através de suas terras férteis, banhadas pelo rio Parnaíba, se mostrava um destino atraente, local de morada plausível.

O novo rio Nilo, portanto, é o rio Parnaíba, que ganhou sentido social através das experiências de trabalho e memórias afetivas forjadas pelos migrantes, que ao longo dos anos foram constituindo o povoado Novo Nilo. O rio Parnaíba, assim como o Nilo, também foi considerado uma dádiva, uma dádiva do Piauí e do Maranhão, uma dádiva do campesinato migrante, que através da relação com o rio conseguiu extrair a sobrevivência, apesar da exploração na fábrica.

Além da necessidade da água sanada pelo rio Parnaíba, é importante também ressaltar a relevância do coco babaçu na vida dos migrantes, cujas matas margeiam longa extensão do rio. Tal importância não se destaca somente no caso das matas do rio Parnaíba, vide a análise evidenciada por Ferreira (2015) ao estudar o processo migratório de camponeses para a região do médio curso do rio Mearim, no estado do Maranhão, na década de 1990, afirmando que:

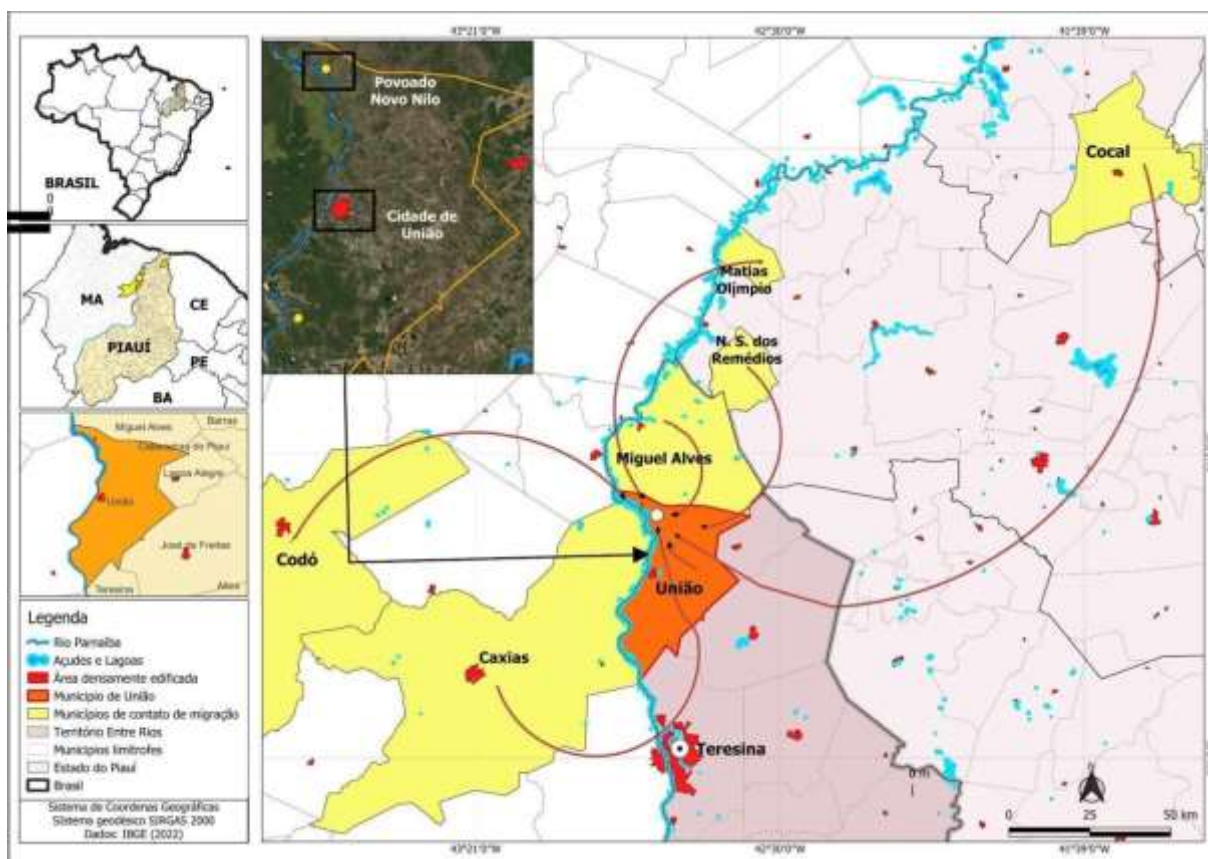
O extrativismo do babaçu é, normalmente, a primeira alternativa de sobrevivência acionada no momento inicial de fixação. Como a maioria das migrações ocorre em anos de seca e após os primeiros meses de estiagem, normalmente, a chegada coincide com o período mais intenso da queda do coco babaçu, entre os meses de julho e dezembro (FERREIRA, 2015, p.100-101)

Através do exposto acima percebemos que os camponeses migrantes tinham no extrativismo do coco babaçu uma fonte essencial de sobrevivência, porque após a quebra do babaçu, era realizada a venda da amêndoa, o que fomentava a compra de alimentos que não eram produzidos nos circuitos produtivos locais, permitindo, portanto, suprir as demandas alimentares nos períodos em que os produtos produzidos nos roçados não estavam no período da colheita. Após fixados no local de destino, os camponeses continuavam coletando e quebrando o coco babaçu em concomitância ao cultivo das lavouras e o produto obtido deste processo era utilizado para o autoconsumo e também comercializado para obtenção de itens de primeira necessidade. Portanto, pode-se afirmar que a lavoura de subsistência através da realização dos roçados nas terras da fábrica, a pesca no rio Parnaíba e o extrativismo do coco babaçu constituíam (e ainda constituem) a base da economia camponesa no povoado Novo Nilo (PI).

Desse modo, o bem viver abordado neste estudo está relacionado a harmonia que havia entre os camponeses e a natureza, através da realização dos roçados nas margens do rio Parnaíba, além da pesca e do extrativismo do coco babaçu, tal conceito tem um significado que

vai para além da questão material relacionada com a alimentação desses sujeitos, mas se manifesta-se através das experiências que os camponeses tinham com a terra e com o rio, vivendo de maneira sustentável por meio de redes de reciprocidades e sociabilidades, construindo vínculos familiares e de pertencimento ao local de moradia (JACQUES, 2020).

**Mapa 01: Fluxo Migratórios**



**Fonte:** MARQUES, Rafael José; SANTOS, Marcos Oliveira (2024)

O mapa acima demonstra o fluxo migratório realizado pelos camponeses entrevistados na presente pesquisa, observamos que a migração partiu de seis (06) cidades distintas para o povoado Novo Nilo, pertencente ao município de União (PI). As cidades do Maranhão que participaram dessa migração foram o município de Caxias, através dos povoados Caiçara e São Felipe, e o município de Codó, por meio do povoado São Francisco. No estado do Piauí tal migração ocorreu a partir de quatro (04) cidades, a primeira foi o município de Miguel Alves, por meio dos povoados Centro do Designo, Santa Julia, Mata Fome e Calção Redondo. A segunda foi o município de Nossa Senhora dos Remédios, através dos povoados Peixe, Piador e Riacho do Zezinho. A terceira cidade foi o município de Matias Olímpio, por meio do povoado Titara. A última cidade que experienciou essa migração foi o município de Cocal, por

meio do povoado Almas. Tal migração ocorreu também dentro do próprio município de União através dos povoados, Capão de Coco e Esperança.

Os camponeses que migraram para o povoado Novo Nilo (PI) tinham uma expectativa para além do trabalho na fábrica, outrossim, migraram em busca de melhores condições de vida atreladas às terras férteis banhadas pelo rio Parnaíba, que possibilitou a fixação nesse povoado e consequentemente a luta pelo direito à terra a qual residiam, onde outrora viviam como moradores agregados as terras da fábrica e mesmo com a falência da GECOSA, permaneceram nessa localidade ribeirinha cultivando os seus roçados, realizando a pesca e coletando o coco babaçu para a extração da amêndoa. Ao longo da dissertação a análise desse mapa vai se fazer presente, através da problematização das trajetórias migratórias dos camponeses para essa comunidade rural.

Esses camponeses migraram em busca de melhores condições de vida, situação que foi influenciada também pela instalação da fábrica de beneficiamento da amêndoa do coco babaçu às margens do rio Parnaíba, na perspectiva de conseguirem um trabalho dentro do ambiente fabril, e também tinham o objetivo de obterem um local de moradia nas terras da fábrica para que pudessem abrigar as suas famílias. O estudo dessas trajetórias migratórias para a região do *Entre Rios* piauiense é essencial para compreendermos melhor o perfil multifacetado do campesinato piauiense, pois no povoado Novo Nilo (PI), existiam regras que foram estabelecidas com o advento da fábrica GECOSA que moldavam as relações de convívio, como por exemplo, a interdição das casas de alvenarias e a obrigação da construção de casas de pau-a-pique cobertas com a palha da palmeira do coco babaçu.

Além das relações de convívio pronunciadas entre os proprietários da terra e seus moradores agregados, através de benesses oferecidas pelo coronel<sup>6</sup> aos camponeses, que se traduzia em uma obrigação moral que era utilizada para fins eleitorais, ou seja, o voto deveria ser destinado ao partido escolhido pelo patrão. Havia também a problemática em torno da disputa pela venda da amêndoa do coco babaçu evidenciada nessa comunidade rural, que contemplava a luta dos camponeses por meio da utilização de estratégias de resistências, como a venda da amêndoa do babaçu para outros comerciantes por fora da vigilância patronal e a concomitância do trabalho fabril com os roçados realizados nas terras da fábrica.

---

<sup>6</sup>Gervásio Raulino da Silva Costa nasceu no dia 19 de junho de 1895 na cidade de Alto Longá (PI), foi político, comerciante, industrial e proprietário de terras no Piauí e no Maranhão onde possuiu quase vinte e cinco mil hectares de terras nas margens do rio Parnaíba. Ver: COSTA FILHO, Gervásio. **A história de um imortal**. Projeto gráfico. 2014.

A lavoura em concomitância ao trabalho da fábrica mostra uma particularidade que existiu no povoado Novo Nilo (PI), porque apesar da rotina intensa de trabalho na fábrica, na condição de operários, os trabalhadores e trabalhadoras continuavam a realizar suas práticas costumeiras de sobrevivência como um campesinato reconstituído<sup>7</sup> pelas relações fabris. Dessa forma, os camponeses não necessariamente mudaram as suas ações costumeira com o cotidiano do trabalho fabril.

Com o passar do tempo observou-se que houve uma mudança nas relações de convívio formas de resistência que possibilitaram a luta por justiça social através da realização de denúncias aos órgãos fiscalizadores, como o Ministério do Trabalho e Emprego, para reclamarem a respeito do não cumprimento das obrigações patronais, como, por exemplo, a não assinatura da carteira de trabalho e a falta de pagamento dos direitos trabalhistas.

Para alcançarmos tal perspectiva de análise realizamos 23 entrevistas com camponeses (as) que experienciaram o contexto da migração, do extrativismo do coco babaçu e das nuances do trabalho fabril entre as décadas de 1940 a 1990, possibilitando um exame de suas vivências no contexto rural que incluía a GECOSA. Entendemos que a metodologia da História Oral foi fundamental para compreendermos as expectativas dos camponeses em relação a uma vida digna e sem atribulações, através da escuta e exame da fala dos entrevistados(as) foi possível ampliar a compreensão sobre suas experiências em perspectiva histórica na ambiência fabril.

Cabe considerar que o estudo dessas dinâmicas sociais através dos relatos orais<sup>8</sup> não teve como objetivo reviver ou recriar o passado, mas analisar as tramas de memória e experiências relatadas, possibilitando compreender o campo de ações dos camponeses, muitas vezes obliterados dentro das pesquisas históricas dedicadas aos mundos do trabalho. O presente estudo poderá proporcionar benefícios diretos ou indiretos aos sujeitos envolvidos na pesquisa, pois ao levantar questionamentos sobre as experiências camponesas em torno da industrialização do babaçu, apresenta dados ainda não conhecidos pelos órgãos oficiais, além de proporcionar, por meio do emprego da técnica da História Oral, que suas vozes ecoem no

---

<sup>7</sup>Refere-se a prática de cultivo dos meios de subsistência pelos trabalhadores escravizados em terras caribenhas, onde as mesmas eram inadequadas para o cultivo da cana-de-açúcar, possibilitando um certo grau de autonomia. No Brasil “a gênese de um campesinato reconstituído a partir da experiência da escravidão se articulava - ao contrário das zonas caribenhas - muito mais a uma economia caipira tradicional do que a uma cisão estrutural entre a esfera de produção exportadora e de gênero”. Ver: MACHADO, Maria Helena Pereira Toledo. **Escravos e cometas**: Movimentos sociais na década da abolição. 1991. Tese (Doutorado em História Social) - Universidade de São Paulo, São Paulo, SP. p.46.

<sup>8</sup>Compreendemos a importância de tal investigação, e para cumprir a exigência ética pelo fato da pesquisa envolver seres humanos, submetemos o nosso projeto de pesquisa ao conselho de ética da UESPI através da Plataforma Brasil, e após a análise foi realizada a aprovação da pesquisa por meio do parecer de Nº 6.531.995.

afã de possibilitar o (re)conhecimento da importância das experiências camponesas para a construção da identidade nacional.

O marco cronológico para a construção da presente pesquisa se deu pelo conhecimento da existência dos quatro (04) primeiros livros de registros da GECOSA que possibilitaram realizar uma planilha qualitativa dos cento e quarenta e oito (148) trabalhadores e trabalhadoras que atuaram no início da fábrica, sendo que o primeiro trabalhador teve sua carteira de trabalho assinada no ano de 1948. Dessa forma, se justifica a década de 1940 para o recorte inicial da pesquisa. Em relação ao recorte final datado de 1990, se deu pelo fato da mudança da conjuntura de utilização da força de trabalho infantil através da criação do Estatuto da Criança e do Adolescente, que determinou a proibição de tal prática, impactando diretamente na vida dos camponeses que moravam no povoado Novo Nilo (PI), pois conforme evidenciado na pesquisa através do relato de um dos entrevistados, em determinado período, chegou a existir aproximadamente 40 crianças e adolescentes trabalhando na GECOSA.

Apesar de tal recorte temporal, definido sobremaneira pela disponibilidade das fontes, em vários momentos da pesquisa tivemos que recuar ou avançar no tempo cronológico para ampliarmos a compreensão sobre o contexto estudado. Assim, buscamos as brechas na composição das fontes orais através de um esforço analítico para auscultar as ações dos trabalhadores e trabalhadoras. E nesse sentido destacamos a originalidade do trabalho, pois até o presente momento não conseguimos encontrar dissertações ou teses voltadas especificamente para um estudo das experiências camponesas no processo de industrialização do babaçu no Piauí.

Observamos através da heteroidentificação dos sujeitos da pesquisa que os camponeses aqui apresentados fazem parte de um campesinato majoritariamente não branco, cujas agências serão escrutinadas ao longo do estudo que segue. Justifica-se a escolha do título da dissertação: *Experiências camponesas: Mundos do trabalho e a industrialização do babaçu no Piauí (1940-1990)*, na intenção de potencializar a discussão de questões sociais envoltas na vida laboral do camponeses piauiense, com suas tensões, lutas e subjetividades, com o objetivo de contribuir com o aprofundamento do estudo sobre o Mundo Rural no Brasil em perspectiva histórica através de um diálogo interdisciplinar, dialogando sobretudo com a História, a Sociologia e a Antropologia. A presente pesquisa foi estruturada em três capítulos, iniciados logo após a esta seção introdutória.

O primeiro capítulo, intitulado: **Migrantes rumo à fábrica** analisa as experiências de migração de camponeses (as) através das expectativas e do imaginário em torno da

industrialização do babaçu, no intuito de entender como e porque esses sujeitos estavam migrando. Para tanto, iremos analisar as entrevistas de camponeses que vivenciaram momentos distintos no processo de beneficiamento da amêndoa do coco babaçu, nesse ínterim iremos caracterizar esses sujeitos, através de suas falas no que se refere à luta pela sobrevivência em busca de uma melhor condição de vida.

No tópico 1.1: **Múltiplas razões da migração**; problematizamos os diversos fatores que levaram essas pessoas a saírem de seus locais de origem, como a escassez de alimentos ou o conflito de terras. Assim, analisamos variadas questões atreladas ao processo migratório.

No tópico 1.2: **Redes de contato e sociabilidades**; compreendemos os camponeses migrantes dentro das suas redes de sociabilidades, de modo a problematizar a relação da experiência de migração com a expectativa do trabalho fabril. Analisamos também as redes de contatos que se constituíam entre esses camponeses, conectadas ao processo de migração para as terras da fábrica.

No tópico 1.3: **Trajetórias familiares**; analisamos as nuances da migração enfrentada por várias famílias oriundas de lugares distintos, deixando os seus locais de origem e indo em busca de melhores condições de vida. Analisamos as redes de parentesco que existiam entre esses migrantes, observando as famílias de camponeses que estavam envolvidas nessa migração para o povoado Novo Nilo (PI).

O segundo capítulo da dissertação tem o título: **Posse da terra e a disputa da amêndoa do coco babaçu**; no qual analisamos as condições de moradia que viviam esses camponeses como agregados às terras da fábrica, de modo a questionar quais eram as normas impostas pelos proprietários sobre a questão da fixação à terra e a disputa pela amêndoa do coco babaçu. Além disso, abordamos a relação de convívio pronunciadas nos atos de deferência e submissão contidas nas práticas do coronelismo que existia dentro da comunidade rural, e as ações de resistência exercidas pelos camponeses no que se refere à luta por justiça social. Usamos as fontes orais, por meio da análise das entrevistas com camponeses que rememoraram o contexto da ascensão da fábrica. Analisamos também as fontes hemerográficas, através de jornais que elencaram conflitos de camponeses em torno da luta pela posse da terra no *Entre Rios* piauiense.

No tópico 2.1: **A vida em terra alheia**; analisamos como os camponeses migrantes estavam buscando formas para sobreviver às agruras da vida cotidiana, ocupando novos espaços e territorialidades através de um sentimento de pertencimento ao local de destino, assim iremos analisar os conflitos em torno da luta pela posse da terra e as variadas estratégias de resistências.

No tópico 2.2: **Condições de moradia**; definimos as condições em que viviam os camponeses nas propriedades rurais e as normas que eram impostas pelos proprietários no que diz respeito à fixação na terra na qual residiam, no intuito de analisar as práticas pronunciadas entre os donos da terra e os seus moradores agregados.

No tópico 2.3: **Venda da amêndoa do coco babaçu**; examinamos a prática que obrigavam os camponeses a venderem a amêndoa do coco babaçu exclusivamente para a fábrica, sob ameaça de despejo caso não obedecessem àquilo que era definido pelos patrões. E analisamos as ações de resistência das quebradeiras de coco realizadas contra essa prática de espoliação.

No tópico 2.4: **Agricultura e o bem viver**; problematizamos a continuidade da realização dos roçados pelos camponeses após o advento da fábrica e a incorporação desses sujeitos a um sistema fabril. Compreendemos também como se constituíam o bem viver das populações rurais que habitavam essa região do *Entre Rios* piauiense.

Por fim, no terceiro e último capítulo chamado: **Experiências e narrativas do trabalho fabril**; analisamos as experiências desses camponeses referentes aos acontecimentos que ocorreram durante a sua trajetória de vida dentro e fora da fábrica, no intuito de compreender se a busca por emprego foi alcançada. Nesse sentido, utilizamos as fontes orais que possibilitam reconstituir um panorama analítico de como era o cotidiano de trabalho desses camponeses, através de entrevistas realizadas com camponeses que experienciaram o trabalho fabril, tendo como objetivo entender se foram incorporados a esse ambiente fabril ou se ficaram à margem do processo de industrialização. Além disso, analisamos a utilização da força de trabalho feminina e infantil e os desdobramentos que ocorreram na vida dos camponeses com a falência da fábrica.

No tópico 3.1: **Cotidiano fabril**; analisamos as relações estabelecidas pelos camponeses no interior da fábrica no que se refere ao cotidiano de trabalho, problematizando nesse sentido, as permanências e as rupturas das relações paternalistas nesse ambiente fabril pronunciadas pelas práticas realizadas em torno da industrialização do babaçu.

No tópico 3.2: **Mulheres na fábrica**; compreendemos como era empregada a mão de obra feminina dentro da fábrica, no intuito de entender como se dava a relação do trabalho fabril com os serviços domésticos e com extrativismo do babaçu dentro do contexto familiar.

No tópico 3.3: **Crianças e adolescentes na fábrica**; analisamos a utilização das crianças e dos adolescentes no processo de industrialização da amêndoa do coco babaçu, observando as nuances em torno da utilização da força de trabalho infantil no ambiente fabril.



No tópico 3.4: **Do camponês ao operário e do operário ao camponês**; problematizamos a falência da fábrica e os dissabores ocasionados na vida desses camponeses, além da continuidade das práticas costumeiras, como a pesca, a realização dos roçados e o extrativismo do coco babaçu. Dessa forma analisamos as estratégias utilizadas pelos camponeses para viverem no povoado após o fechamento da fábrica.

Diante do que foi exposto acima, convidamos você caro leitor (a) a mergulhar nessa temática sobre o Mundo Rural no Brasil em perspectiva histórica, através do passeio pelas experiências camponesas de homens e mulheres que residem no município de União (PI) e que lutaram muito para alcançarem o bem viver familiar. Temos plena convicção de que o presente estudo irá proporcionar a ampliação do seu conhecimento a respeito das experiências camponesas no mundo rural do Piauí, mais especificamente no povoado Novo Nilo (PI), entre as décadas de 1940 a 1990.

## 1 MIGRANTES RUMO À FÁBRICA

A pesquisa baseou-se numa abordagem microanalítica em perspectiva histórica, alicerçada no resultado das entrevistas com camponeses, que possibilitaram o tratamento das informações sobre as experiências individuais relatadas, no intuito de entender seus significados sociais no tempo. Segundo Revel (1998, p.20) essa abordagem “afirma em princípio que a escolha de uma escala particular de observação produz efeitos de conhecimento, e pode ser posta a serviço de estratégias de conhecimento”. Sendo que essas estratégias operam através de jogos de escala, entre experiências individuais e aspectos estruturais-macro dos processos históricos. Tal perspectiva se insere aqui a partir de uma História Social atenta aos papéis e experiências individuais de modo relacional, compreendendo na estruturação das experiências particulares também a diversidade socioespacial e temporal do contexto histórico mais amplo.

Assim, a abordagem microanalítica tem como premissa “enriquecer a análise social tornando suas variáveis mais numerosas, mais complexas e também mais móveis” (REVEL, 1998, p. 23). Nesse sentido, serão estudados os itinerários individuais de camponeses, que possibilitará analisar as multiplicidades de suas experiências, bem como as suas contradições internas e externas as quais influenciaram o desejo de migrar.

Neste contexto, delimitamos o conceito de campesinato que em termos gerais é pautado nas relações de trabalho familiar agrícola, tendo por base diferentes modos de acesso à terra como, por exemplos: os posseiros, os meeiros e os agregados, além de ser definido como uma categoria analítica e histórica constituída por poliprodutores, que estão integrados aos jogos de força e tensão do mundo do trabalho contemporâneo (NEVES, SILVA, 2009). Na presente pesquisa os poliprodutores são representados pelos lavradores, pelos pescadores e pelos extrativistas, que atuavam como operários e operárias na fábrica GECOSA, para complementação na renda da família, todavia, continuavam exercendo as atividades características do campesinato. À essa especificidade, lastreada numa rotina simultaneamente operária e camponesa, existia também a condição de vida enfrentada por esses sujeitos como moradores agregadores dentro das terras da fábrica no povoado Novo Nilo (PI).

A migração enfrentada pelos camponeses possibilitou o desenho de uma situação de fronteira, permeada por características plurais. Cumpre notar que existem, em geral, dois grupos de sentidos que delimitam o conceito de fronteira, o primeiro relacionado à raiz latina da palavra, que serve para balizar tanto as linhas divisórias que separam os territórios ou Estados, como para caracterizar o *front* de batalha, criado através da ocupação de um novo espaço. E o

segundo grupo de sentido está relacionado ao ideário da terra prometida, destinada para um povo predestinado a ser feliz para além do espaço da fronteira. Porém, concomitante a esta visão edênica da fronteira, surgem a possibilidade da desordem ocasionada por perturbações sociais reforçando assim a sua característica multifacetada (CARDOSO, 2011a).

Consideramos que a vivência dos camponeses migrantes nesse mundo fronteiriço, num cotidiano poroso, num mundo do trabalho fabril enredado pela labuta camponesa, marcou de maneira indelével a composição dos espaços sociais do povoado Novo Nilo (PI), forjados na rotina dos trabalhadores, cujos processos internos e tensões desempenharam papel fundamental na trajetória de vida dos interlocutores e interlocutoras da pesquisa. Nesse sentido, concordamos com o pesquisador Sayad (1998).

Por certo, a imigração é, em primeiro lugar, um deslocamento de pessoas no espaço, e antes de mais nada no espaço físico. [...] Mas o espaço dos deslocamentos não é apenas um espaço físico, ele é também um espaço qualificado em muitos sentidos, socialmente, economicamente, politicamente, culturalmente (SAYAD, 1998, p.15).

O autor pontua que além do deslocamento físico dos migrantes para os locais de destino, o movimento é imbricado em diversos outros sentidos, como o social, o econômico, o político e o cultural, sendo que o fator cultural compreende a língua e a religião de um determinado povo, que podem ser assimilados pelos migrantes após atravessar o espaço de fronteira. O ato de migrar não ocorre impunemente e o migrante enfrenta uma série de fatores em sua vida que antevêm a migração, tal movimento vem acompanhado da busca por melhores condições de vida no local de destino, algo recorrente na vida de camponeses empobrecidos mundo afora (SAYAD, 1998).

A busca pelo trabalho é um dos fatores principais, dentre as várias motivações que possibilitam o movimento migratório, pois os camponeses passam a apropriar-se de ferramentas que são responsáveis pela manutenção de suas famílias. Porém, para exercer determinado ofício os migrantes precisam estabelecer moradia no local de destino, que é revestida geralmente por um caráter provisório, em construções precárias para abrigar as famílias camponesas.

Sobre a problemática da migração sofrida pelos camponeses é importante ressaltar que o pesquisador deve estar atento para as diversas motivações e anseios que perpassam a vida dos migrantes, no intuito de saírem de seu local de origem rumo aos destinos almejados. Nessa perspectiva, podemos citar o pensamento de Cardoso (2011b) em sua dissertação de mestrado, a qual problematiza a trajetória de migrantes cearenses rumo a região amazônica no século XIX:

Rompendo vínculos, buscando outras terras, outros povos, enfrentando incertezas, os migrantes movem-se no rastro de possibilidades, de sonhos. O

caráter movediço de suas vidas articula-se com a conformação de novas territorialidades, erigidas através do contato das vivências migrantes com outras maneiras de apreender o mundo, encontradas em seus destinos. A análise dos deslocamentos humanos deve levar em conta tal inter-relacionamento, presente na elaboração das experiências migrantes, de intervenções que incidem sobre os novos territórios (CARDOSO, 2011b, p.36)

No fragmento acima o pesquisador afirma que por meio do rompimento de vínculos variados, em busca de novos horizontes e através do enfrentamento de várias incertezas, os migrantes caminham pelas veredas das possibilidades em outras territorialidades. Colocando em evidência as novas formas de perceber o mundo, que são apropriadas através do contato com seus destinos, enfatizando as experiências adquiridas por esses migrantes, suas intervenções e interações com outros sujeitos, que se desenvolvem a partir do adentrar no território da fronteira, no destino almejado.

Nesse sentido, o estudo das trajetórias camponesas é importante para analisar um contexto mais amplo de migração dentro das especificidades desses sujeitos históricos, pois “a migração de camponeses não é apenas consequência da inviabilização de suas condições de existência, mas é a parte integrante de suas próprias práticas de reprodução (WOORTMANN, 2009 p.217). Todavia, nem sempre a migração camponesa possibilita uma manutenção de uma identidade prévia, pois tal deslocamento incide sobre os padrões culturais e sociais de um determinado povo, impossibilitando assim, por meio da assimilação de outros significados, a conservação de uma identidade camponesa pretensamente fixa.

No município de União, assim como em outros municípios que fazem parte do *Entre Rios* piauiense a partir dos anos de 1950 houve uma mudança nas relações sociais no campo, sendo que esse período foi caracterizado pelo declínio da exportação de produtos oriundos do extrativismo vegetal “em consonância com a derrocada da pecuária extensiva, seguida da expansão da lavoura. Esta última atividade, até então de importância secundária, torna-se a principal atividade econômica do campo” (VIEIRA, 2021, p.19).

Essas mudanças na economia rural piauiense influenciaram diretamente na configuração do latifúndio pecuarista/extrativista que cedeu o espaço para as “famílias não proprietárias que formavam roças para o cultivo de culturas temporárias e eram obrigadas a pagar renda e a prestar alguns serviços ao proprietário” (ROCHA, 2015, p.30). Tal processo, que se acentuou até a década 1970, momento de ampliação do número de arrendatários, parceiros, agregados e de pequenos proprietários no território piauiense.

Assim, várias famílias camponesas migraram para o povoado Novo Nilo (PI), em busca de melhores condições de vida, para viverem justamente como moradores agregados nas terras da fábrica GECOSA (Indústrias Reunidas Gervásio Costa S/A). Dentre elas destacamos a família do Sr. Tiago, homem pardo, 52 anos, solteiro, que migrou do povoado Calção Redondo, município de Miguel Alves (PI), nesta localidade a lida da sua família era na roça, na quebra do coco e na fabricação do carvão, ao chegarem no seu local de destino continuaram realizando as mesmas práticas rurais, nos afirmando que a condição de vida “melhorou bastante, a vista do que a gente estava lá, melhorou muito” (TIAGO, 2023). A entrevista não foi realizada em sua casa, mas ocorreu na casa de um vizinho que nos recebeu com grande alegria e satisfação.

O entrevistado relatou que seus pais não eram alfabetizados, e que vieram para o povoado Novo Nilo (PI) em busca de uma melhoria na condição de vida da família. Já assentado na localidade, com o passar do tempo o entrevistado conseguiu um posto de trabalho na fábrica com apenas treze (13) anos de idade, na parte de envasamento do óleo. Ao ser questionado sobre a idade que começou a trabalhar informou que “naquele tempo não tinha esse negócio [de fiscalização] não tinha” (TIAGO, 2023). Rememorando o seu passado afirmou que “antigamente a gente não tinha trabalho fixo mesmo para ir todo o dia, no dia que tinha o envasamento a gente ia para a fábrica, quando não tinha a gente ia para a roça” (TIAGO, 2023). No relato fica nítida a estratégia utilizada de coadunar o trabalho fabril e as atividades tradicionais camponesas amparadas na lida da terra.

Entrevistamos também a sua irmã, a Sra. Jéssica, mulher parda, 43 anos, solteira, sua entrevista foi realizada numa igreja evangélica a qual é membra, durante o nosso diálogo relatou que a sua vida era muito difícil, pois se limitava a trabalhar de roça no seu local de origem, informou também que o motivo que levou a sua família a migrar para o povoado Novo Nilo (PI) foi para que seus irmãos pudessem trabalhar na GECOSA, pois já haviam parentes que moravam nessa localidade e conheciam as rotinas e o trabalho na fábrica.

Com o decorrer do tempo, a Sra. Jéssica foi convidada para trabalhar na fábrica por um chefe de turma, no ano de 1992, trabalhando inicialmente na saboaria e “da saboaria eu fui trabalhar no óleo, e do óleo eu fui trabalhar no desinfetante” (JÉSSICA, 2023), trabalhando por um período de 06 anos, nesse intervalo de tempo a entrevistada relatou que trabalhou de forma avulsa e que aquele serviço servia como uma forma de ocupação e como meio de adquirir proventos para a sua família.

Realizamos também uma entrevista com o Sr. Cássio, homem pardo, 83 anos, solteiro, a entrevista foi feita em sua residência e a sua migração para o povoado Novo Nilo se distinguiu

dos outros entrevistados pelo fato de não ter migrado juntamente com sua família, pois “ninguém quis vir me acompanhar, disseram que eu era louco” (CÁSSIO, 2023). Por esse relato podemos conjecturar que a migração camponesa ocorre de múltiplas formas, cabendo ao historiador analisar as diversas facetas desse processo histórico.

Esse camponês morava no povoado Titara, município de Matias Olímpio (PI) e o motivo da sua migração foi “porque aí tinha serviço na Pimenteira e aqui na GECOSA, aí arrumei mais dois colegas e [eu disse] vamos caçar um serviço para nós trabalhar, sair desse negócio aqui, porque isso aqui não dá não, aí nós viemos” (CÁSSIO, 2023). Antes de migrar para o povoado Novo Nilo (PI), o Sr. Cássio trabalhava na roça e tinha o desejo de conseguir uma melhor condição de vida. E por conta disso afirmou que ao chegar no povoado Novo Nilo (PI), sofreu muito “para arrumar um emprego e mesmo para arranjar moradia né para ficar em uma casa, mas depois o pessoal entenderam, apoiaram e trabalhei muitos anos nessa GECOSA aqui” (CÁSSIO, 2023). Observamos que esses relatos orais dizem muito sobre a condição de vida dos camponeses, haja vista que muitos enfrentaram adversidades com o intuito de conseguirem uma vida mais digna, nesse sentido iremos analisar a seguir as múltiplas razões de migrações experienciadas pelos camponeses.

### 1.1 Múltiplas razões da migração

É de suma importância estudarmos as migrações dos camponeses para compreendermos o contexto rural piauiense, tendo em vista que as trajetórias migratórias fazem parte da vida de muitas famílias camponesas residentes no *Entre Rios* piauienses. Assim destacamos a família da Sra. Elza, mulher parda, 76 anos, casada, aposentada. Sua entrevista ocorreu em sua residência na cidade de União (PI), onde reside com sua família. A entrevistada migrou para este local ainda na sua infância. No desenrolar da entrevista ela se emocionou ao relatar como era a labuta de sua família no local onde nasceu, elencando a trajetória de trabalho da sua mãe para conseguir o alimento cotidiano:

A mamãe todo dia ia quebrar coco para poder comprar o de comer, nós ficava em casa com a porta fechada, a casa toda de palha, parede e em cima era tudo de palha, ela não deixava a gente fazer de comer com medo de fogo na casa, e aí quando ela ia quebrar coco, ela vinha meio dia, fazia a comida e nós comia e voltava de novo e nós ficava tudo quietinho dentro de casa, quando não era, ela ia quebrar coco e não tinha nada para botar no fogo, nos comia batata crua, você acredita [choro], nós ia para o quintal pegado com a casa de forno de fazer farinha, arrancava as batatas desse tamanho [indica o tamanho] e nós comia tudinho crua, porque a mamãe não deixava nós cozinhar com medo de fogo (ELZA, 2023).

Ao rememorar todo o sofrimento enfrentado em sua infância, afirmando que muitas vezes faltava a alimentação cotidiana, pois o trabalho de seus pais se resumia a labuta no roçado e a quebra do coco babaçu, a entrevistada relatou com muita precisão o motivo da saída de sua família do povoado Matões, localizado na zona rural do município de Miguel Alves (PI), e indo residir na zona rural da cidade de União (PI), no intuito de trabalharem numa fazenda de gado denominada Tranqueiras, informando que:

A mamãe preocupada colocou nós na escola, porque a mamãe dizia que nós não ia ficar lá no Matões não, se criando sem aprender nem a assinar o nome não, ela tinha que puxar para a cidade para colocar os filhos dela na escola. E o papai dizia assim: Para que escola? Bota para trabalhar na roça, negócio de escola, só presta para aprender a ler e escrever para os namorados quando tiver moça. Você acredita que ele dizia desse jeito? [E] a mamãe dizia: nem que seja, mas eu vou, se quiser ir, vamos embora, se não quiser vou só mais meus filhos, mas aqui eu não fico! (ELZA, 2023).

O motivo da migração se delineia durante a sua fala, pois narra o desejo da sua mãe de alfabetizar os filhos e dessa maneira, através da migração, almejava conseguir uma melhor condição de vida e de trabalho em outro local, essa migração ocorreu na década de 1950. No relato observamos a contrariedade do pai da entrevistada no que se refere ao processo educativo de seus filhos, pois para ele a educação não tinha um valor primordial em detrimento do trabalho nos roçados, base fundamental do sustento da família.

É notório também através da fala da entrevistada a percepção das razões e expectativas da migração rumo à zona rural da cidade de União (PI) a qual foi escolhida como o novo local de moradia, e a migração nesse caso foi influenciada pela condição de vida precária que era vivenciada pela família da Sra. Elza em seu local de origem. A entrevistada relatou com riqueza de detalhes como foi a trajetória enfrentada por ela e pelos seus familiares, informando que:

Nesse dia eu me lembro como se fosse hoje, saímos de lá três horas da tarde, viajamos a tarde todinha, quando chegamos no [povoado] Marajá, nós nos arranchemos lá para comer um fritinho que estávamos levando até feito de carne de bode, porque a mamãe e o papai mataram um bode e nós trouxemos a carne todinha. A mamãe fez um frito para os meninos comer. Lá no [povoado] Marajá nós nos arranchemos, lá passamos um bom pedaço, nós comemos o frito, aí bebemos água e nós tiramos no mundo de novo, nove léguas daqui até lá, é nove léguas, daqui [de União] para o [Povoado] Matões. [...] nós chegamos na [Fazenda] Tranqueiras com os pés inchados, meus pés vinha dessa grossura, inchado só de caminhar, nós éramos todas pequenas, [...] os pés todos inchados, quando eu cheguei e fui passar o batente da casa lá da fazenda, eu levei uma queda, as pernas travadas e eu sem poder caminhar direito, o joelho inchado, ai eu cai lá dentro da casa (ELZA, 2023).

Na fazenda Tranqueiras, após ter passado por essa penosa viagem, a Sra. Elza se deparou com uma nova realidade, pois a partir daquele momento a sua família começou a

desenvolver outras atividades rurais, conforme nos relatou a respeito da função que seu pai exerceu no novo local de moradia, afirmando que “todos os anos [seu pai] fazia roça, só o serviço que ele [seu pai] fazia, era roça, ele [seu pai] foi ser vaqueiro depois que chegamos aqui [na fazenda Tranqueiras].” (ELZA, 2023). Dessa forma, ocorreu a mudança no cotidiano de trabalho desses camponeses, pois moravam em uma comunidade rural que conservava o trabalho na roça como fator principal de sobrevivência e passaram a desempenhar novas práticas de trabalho com o intuito de adquirirem a manutenção familiar.

Com o decorrer do tempo, a família da Sra. Elza passou por um novo processo de migração, ocasionada por um desentendimento entre o seu pai e a dona da fazenda a qual residiam como moradores agregados, ou seja, prestavam o serviço para a dona da terra cuidando dos animais da fazenda em troca de moradia e do cultivo das lavouras de subsistência. Porém tal trabalho, ocasionou um novo processo de migração, conforme relatou a entrevistada:

Todos os anos o papai fazia uma roça e era uma roça boa e tinha legume, tinha legume [ênfase] arroz, milho, feijão, mandioca, tudo que ele plantava lá [...] O papai um dia disse assim para ela: Dona Aldenora estou com vontade de sair lá das Tranqueiras, antes disso ela dizia para certas pessoas de lá que o papai estava acabando com as matas dela fazendo roça, aí o papai soube, aí o papai foi bater lá, [ele disse] dona Aldenora eu quero falar um negócio aqui com a senhora e aí ela disse: O que é seu Zé? [Ele disse] Eu ouvi falar que a senhora disse que eu estou acabando com suas matas fazendo roça? Aí ela disse: Eu disse mesmo seu Zé, porque você faz roça todos os anos, daqui a pouco não tem nem mato lá para fazer roça. Ele disse: É, justamente, justamente [...] É muito melhor eu viver fazendo roça todos os anos para dar comida para meus filhos [bate na mesa] do que eu pegar um boi da senhora, um carneiro, um bode, um outro animal, porco e vender, e suas galinhas e vender, muito mais melhor assim, ou você achava melhor eu fazer isso? [Ela disse] Não seu Zé, não estou falando sobre isso não. E o papai disse: Mas eu estou dizendo, pois você quer que eu faça é roubar para dar de comer aos meus filhos, mas eu não faço isso não, posso morrer de fome, mas eu não faço! (ELZA, 2023).

Para a efetivação da migração, a família da Sra. Elza vendeu vários animais que seu pai conquistou através do ofício de vaqueiro pelo sistema de quarteação, denominado quatro por um, que consistia na remuneração do vaqueiro por meio de doação de um a cada quatro novilhos nascidos vivos em um determinado rebanho, ou seja, a cada quatro bezerros nascidos vivos, um pertencia ao vaqueiro responsável pela propriedade rural. Além dos animais conquistados por esse sistema, o pai da entrevistada vendeu também os produtos que foram cultivados nos roçados, adquirindo assim uma reserva suficiente para comprar um imóvel em um dos bairros localizado na zona urbana de União (PI), pois a sua família já tinha um conhecimento prévio da cidade.



Após alguns anos a Sra. Elza contraiu matrimônio e migrou juntamente com o seu esposo para o povoado chamado Inhaúma que fica localizado às margens do rio Parnaíba e que pertence ao município de Caxias (MA), onde terminou vivenciando as mesmas práticas que realizava na fazenda Tranqueiras e no povoado Matões (PI), enfrentando novamente a dureza da vida como trabalhadora agregada. Nessa localidade tinha uma rotina bem definida que consistia na labuta da casa e no cuidado com as crianças, mas além disso ajudava o seu esposo nos roçados e realizava a quebra do coco babaçu para comprar itens de primeira necessidade:

Eu quebrava coco, porque foi na época que eu tive os filhos tudinho, [...], aí tinha precisão de comprar o sabão, comprar a querosene, comprar o fósforo, comprar o fumo do Gilson porque não dava uma diária para ninguém, porque não tinha serviço e aí a vida dele era pescar, quando ele pegava um cambinho de peixe é que ele vendia, vinha vender aqui em União, arrumava aquele dinheirinho e comprava alguma coisa que estava faltando, era assim, todo santo dia (ELZA, 2023)

A entrevistada relatou como era o cotidiano de trabalho nesse novo local de residência, afirmando que o seu esposo tinha muita dificuldade para prestar algum tipo de serviço por meio de diárias e que se limitava a pescar no rio Parnaíba no intuito de adquirir a alimentação cotidiana. Nesse processo de quebra do coco babaçu a entrevistada afirmou que o seu esposo ajudava na coleta do babaçu, assim ela narra como era feita a extração da amêndoa do coco babaçu:

Era tudo com o machado, eu botava o machado, quando eu ia para o mato eu botava o cabo metido na azeia do cofo, botava nas costa e o cacetinho e mandava quebrando coco, as vezes a gente ia quebrar coco numa distância, lá no tal de Mariano, mais era longe de casa, [...] aí ficavam os meninos sozinho em casa, aí quando dava umas quatro horas a gente ia embora, com os coquinhos quebrados para vender e comprar o que comer, só se ver (ELZA, 2023).

Sobre a utilidade do babaçu em seu cotidiano a entrevistada afirmou que realizava a venda da amêndoa no comércio próximo da sua residência, sendo que “comprava as coisas, quando não era, eu tirava e ele [o comerciante] somava e dava certinho o tanto de dinheiro que era para ficar” (ELZA, 2023). Além da venda da amêndoa do babaçu, ela fazia o azeite que substituiu o óleo vegetal na preparação dos alimentos, pisava o coco e fazia o leite para colocar no feijão, e as cascas resultantes da quebra do babaçu, ela fazia o carvão e “quando dava bem cedinho a gente tirava um jacá de carvão, quando não, era um paneiro de carvão, tudo isso eu fazia” (ELZA, 2023).

Observa-se que as atividades realizadas pela Sra. Elza em sua rotina diária de trabalho eram bastante árduas e ao ser questionada se a quebra do coco ajudava no sustento da sua família a entrevistada nos respondeu que:

Ajudava, pois a gente comprava as coisas que tava faltando para comer, pois é, ajudava, servia demais, os peixes e o coco, porque se não fosse o peixe e o coco nós morria de fome, porque não tinha diária né, aí tinha a roça, o Gilson fazia as roças todos os anos, mas o legume é assim, é por tempos que a gente vai colher na roça, quando está maduro ou quando tá verde é que a gente vai colher o milho, o feijão quando começa a aparecer a gente vai apanhado e o arroz quando começa a aparecer, muitas vezes eu ia cortar um cofo e quando chegava ia torrar, aí pisava, ia catar, aí fazia o de comer (ELZA, 2023).

A Sra. Elza afirmou que tanto a quebra do coco babaçu, como o peixe que era pescado pelo seu esposo eram essenciais para a alimentação da sua família, em complementação a essas duas atividades, realizavam também o cultivo dos roçados. No relato acima a entrevistada informou como era o processo de preparação do arroz para que fosse possível servi-lo como alimento, destacando a grande dificuldade de se obter o grão do arroz pronto para o consumo, pois a mesma tinha que ir na roça fazer a colheita do arroz que se dava através do corte dos cachos maduros que eram armazenados no cofo<sup>9</sup> e transportado até a sua residência, após a etapa da colheita era feita a torrefação<sup>10</sup>, a pilagem<sup>11</sup> e a catação<sup>12</sup> do grão para separá-lo da casca, cabe enfatizar que todo o processo era realizado de forma manual.

A amêndoa do babaçu que era obtida pelo trabalho das quebradeiras de coco, como a Sra. Elza, era vendida para os proprietários da terra que posteriormente, revendiam para a fábrica GECOSA. Em relação a força de trabalho que era empregada para quebrar o coco babaçu, foi perguntado à entrevistada se a quebra do babaçu na sua visão, era um trabalho pesado e difícil de ser realizado ou se ela gostava desse ofício. Em tal ponto da entrevista, com muita ênfase, afirmou que:

Achava bom demais quebrar coco, era meu divertimento, era quebrar coco, todo dia três horas da tarde, quando acabava de fazer o de comer, levava todos os meninos para o rio [Parnaíba] para tomar banho né, aí os mais pequenos ia dormir e eu ficava quebrando coco de meio dia até tardezinha, até seis horas [da tarde] eu quebrava coco, aí quando ia medir já tinha três quilos quebrados, quatro quilos, era assim, quando os coco era bom quebrava cinco quilos (ELZA, 2023).

No relato acima afirmou categoricamente que gostava de quebrar o coco babaçu, ressaltando que quebrava no período da tarde, além disso relatou também como era a estratégia adotada para conciliar o cuidado das crianças com a lida diária da quebra do coco babaçu. É importante pontuar que a fala da entrevistada tenta amenizar as agruras da vida cotidiana, expressada na dureza do trabalho realizado. Entendemos, portanto, que a migração desses

<sup>9</sup> Recipiente usado para acondicionar utensílios em geral e é feito com a palha da palmeira do coco babaçu.

<sup>10</sup> Consiste em colocar o grão cru em contato com o calor, torrando-o dentro de uma bandeja de ferro.

<sup>11</sup> Atividade que possibilita a retirada da casca do grão através da utilização do pilão, gerando a palha.

<sup>12</sup> Método simples de separação que possibilita separar o arroz pilado da casca.

camponeses deve ser entendida como uma busca por novas possibilidades enredadas no deslocamento, fiadas em constantes mudanças, mas amparadas na conservação de práticas costumeiras camponesas, com o objetivo, no caso da nossa interlocutora, de propiciar melhores condições de vida para sua família e instrução escolar para os filhos, assim, concordamos que “o caráter movediço de suas vidas articula-se com a conformação de novas territorialidades, erigidas através do contato das vivências migrantes com outras maneiras de apreender o mundo, encontradas em seus destinos” (CARDOSO, 2011b, p. 36).

O esposo da Sra. Elza, o Sr. Gilson, também foi entrevistado, homem pardo, 75 anos, aposentado, a sua entrevista foi realizada em sua residência na cidade de União (PI), local onde reside com sua esposa e com uma de suas filhas. No início da entrevista rememorou a labuta de seus pais informando que “meu pai era lavrador e minha mãe era só doméstica mesmo, coco ela quebrava pouco, [...] estava doente. Não tinha mais saúde, só cuidava de casa” (GILSON, 2023). Após relatar sobre a condição de vida de seus pais, afirmou que nasceu em um povoado chamado Panelas, pertencente ao município de Caxias (MA) e que aos quatro (04) anos de idade sua família resolveu migrar para o povoado Inhaúma, também pertencente a cidade de Caxias (MA), com intuito de conseguir uma melhor condição de vida.

O Sr. Gilson passou toda a sua meninice e juventude morando no povoado Inhaúma (MA) que fica localizado às margens do rio Parnaíba, mas afirmou que depois de algum tempo passou a morar na cidade de União (PI) onde casou-se, após o casamento retornou para o povoado Inhaúma (MA) e sua esposa reproduziu as mesmas práticas que eram realizadas pelas mulheres do povoado, a qual se resumia na quebra do coco babaçu para a extração da amêndoa, pois “era a vida de lá, era o trabalho de lá, era o coco, [a esposa] fazia o almoço meio dia e à tarde estava quebrando coco, todo dia quebrava dois, três quilos de coco, quatro quilos de coco e era para fazer a despesa de casa” (GILSON, 2023).

Ao ser questionado se ele tinha que pagar a renda do coco babaçu ao proprietário da terra, o entrevistado afirmou que “ninguém pagava renda, só pagava a renda da roça” (GILSON, 2023), para cada linha de terra cultivada que corresponde a cinquenta e cinco (55) metros quadrados de terra, ele deveria pagar trinta (30) quilos daquilo que era produzido. Esse serviço da “roça” era realizado por ele, sendo que a sua esposa, “só foi para a roça poucas vezes, trabalhava na vazante, apanhava o feijão quando era perto” (GILSON, 2023) esta condição se dava pelo fato do trabalho realizado pela sua esposa ser voltado para as questões domésticas e para a quebra do coco babaçu.

O pagamento da renda era uma prática, comumente utilizada pelos proprietários de terras, em relação aos camponeses que viviam como moradores agregados e essa prática foi analisada por Costa (2018) ao realizar um estudo sobre as migrações de trabalhadores cearenses para o Piauí entre as décadas de 1940 a 1970:

O sistema de “quartas por linha” era o predominante no pagamento de renda, e variava com relação à quantidade de quartas que era paga ao proprietário no final da colheita e quanto aos tipos de culturas que eram cultivadas, podendo variar entre milho, arroz ou outro cereal (COSTA, 2018, p. 66).

O entrevistado confirmou também que a quebra do coco realizado pela sua esposa era essencial para o sustento da sua família pois “era o café, era o açúcar, a querosene, o fósforo, o sabão, o sal, era do consumo de casa, todo santo dia ela quebrava, três, quatro, cinco quilos de coco, só quebrava de tarde” (GILSON, 2023). A venda da amêndoa resultante da quebra do coco era realizada somente para o dono da terra, pois “a gente só podia vender mesmo para o proprietário, ninguém vendia fora, hoje o coco não tem valor, nesse tempo o coco era proibido” (GILSON, 2023).

Essa proibição da venda da amêndoa do coco babaçu era comum na região de estudo pois “nos contratos verbais entre patrões e agregados, em regras implícitas ou não, era negada a permissão de venda para outro fazendeiro [...] o proprietário via nessa prática de venda para outros uma fuga do seu controle” (COSTA, 2018 p. 73). A venda exclusiva da amêndoa do coco babaçu para os proprietários da terra servia para manter um sistema de exploração que mantinha o camponês numa condição de subalternidade, dando uma maior margem de lucro para as fábricas de beneficiamento do coco babaçu que ficavam responsáveis pela compra das amêndoas contidas nas mãos dos fazendeiros. O Sr. Gilson relatou também como era a prática de quebra do coco babaçu realizada em grupo pelas mulheres, mostrando a rede de solidariedade que existia nessa comunidade rural:

Era a convivência das mulheres, todas elas o serviço que tinha era quebrar coco, lá tinha delas que juntava um monte de coco e botava dez, doze mulheres para quebrar. [...], aquelas mulheres dali tudinho, a diversão era essa, quebrando o coco, juntavam o coco, faziam aquele montão e botavam aquele mulherio para quebrar, dez, doze mulheres para quebrar (GILSON, 2023).

Ao estudar a população campesina deve-se entender o modo de vida e a subjetividade dos sujeitos que estão envolvidos em determinado contexto social, ficando “evidente a importância de elementos culturais como constitutivos da realidade social em que estão inseridas as quebradeiras de coco” (BARBOSA, 2013, p.15). Os elementos constitutivos

formam uma economia moral<sup>13</sup> camponesa, sendo balizada pelas relações de solidariedade entre as famílias das quebradeiras de coco babaçu (THOMPSON, 1998)

Para ampliar a análise sobre as múltiplas razões de migração enfrentadas pelos camponeses, chegamos à família da Sra. Mariza, mulher branca, 80 anos, casada, aposentada, reside no povoado Retiro pertencente a cidade de União (PI), a entrevista foi realizada em sua residência e ao falar de sua trajetória de vida, demonstrou a dureza da sua vida no local de nascimento chamado povoado Santa Maria dos Bacelar também pertencente ao município de União (PI), afirmando que o trabalho exercido pela sua família era “de roça mesmo, só roceiro mesmo, nós só andamos em roça, não tinha aula nesse tempo, não tinha aula, lá nem professora tinha, ia ter professora lá no [povoado] Matões e era longe para criança pequena ir”. (MARIZA, 2023).

Após o seu casamento a entrevistada vivenciou um processo de migração, indo morar em outro local denominado povoado Santa Maria dos Marques que também pertence ao município de União (PI). Neste povoado a atividade que essa família camponesa exerceu foi diferente em relação às outras famílias camponesas residentes na região de estudo, pois o esposo da Sra. Mariza foi arrendador dos babaçuais da localidade e consequentemente as pessoas que residiam nessa localidade eram obrigadas a vender a amêndoa do coco babaçu para ele, pois era o rendeiro da terra e caso o morador desobedece a essa ordenança, ele recebia ordens da proprietária da terra para expulsar essas pessoas para fora da terra. Além disso, para complementar esse regime de trabalho, foi instalada uma quitanda por essa família camponesa que servia para que os moradores trocassem a amêndoa do coco babaçu por alimentos de primeira necessidade, e a diferença que resultava da troca da amêndoa, os moradores recebiam o dinheiro correspondente ao valor da amêndoa.

A estabilidade financeira na vida da família da Sra. Mariza dentro do povoado durou nove anos e a entrevistada afirmou que “lá era uma riqueza, nós tivemos nove anos de felicidade” (MARIZA, 2023). E ao ser questionada por qual o motivo a sua família resolveu migrar para outra localidade ela relatou que “ele [o esposo] entregou antes da hora, pois estava só com nove anos que estávamos lá, a fuxiqueira [dona da terra] foi dizer coisa para ele [para o

---

<sup>13</sup> Termo utilizado por E. P. Thompson para determinar a economia moral das multidões inglesa do século XVIII, que foi representado pelos motins de fome, o qual tinha como objetivo principal, a busca pelo bem estar coletivo, pela equidade e por justiça social, pois “é possível detectar em quase toda ação popular do século XVIII uma noção legitimadora. Por noção legitimadora entendo que os homens e as mulheres da multidão estavam imbuídos da crença de que estavam defendendo direitos ou costumes tradicionais; e de que, em geral, tinham o apoio do consenso mais amplo da comunidade” Ver: THOMPSON, Edward. P. A economia moral da multidão inglesa do século XVIII In: **Costumes em Comum**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. p. 152.

esposo], pois todo lugar ela [a dona da terra] tinha feito fuxico, doido é quem é rendeiro dos outros, pois só pega nome” (MARIZA, 2023).

O motivo da migração da família da Sra. Mariza ocorreu mediante o desentendimento que houve entre o seu marido que era responsável pela compra da amêndoa do coco babaçu dos moradores dessa propriedade rural e a dona da terra que, segunda a entrevistada, levantou um falso testemunho contra ele, surgindo assim o desejo da migração para um novo local de moradia, passando então a residir no povoado Retiro (PI). Neste novo local de moradia passaram a viver como pequenos proprietários da terra, mas apesar disso surgiram muitas dificuldades em suas vidas, uma vez que passaram a trabalhar nos roçados, na coleta do coco babaçu e na extração da amêndoa para ajudar na sobrevivência familiar:

Nós trabalhávamos na roça e no coco, apanhava legumes para mandar para os meninos, eles estavam em União, nós estávamos aqui sozinhos com Deus. [...] eu trabalhei muito por isso que estou doente, [...] quem não trabalha não é doente não, quem não trabalha, não tem dor nenhuma, mas trabalha mesmo podendo ou não, a gente vai para a roça apanhar feijão e naquele tempo era pisando o arroz e o coco para tirar o azeite, tudo era pisadinho no pilão, hoje tem riqueza, antes o arroz a gente pisava no pilão, era muito serviço (MARIZA, 2023).

Em sua fala, a entrevistada narra de forma detalhada como ocorreu a sua labuta diária com os afazeres domésticos, com a lida na roça e com a quebra do coco babaçu, dando ênfase para a grande dificuldade do trabalho que era exercido por ela e que trabalhava muito para sobreviver. A entrevistada foi questionada se ela gostava de realizar a quebra do coco babaçu e ela afirmou que “gostava não, mas era o jeito quebrar o coco, só larguei quando quebrei meu braço, o braço arrancou quebrando o coco e pisando o arroz, [...] tinha muito trabalhador aqui, fazia muita roça, fazia campo de arroz” (MARIZA, 2023).

A lida com o coco babaçu também foi realizada pelas irmãs da Sra. Mariza, visto que a sua infância foi marcada pela ausência do seu pai que faleceu em um acidente, e por conta disso, foi montada uma estratégia para a manutenção familiar:

Não tínhamos pai, minhas irmãs foram quebradeiras de coco, nenhuma casou, trabalhavam tanto na roça como na quebra do coco, pois quando o recurso do meu pai acabou elas tiveram que trabalhar para não morrerem de fome. Aí chegou o tempo em que elas se aposentaram e melhoraram de vida. (MARIZA, 2023)

No trecho acima a entrevistada relata a necessidade de suas irmãs trabalharem para suprirem suas necessidades alimentares, relatando que após o tempo da aposentadoria ocorreu a melhoria na sua condição de vida, atualmente a Sra. Mariza não realiza mais a quebra do coco babaçu, pois carrega as sequelas desse penoso serviço afirmando que “está com dez anos que

eu não quebro coco, porque eu quebrei meu braço e o doutor perguntou assim: como você nunca morreu? E eu disse: É porque Deus ainda não quis” (MARIZA, 2023).

A apropriação desses sentimentos de pertencimento ao lugar social está associada às relações vivenciadas pelos camponeses dentro dos laços de convivência familiar, aflorando assim, os sentidos que trazem uma imagem na mente que merece ser lembrada, sendo que existe “a autonomia do indivíduo, no ato de recordar, considerando que o mesmo pode recordar algo significativo só para ele” (ROCHA, 2010, p. 138).

Também entrevistamos o seu esposo, o Sr. Ricardo, homem branco, 86 anos, sendo que em sua entrevista rememorou a fartura que havia nos roçados que seus pais cultivavam no povoado Santa Maria dos Bacelar (PI) afirmando que:

Eles viviam de roça, da lavoura, difícil lá era o arroz nessa época, e aí ele fazia roça, as farinhadas muito grandes, quando chegava o tempo para ele fazer uma farinhada, ele tinha que descartar aquela farinha velha, dar para porco ou para qualquer outra coisa, porque tinha que limpar o paiol para colocar outra, era tanta fartura que jogavam a farinha no lixo (RICARDO, 2023)

Entendemos, pois, que a fartura é “condicionada pelas relações de solidariedade e constantes lutas cotidianas que marcam toda vida do trabalhador rural, que busca na obtenção dos meios de vida além do mínimo para a sobrevivência” (COSTA, 2018, p.86). Apesar da fartura que havia em seu local de origem, o entrevistado relata que por conta das brigas que ocorreram entre os seus irmãos em virtude da terra a qual residia resolveu migrar juntamente com a sua esposa e seus filhos para o povoado Santa Maria dos Marques (PI) pertencente a cidade de União (PI), onde se tornou rendeiro do coco babaçu pois “eu sai e aí eu vi pedir a ela [a dona da terra], eu queria que ela [a dona da terra] me arranjasse um lugar para eu morar, ser rendeiro, comprar um coco e viver uma vida mais sossegada né, porque eu era por fora de fuxica, eu nunca fui de fuxica” (RICARDO, 2023).

A razão da migração enfrentada pela família do Sr. Ricardo foi ocasionada por desavenças familiares que foram geradas em disputas por terras que deveriam ser repartidas entre os seus irmãos, como a questão das terras se avolumou, esse camponês resolveu ir em busca de outras condições de vida, as quais possibilitaram a busca por um novo local de moradia em um lugar onde estivesse longe das intrigas que inflamavam as relações de convívio.

No novo local de moradia, o Sr. Ricardo começou a exercer a função de rendeiro que se resumia em pagar a renda do coco para o dono da terra e comprar a amêndoa do babaçu, que era vendida pelos moradores do povoado. O período da sua vida em que realizou essa atividade “foi uma vida especial, foi nove anos antes de fuxica, e aí ela [a dona terra] não fazia uma coisa que não combinasse comigo, era uma beleza” (RICARDO, 2023). Para que o seu trabalho fosse

efetivado de maneira satisfatória o entrevistado negociava a força de trabalho das quebradeiras de coco da localidade em que residia e de localidades circunvizinhas:

Esse coco eu juntava [...], botava trabalhador, juntava e puxava tudo para casa, pagava as quebradeiras de coco do [povoado] Cajueiro [...], aí se juntava de quinze a vinte mulheres quebrando o coco no dia, aí esbagaçava essa casca de coco todinha, porque nesse tempo a casca não tinha valor, então eu cheguei na [localidade] Santa Maria [dos Marques] a comprar trinta e sete mil quilos de [amêndoas do] coco [babaçu] no ano (RICARDO, 2023)

Observa-se, portanto, que a lida com a amêndoa do coco babaçu realizada pelo Sr. Ricardo nesse povoado foi através de um contrato de arrendamento com a dona da terra, esse contrato era firmado de maneira verbal porque “era de boca, na hora de cartório não contasse com ela [ênfase], tudo dela era de boca” (RICARDO, 2023). Dessa forma, firmava-se o acordo e era “arrendado por ano, todo o mês de junho eu tinha que arrendar. Trinta de junho como eu entrei e trinta de junho como se fosse para eu sair, foi inteirando um ano, aí fechava outra renda para o outro ano” (RICARDO, 2023).

Após os nove (09) anos de arrendamento surgiu uma desavença entre o Sr. Ricardo e a proprietária da terra que resultou na sua saída de forma abrupta e dessa forma fez surgir a necessidade de uma nova migração em sua vida, no novo local onde reside atualmente ele experienciou uma nova fase em sua vida pois “agora quando chegamos aqui no [povoado] Retiro para quem estava em uma vida maneira passou para uma vida dura” (RICARDO, 2023). Nessa nova lida com o coco babaçu, o entrevistado rememora a labuta diária que sua esposa, a Sra. Mariza, exercia em sua casa, afirmando que “ela torrava e tirava o azeite, nesse tempo nós não tinha máquina, era no pilão, ela tinha que esbagaçar esse coco todinho e pisar, cozinhar e tirar o azeite e a borra a gente dava para os leitões” (RICARDO, 2023). Nesse extrativismo do coco babaçu ele era responsável por coletar o coco no mato sendo que ele:

Dominava só nas cargas, porque eu para quebrar não, mas para juntar, nesse tempo o coco aqui era tão pouco que o velho Raimundo quando eu cheguei aqui ele pendurava era um cofo aí para colocar o coco dentro ajuntado de uma semana, aí eu conservei e fui conservando, conservando, aí hoje tem tanto coco que não tem quem vença e eu não tenho mais direito a nada (RICARDO, 2023).

O Sr. Ricardo afirmou que atualmente todo o coco babaçu contido em suas terras são coletados pelos moradores circunvizinhos a sua propriedade, o que gera uma certa indignação, pois “eles levam tudinho aqui dentro do meu cercado, não deixam nem para mim fazer um leite” (RICARDO, 2023). Essa fala vai de encontro à problemática da lei do Babaçu Livre<sup>14</sup> (que será

---

<sup>14</sup> Lei de Nº 7.888, de 09 de novembro de 2022 a qual reconhece como patrimônio cultural do estado do Piauí, as atividades tradicionais de coleta e quebra de coco babaçu, bem como os produtos delas decorrentes e seu modo



analisada no próximo capítulo) que foi aprovada no Piauí a qual dá direito às famílias das quebradeiras de coco a avançarem ao espaço privado a fim de coletarem o coco babaçu, contrabalanceando assim a condição de vida das quebradeiras de coco em detrimento ao direito do proprietário da terra. A seguir iremos analisar as redes de contato e sociabilidades dos camponeses migrantes no intuito de conseguirem a sobrevivência familiar.

## 1.2. Redes de contato e sociabilidades

Após a análise do contexto das múltiplas razões de migração enfrentadas por camponeses que residem na região do *Entre Rios* piauiense, iremos direcionar o nosso olhar ao povoado Novo Nilo (PI), onde foi implantada a fábrica GECOSA que beneficiava a amêndoa do coco babaçu, e que se tornou um dos elementos responsáveis pelo fluxo migratório de camponeses a partir da década 1940, que tinham como desejo principal conseguirem uma melhor condição de vida.

No povoado Novo Nilo (PI) que fica localizado a 90 quilômetros da capital Teresina (PI) foi criado a princípio um estabelecimento comercial denominado “Casa São João”, que era responsável pela compra de produtos frutos do extrativismo animal e vegetal e dos alimentos produzidos nas lavouras cultivadas pelos camponeses que residiam nesta localidade e em localidades adjacentes. Após tal comercialização, os produtos eram enviados via transporte fluvial para os grandes centros comerciais da época que estavam localizados no litoral do estado do Piauí (COSTA FILHO, 2014).

Com a diversificação nas atividades comerciais houve a criação da agroindústria GECOSA (Indústrias Integradas Gervásio Costa S/A) que foi uma fábrica de beneficiamento da amêndoa do coco babaçu instalada às margens do rio Parnaíba no povoado Novo Nilo, município de União (PI), que faz parte da região do *Entre Rios* piauienses sendo registrada no dia 23 de agosto de 1934, conforme consta lavrado na página 04, número 190, ano 46, do Diário Oficial do estado do Piauí, sob a firma denominada Costa & Irmão pertencente a Manoel Emiliano da Silva Costa e Gervásio Raulino da Silva Costa, ambos comerciantes estabelecidos na cidade de Barras (PI) e no povoado Novo Nilo (PI) (PIAÚÍ, 1934).

Essa fábrica foi instalada de forma estratégica às margens do rio Parnaíba no intuito de facilitar a logística de escoamento e produção do seu parque fabril, no local onde já se encontrava em pleno funcionamento uma fábrica de beneficiamento de algodão. Com o passar

---

tradicional de produzir e dar outras providências. Ver: PIAÚÍ. **Lei nº 7.888, de 09 de novembro de 2022**. Institui a Lei do Babaçu Livre. Diário Oficial do Estado: edição 233, Teresina, PI, p. 39-40, 09 nov. 2022. Disponível em: <[https://sapl.al.pi.leg.br/media/sapl/public/normajuridica/2022/5438/lei\\_7888.pdf](https://sapl.al.pi.leg.br/media/sapl/public/normajuridica/2022/5438/lei_7888.pdf)> acesso em 25 dez. 2023.

dos anos foram sendo feitos incrementos e diversificação da produção. Em 1936, por exemplo, foi instalada uma fábrica de beneficiamento de arroz, alguns anos depois, em 1942, foi instalada uma fábrica de beneficiamento de milho e no ano de 1960 foi implantado o beneficiamento da amêndoa do coco babaçu dentro do povoado. (GECOSA, 1982).

O contexto para a implantação dessa fábrica se deu por conta da ascensão do processo de industrialização no país no período do Estado Novo, tendo como governante do país o presidente Getúlio Vargas desde a década de 1930. Nessa época com a crise do sistema cafeeiro no Brasil, houve internamente redirecionamento de possibilidades de exploração econômica, desse modo, o extrativismo vegetal passaria por uma nova roupagem através de investimentos, que possibilitaram a implantação de indústrias atreladas ao beneficiamento de produtos de origem vegetal por meio da centralização do governo estatal, esta indústria no Piauí estava voltada sobretudo para o beneficiamento da cera de carnaúba, da borracha da maniçoba e da amêndoa do coco babaçu (FURTADO, 2003).

Essa mudança de postura adotada no período do Estado Novo foi influenciada pela crise do capitalismo dos anos 1930, pois as atividades voltadas para a exportação de *commodities*, como o café, entraram em crise, e consequentemente o eixo dinâmico da economia brasileira ficou voltado mais para o mercado interno, através de programas de industrialização substitutiva de importações que priorizou a criação e o fortalecimento de ramos da indústria nacional para atender as demandas do país. (BANDEIRA, 1981).

Na década de 1950, o contexto industrial teve mais uma reconfiguração. Tratando mais especificamente de estados do Nordeste, e especificamente no caso do Piauí, houve um aumento de subsídios oficiais investidos em iniciativas particulares voltadas ao extrativismo da amêndoa do coco babaçu, com a venda dessa matéria prima para o mercado interno, principalmente para a região centro-sul do país. Com a criação da SUDENE (Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste) no ano de 1959, apareceu também a disponibilidade de linhas de créditos para projetos que se justificassem como partícipes do desenvolvimento econômico e da industrialização do país (QUEIROZ, 2006).

No Piauí o extrativismo vegetal foi o responsável “pelo aparecimento de uma classe importante de comerciantes exportadores, que se concentrou na cidade de Parnaíba a qual por sua vez, se tornou o mais importante centro comercial do Estado por mais de meio século”. (BANDEIRA, 1981, p.33). Além disso, o extrativismo possibilitou o desenvolvimento de alguns centros urbanos, aumentando o número de funcionários públicos, profissionais liberais,

comerciantes, adequando às camadas médias urbanas que formaram a base socioeconômica da população piauiense.

Voltando ao caso da fábrica de Novo Nilo (PI), cumpre notar que antes do ano 1960, ou seja, antes da implementação da SUDENE, a fábrica GECOSA se limitava ao beneficiamento e escoamento da produção agrícola fruto do trabalho dos camponeses residentes no povoado e em localidades circunvizinhas, e realizava também a exportação da amêndoa do coco babaçu via rota fluvial através do rio Parnaíba para a cidade de Parnaíba (PI), que nessa época era o grande centro comercial e industrial do estado do Piauí. (GECOSA, 1982).

Já no curso da década de 1960 a fábrica passou a exportar em média 12.000 toneladas de amêndoas do babaçu por ano para a cidade de Parnaíba (PI), e devido a “segurança no abastecimento de matéria prima e a melhoria dos meios de transporte e comunicação, levaram a empresa ao seu ingresso no setor de aproveitamento industrial de amêndoa de babaçu”. (GECOSA, 1982, p. 01).

A partir do crescimento dessa agroindústria ocorreu um significativo movimento migratório de camponeses oriundos de outros estados para o Piauí, conforme foi observado através dos dados obtidos nos quatros (04) primeiros livros de registros de empregados entre o período de 1948 a 1978, totalizando assim um período de trinta (30) anos. Os cento e quarenta e oito (148) primeiros (as) trabalhadores (as) localizados (as) nestes registros eram naturais de três estados. Cento e vinte e dois (122) vieram do estado do Piauí, quinze (15) partiram do estado do Maranhão e seis (06) trabalhadores provieram do estado do Ceará. Foi detectado também que cinco (05) trabalhadores não informaram o seu local de nascimento no momento da realização do registro de trabalho. Dentro do estado do Piauí essa migração ocorreu a partir de quinze (15) cidades diferentes: Amarante (01); Barras (14); Campinas do Piauí (01); Campo Maior (04); Esperantina (01); Luzilândia (03); José de Freitas (02); Miguel Alves (25); Parnaíba (03); Piripiri (03); Porto (03); Oeiras (01); São Pedro do Piauí (01); Teresina (06) e União (54).

Do Maranhão essa migração ocorreu através de seis (06) cidades: Aroazes (01); Brejo (02); Buriti (02); Caxias (07); Coelho Neto (02) e São Domingos (01). E do estado do Ceará sucedeu de quatro (04) cidades distintas: Crateús (02); Fortaleza (01); Independência (02) e Sobral (01).

O primeiro trabalhador que teve a sua carteira de trabalho assinada pela fábrica era oriundo da cidade de Barras (PI), homem negro, casado, tinha 06 filhos, o seu contrato de trabalho foi firmado no dia 02 de janeiro de 1948 e trabalhou até o dia 01 de agosto de 1971, data de seu falecimento, totalizando 23 anos de serviços prestados, iniciou o trabalho na fábrica na função de serviços gerais e terminou como gerente da fábrica. É possível que o trabalhador

tenha se deslocado para o povoado Novo Nilo (PI) através de um movimento migratório influenciado por uma rede de arregimentação que existia entre os donos da fábrica e as cidades onde eles detinham um certo grau de influência, através de uma espécie de recrutamento, pois da cidade de Barras (PI) vieram entre as décadas de 1940 a 1970 um total de 14 trabalhadores. Tal hipótese ganha mais materialidade na pesquisa pelo fato da família dos donos da fábrica ter residido na cidade de Barras (PI).

Através do levantamento desses dados, identificamos apenas três mulheres que trabalhavam na fábrica até o ano de 1978. A primeira trabalhadora, era natural da cidade de Esperantina (PI), quando começou a trabalhar na fábrica tinha 38 anos, era casada, tinha apenas o grau de estudo primário, foi genitora de oito (08) filhos e exercia a profissão de balconista. Foi admitida na fábrica em 31 de dezembro de 1952 e trabalhou até o dia 15 de junho de 1978, totalizando 26 anos de trabalho. A segunda trabalhadora era natural do município de Miguel Alves (PI), tinha 28 anos, era solteira e apesar de ter apenas a instrução primária foi contratada como enfermeira. Iniciou seus trabalhos na fábrica no dia 02/10/1968 e trabalhou até o dia 31/07/1969. Já a terceira trabalhadora era oriunda da cidade de União (PI), tinha 23 anos, era solteira, tinha o ginásio incompleto e trabalhava como auxiliar de escritório, porém trabalhou apenas um mês na fábrica, iniciando em 01/07/1976 e findando o seu contrato de trabalho no dia 31/07/1976.

Cabe considerar que nesse período a mão de obra feminina camponesa disponível na região onde a fábrica estava instalada era mais voltada para as questões relacionadas à lida com os afazeres domésticas e com o cuidado das crianças, além disso desempenhavam um papel importantíssimo na economia familiar, através do extrativismo do coco babaçu, que era realizado na maioria das vezes com os seus filhos e filhas e ainda auxiliava o marido na roça. Rocha (2010, p.169) ao traçar o perfil das mulheres camponesas afirma que elas “dão continuidade ao trabalho da roça, quebram coco babaçu para extração da amêndoa, além de exercerem atividades domésticas. Estas atividades [...] são necessárias para aquisição do mínimo indispensável à vida dessas famílias”.

Assim, enveredando no perfil multifacetado desses (as) trabalhadores (as) percebemos que vinte e um (21) desses personagens eram analfabetos, o que equivale aproximadamente a 14,2% do universo de funcionários empregados na fábrica até 1978. Esse dado é relevante na caracterização desses sujeitos pobres como camponeses, tendo em vista que, dezessete (17) desses personagens foram empregados na fábrica com a profissão denominada de “trabalhador braçal”, categoria que serviria para colocá-los em um regime intenso de trabalho. No entanto,

se pensarmos em termos gerais, para a época esse é um índice muito baixo de analfabetos, pois no Piauí entre as décadas de 1940 a 1970 a taxa de analfabetismo alcançou 80,7% e 67,5%, respectivamente, entre as pessoas que tinham 5 anos ou mais (FERRARI, 1985). Desta forma, se comparamos esses dados com o percentual de trabalhadores(as) analfabetos que labutavam na fábrica no período analisado, iremos perceber que os registros de trabalho não têm convergência com a verdadeira quantidade de trabalhadores que migraram e ocuparam os serviços braçais, sendo que a grande maioria não eram formalmente contratados pela GECOSA, fato evidenciado por meio da análise das entrevistas. Ou seja, a lista dos que eram “registrados” não contemplava todos os trabalhadores.

Devemos refletir sobre o ocultamento dos dados nas documentações oficiais que procuravam beneficiar os industriais em detrimento dos camponeses, uma vez que, sem o registro de trabalho, ficavam impossibilitados de reivindicarem os seus direitos trabalhistas e consequentemente perpetuava o regime de exploração daqueles que atuavam como trabalhadores braçais. A categoria “trabalhador braçal” também foi exemplificada por Ferreira (2016) em sua tese de doutoramento, a qual analisou os trabalhadores “retirantes”<sup>15</sup> cearenses nas frentes de emergências contra a seca, informando que tais sujeitos, em sua grande maioria, eram arregimentados para arrancar toco ou quebrar pedras, afirmando que “é possível atestar que os retirantes eram alocados majoritariamente em serviços que não exigiam nenhum tipo de formação profissional específica” (FERREIRA, 2016, p. 128).

Dentre esses cento e quarenta e oito (148) trabalhadores (as) registrados na fábrica entre 1948 e 1978, localizamos dois (02) trabalhadores que ainda residiam no povoado Novo Nilo, o primeiro foi o Sr. Marcelo, homem pardo, 78 anos, casado, aposentado, iniciou o seu trabalho na GECOSA no dia 01 de fevereiro de 1977 e trabalhou na fábrica durante trinta anos de sua vida, sua carteira foi assinada como preenseiro, mas no decorrer de sua trajetória de trabalho se tornou mecânico. Na entrevista que foi realizada em sua residência, relatou como foi o início de sua jornada de trabalho e qual era a atividade que ele exercia com seu pai antes de trabalhar na fábrica afirmando que trabalhava:

De roça, eu até a idade quando vim trabalhar na GECOSA [...] eu convivia trabalhando com ele [seu pai] de roça e naquele tempo era no tempo das vacas

---

<sup>15</sup> Termo utilizado a partir de 1887 para designar os migrantes brasileiros pobres que saíram dos seus locais de origem, devido ao período de secas que assolavam a região nordeste, e que procurava sobreviver por meio das frentes de serviços braçais ofertadas pelo Estado através de obras públicas, como por exemplo, a construção de açudes e estradas. “Assim, o retirante é o trabalhador honrado, despojado de suas condições de trabalho em virtude de uma calamidade natural”. Ver: NEVES, Frederico de Castro. **Corpos em exposição**: Retirantes pobres na empresa brasileira (1915). Revista Embornal. Dossiê História da saúde e da doença. Fortaleza, v.10, Nº 19, jan-jun de 2019, p. 132. Disponível em: <<https://revistas.uece.br/index.php/embornal/article/view/3246>> Acesso em: 03 de mar. 2024.

magras e as coisas eram todas difíceis, a gente juntava o babaçu, quebrava e vinha vender aqui para eles [donos da fábrica] para comprar a comida e a bebida porque não tinha e só tinha aqui o comércio, não tinha em lugar nenhum, naquela época de sessenta, cinquenta e oito, sessenta, sessenta e dois, sessenta e sete, sessenta e oito e aí por diante até a era de setenta né e setenta e sete eu comecei a trabalhar aqui, trabalhei por trinta anos e me aposentei por lá por tempo de serviço, que dizer por idade né, mas com a contribuição valendo, foi bem fácil para me aposentar. (MARCELO, 2023).

O entrevistado afirma que trabalhava de roça com seu pai, além disso, demonstrou também que a sua família realizava a coleta do coco babaçu para comprar alimentos de primeira necessidade, e que nesse período a situação financeira era difícil por conta da escassez dos meios de subsistência, além disso, afirmou que a amêndoa do coco babaçu era vendida para os donos da fábrica. O Sr. Marcelo rememora a sua infância elencando as atividades que exercia no local onde residia, denominado povoado Esperança, município de União (PI), afirmando que “antes era pesado, tinha que trabalhar de roça, cuidar de porco, cuidar dos bodes, dos animais, tirar comida, buscar água, e trabalhar na roça e vinha estudar ainda, era pesado” (MARCELO, 2023). Essa dura rotina de trabalho que era exercida pelo entrevistado impossibilitou de prosseguir nos seus estudos, cursando apenas os anos iniciais do ensino primário.

Com o passar do tempo, o Sr. Marcelo passou por um processo de migração e conseguiu trabalhar na fábrica por intermédio de um funcionário antigo construindo assim uma rede de contato e sociabilidade que possibilitou uma mudança na sua trajetória de vida, assimilando uma nova rotina de trabalho que até então não conhecia e desse modo nos relatou como iniciou na GECOSA, afirmando que “era até uma situação financeira boa porque naquela época, esperava só pelo tempo da colheita da roça e uma diária, foi quando eu fui convidado pelo senhor por nome Castelo, e logo no outro dia eu vim trabalhar e aí passei essa temporada todinha trabalhando na GECOSA” (MARCELO, 2023). Ele nos relatou o motivo que possibilitou a vinda desse migrante para o povoado Novo Nilo (PI) afirmando que:

Era um funcionário velho, antigo que veio para cá na era de sessenta, ele começou a trabalhar lá [...] era uma equipe [...] que vieram no tempo como cassaco e ficaram aqui em Novo Nilo e trabalharam e produziram família aqui, todo mundo e ainda hoje é procedente deles aqui (MARCELO, 2023).

Essa categoria de trabalhador denominado “cassaco” foi analisada pela pesquisadora Ferreira (2016, p. 139) a qual afirma que “é importante frisar que ser cassaco era uma condição sazonal, não fazia parte da rotina habitual do sertanejo, mas sim, era um meio emergencial, uma alternativa de sobrevivência, um movimento por excelência para contornar a fome”. Assim, esses trabalhadores trabalhavam em obras públicas em várias localidades do nordeste brasileiro,

com o intuito de adquirirem a sobrevivência cotidiana, cultivando suas redes de solidariedades nos locais de trabalho.

O apelido de cassaco está relacionado a uma espécie de gambá que exala um odor muito forte quando está em perigo, e que faz buracos no período da reprodução, fazendo, portanto, referência a condição de vida desses trabalhadores que executavam trabalhos braçais, pois a “maioria era alocada nos ofícios que demandavam um maior número de braços como roçagem, cavação, expurgo e compactação de terra, britamento e transporte de materiais” (FERREIRA, 2016, p. 51).

Rememorando o desenvolvimento da fábrica, o Sr. Marcelo relatou como a GECOSA começou a beneficiar o coco babaçu na década de sessenta (60), período em que adquiriu as primeiras prensas:

Quando ela começou com as três prensas ela já pilava o arroz, ela tinha uma Zacarias grande e ela descaroçava o algodão, a lida dela era vir os vapores de Parnaíba antes do transporte terrestre, aí vinha os vapores com as barcas e aí trazia lá de Parnaíba o sal, a querosene, o açúcar, o sabão, era aquela coisa, vinha tudo de lá do Moraes S/A, lá naquela região, o seu Gervásio e aí foram indo, indo, indo e aí quando encostava na beira do rio [Parnaíba], eles trazia todo o produto na cabeça aqui para cima, quer dizer que aí quando eles desocupavam as barcas, eles trazia a mercadoria e levava a mercadoria, levava o babaçu, levava a pele de gado, de bode, e o coco, o tucum, levavam tudo, mas aí quando eles começaram a beneficiar aqui, já o coco babaçu não ia, ficava aqui, só ia as outras coisas, e aí foram indo, eles vendiam o óleo bruto para eles lá também, para o Moraes S/A, porque lá era uma potência também e aí lá eles investiram e aí pronto, e aqui botaram a refinaria, era a um, a dois, e a três, eles começaram com três prensas e depois foram para cinco, depois foram para sete, aí eles compraram quatorze, nesse tempo que a gente já estava bem enraizado e era uma luta brava para a gente trabalhar (MARCELO, 2023).

Observamos que no início do funcionamento da fábrica GECOSA havia uma parceria comercial com as indústrias Moraes S/A<sup>16</sup> sendo que era feita a negociação dos produtos derivados do extrativismo animal e vegetal realizados pelos camponeses. E posteriormente quando iniciou o beneficiamento do coco babaçu, foi adicionado nessa rede de negociação a venda do óleo bruto da amêndoa do coco babaçu.

Apesar de trabalhar na GECOSA, o Sr. Marcelo continuou residindo no povoado Esperança (PI), pois “eu passei três anos trabalhando aqui e indo para lá porque eram turnos

---

<sup>16</sup> A empresa Moraes S/A Indústria & Comércio, foi fundada em 04 de março de 1904 na cidade de Parnaíba (PI), foi uma indústria especializada no beneficiamento da cera de carnaúba e na extração de óleos vegetais do coco babaçu, da oiticica e do tucum, além de exercer atividades comerciais baseadas na exportação de produtos oriundos do extrativismo vegetal. Ver: VERAS, Alexandra Sablina do Nascimento. **Do pioneirismo aos lugares de memória: o caso dos remanescentes das indústrias Moraes S/A**, em Parnaíba, Piauí. IN: 30º SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA: Recife. 2019 Disponível em: <[https://www.snh2019.anpuh.org/resources/anais/8/1564963457\\_ARQUIVO\\_TextocompletoerevisadoSimposioNacionaldeHistoriaANPUH.pdf](https://www.snh2019.anpuh.org/resources/anais/8/1564963457_ARQUIVO_TextocompletoerevisadoSimposioNacionaldeHistoriaANPUH.pdf)> acesso 28 dez. 2023.

alternados né” (MARCELO, 2023). Ao relembrar essas idas e vindas demonstrou o sofrimento para se deslocar até o seu local de trabalho, pois se deslocava “a pé, até que era coisa ruim, não tinha moto, não tinha bicicleta, era aquela coisa, era tudo difícil, mas logo que eu vim para Novo Nilo aí melhorou, comprei uma casinha ali em cima e fui trabalhar” (MARCELO, 2023).

Ele informou que sua casa era de barro e coberta com a palha da palmeira do babaçu, esse tipo de moradia era comum entre os camponeses entrevistados, sendo que não poderiam fazer as casas de alvenarias tendo em vista que tal regra servia para que o morador não requeresse posteriormente a posse da terra a qual residia (este assunto será discutido de forma mais aprofundada no próximo capítulo). Com a residência instalada dentro do povoado Novo Nilo (PI) a condição de vida do Sr. Marcelo melhorou, mas ele passou a exercer uma rotina mais intensa de trabalho dentro da fábrica, pois:

Eu trabalhava no setor da manutenção geral, trabalhava na saboaria, trabalhava na caldeira, trabalhava na extração de óleo porque quando quebrava era eu que montava o abastecimento d’água, a água para cima daquela caixa grande, era um tormento, ninguém sossegava, quando a gente chegava doze horas da noite naquela lida maluca, quando a gente dava fê o dia tinha amanhecido sem a gente se sentar, era terrível, mas eu venci o tempão e hoje graças a Deus me aposentei (MARCELO, 2023).

No relato do Sr. Marcelo devemos frisar a condição insalubre do seu trabalho, tendo em vista que trabalhava em diversos setores da fábrica, sendo exposto aos diversos tipos de agentes químicos, portanto havia o ritmo de trabalho incessante que impossibilitava o trabalhador de exercer a sua profissão de maneira tranquila e independente. Sobre o regramento do trabalho insalubre, foi aprovada a Lei nº 6.514/77 de 22 de dezembro de 1977, que alterou o capítulo V da CLT (Consolidação das Leis do Trabalho), onde traz em seu artigo 189 a definição sobre as atividades insalubres ou perigosas, informando que “por sua natureza, condições ou métodos de trabalho, exponham os empregados a agentes nocivos à saúde, acima dos limites de tolerância fixados em razão da natureza e da intensidade do agente e do tempo de exposição aos seus efeitos” (BRASIL, 1977).

O entrevistado também em determinado momento de sua fala demonstrou como funcionava as escalas de trabalho, que eram impostas pela fábrica aos trabalhadores:

Era uma semana durante o dia de oito [da manhã] às quatro [da tarde], a outra semana era de quatro [da tarde] às doze [da noite] e a outra era de doze [da noite] à oito [da manhã], quer dizer e aí quando dava domingo a gente revezava e quem trabalhava durante o dia, ia trabalhar meia noite, e quem trabalhava quatro horas da tarde, entrava quatro horas [da tarde] e saía doze [da noite], quando era para revezar voltava oito [da manhã] que era para ficar durante o dia e assim por diante, era todo tempo trabalhando desse jeito (MARCELO, 2023).



Essa escala de trabalho era feita pelos industriais, no intuito da fábrica operar 24 horas por dia, dessa forma esses camponeses que trabalhavam na fábrica não se baseavam no tempo da natureza, outrossim baseavam-se no tempo industrial, porque no tempo da natureza “o camponês ou trabalhador parece cuidar do que é necessidade [...] o dia de trabalho se prolonga ou se contrai segundo a tarefa” (THOMPSON, 1998, p. 271). Já no tempo fabril o trabalho é regido pelo tempo cronológico, porém devemos entender que não se trata apenas do tempo do relógio em si, mas do tempo da produção, do capital, o tempo da agroindústria GECOSA, ao qual o camponês/operário deveria dispor sua força de trabalho com cuidado para que não fosse desperdiçado, pois no ambiente fabril o tempo se torna dinheiro e ninguém passa o tempo, outrossim o gasta.

Apesar de trabalhar na fábrica, o Sr. Marcelo continuou exercendo as suas práticas rotineiras de homem do campo, realizando os roçados nos momentos de folga do trabalho fabril, e nesse sentido nos afirmou que trabalhou “todo tempo, nunca parei de trabalhar [...] sempre tive meus legumes para o meu alimento” (MARCELO, 2023). Percebemos que a condição de vida do entrevistado, mesmo com rotinas extenuantes, não se limitava ao trabalho fabril, pois tinha o seu roçado como complementação da sua fonte de renda. Aqui cabe uma reflexão e um diálogo com o conceito de *brecha camponesa*, característico de regimes de escravidão, que no Brasil foi historicamente assentado em força de trabalho de homens, mulheres e crianças capturadas no continente africano. Havia no plano das negociações costumeiras dos senhores para com seus cativos a concessão de um dia por semana de folga (geralmente o sábado) para que o escravizado pudesse cuidar do seu roçado cultivado em parcelas de terras que recebiam dentro das fazendas, servindo para seu próprio sustento, o que diminuía gastos dos proprietários. Em alguns casos, o excedente da produção podia ser vendido, muitas vezes de modo clandestino, para acumular dinheiro no intuito de comprar a sua própria liberdade e ou de membros da família (CARDOSO, 1987).

Semelhantemente à reflexão feita acima, no povoado Novo Nilo (PI) os camponeses que trabalhavam na GECOSA disponham de táticas que possibilitaram a realização do cultivo dos roçados nas terras cedidas pela fábrica e para exemplificar tal contexto, o Sr. Marcelo descreveu a estratégia realizada para conciliar o trabalho fabril com o trabalho na lavoura:

[...] Às vezes quando eu ia sair de lá [da fábrica] oito horas [da manhã], eu ia trabalhar só meia noite, aí eu trabalhava o resto do dia todinho [na roça], aí quando dava meio dia eu dormia um cochilo e quando dava três horas [da tarde] aí eu ia para a roça, aí eu chegava jantava, aí sete horas [da noite] eu já tinha que ir cochilar um pouco para doze horas [da noite] está no ponto para trabalhar de novo. (MARCELO, 2023).

O trabalho na roça era realizado pelo camponês nos momentos em que não estivesse trabalhando na fábrica, tendo em vista que quando entrava doze (12) horas da noite na GECOSA e trabalhava até oito (08) horas da manhã, tinha, portanto, parcela do dia para cultivar a sua lavoura, para na boca da noite reservar algumas horas para dormir um pouco e posteriormente retornar ao trabalho fabril. O Sr. Marcelo nos informou também que havia um dos seus cunhados que trabalhou na fábrica por um período de dez (10) anos, mas “ele se acidentou, uma peça explodiu e quebrou isso tudo dele aqui [aponta para a parte frontal do seu corpo], mas ainda voltou a trabalhar, mas ele não aguentou aí ele se aposentou e pronto, hoje ele vive lá na Esperança” (MARCELO, 2023).

No trabalho fabril, diferentemente do trabalho da roça, o trabalhador está exposto aos mais variados riscos de acidentes, sendo essencial a utilização dos EPI's (Equipamentos de Proteção Individual) conforme a legislação em vigor. A Lei de Nº 6.514, em seu artigo 166, exige que a empresa forneça aos seus empregados “gratuitamente, equipamento de proteção individual adequado ao risco e em perfeito estado de conservação e funcionamento, sempre que as medidas de ordem geral não ofereçam completa proteção contra os riscos de acidentes e danos à saúde dos empregados” (BRASIL, 1977). Além disso, devemos refletir também que o trabalhador atualmente precisa passar por um treinamento quanto a utilização dos EPI's para a minimização dos riscos de acidentes no ambiente de trabalho fabril. Porém, numa fábrica rural onde a grande maioria dos trabalhadores eram camponeses com baixa escolaridade e onde imperava a precarização nas relações de trabalho por meio de condições insalubres e exaustivas, os camponeses eram obrigados a aceitar tais condições por conta da pobreza aviltante e pela ausência de melhores alternativas de emprego e renda.

Entrevistamos também a esposa do entrevistado, a Sra. Mônica, mulher parda, 61 anos, nascida no povoado Mata Virgem, município de Miguel Alves (PI), sobre a labuta de seus pais, ela afirmou que seu pai trabalhava na roça e sua mãe era quebradeira de coco. Nessa luta cotidiana ela também ajudava seus pais, pois “quando tinha um tempinho a gente ia para a roça apanhar feijão, arroz no tempo de arroz, aí quando chegava o mês de julho era farinhada” (MÔNICA, 2023). Sobre os espaços das farinhadas vivenciados pelos camponeses, a pesquisadora Costa (2018, p.83) assevera que “fazer farinha era outra atividade complementar ao serviço nos roçados. A farinhada era o espaço de sociabilidade onde favores podiam ser pagos, dívidas eram quitadas e novas redes de solidariedades eram criadas”. Esse serviço era

realizado em regime de mutirão<sup>17</sup>, onde cada camponês (a) realizava uma determinada tarefa, sendo que na maioria das vezes as mulheres raspavam as mandiocas e os homens torravam a farinha.

A Sra. Mônica seguiu o mesmo ofício da mãe e realizava a quebra do coco babaçu, a respeito do povoado onde residia, relatou que não pagava renda do coco babaçu, mas afirmou que ocorria um fato que era recorrente na região de estudo, pois os “os cocos de lá tinha que vender para os compradores da localidade, não podia vender fora” (MÔNICA, 2023). Essa interdição da venda da amêndoa do babaçu onerava o trabalho da quebradeira de coco que era obrigada a vender a sua produção para o dono da terra mesmo não concordando com o preço pago pelo quilo da amêndoa, além disso caso a quebradeira de coco desobedecesse a determinação do proprietário, era poderia ser despejada para fora da terra (esse assunto será aprofundado no próximo capítulo).

Após o seu casamento, a Sra. Mônica continuou realizando a quebra do coco, porém quebrava apenas para tirar o azeite que era utilizado no preparo dos alimentos. A prática da quebra do coco babaçu era realizada de maneira coletiva sendo que “tinha vez que a gente ia para o mato para quebrar no mato né, e aí tinha vez que a gente juntava e trocava aqueles dias, fulano vinha para a gente e outro dia a gente ia para aquela pessoa, trocava os dias, as quebradeiras” (MÔNICA, 2023).

Através dessa rede de solidariedade, a Sra. Mônica ia delineando a sua trajetória de vida, pois além do azeite, ela fazia também o carvão com as cascas provenientes da quebra do babaçu. Em sua fala nos relatou sobre a estratégia que fazia para conciliar o cuidado com os filhos e a busca pelo coco babaçu afirmando que “arrumava os meninos aqui e botava para dormir e ia caçar coco mais a velhinha ali [...] nós ia caçar coco no mato, nós saia cedinho umas sete horas, botava um caminho de coco, levava os meninos [...] de meio dia à tarde eu ajeitava ele aqui, aí eu ia quebrar para tirar o azeite” (MÔNICA, 2023).

Além da quebra do coco de babaçu, a Sra. Mônica ajudava o seu esposo nos roçados, sobre esse ponto ela relatou que “esse ano ele botou lá no terreno do menino dele, quando tem o legume, eu vou para pegar o milho, apanhar o feijão, porque arroz ele não planta, só o milho, mandioca e feijão” (MÔNICA, 2023). Esse trabalho de cultivar a terra servia como base alimentar para as famílias rurais do povoado Novo Nilo (PI).

---

<sup>17</sup> Mobilização coletiva para uma ajuda mútua de caráter gratuito, através da disponibilização de força de trabalho voluntária.

Atualmente a Sra. Mônica continua quebrando o coco babaçu para a obtenção do azeite e continua fazendo carvão com as cascas do babaçu, além disso ela afirmou categoricamente que gosta de exercer o ofício de quebradeira de coco, e apesar de ser um trabalho passível de ocorrer acidentes, relatou que não acha o trabalho difícil de ser executado, e agora seu esposo traz o coco babaçu para a sua residência no intuito de facilitar a quebra e extração da amêndoa.

O outro trabalhador que estava entre os cento e quarenta e oito (148) trabalhadores da GECOSA e ainda reside no povoado Novo Nilo (PI) é o Sr. Jorge, homem negro, 68 anos, casado, nascido no povoado Novo Nilo (PI). Realizamos duas entrevistas com esse camponês, a primeira foi realizada em 2019 e a segunda em 2023. Depois de alguns contratempos conseguimos realizar a segunda entrevista em sua residência, nesse momento se mostrou bem atento e disposto a responder às perguntas que lhe foram proferidas. Ao iniciarmos a entrevista perguntamos ao Sr. Jorge sobre a trajetória de migração do seu pai para o povoado Novo Nilo (PI), e ele nos informou que “meu pai já veio para cá menino, criança, vamos dizer não posso determinar a idade, mas já veio através do meu avô” (JORGE, 2023).

Nascido no povoado Frente Caiçara, município de Caxias (MA), o pai do Sr. Jorge veio para o povoado Novo Nilo (PI) em consequência da chegada da família do coronel Gervásio Costa (Assunto que será discutida no próximo capítulo), dono da terra, onde posteriormente foi estabelecida a fábrica GECOSA. O pai do Sr. Jorge veio juntamente com seu avô que trabalhava como marinheiro para o “coronel” no rio Parnaíba, pois:

[...] [Ele] tinha [uma] barca no rio [Parnaíba] e transportava mercadoria para o coronel de Parnaíba para cá e levava a matéria prima, porque naquele tempo ele [o coronel] não tinha indústria, nos anos de cinquenta para sessenta ele [o coronel] não tinha indústria, então tudo o que ele [o coronel] produzia aqui, o arroz ele [o coronel] moí e vendia ensacado aí ia para Parnaíba e de lá tomava destino, o babaçu ia para Parnaíba, a farinha, tudo ia para Parnaíba [...] (JORGE, 2023).

No relato acima o Sr. Jorge além de informar sobre o trabalho do seu avô, nos explicou como funcionava a logística comercial dentro do povoado Novo Nilo (PI) num período em que a fábrica ainda não operava o processo de beneficiamento da amêndoa do coco babaçu, tendo em vista que, o mesmo só ocorreu a partir do ano de 1960. Sobre o seu pai, o Sr. Jorge nos afirmou que ele “tinha o terceiro ano do primário [...] meu pai tinha uma caligrafia muito bonita, muito boa, meu pai sempre trabalhou em comércio” (JORGE, 2023). Diferentemente dos outros migrantes da pesquisa, a família do Sr. Jorge não tinha a atividade nos roçados como a fonte de renda principal, mas utilizava-a como uma obrigação moral no sentido de disciplinar os filhos para o trabalho:

O papai tinha o quintal dele, onde a gente tinha os nossos afazeres, de manhã para o colégio, de manhã primeiro a gente morava do outro lado do rio e não tinha água encanada, você tinha que carregar água na lata para colocar nos potes [...] Depois daquilo ali é que você ia tomar o café e ia para o colégio, quando você chegava à tarde, quando o sol abrandava mais ou menos nesse horário [15:30] ia capinar o quintal, no quintal o papai plantava o milho, ele plantava arroz, ele plantava feijão, plantava abóbora, melancia, a gente fazia vazante entendeu? Trabalhei não como meio de vida para poder me alimentar [...] eu fazia por obrigação, mas como ocupação em casa e ali quando dava, vamos dizer quatro e meia, você ia para casa e ver alguns afazeres da mamãe e ia você ia para a pelada jogar uma bolinha (JORGE, 2023)

Nesse ponto o entrevistado afirma que o trabalho realizado pela sua família nos roçados de “vazantes” realizados no quintal da sua residência às margens do rio Parnaíba não estava focado no sustento familiar, pois era realizado em concomitância aos trabalhos doméstico e num horário que não atrapalhasse a ida para a escola. O trabalho na roça era visto como ocupação, para que a criança tivesse a experiência com o trabalho braçal e assim adquirisse uma consciência moral sobre o trabalho. Por trabalhar no comércio, o pai do Sr. Jorge residiu em algumas localidades, e nesses deslocamentos sempre migrava com toda a sua família, e em uma dessas localidades, chamada Centro do Designo, que pertence ao município de Miguel Alves (PI), ele conheceu a família do Sr. Eliziário, um dos nossos entrevistados, e em determinado ponto da entrevista o Sr. Jorge relatou como ocorreu tal encontro:

O meu pai em cinquenta e nove para sessenta o meu pai foi ser auxiliar de balconista no Centro [do Designo] e o Eliziário botava água na casa do papai, porque se você chegasse num lugar desse com um diferencial de função, sempre tinha os privilégios, né, e ele tomou conhecimento e quando o papai veio embora terminou o Eliziário vindo embora para cá (JORGE, 2023).

No trecho em destaque o Sr. Jorge afirmou que devido ao trabalho que seu pai exercia terminou arregimentando a família desse camponês chamado Eliziário, que rumou em direção ao povoado Novo Nilo (PI) na esperança de conseguir uma melhor condição de vida. No povoado Centro do Designo a casa do Sr. Jorge era de palha e quando foi transferido para o outro povoado chamado Frente Caiçara, município de Caxias (MA), a sua residência também era de palha, e só conseguiu residir em uma casa construída de alvenaria no povoado Novo Nilo (PI), onde a mesma foi cedida pela fábrica e sobre tal questão o entrevistado afirmou que “nunca se pagou um centavo de aluguel, até muitas reformas, quando a empresa estava boa até reforma ela dava para a gente, reforma da casa, despesa para mandar pintar, essas coisas, era tudo por conta deles” (JORGE, 2023).

Observamos por meio do relato acima que a GECOSA mantinha em suas terras, casas que foram construídas num formato de vila que eram destinadas para os trabalhadores que

tinham cargos específicos na empresa, e eram casas “com três quartos, sala e cozinha, toda feita pelo coronel nos anos cinquenta e isso para os funcionários de escritório, encarregado de armazém e essas coisas tudo” (JORGE, 2023). Em contrapartida a este fato os camponeses que atuavam em trabalhos braçais deveriam construir suas casas de forma simples feitas de barro e da palha do babaçu. Desse modo, iremos analisar a seguir as trajetórias familiares desses sujeitos em busca de melhores condições de vida no povoado Novo Nilo (PI).

### 1.3. Trajetórias Familiares

As histórias de vida podem compor um panorama que possibilita analisar as trajetórias migratórias das famílias camponesas no *Entre Rios* piauiense, pois expressam “um processo de luta, negociações, resistências cotidianas frente às condições objetivamente definidas” (MENEZES, 2002, p. 99). Das narrativas desses camponeses emergem os traços da resistência cotidiana que possibilitam enfrentar as agruras da vida e assim podemos compreender as suas agências históricas, que são balizadas por meio de um fio condutor que está ligado à subjetividade e às suas experiências de trabalho (JOHNSON, 2003).

Assim, passamos a analisar o relato do Sr. Mauro, homem pardo, 52 anos, casado. A sua entrevista foi realizada em sua residência onde mora com sua esposa e seus filhos, nos informou que nasceu no povoado Caiçara, município de Caxias (MA), localizado às margens do rio Parnaíba e que migrou para o povoado Novo Nilo no ano de 1985 por conta da enchente que ocorreu nesse mesmo ano, afirmando que veio “embarcado nas lanchas, nas canoas, transportando as mobílias né, que era a nossa mudança diretamente de lá até o local que nós estamos” (MAURO, 2023). É importante destacar que a cheia do rio Parnaíba foi uma das múltiplas razões de migração que levaram vários camponeses a buscarem melhores condições de vida no povoado Novo Nilo (PI). No seu local de origem trabalhava ajudando a sua mãe na lavoura, mesmo em sua tenra idade, pois “eu ajudava a minha mãe nas roças, aí eu tinha sete ano de idade, a minha mãe já me levava para tirar um linha, duas, três linhas de roça, e eu ia lá, ajudava ela, levava a cabacinha de água, ali ficava ao lado dela chorando, mas ela nunca [me] deixava em casa” (MAURO, 2023).

No relato acima observamos que a figura da mãe era colocada como a pessoa que garantia o sustento familiar, e nesse sentido “o trabalho familiar na agricultura também significa que as crianças são incorporadas muito cedo na produção e no trabalho doméstico” (MENEZES, 2002, p.97). Após se estabelecer dentro do povoado Novo Nilo (PI), o Sr. Mauro começou a trabalhar em atividades braçais, as quais exigia força e resistência, como por

exemplo, realizava a limpeza das ruas do povoado e posteriormente conseguiu ter conhecimento com os encarregados da fábrica GECOSA até que no final da década de 1980 começou a trabalhar na referida empresa de maneira avulsa:

Eu comecei me infiltrar por lá, igual como eu digo assim, igual pulga que quer entrar no pé né [risos] até conseguir né o serviço com os outros, e com os chefes fazer aquela amizade e até conseguir trabalhar avulso, nesse tempo não assinava a carteira, nesse tempo no período dos coronéis não assinava a carteira, aí eu comecei a me entrosar, mas não apoiadamente pelo chefe maior, você está entendendo, mais sim pelos meus encarregados (MAURO, 2022).

Em sua fala é notório a estratégia utilizada para conseguir um emprego na fábrica aumentando assim os proventos da família, nesse sentido deu destaque para o laço de amizade que foi construído com os encarregados da empresa que tinha como objetivo beneficiar a sua permanência na GECOSA. Ele começou a trabalhar no ano de 1988 de maneira avulso pois:

Eu trabalhei assim pingado, isso quer dizer que eu trabalhava um ano e depois saía e ia para outro lugar e depois voltava de novo, não foi um trabalho fixo, por um tempo, quando eu comecei com meus quinze a dezesseis anos e trabalhasse até com trinta a quarenta anos não, não foi totalmente numa área dessa forma você está entendendo, trabalhava seis meses e um mês saía, você está entendendo, um mês, um ano saía, não trabalhava fixo, você está entendendo, é dessa forma que eu estou dizendo (MAURO, 2023).

O Sr. Mauro informou que não tinha uma regularidade nos períodos de trabalhos que eram realizados na GECOSA e que havia a alternância entre trabalhar na fábrica e sair para ir em busca de outras atividades como a pesca e os roçados de vazantes nas margens do rio Parnaíba. Quando estava trabalhando na fábrica nos informou que não tinha tempo para cultivar a sua roça, mas afirmou que sempre pescava, pois “quando eu tinha folga, saía de lá e ia pescar, pegava a minha rede que é o enganho e ia para a lagoa pescar” (MAURO, 2023). A atividade da pesca auxiliava na complementação alimentar, pois fornecia o peixe que servia como alimento para a sua família.

Apesar do entrevistado ter trabalhado durante muito tempo na fábrica GECOSA, só conseguiu trabalhar com a carteira assinada por um período de nove anos, pois seu contrato de trabalho foi firmado no dia 01 de março de 2002 para exercer o cargo de auxiliar de produção, a sua remuneração à época era de R\$:180,00 reais e recebia este valor mensalmente. Trabalhou na empresa até o dia 15 de setembro de 2011, após sair da GECOSA passou a trabalhar exclusivamente na atividade pesqueira, e “hoje eu estou cadastrado na colônia dos pescadores” (MAURO, 2023). A colônia de pescadores auxilia na luta pelos direitos, como por exemplo, a aquisição de um benefício no valor de um salário mínimo durante o período de defeso, ou seja,

no período da piracema que é caracterizado pela subida dos peixes para a reprodução, ficando proibido o ofício da pesca nesse período.

Realizamos também a entrevista com sua esposa, a Sra. Luana, mulher parda, 53 anos, nascida no povoado São Felipe, município de Caxias (MA), filha de camponeses, passou a sua infância ajudando a sua mãe na labuta com o coco babaçu, pois “a gente quebrava os cocos lá no Maranhão e vendia lá para o dono da terra e eles vinha e vendia o coco deles aqui no coronel, aqui no Gervásio” (LUANA, 2023). Nesse trecho a entrevistada relata a logística empregada pelos donos da terra, pois havia também a proibição da venda da amêndoa do coco babaçu para outros compradores, uma vez que o proprietário revendia para a GECOSA.

Além da quebra do coco babaçu, a Sra. Luana também ajudava seu pai na lida com a lavoura, e nesse sentido, deveria conciliar as atividades camponesas com as atividades escolares, mas devido à grande dificuldade de acesso à escola o seu pai tomou a decisão de migrar para o povoado Novo Nilo (PI):

Meu pai comprou essa casa aqui e aí trouxe nós para cá para colocar nós na escola, colocar para estudar porque lá, quando nós morava lá, nós vinha de lá para o porto de Novo Nilo, para estudar aqui, porque lá era muito distante e aí o pai pegou e comprou essa casa aqui em oitenta e cinco no período da cheia que ele [o esposo] estava falando aí, aí ele [o pai] comprou essa casa aqui em oitenta e cinco, aí nós mudamos para cá nesse período para vir estudar, aí até hoje estamos vivendo nesse lugar (LUANA, 2023).

A Sra. Luana reforça a fala do seu esposo, a respeito da cheia que houve no rio Parnaíba em 1985, onde ocasionou a migração de vários camponeses ribeirinhos que residiam em diversas localidades do estado Maranhão e passaram a residir do outro lado do rio, ou seja, no estado do Piauí mudando as suas trajetórias de vida. Outro ponto de extrema importância na fala da entrevistada, é o desejo por uma melhor condição educacional, tal desejo pode ser considerado como uma das múltiplas razões de migrações que estão presentes na vida dos camponeses.

Outra família camponesa que também migrou em busca de uma melhor condição de vida foi a família da Sra. Cíntia, mulher negra, 78 anos, casada, nascida no povoado Peixe, município de Nossa Senhora dos Remédios (PI), filha de um lavrador e de uma quebradeira de coco, durante sua trajetória de vida passou por diversas localidades até chegar no povoado Novo Nilo (PI), conforme relatou:

Morei no Capitão de Campos [...] aí eu fui para a Horta, da Horta fui para o Centro do Designo, nós só vivia assim, para cima e para baixo, com as crianças no jumento, é assim. Aí nós voltamos de novo para o Capitão de Campos, aí viemos para a Horta, e da Horta nós viemos para o Zé Alves, aí de lá viemos para cá [para o Novo Nilo] (CÍNTIA, 2023).



Através das idas e vindas a família da Sra. Cíntia fixou morada de forma definitiva no povoado Novo Nilo (PI), e passou a sobreviver com a venda da amêndoa do coco babaçu, porém muitas vezes os valores recebidos não eram suficientes comprar os alimentos necessários para a alimentação da sua família, e nesse caso a entrevistada fazia adaptações em sua alimentação, pois “só dava para comprar massa e açúcar e fazia chá de erva cidreira para tomar com cuscuz” (CÍNTIA, 2023). Dessa forma, a entrevistada utilizava a erva medicinal em substituição ao café no preparo da refeição matinal.

A Sra. Cíntia se emocionou ao rememorar esses momentos difíceis de sua vida, relatando em sua fala que padeceu de muitas dificuldades junto com sua família para poder sobreviver e nesse momento da entrevista ela disse que além da quebra do coco, fazia juntamente com o seu marido o carvão vegetal em caieiras improvisadas, e por causa desse serviço afirmou que “hoje eu vivo doente, só de fazer muito carvão para ajudar a criar os filhos” (CÍNTIA, 2023).

Através desses relatos podemos observar além da economia moral camponesa presente na vida desses sujeitos, as táticas camponesas de resistência e de sobrevivência, as quais são forjadas em experiências práticas através de redes de solidariedade construídas dentro dos mundos do trabalho que são possibilitadas pelas redes de migração e de contato no local de destino. Pois conforme afirma Costa (2018, p. 26) essa economia “desdobra-se em estratégias de sobrevivência que possibilitam conviver com a pobreza, definindo os passos da família, seus medos, expectativas e sonhos”. Desta forma, cada história de vida contada delineia as nuances do campesinato piauiense.

Uma outra família que veio para o povoado Novo Nilo (PI) foi a família da Sra. Fabiana, mulher parda, 69 anos, casada, filha de uma quebradeira de coco, nascida no povoado Santa Júlia, município de Miguel Alves (PI). Ao residir no seu novo local de destino continuou realizando a mesma função de sua mãe que era quebradeira de coco, e assim os seus filhos e o seu esposo ajudavam na busca e na quebra do coco babaçu. Ao perguntar para a entrevistada se ela gostava de realizar esse ofício ela nos afirmou que “eu não gostava muito não, mas fazia mesmo porque às vezes a necessidade obrigava né” (FABIANA, 2023).

Após a quebra do coco babaçu, a Sra. Fabiana vendia uma parte da produção e a outra parte ela torrava a amêndoa e fazia a extração do azeite de forma artesanal, que servia para o próprio consumo e também para vender por um preço um pouco mais elevado em comparação a venda da amêndoa bruta, e através dessa venda ela “comprava um quilo de arroz, um quilo de

açúcar, comprava um caderno para os meus meninos estudarem, às vezes eu ficava com o dinheiro para se manter de alguma coisa” (FABIANA, 2023).

Esse processo migratório na vida da Sra. Fabiana foi ocasionado pela transferência do emprego do seu esposo que trabalhava na empresa João Santos<sup>18</sup> como vigia. E apesar de trabalhar como vigia, o seu esposo realizava os roçados nos momentos em que estava de folga.

Observamos, portanto, que havia um padrão do trabalho na roça em concomitância ao extrativismo do coco babaçu, nas horas vagas do trabalho principal das famílias dos (as) entrevistados (as), confirmando, portanto, através de suas falas, a grande importância do extrativismo coco babaçu para essas famílias camponesas que viviam no *Entre Rios* piauiense.

Outra família migrante que destacamos em nosso estudo é a família do Sr. Paulo, homem negro, 73 anos, casado, nascido no povoado Piador, município de Nossa Senhora dos Remédios (PI), a entrevista foi realizada em sua residência. Durante a nossa conversa compartilhou conosco um delicioso café com beiju, em sua fala afirmou que sua vinda para o povoado Novo Nilo (PI) ocorreu por intermédio do seu irmão, que veio inicialmente com seu pai, pois “ele veio para cá na frente trabalhar e o pai veio embora para cá e eu não ia ficar lá, porque eu morava perto de meu pai, aí quando eu vi de lá eu trouxe três filhos e nasceu três aqui” (PAULO, 2023).

Devido ao apego pelo seu pai, o Sr. Paulo se aventurou juntamente com sua esposa e seus filhos para as terras do povoado Novo Nilo (PI), e iniciou uma vida sofrida nesse lugar de destino, trabalhando nos roçados em concomitância ao serviço da fábrica:

Eu trabalhei na GECOSA, mas eu fazia minha roça na beira do rio, e ainda hoje tenho um cercado ali, que eu tenho umas quatro linhas, em um ano eu fazia, eu saía oito hora [da manhã] do serviço, de noite na máquina, umas duas semanas de noite, às vezes uma de dia, quando era dois turnos, às vezes a gente trocava mais um, quem tinha a roça para trocar o do outro de noite (PAULO, 2023)

O Sr. Paulo utilizava a estratégia de trocar o turno de trabalho nos dias em que deveria trabalhar à noite para que fosse possível trabalhar nas roças de vazantes que eram cultivadas à beira do rio Parnaíba. Tal prática era realizada com frequência pelos trabalhadores da fábrica, sendo que o local onde eram feitos os roçados eram todos da fábrica, e sobre isso afirmou que:

---

<sup>18</sup>Fundado no ano de 1934, o grupo iniciou suas atividades no segmento sucroalcooleiro na cidade de Goiana, no estado de Pernambuco, posteriormente aumentou a segmentação para os ramos cimenteiro, celulose, agronegócios, comunicação e serviços como táxi aéreo e logística. Atualmente, o grupo mantém diversas operações em atividade, gerando aproximadamente 4.250 empregos diretos. Ver: COM mais de 40 empresas, Grupo João Santos entra com pedido de recuperação judicial. **Diário de Pernambuco**, 2022. Disponível em: <<https://www.diariodepernambuco.com.br/noticia/economia/2022/12/com-mais-de-40-empresas-grupo-joao-santos-entra-com-pedido-de-recuper.html>> acesso em: 08 de jan. 2023.

Era da GECOSA, mas aí a gente toma de conta e pronto, eles nunca cobravam renda, nunca cobraram nada, aqui eles não cobram renda de nada, sempre tinha os caminhão aí, ele dava caminhão para buscar madeira para fazer casa, para fazer cercado, para comprar material de construção (PAULO, 2023).

O nosso entrevistado pontua uma alegada benevolência do dono da terra para com os seus funcionários, disponibilizando as terras para o plantio sem a cobrança da renda, bem como o transporte para atender as demandas dos trabalhadores. Nesse momento de sua fala percebemos um tom de saudosismo ao relembrar o tempo em que a fábrica estava realizando suas atividades fabris dentro do povoado Novo Nilo (PI).

Após se fixar no povoado Novo Nilo (PI) juntamente com sua família, o Sr. Paulo recebeu um convite de um dos seus irmãos para ir morar na cidade de Teresina (PI), mas preferiu ficar na companhia de seu pai, dando uma resposta enfática, relatando que:

Eu nunca fui porque lá não tem roça [...] aqui era onde eu trabalhava na beira do rio porque tinha esse terreno aí que eles deram para nós plantar de verde e seca e eu não ia sair daqui para ir lá para Teresina, só para ficar na beira da praça, eu não era aposentado nesse tempo (PAULO, 2023)

Por meio dessa resposta podemos analisar duas questões, a primeira é o fato do entrevistado afirmar que indo para Teresina (PI) não teria a possibilidade de trabalhar na roça e por conta desse motivo iria ficar sem renda para sustentar a sua família. Mas para além da questão econômica, o entrevistado tem uma memória afetiva sobre a beira do rio, sobre o trabalho na vazante, tendo o rio Parnaíba como o novo rio Nilo, sendo literalmente uma dádiva em virtude da sua fertilidade. No povoado Novo Nilo (PI), além do trabalho na fábrica e na roça, o Sr. Paulo aprendeu também ofício de costurar pois ele “trabalhava lá [na fábrica], trabalhei em roça, fazia roupa nesse tempo eu costurava, aprendi a costurar a fazer roupa e trabalhei de roça todo tempo lá dava muito feijão e tinha um baixão de arroz” (PAULO, 2023).

Com essas três ocupações o Sr. Paulo foi delineando a sua trajetória de luta em busca de uma melhor condição de vida, com o passar do tempo conseguiu emprego na fábrica para cada um dos filhos, porém uma de suas filhas trabalhou no escritório até o fechamento da GECOSA, e por conta disso não recebeu os seus direitos trabalhistas, tal fato trouxe ao entrevistado um sentimento de indignação, que procurou contornar afirmando que “ele [o patrão] dava para a gente se aposentar o documento rural, toda coisa, dava para levar, eles [os patrões] são muito bom,[...] não vou falar deles [dos patrões] não” (PAULO, 2023).

Apesar de não ter sido realizado o pagamento de todos os proventos de sua filha pelo período em que ela trabalhou na fábrica, o Sr. Paulo rememora com satisfação os momentos de trabalho, caracterizando esse período como um aprendizado, e além disso agradece pela

bondade dos patrões ao dizer que eles forneciam o documento da terra para que os moradores pudessem requerer a aposentadoria como trabalhadores (as) rurais.

Entrevistamos também um dos seus filhos que mora bem próximo de sua residência, o nome dele é Miguel, homem negro, tem 46 anos, é casado. O Sr. Miguel nasceu no povoado Riacho do Zezinho, município de Nossa Senhora dos Remédios (PI) e informou que a situação era muito difícil pois “a mamãe conta a história que lá não era muito bom não, porque a gente morava em uma região que não tinha água e nós tinha que andar não sei se era seis quilômetros ou era cinco [quilômetros] para buscar água” (MIGUEL, 2023). Ele migrou com sua família aos quatro (04) anos de idade para o povoado Novo Nilo (PI) e passou a ajudar seus pais nos roçados que eram realizados à beira do rio Parnaíba.

Na dureza do trabalho braçal que era realizado nos roçados de vazantes, o Sr. Miguel trabalhava juntamente com seus irmãos pois ele “tinha que ir, nós só trabalhava meio turno porque [trabalhar o dia todo] o papai não fez isso não, a gente ia para a escola” (MIGUEL, 2023), dessa maneira trabalhava pela manhã na roça e na parte da tarde realizava as suas atividades escolares, mas o entrevistado frisou que o trabalho na lavoura não poderia ser recusado, pois era “tipo por obrigação, se o pai amolou o facão a gente tinha que ir cara, tu não vai de dizer para o teu pai naquele [tempo que não queria ir para a roça].” (MIGUEL, 2023).

Questionamos ao entrevistado se a GECOSA influenciou à vinda da sua família para o povoado Novo Nilo (PI) e ele respondeu que esse deslocamento se deu “um pouco por causa da GECOSA, é uma junção de problema [...], porque naquele tempo, se você chegasse aqui, você estava empregado, o cara dizia: Não, faça sua casa ali, aí dava o caminhão para buscar naquele tempo a palha né” (MIGUEL, 2023).

Apesar dessa facilidade de conseguir o emprego, o Sr. Miguel advertiu que havia uma regra que deveria ser respeitada dentro da comunidade, que era a obrigatoriedade da construção da casa de palha, pois “tinha essa pressãozinha aí tal, mas depois foi se acabando, mas ele [o dono] dava, eu acho que é porque eles [os donos] tinham medo de ficar como é hoje” (MIGUEL, 2023). Atualmente dentro do povoado não existe mais essa regra da interdição da construção das casas alvenaria e o morador pode construir sua casa de alvenaria, ficando apenas impossibilitado de vender o terreno com o imóvel (esse assunto será discutido no próximo capítulo).

Após conseguir um emprego na fábrica, o Sr. Miguel continuou ajudando seus pais nos roçados, mesmo afirmando que “eu nunca fui muito fã de roça não, mas eu ia” (MIGUEL,

2023), e o produto obtido com a lavoura serviria para ajudar no sustento da família, e era complementado com os proventos oriundos do trabalho realizado na GECOSA.

Entrevistamos também a esposa do Sr. Miguel, a Sra. Cleide, mulher negra, 42 anos, nascida no povoado Novo Nilo (PI), relatou que “meu pai trabalhava na estiva, né carregando saco de ralão, indo para os interiores juntar coco para trazer os sacos e minha mãe era doméstica do coronel, ela trabalhava com o coronel no tempo, que era para o sustento da gente” (CLEIDE, 2023), para poderem criarem seus filhos, os pais da entrevistada trabalhavam também nos roçados e além disso ambos eram analfabetos.

Seu pai migrou da cidade de Miguel Alves (PI) e sua mãe da cidade de Nossa Senhora dos Remédios (PI) para o povoado Novo Nilo (PI), além disso a entrevistada nos relatou que “trabalhava com meus pais, até então quando eu vim morar com o Miguel, meu pai nunca mais fez roça porque eu não estava lá, porque eu era a cabeça da roça” (CLEIDE, 2023), demonstrando que sua presença era fundamental para que as lavouras pudessem ser cultivadas pela sua família.

Ainda jovem, a Sra. Cleide começou a trabalhar na GECOSA juntamente com seus irmãos pois “era um dos mais velhos que foi ele que sustentou a gente também né, ajudando, nessa época a mamãe não trabalhava mais com o coronel, não era aposentada né ainda, aí no tempo era o meu irmão que sustentava a gente” (CLEIDE, 2023), percebemos que existia uma rede de solidariedade entre os seus irmãos no sentido de obter a sobrevivência familiar.

Outro camponês entrevistado foi o Sr. Moisés, homem pardo, 45 anos, casado, nasceu no povoado Novo Nilo (PI), porém seus pais migraram do povoado chamado Esperança (PI) que fica a quatro quilômetros dessa localidade e nesse exercício de rememorar afirmou que sua mãe era lavradora e quebradeira de coco e seu pai era lavrador e funcionário da fábrica GECOSA e trabalhava como mecânico. Lembrou também que antes de seus pais migrarem para o povoado Novo Nilo (PI) sustentavam a família através dos roçados.

Após residirem no povoado Novo Nilo (PI), a mãe do Sr. Moisés continuou exercendo o ofício de quebradeira de coco pois ela “[...] nos levava criança para a quebração de coco e nós catava o coco para ela e fazia o carvão da casca e a amêndoa fazia o azeite para vender que era o sustento da casa para ajudar meu pai que também trabalhava na GECOSA e ajudava na sustentação da família” (MOISÉS, 2023). Dessa forma a sua família conseguiu adquirir a sobrevivência cotidiana. Nesse novo local de moradia a família do Sr. Moisés experienciou uma melhor condição de vida pois “foi bem melhor por conta dos filhos, nós tinha o colégio próximo, a distância para o papai trabalhar, o recurso era melhor, água encanada, pois tinha dificuldade

de água na Esperança, então foi melhorias né”? (MOISÉS, 2023). O entrevistado elencou várias melhorias que possibilitaram uma condição básica de conforto no novo local de moradia.

O próximo capítulo irá analisar as experiências camponesas em torno da luta pela posse da terra e a disputa do coco babaçu no *Entre Rios* piauiense, desta forma, iremos problematizar as condições de moradia que eram destinadas para os camponeses, os conflitos em torno do extrativismo do coco babaçu e os caminhos da agricultura na vida dos camponeses.

## 2 POSSE DA TERRA E A DISPUTA DA AMÊNDOA DO COCO BABAÇU

Para auxiliar na construção deste capítulo também utilizaremos a metodologia da História Oral, que possibilitará a análise das entrevistas de camponeses que viviam como moradores agregados no povoado Novo Nilo (PI). Traremos os relatos de suas vivências e experiências no intuito de entender a problemática em torno da luta pela posse da terra e da disputa do coco babaçu.

A História Oral através de sua metodologia possibilita ao historiador “um outro tipo de trabalho histórico, no qual questões ligadas à memória, narrativa, subjetividade e diálogo moldam a própria agenda do historiador” (PORTELLI, 2016, p. 10). Essas questões trazem maior complexidade para a análise histórica, pois a entrevista se torna uma via de mão dupla, trazendo a imprevisibilidade dos fatos narrados e dando a condição privilegiada para a (re)constituição de fragmentos do passado, enredados em subjetividades e agência dos interlocutores.

O processo de construção da entrevista é necessário dentro da narrativa histórica pois “este processo de ‘fabricação’ da entrevista, que se faz no campo dialógico, é um exercício de alteridade no intuito de fazer com que o próprio narrador reconheça elementos importantes na sua trajetória de vida” (COSTA, 2018, p. 20). Nesse sentido, nos aproximamos desses sujeitos, construindo uma relação de confiança entre o entrevistador e o entrevistado, de modo a produzir condições propícias para o registro de memórias e sensibilidades de suas narrativas.

Através de suas memórias percebemos que os camponeses lutaram para conquistar sua autonomia no que se refere a obtenção dos meios de vida e garantias econômicas de seu sustento diário, desenvolvendo formas cotidianas de resistências. Essa análise nos remete ao estudo de James Scott (2013) sobre *a dominação e a arte da resistência*, o qual indica até mesmo a deferência, a subserviência e a humilhação como parte do discurso público dos subordinados, e como forma de resistência e estratégia de sobrevivência dos subalternizados.

Já no outro lado da moeda havia discursos ocultos, que devemos entender como “conotativo no sentido em que consiste em enunciados, gestos e práticas que, tendo lugar fora de cena, confirmam, contraditam ou inflectem aquilo que aparece no discurso público” (SCOTT, 2013, p. 31). Dessa forma, observamos por meio da análise das fontes que os camponeses utilizavam estratégias de resistência através de um discurso oculto, escamoteando algumas de suas formas silenciosas de resistência, em pretensas formas de deferência.

Scott (2013) pontua também que em determinadas situações os discursos ocultos também podem abrir caminho para manifestações públicas contrárias à sujeição que outrora era

praticada por personagens subalternizados, mesmo sendo passíveis de represálias. Essa quebra da aparente normalidade da sujeição dos sujeitos “dominados” por meio da declaração aberta do discurso oculto contra os seus dominadores, traz consequências que são impossíveis de se mensurar, e a respeito disso o autor afirma que:

A primeira declaração aberta de um discurso oculto, uma declaração que rompe com as formalidades das relações de poder, que perturba um espelho de águas aparentemente calmas, uma tranquilidade aparente de silêncio e aceitação, tem a força simbólica de uma declaração de guerra. (SCOTT, 2013, p. 35).

No fragmento acima o autor relata que apesar da aparente passividade dos dominados, nos discursos ocultos se avolumavam as inquietações, represados em sentimentos de revolta, que podem ocasionar um rompimento na aparente normalidade que havia dentro das relações de poder. Tal leitura teórica da luta dos trabalhadores tem pontos de intercessão com o presente estudo, sobretudo quando analisados a relação de dominação entre os donos de terra para com os camponeses que vivem como moradores agregados.

Essas relações de poder e as práticas de resistência dos camponeses também podem ser analisadas a partir dos estudos de E. P. Thompson (1998), reunidos na obra *Costumes em Comum*, que aborda a relação da incorporação de muitos sentidos extraídos do costume para a construção da cultura dos povos, trazendo a condição de que os usos habituais de determinados costumes atrelados ao direito consuetudinário poderiam em certas situações terem força de lei, que seria reivindicada pelas classes subalternizadas.

As camadas sociais menos favorecidas, aqui entendidas, são as famílias de camponeses que viviam como moradores agregados em uma grande propriedade rural, e procuravam resistir às adversidades que surgiam no cotidiano de vida, através da afirmação de uma economia moral local, que se dava através de uma articulação coletiva para mitigar a precarização econômica a qual estavam submetidos, que se manifestava, por exemplo, quando empreendiam a venda da amêndoa do coco babaçu fora do recinto da fábrica. Segundo Thompson (1998, p.152) “embora essa economia moral não possa ser descrita como ‘política’ em nenhum sentido mais avançado, tão pouco pode ser descrita como apolítica, pois supunha noções definidas, e apaixonadamente defendidas, do bem-estar comum”.

Utilizamos também os jornais *Diário do Povo*, *Meio Norte* e *O Dia*, acessados de forma *online* no acervo da Comissão Pastoral da Terra, resguardado no Centro de Documentação Dom



Tomás Balduino<sup>19</sup>. Os impressos guardam interessantes índices analíticos e leituras sobre ações camponesas, dando ênfase para os conflitos e as ações de resistência dos atores sociais envolvidos nesse processo de luta por justiça social.

Cumpramos notar que ao analisar a narrativa jornalística devemos ficar atentos às linhas editoriais dos veículos de comunicação, pois ao ser narrado um fato, a depender do jornal, podem ser enfatizadas determinadas falas e situações em detrimento de outras. Porém, tal perspectiva não tira a legitimidade da utilização das fontes hemerográficas, porque ilustra um panorama de repercussão de fatos e ações que estão em relevo na sociedade em determinado período histórico. Desse modo, este capítulo buscará aprofundar os estudos a respeito da problemática vivenciada por camponeses fazendo uso de fontes orais e de jornais impressos, tratando de camponeses que viviam como moradores agregados em uma grande propriedade de terra, passíveis de sofrerem as mais variadas formas de exploração. A seguir iremos analisar como era a vida em terra alheia dos camponeses migrantes que residiam em várias localidades pertencentes ao *Entre Rios* piauiense.

## 2.1 A vida em terra alheia

O camponês historicamente tem sua vida pautada sob o signo do trabalho, muitas vezes compartilhado dentro do âmbito familiar, com todos os seus membros envolvidos de alguma forma na labuta diária. Com a prática do trabalho fincada em diárias de sol a sol, essas famílias camponesas vão delineando suas trajetórias de vida em demanda do ganho cotidiano para que assim seja possível o sustento familiar. Essa é uma das formas que se apresenta o campesinato brasileiro, a qual se fundamenta no recrutamento da força de trabalho familiar, com a organização de tarefas bem definidas dentro do processo de produção dos meios de subsistência. Esse processo de produção se diferencia pela característica de seus produtores, englobando desse modo, os cultivadores, os agricultores e os extrativistas.

Ao analisarmos a História Geral do Brasil, percebemos que por muito tempo existiu uma espécie de amnésia social que procurava apagar ou escamotear a presença do campesinato, ocultando ou minimizando seus movimentos sociais, apresentando uma imagem cordial e pacífica para o homem do campo ou fazendo surgir a figura de um pobre coitado, analfabeto e mal alimentado, residentes em espaços distantes da civilização letrada. (NEVES, SILVA, 2009). Essa aparente imagem de passividade e inferiorização procurava relativizar os históricos

---

<sup>19</sup> Acervo da CPT - Comissão Pastoral da Terra, disponível no CEDOC - Centro de documentação Dom Tomás Balduino Ver: <<https://www.cptnacional.org.br/cedoc/centro-de-documentacao-dom-tomas-balduino>> Acesso em: 23 de abr. 2021.

embates entre camponeses e proprietários de terras. Devemos entender, portanto, que a luta pela terra e pelo acesso às variadas formas de sobrevivência são pontos importantes para analisarmos a condição de vida do camponês em seu sentido mais amplo.

A vida em terra alheia vivenciada pelos camponeses foi problematizada na literatura através de grandes escritos literários, entre eles, podemos destacar o romance intitulado *Torto Arado*, escrito por Itamar Vieira Junior (2019) que traz a condição de vida de camponeses que viviam como moradores agregados em uma grande fazenda fictícia chamada Água Negra, ambientada no interior da Bahia.

O romance pontua a questão da exploração da mão de obra camponesa que era empregada para a realização das atividades cotidianas da fazenda, onde havia um gerente que organizava o preenchimento dos postos de trabalhos, arregimentando camponeses que trabalhavam muito, sem recusar o trabalho proposto. O local de residência que as famílias camponesas se instalavam na fazenda era o mais simples possível, pois as casas deveriam ser construídas de barro, fator determinante para que fosse evitada a permanência ou mesmo possível questionamento da posse do local de moradia e suas benfeitorias, rechaçando qualquer noção de pertencimento dessas famílias às terras da fazenda.

A roça cultivada não poderia ser grande demais, essa regra se justificava pelo fato de que a obrigação era cuidar das coisas do patrão, condição básica para que o morador pudesse permanecer morando nas terras, seu tempo de trabalho deveria ser focado nas designações que eram impostas pelos proprietários dentro das tarefas diárias, e o roçado era cultivado somente em algum momento de folga.

Os trabalhadores poderiam trazer toda a família para as terras da fazenda, pois a intenção dos proprietários era que os filhos dos moradores se tornassem habilitados ao trabalho braçal, fornecendo-lhes a força de trabalho juntamente com seus pais, esses filhos eram apadrinhados pelos fazendeiros para que fosse possível manter os laços do paternalismo<sup>20</sup>.

A força de trabalho exercida pelos camponeses não era assalariada pelos fazendeiros, além disso, esses camponeses eram submetidos a uma longa jornada de trabalho em troca da alimentação cotidiana adquirida nos roçados, esse fato era justificado como um ato de benevolência do fazendeiro por ter cedido uma porção de terra para plantar.

---

<sup>20</sup>Segundo Thompson (1998) o termo paternalismo “sugere calor humano, numa relação mutuamente consentida; o pai tem consciência dos deveres e responsabilidades para com o filho, o filho é submisso ou complacente na sua posição filial” onde as relações sociais são decididas a partir de cima e cabe aos camponeses um comportamento de deferência e submissão Ver: THOMPSON, Edward. P. Patrícios e plebeus. In: **Costumes em Comum**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. p. 30.

Para que o camponês não sofresse retaliações em seu local de moradia, deveriam obedecer as ordens do patrão, e agir de forma pacífica, mesmo quando os animais do dono da fazenda destruíssem as plantações. Além disso, parte da produção estava suscetível a ser destinada como renda ao patrão, tendo em vista que a terça parte de tudo que era produzido nas roças e nos quintais dos camponeses era pago como renda da terra.

A relação entre o camponês e o proprietário apresentada nesta obra é respaldada pela obrigação moral do cumprimento das regras de moradia. Os camponeses deveriam trabalhar de forma gratuita para o patrão durante alguns dias da semana, e tal forma de trabalho era denominada *cambão*, entendida como retribuição a oportunidade de moradia que lhe fora concedida pelo dono da terra.

De modo semelhante, a experiências de trabalho dos camponeses estudados na presente dissertação tem lastro na condição de morador agregado, na qual homens e mulheres ocupavam um local de moradia cedido pelo proprietário da terra onde estava situada a fábrica GECOSA, em troca do cumprimento de variadas regras de moradia previamente estabelecidas dentro desse espaço rural/fábril. Para entendermos os meandros dos fatos narrados a respeito dos camponeses que migraram para o povoado Novo Nilo (PI), é necessário compreendermos também a condição de vida dos nossos entrevistados. Desse modo, o pesquisador deve estar atento as diversas temporalidades estampadas nas falas dos atores sociais envolvidos dentro da presente pesquisa, por isso é preciso sublinhar que a metodologia da História Oral necessita de um cuidadoso passeio pelo campo da memória.

Nesse sentido, apontamos a entrevista feita com o Sr. Amâncio, homem negro, 46 anos, casado, lavrador, natural do povoado Novo Nilo (PI). Foi entrevistado em dois momentos, a primeira entrevista foi realizada em sua residência no ano de 2017 e estava junto com sua família, e procurou estar atento às perguntas que eram proferidas pelo entrevistador. A sua segunda entrevista foi realizada na igreja evangélica a qual é membro no ano de 2019, sendo que nesse dia, o entrevistado estava realizando um trabalho voluntário com outros membros dessa comunidade religiosa.

Em sua segunda entrevista, o Sr. Amâncio traçou a trajetória de trabalho do seu progenitor, relatando que “o meu pai trabalhou antes da fundação da GECOSA, ali era um moinho de arroz, ele trabalhou na época lá, de auxiliar de moendeiro de arroz, na época nós morávamos ali nas Pedrinhas, aí ele vinha de pé para trabalhar lá” (AMÂNCIO, 2019).

Esse camponês rememorou o cotidiano de trabalho de seu pai que trabalhou em um moinho de arroz no local onde posteriormente seria a fábrica GECOSA, como auxiliar de

moendeiro. Nessa fala, foi relatado a maneira como seu pai se deslocava até o seu local de trabalho, informando que “ele vinha a pé para trabalhar lá”. Percebemos que o seu pai tinha uma jornada árdua de trabalho.

Com o passar do tempo, o pai do Sr. Amâncio saiu do seu local de origem por meio de um processo de migração e foi residir no povoado Novo Nilo (PI), local onde já havia se instalado a fábrica de beneficiamento da amêndoa do coco babaçu, e nessa época havia uma situação bastante emblemática nessa localidade, pois o entrevistado relatou que “meu pai conta, que aquele que, chegasse do outro terreno, ele tinha que ir lá e saber por que ele saiu do terreno? Qual era a procedência? Se ele era uma pessoa de bem? Quantos filhos tinha? Se trabalhava de roça?” (AMÂNCIO, 2019).

Ele informou que os camponeses eram obrigados a se dirigirem até os proprietários da terra a fim de se apresentarem e explicarem o motivo que os levou a rumarem para as terras do povoado Novo Nilo (PI), demonstrando assim deferência aos futuros patrões, afirmando para os donos da terra que eram pessoas de bem, que tinham uma boa procedência e que trabalhavam como lavradores em seus locais de origem.

As narrativas sobre a história de vida desses sujeitos, possibilita múltiplas percepções acerca do cotidiano dos camponeses conforme relata Costa (2018, p.22) “Viver de roça não se restringe a contar histórias sobre escassez e fartura, mas todo o campo possível de práticas de sobrevivência que vem a acontecer na espacialidade que ele vive, seja no sítio, na fazenda, no bairro rural”. Dessa forma, entendemos que o camponês é um sujeito histórico singular dentro de sua espacialidade, e que se utiliza de variadas práticas de sobrevivência com o intuito de manter a sua família longe das atribulações da vida.

Nesse povoado existia a figura de um “coronel”, que tinha sua autoridade voltada para os laços do paternalismo, sendo um grande possuidor de terras, atuava de forma dura para com camponeses que viviam como moradores agregados, pois o “coronel era muito rígido” (AMÂNCIO, 2019). Essa afirmação dada pelo Sr. Amâncio demonstra como esses camponeses estavam sob um jugo autoritário que acabava estruturando as relações de convívio social entre o coronel e seus moradores.

Esse costume de tratar figuras importantes com o termo “coronel” foi idealizado a partir da criação da Guarda Nacional em 1831 e essa prática tem relação direta com o sistema de coronelismo que foi implantado pelas elites agrárias no Brasil, conforme Leal (2012, p. 45) o coronel “como que resume em sua pessoa, sem substituí-las, importantes instituições sociais.

Exerce, por exemplo, uma ampla jurisdição sobre seus dependentes, compondo rixas e desavenças e proferindo, às vezes, verdadeiros arbitramentos, que os interessados respeitam.”

A autoridade do coronel colocava no convívio dos camponeses uma espécie de lei de obediência que devia ser exercida e respeitada, trazendo dissabores para aqueles que porventura desobedecessem às regras impostas por esse mandatário. Segundo o nosso entrevistado, uma das leis que foi implantada dentro do povoado Novo Nilo (PI) era a utilização de vales pelos camponeses, ofertados pelos donos da terra, informando que “aqui na época o dinheiro era tipo assim trocado por mercadoria, meu pai trabalhava aí tinha que preencher um valezinho, e receber a mercadoria na GECOSA” (AMÂNCIO, 2019).

Essa prática realizada pelos camponeses que moravam no povoado Novo Nilo (PI) demonstra o grau de sujeição dentro das relações de convivência, pois impõe a realização da troca do trabalho por um “valezinho” que seria utilizado no armazém da própria fábrica denominado MECOL (Mercantil Costa Limitado) para comprar alimentos de primeira necessidade. Isso caracterizava uma estratégia implementada pelos patrões que obrigava os camponeses a adquirirem os produtos no armazém da GECOSA, com os preços estabelecidos pelos donos da fábrica.

Segundo Caires (2009, p.167) “Ao estabelecer um relacionamento personalizado e paternalista, promover a vida material dos trabalhadores e de suas famílias, pela concessão de moradia e distribuição de bens sob um racional sistema de armazém” Dessa forma, os camponeses estavam em uma situação de permanente dominação, se sujeitando a esse sistema de subordinação com intuito de suprirem suas necessidades mínimas de sobrevivência.

Outra prática que era comumente utilizada pelos coronéis era a arregimentação dos votos dos seus moradores agregados, esse fato ficou conhecido como voto de cabresto, nesse contexto “a força eleitoral empresta-lhe prestígio político, natural coroamento de sua privilegiada situação econômica e social de dono de terras” (LEAL, 2012 p. 45). Com o poder que os coronéis tinham ao seu alcance, podiam submeter as famílias camponesas às mais variadas formas de sujeição, alimentando vínculos autoritários e paternalistas.

O coronel tem como pressuposto principal a característica de ser um chefe político de um determinado ambiente rural, por ser um grande possuidor de terras o seu poder político interfere diretamente na fidelidade pessoal do eleitor. E “como tal, o ato eleitoral não é redutível nem à forma da coerção física, nem à modalidade da troca mercantil, mas se legitima enquanto uma obrigação moral, concretizando-se como uma doação pura e simples do sufrágio ao chefe político” (FARIAS, 2020, p.23).

Assim, tomando como exemplo, essas práticas que eram empregadas regularmente na vida dos moradores do povoado Novo Nilo (PI) e de outras localidades do Piauí, percebemos que ocorria um contexto propício à ocorrência de conflitos entre camponeses e proprietários de grandes áreas de terras, o qual se avolumaram e evoluíram para a luta pela Reforma Agrária<sup>21</sup> ao longo do século XX.

Mas como podemos qualificar um evento envolvendo camponeses como conflito de terra? Este é um conceito bastante discutido, sendo que as próprias instituições que se envolvem diretamente com essa problemática divergem em relação a sua definição, pois para “os órgãos federais e estaduais, uma área é considerada como ‘de conflito’ quando há constatação de violência física. Já entidades ligadas aos trabalhadores rurais consideram “conflito” qualquer ação que lese os direitos do trabalhador e que possa culminar na expulsão de famílias” (ADAD, LIMA, 1987, p.82).

Dessa forma, o contexto da luta pela terra e por melhores condições de moradia desencadeou vários conflitos no estado do Piauí nas décadas seguintes, sendo que muitos desses embates foram publicizados em vários jornais de grande circulação, e foram catalogados pela CPT (Comissão Pastoral da Terra) em seu acesso digital denominado CEDOC (Centro de Documentação Dom Tomás Balduino).

Um dos conflitos identificados nesta pesquisa ocorreu no ano de 1998 na cidade de Miguel Alves (PI), em seu povoado denominado Mato Seco, nesta localidade as famílias de camponeses entraram em confronto com o proprietário da terra por conta da renda que deveriam pagar e “mesmo sofrendo ameaças, os trabalhadores, em forma de protesto, deixaram de pagar a renda da terra que era de dois quartos, ou seja, para cada linha plantada e colhida o trabalhador deve pagar 50% da produção” (O DIA, 1998, p. 03).

Percebemos que apesar de serem moradores agregados, os camponeses se organizaram através de um pensamento comum, para se desvencilhar do seu opressor, que por meio de ameaças tolhia o direito desses homens e dessas mulheres de lutarem por uma vida com mais dignidade. A estratégia utilizada foi a recusa ao pagamento da renda que consumia metade daquilo que era produzido.

---

<sup>21</sup>Conjunto de ações que possibilitem a distribuição justa de terras agricultáveis, a fim de garantir que partes dessas terras estejam nas mãos dos trabalhadores rurais. Onde “o assentamento de trabalhadores rurais deverá ser realizado em terras economicamente úteis, de preferência na região por eles habitada” Ver: BRASIL, **Lei de Nº 8.629, de 25 de fevereiro de 1993**. Dispõe sobre a regulamentação dos dispositivos constitucionais relativos à reforma agrária, previstos no Capítulo III, Título VII, da Constituição Federal. Brasília, DF, 1993. Disponível em <[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l8629.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8629.htm)> Acesso em 03 de mar. de 2024.

Esse fato que ocorreu dentro desse povoado, levou os camponeses a se mobilizarem e lutarem por justiça social. Assim, “um grupo de trabalhadores rurais da localidade Mato Seco [...], estiveram ontem na Federação do (sic) Trabalhadores na Agricultura do Estado do Piauí - Fetag. Os 45 agricultores foram pedir apoio para a solução do conflito entre as 400 famílias e os proprietários da fazenda.” (O DIA, 1998, p. 3).

O jornal informou que um grupo de camponeses foram até a FETAG (Federação de Trabalhadores na Agricultura do Estado do Piauí) em busca de uma solução para o conflito que estava ocorrendo entre as famílias camponesas e os proprietários da terra e como solução “os trabalhadores reivindicam do Instituto Nacional de Reforma Agrária – Incra, a compra da terra para que eles sejam assentados.” (O DIA, 1998, p. 3). Os camponeses solicitaram que as terras que residiam como moradores agregados, fossem compradas pelo Incra, para que houvesse a criação de um assentamento por meio da Reforma Agrária.

Esses camponeses estavam receosos pela retaliação que poderia ocorrer mediante as atitudes que foram tomadas, pois “[...] houve, inclusive, tentativa de despejo de agricultores” (O DIA, 1998, p. 3). Nesse fragmento observamos a qual ponto chegou à relação de conflito existente entre as partes envolvidas nesse evento, tendo em vista que os camponeses sofriam ameaças de serem despejados pelos proprietários da terra.

Outro ponto de conflito noticiado pelo jornal foi em torno da venda do coco babaçu, pois “por causa da seca o (sic) lavradores estão quebrando côco (sic) para sobreviver. Eles deixaram de vender o côco (sic) para os herdeiros da terra por não concordarem com o valor pago pelos donos da fazenda” (O DIA, 1998, p. 3).

Através desse recorte jornalístico percebemos que por conta da estiagem que estava ocorrendo, os camponeses juntamente com suas famílias começaram a coletar e quebrar o coco babaçu para poderem sobreviver, porém, eles não queriam vender a amêndoa para os proprietários da terra, devido ao preço que era praticado, uma vez que, os herdeiros da terra pagavam um valor muito inferior pela amêndoa do babaçu, se comparado ao preço que era comumente praticado em outros lugares.

Em outro povoado denominado Jenipapo também localizado na cidade de Miguel Alves (PI), em 1998 ocorreram conflitos entre os camponeses que eram moradores agregados e os donos da terra, o jornal *Diário do Povo* (1998, p. 10) narrou que “a confusão começou quando trabalhadores resolveram vender coco babaçu para comerciantes, o que não é permitido pelo dono da fazenda”. Observamos, portanto, que essa prática utilizada pelos patrões para impedir

a venda de produtos oriundos do extrativismo do coco babaçu para comerciantes de outras localidades era comum nessa região de estudo.

O jornal acima citado deu enfoque também para a fala do presidente da FETAG que intermediou o conflito entre as partes envolvidas, afirmando que “as famílias estão dispostas a permanecer trabalhando na área desde que possam trabalhar nas vazantes, quebrar coco e fazer plantio de roça, sem que sejam obrigados a vender tudo o que produzirem para o proprietário” (DIÁRIO DO POVO, 1998, p.10). A exigência das famílias camponesas por melhores condições de vida pode ser demonstrada nesse fato narrado.

O jornal abordou também o relato de um morador agregado que há 20 anos vivia no local, informando que “eles resolveram vender o coco para outras pessoas, porque eles estavam passando fome. ‘Todo o coco babaçu que nós quebramos, temos que vender para o dono da terra’” (DIÁRIO DO POVO, 1998, p.10).

A abordagem jornalística a respeito dos fatos acima relatados demonstra que os moradores eram coagidos para venderem a amêndoa do coco babaçu por um preço inferior, porque eles estavam na condição de moradores agregados e deveriam vender a amêndoa do babaçu exclusivamente para os proprietários. Mas, apesar disso, os camponeses criaram uma estratégia de resistência que possibilitou a venda da amêndoa para outras pessoas.

Pensando as relações de conflitos desses sujeitos históricos é importante pontuar que que esses espaços de disputa no campo vêm se arrastando ao longo do tempo, que geralmente são caracterizados por disputas entre camponeses e grandes proprietários de terra, impossibilitando assim uma luta com igualdade entre as partes envolvidas, favorecendo na maioria das vezes o grande latifundiário.

Dessa forma entendemos que o latifúndio piauiense e a pequena exploração agrícola formam um único sistema, havendo uma dependência mútua, pois a exploração agrícola seja no interior do latifúndio ou ao seu redor “representa um reservatório de mão-de-obra (sic) barata para a exploração comercial dos latifúndios e, também, uma forma de apropriação do sobre produto pelos grandes proprietários através da compra da produção a preços baixos e do recebimento da renda da terra” (BANDEIRA, 1981, p.29).

No Piauí o latifúndio se caracterizou pela exploração de suas terras de modo extensivo, sendo que a pecuária era a atividade principal a qual era “processada com métodos que pouco diferem da época colonial. No interior destas unidades produtivas, é muito comum a existência de moradores que praticam a agricultura de subsistência e que, ao mesmo tempo, prestam serviços ao proprietário” (BANDEIRA, 1981, p.29).



Conforme Bandeira (1981, p. 44-45) “o latifúndio no Piauí sempre esteve ligado às atividades da pecuária e do extrativismo. A mão-de-obra (sic) é basicamente a do morador, que ao mesmo tempo em que trabalha na atividade principal, planta produtos de subsistência em terras cedidas pelo proprietário”. Mas dentro dessa aparente normalidade existe um movimento de articulação dos camponeses que procuram produzir seus meios de subsistência.

Desse modo devemos analisar também que a noção de propriedade não é estática, pois está em constante processo de construção, assim podemos verificar as articulações e o movimento de resistência dos camponeses, como por exemplo, a venda da amêndoa do babaçu, nesse contexto de conflito. Outrossim devemos entender que para ter o direito sobre a propriedade além da aquisição do título de domínio o proprietário deve dar para a terra uma utilidade social.

Na cidade de José de Freitas no ano de 1998, também houve a ocupação de uma fazenda chamada São Domingos por aproximadamente sessenta (60) famílias que posteriormente se dirigiram até a FETAG para solicitar agilidade no processo desapropriação da terra pelo Incra e pedir alimentação para os camponeses conforme noticiou o jornal *Diário do Povo* (1998, p.10) “é necessário que o processo seja o mais rápido possível pois a situação das famílias está difícil, estamos passando fome”, disse o presidente do Sindicato de Moradores de São (sic) José de Freitas [...]”.

Nesse processo de desapropriação os camponeses estavam passando por uma situação muito difícil, pois faltava a alimentação cotidiana. E nesse sentido, devemos pontuar a importância da participação do movimento sindical no conflito, na tentativa de intermediar o impasse entre os camponeses e o dono da terra, assim estamos em sintonia com o que relata Medeiros (1995) apud Rocha (2010) a respeito da ação sindical:

A motivação inicial da ação sindical era a luta pela reforma agrária e pelos direitos previdenciários. Ante a ação virulenta dos grandes proprietários, com despejos pelo simples fato dos agregados se sindicalizarem, começou a luta pelo próprio direito de associação e pela permanência na terra. (MEDEIROS, 1995, p.175 apud ROCHA, 2010, p. 28).

O autor enfatiza a motivação inicial que levou os sindicatos a lutarem pela Reforma Agrária em diversas regiões do Brasil, pontuando a resistência do movimento sindical contra as ações dos grandes proprietários de terra, que terminavam realizando ordens de despejos contra seus moradores, pelo fato de aderirem ao movimento sindical e lutarem pela permanência a terra.

Nesse contexto, houve um presidente no Brasil chamado João Goulart que tentou atrair a massa camponesa para o seu governo, apoiando uma campanha para organizar sindicatos

rurais em todo o país, além disso, assinou um decreto que prometia distribuir terras para os camponeses, Porém antes de cumprir tais medidas, o Exército tomou o poder e acabou com a chamada “república populista” implantando a ditadura militar no Brasil no ano de 1964 (WELCH, GERALDO, 1992).

Em entrevista ao jornal, o presidente do Sindicato dos Moradores de José de Freitas informou que “a área estava totalmente desocupada sem nenhum tipo de trabalho desenvolvido no local. Tem cerca de 700 hectares, e é uma área que dispõe de muita água, ótima para a prática da agricultura” (DIÁRIO DO POVO, 1998, p. 10). Nesse ponto da entrevista o presidente do sindicato informa sobre a situação que se encontrava o terreno em questão, afirmando que não havia qualquer atividade desenvolvida na área que foi ocupada, o que legitimava a desapropriação da propriedade para que fosse possível dar o devido fim social.

O entrevistado também relatou ao jornal *Diário do Povo*, em outro momento de sua entrevista que “antes de ocuparem a fazenda São Domingos, eles moravam na periferia de José de Freitas, vivendo em péssimas condições” (DIÁRIO DO POVO, 1998, p.10). Nesse trecho o entrevistado reitera a condição de vida que essas pessoas enfrentaram antes de migrarem da cidade para o campo, pois na cidade estavam passando por uma situação de pauperização, atrelada a condição de desemprego.

Aqui se percebe uma migração ao reverso, se comparada a migração comumente evidenciada pela historiografia brasileira, como podemos observar na reflexão de Rocha (2010, p. 21). “Para estes homens pobres, a migração aparece como uma necessidade de superação da pobreza que assola suas condições de vida no lugar de origem. Assim, o indivíduo inserido na pobreza do campo muitas vezes deseja superar-se e se aventurar pelo mundo”.

Em contraste a essa fala, por meio do relato capturado pelo jornal *Diário do Povo* é possível afirmar que a pobreza também estava instalada nas cidades, principalmente nas regiões periféricas, esse fato possibilitou o desejo de migração, saindo da cidade e indo para o campo, de pessoas que passavam por privações econômicas, imbuídos em um pensamento de que iriam alcançar melhores condições de vida no local de destino.

No povoado Novo Nilo (PI) os camponeses também estavam sofrendo com a luta pela terra a qual residiam. Esse fato foi noticiado pelo jornal *Meio Norte* (2007, p. 07) afirmando que “na área Novo Nilo, as famílias estão apreensivas com a situação”. O jornal narra a entrevista de um representante do STTR (Sindicato dos (as) Trabalhadores (as) Rurais de União) que relatou que as pessoas que residiam nesse povoado estavam passando por problemas a respeito da posse da terra.

No decorrer de sua fala o entrevistado informou ao jornal que “depois de terem recebido a emissão (sic) de posse da terra e se tornarem um assentamento do Incra, as famílias continuam submetidas aos abusos do ex-proprietário, que segundo ele, ‘quer mandar e desmandar na área’” (MEIO NORTE, 2007, p. 07). A fala do entrevistado mostra que os moradores estavam apreensivos com a postura adotada pelos donos da terra, depois que passou a se tornar um assentamento.

A questão de “mandar e desmandar na área” pode ser entendida como uma forma de dominação que o proprietário da terra queria manter sobre os moradores do povoado Novo Nilo (PI). Pois apesar da disponibilização da emissão de posse para as famílias que viviam outrora como moradores agregados, os donos da terra queriam permanecer com as mesmas práticas de dominação contra as famílias camponesas.

O jornal coloca a fala da secretária da FETAG (Federação dos Trabalhadores na Agricultura) que informou sobre a articulação com o INCRA (Instituto Nacional de Reforma Agrária) e com o INTERPI (Instituto de Terras do Piauí) para solucionar a situação relatando que “estamos aguardando mais empenho por parte desses órgãos para que a situação dos nossos amigos de União seja resolvida, pois somente assim as famílias poderão trabalhar na terra e assim garantir o sustento de suas famílias de maneira digna e tranquila” (MEIO NORTE, 2007, p. 07).

Nesse trecho da fala, percebemos uma crítica que a secretária da FETAG faz a respeito da demora e da falta de comprometimento do INCRA e do INTERPI para solucionar a situação dos moradores dessas áreas de conflitos, para que pudessem viver em paz e com tranquilidade. Assim percebemos que a vida em terra alheia é cheia de percalços que são enfrentados diariamente pelos camponeses migrantes em terra estranha, muitas vezes eles são submetidos a situações de humilhações e desprezo por parte dos proprietários da terra, mas tais sujeitos procuram trilhar por esses caminhos tortuosos e movediços com o objetivo de viverem de forma mais digna e tranquila, buscando assim um bem-estar social para o grupo familiar a qual estão inseridos.

A seguir iremos analisar as condições de moradia dos camponeses que residiam no povoado Novo Nilo (PI), no intuito de entender as práticas de dominação que existiam nessa localidade rural, por meio da interdição da construção das casas de alvenaria e demais regras de moradia, precarizando a vida dos camponeses que viviam como moradores agregados nas terras da fábrica.

## 2.2 Condições de moradia

É importante entender como era a condição de moradia em que esses camponeses viviam em seus locais de destino, sujeitos às forças das intempéries sociais que afligiam as suas vidas, tendo que lutar em outras paragens. Nesse sentido, buscando entender a condição de moradia através dos relatos de vida dos nossos entrevistados.

Entrevistamos o Sr. Moisés, homem pardo, 45 anos, casado, em duas oportunidades, o contexto da realização da sua primeira entrevista foi no período da pandemia de Covid-19 no ano de 2021 e por conta disso foi realizada de forma remota. Já a sua segunda entrevista foi realizada na igreja evangélica a qual é membro e no momento da sua entrevista estava trabalhando no mutirão de construção dessa comunidade religiosa.

O Sr. Moisés em sua primeira entrevista narrou a respeito da condição de vida dos moradores do povoado Novo Nilo (PI), e das benesses que o coronel fazia nos informando que “quando ele via que o povo estava passando fome, o que é que ele fazia? Ele matava vaca, dava comida pro povo, pro povo pagar em diárias pra ele. Mas ele dizia que o povo que morava em Novo Nilo e que trabalhasse para ele não era pra passar fome, porque ele tinha serviço, né” (MOISÉS, 2021).

Nesse ponto de sua fala, destacamos duas questões: a primeira era a boa vontade do coronel de mandar abater o gado e distribuir a carne para a alimentação de seus moradores; e a segunda questão é que esse fato não seria feito de forma gratuita, pois os camponeses seriam responsabilizados para que pudessem pagar essa “boa ação” em diárias para o patrão.

Entendemos que essa prática realizada pelo coronel, apesar do aparente socorro aos camponeses, no sentido de atender as suas necessidades alimentares, tinha como base as relações de dominação e paternalismo entre os moradores e o patrão, tendo em vista que esses campesinos ficavam à mercê do patrão, tendo a obrigação de pagar a alimentação “oferecida” através da sua força de trabalho.

Além das benesses realizadas pelo coronel, havia também a questão da moradia que era implantada no povoado, sobre isso o Sr. Amâncio, homem negro, 46 anos, casado, outro entrevistado da pesquisa, narrou como deveriam ser construídas as casas na época em que o coronel comandava a região relatando que “aqui em Novo Nilo na época do coronel, aqui não podia o morador chegar de fora e construir uma casa, tinha que ser uma casa simples, saber da onde era.” (AMÂNCIO, 2019). Ele relata que as casas deveriam ser feitas de forma simples e que o coronel deveria saber qual a procedência das famílias que estavam migrando para o povoado Novo Nilo (PI).

A proibição da construção das casas de alvenarias pelos grandes proprietários de terras era comum na região, tendo como objetivo principal evitar que posteriormente o camponês pudesse requerer a posse da terra onde residia como morador agregado, sobre essa questão Costa (2018) relata que:

Não era permitida a construção de casas de tijolos, apenas de barro e teto de palha; e, em alguns casos, somente de taipa, assim como era proibido, também, plantar árvores frutíferas. Portanto, eram negados elementos de fixação efetiva naquele espaço. A expectativa de gerar um excedente que possa ser tranquilamente armazenado dá lugar a habitual característica desta relação de trabalho, a gradual espoliação do trabalhador pelo sujeito dominante, privando-o de projetar anseios para além do necessário (COSTA, 2018, p. 66).

Em outras regiões do Brasil também havia a problemática da condição de moradia dentro de um contexto rural, tal fato foi evidenciado em um estudo feito na cidade de Magé (RJ) pelo pesquisador Felipe Ribeiro (2015) que abordou as nuances da construção de uma fábrica de tecido dentro de uma área rural. Ele problematizou em seu estudo a condição de vida dos operários que por não terem um local para residir “a direção da fábrica permitiu que os próprios trabalhadores construíssem suas moradias em terras da empresa. As casas eram bastantes simples, feitas de madeira ou pau-a-pique [...]” (RIBEIRO, 2015, p. 81).

O autor pontua o modo de construção das casas feitas pelos operários da fábrica, afirmando que eram bastante simples, e para que fosse possível a construção das casas, os operários tinham que utilizar materiais disponíveis na natureza como a madeira e o barro, além disso não havia canalização apropriada para a utilização da água e demais condições sanitárias. Ademais, existia nessa propriedade espaços distintos de moradia para os trabalhadores, a depender de sua categoria de trabalho, conforme assevera Ribeiro (2015);

[...] aquele espaço da fábrica com vila operária era entendido por eles, ao menos naquele momento, como um “lugar de direitos”, ao passo que o trabalho na lavoura era considerado hierarquicamente inferior, tido como um espaço sem direitos minimamente definidos. (RIBEIRO, 2015, p. 43)

Neste fragmento, o autor problematizou a questão dos espaços que era ocupados por trabalhadores distintos da fábrica sendo que havia um espaço reservado para os trabalhadores tecelões que formava uma vila operária, e havia o espaço que era ocupado pelos lavradores, que na maioria das vezes era composto por casas rústicas que iriam abrigar os trabalhadores do campo e suas famílias.

Esse ponto que se refere à condição de moradia de camponeses agregados se assemelha ao povoado de Novo Nilo (PI), pois havia uma grande diferença na estrutura das casas que eram ocupadas por trabalhadores de outros cargos da GECOSA, que atuavam na administração ou

em ramos especializados, em detrimento das casas dos moradores agregados da fábrica pois “[...] todas [as casas] tinha que ser de palha, não podia cobrir de telha, as casas de telhas, só eram as deles. E, ninguém botava comércio, ainda tinha mais essa. Os comércios de Novo Nilo só eram deles” (MOISÉS, 2021).

O Sr. Moisés informou também que os moradores só poderiam construir suas casas de barro e cobertas com a palha da palmeira do coco babaçu, e que as casas que eram feitas de alvenarias e cobertas com telhas se destinavam aos empregados com um cargo mais elevado dentro da fábrica. Além disso, era proibido implantar estabelecimentos comerciais dentro do povoado, haja vista que havia o armazém da fábrica, que mantinha o monopólio das atividades comerciais.

Essa determinação da impossibilidade de implantação de estabelecimentos comerciais se aproxima a outras regiões rurais do país, que tinham locais destinados à venda de produtos alimentícios de primeira necessidade para os moradores. Esses estabelecimentos eram chamados de barracões, que pertenciam aos donos das fazendas e eram destinados aos campesinos que moravam nessas propriedades rurais.

No povoado Novo Nilo (PI) existia uma empresa que foi desmembrada da GECOSA, denominada MECOL, a qual funcionava ao lado da fábrica e era “o comércio onde era feita a compra de gêneros alimentícios e a venda de um modo geral, a grosso, no atacado. [Ela comprava] na região, o arroz, o milho, a goma, o feijão, até mesmo o babaçu e repassava para a empresa [GECOSA]” (JORGE, 2023).

Os produtos da MECOL eram disponibilizados para que os campesinos pudessem suprir suas necessidades alimentares básicas, mas os mesmos deveriam ser pagos através dos produtos que eram produzidos nos roçados desses camponeses, pela venda das amêndoas do coco babaçu obtidas através do trabalho das quebradeiras de coco ou pelo vale que era disponibilizado pelo trabalho realizado na GECOSA.

O monopólio das atividades comerciais dentro do povoado fortalecia os laços do paternalismo entre o coronel e os seus moradores, conferindo a esse mandatário a condição de chefe político e econômico. Além disso, trazia a sua dominação pessoal para o âmbito social, caracterizando uma relação de sujeição entre o morador e o proprietário.

Em uma entrevista realizada com o pai do Sr. Amâncio, ele nos relatou quais os motivos que levava o coronel a expulsar um determinado morador de suas terras, informando que “a questão é porque, quando na época dos moradores, ele deixava morar né, mas quando ele [o morador] fizesse alguma malinação na GECOSA, ele [o coronel] botava para fora e tinha que

ir né”. (ELIZIÁRIO, 2019). Esse termo “malinação” se refere a algum ato realizado contra as ordens do dono da fábrica, que ocasionaria a expulsão do camponês do local de moradia.

Essa atitude do coronel revela que ele tinha uma situação privilegiada tanto social, como econômica em relação aos moradores de suas terras, pois terminava colocando homens e mulheres em uma condição de dominação e de dependência pessoal, os quais agiam conforme as vontades e ordenanças do patrão no intuito de adquirirem a sobrevivência.

O contexto em que o Sr. Amâncio narra, se refere ao período em que a fábrica já estava em pleno funcionamento no povoado Novo Nilo (PI) a partir da década de 1960 e que uma parte da população residente no povoado trabalhava na GECOSA ou dependia dela, esse fato trouxe mais prestígio social e poder para o coronel.

A respeito desse autoritarismo figurado no coronelismo, Farias (2020, p. 43) problematiza a condição de vida que moradores agregados enfrentavam afirmando que “a diferença marcava a sujeição do morador ao proprietário, e tal sujeição, como as demais, remete ao fato de que, ao morador, é permitido o acesso a um lote de terra para a sua reprodução familiar”.

Esse acesso a determinado lote de terra se dava de forma que o morador agregado deveria estar disposto a viver sobre as amarras do paternalismo, pronunciadas pelas práticas de benevolência e caridade por parte do patrão, e da submissão e do respeito as regras estabelecidas dentro dessa comunidade rural.

Os camponeses do povoado Novo Nilo (PI) antes do advento da fábrica, também eram obrigados a pagar a renda daquilo que era produzido em suas lavouras, essa afirmação foi dada pelo Sr. Moisés nos informando que:

[...] Antes da fundação da GECOSA, sim, eles cobravam [renda] né. Eles cobravam [renda] porque eles tinham terras na Santa Maria, aí lá eles já cobravam a renda né. Eles tinham os comércios deles, tinha o Centro do Designo que também era da GECOSA, tinha o Brejinho que era deles, tinha aqui o Patuci, que era deles, eles tinham o Porto das Matas que era deles. Nesses lugares eles cobravam renda porque tinham os comércios deles. (MOISÉS, 2021).

O entrevistado afirma que antes da instalação da fábrica GECOSA no povoado Novo Nilo (PI) era feita a cobrança da renda pelos proprietários da terra a todos os camponeses que viviam como moradores agregados, pontuando que além dessa localidade, era cobrada a renda em outras propriedades pertencentes ao coronel, e que nesses locais havia estabelecimentos comerciais que facilitava o recolhimento dos produtos oriundos dos roçados cultivados pelos camponeses.

Considerando tal contexto, conforme Farias (2020, p. 43) “predominou, na região piauiense, entre 1950 e 1970, o pagamento da renda-produto, acompanhada às sujeições. O morador devia vender a sua cota-parte do produto ao proprietário, que se encarregaria da comercialização”. O autor frisa que além do pagamento da renda do produto que era produzido nos roçados, o morador deveria vender a parte excedente para o proprietário da terra.

Dessa forma, tal condição acentuava a precarização das relações de moradia, tendo em vista que o patrão não dava a contrapartida para o melhoramento da área de plantio e nem disponibilizava as sementes que seriam utilizadas pelo camponês, assim o morador agregado deveria produzir sozinho o seu sustento familiar. Com o advento da fábrica no povoado Novo Nilo (PI), o panorama iria se transformar em relação a cobrança da renda, tendo em vista que a obrigação dos moradores seria com a disponibilização da amêndoa do coco babaçu para a GECOSA, tal fato foi narrado pelo Sr. Moisés, onde nos informou como se dava a relação de convívio entre os moradores e a fábrica, afirmando que:

A GECOSA nunca cobrou renda de roça, ela sempre deixou as pessoas livres né. E por que? Porque eles tinham obrigação, não pagavam renda, só que o coco que quebrasse também não podia vender fora, tinha que vender pra eles aqui na GECOSA, entendeu? Eles não cobravam renda dos seus moradores. (MOISÉS, 2021)

Ele nos informou que a partir do surgimento da fábrica GECOSA no povoado Novo Nilo (PI) foi abandonado a cobrança da renda dos roçados que eram feitos pelos moradores agregados, mas essa condição se dava em virtude da obrigatoriedade de venderem a amêndoa do coco babaçu para a fábrica, sendo que não poderiam vender essa matéria prima para outros compradores.

Em outro ponto da entrevista o Sr. Moisés relatou sobre a condição de vida dos moradores do povoado Novo Nilo (PI) em relação a autoridade do coronel, relatando que “porque o povo tinha que votar nos políticos deles, tinham que votar em quem eles apoiassem. Nós éramos moradores, não pagava renda, nem nada, mas tinha que votar em quem eles pediam” (MOISÉS, 2021).

Percebemos, portanto, através da fala do Sr. Moisés que no povoado Novo Nilo (PI) a prática do voto de cabresto também era utilizada pelo coronel, e que a aparente bondade do patrão que se apresentava pelo fato de não ser preciso pagar a renda dos roçados, resultava na obrigação moral de exercer o seu sufrágio eleitoral no partido e ou no candidato aliado ao coronel. A relação de poder era acentuada pela forma como se dava o condicionamento das leis de moradia que eram impostas e sobre essa problemática Farias (2020) nos informa que:



A dominação pessoal exercida pelo coronel, dentro de um dado território, a qual era transformada em poder político através de normas, valores, e práticas que regulavam o exercício do poder municipal ou local em todo Brasil, constituiu a base da estrutura de poder sobre a qual foi apoiar-se o poder estadual e federal, formando um sistema de poder bastante peculiar, cuja especificidade se deve ao singular desenvolvimento histórico das instituições sociais e políticas brasileiras. (FARIAS, 2020, p. 10).

O autor pontua a dominação pessoal que havia entre os coronéis e seus moradores em várias regiões do Brasil, evidenciando que o fenômeno do coronelismo não se limitava somente à região nordeste do país. Afirmou também que o poder do coronel era transformado em normas, práticas e valores que regulavam o poder político e social desses locais em que tal regime imperava.

No âmbito da supremacia política na região rural, o coronel se transformava em chefe político por ser o dono das terras, dessa forma por meio do seu poder político eleitoral fazia uso do “voto de cabresto” dos seus moradores, que era realizado como forma de fidelidade aos serviços prestados por ele ao povo que estava assentado em seu “curral” eleitoral.

Em outro ponto da sua entrevista o Sr. Moisés nos informou sobre a questão social que havia dentro do povoado no que refere a sua organização informando que “[...]era muito organizado Novo Nilo, e ele [o coronel] era quem resolvia os problemas da população, ele [o coronel] resolvia. Ai se o delegado viesse de União vinha procurar ele [o coronel]. E aí ele [o coronel] resolvia!” (MOISÉS, 2021).

A relação de poder do coronelismo ultrapassava as linhas da política partidária, tendo em vista que personificava a figura do “senhor” dono da terra, sendo o responsável por fazer a mediação dos conflitos que havia entre a população. Essa mediação lhe conferia o poder de polícia privada dentro dessa comunidade rural, sendo que os moradores deveriam compartilhar com o coronel os fatos que geravam as desavenças dentro do povoado Novo Nilo (PI).

Os relatos a respeito da autoridade do coronel perpassam a memória de muitos de nossos entrevistados, muitos desses fatos são rememorados pelos moradores da comunidade que acabam sendo repassados às gerações futuras, em falas entremeadas de saudosismo de um período a fábrica GECOSA estava com suas atividades industriais em pleno vapor, ficam as lembranças de um passado vivido.

Nesse sentido, passamos a analisarmos um diálogo que tivemos com o mais um interlocutor, o Sr. Benedito, homem pardo, filho de um lavrador e de uma quebradeira de coco, hoje tem 44 anos, é casado, reside no povoado Novo Nilo (PI) e trabalha atualmente como professor em uma das escolas que foram construídas dentro dessa comunidade rural. E com ele também foram realizadas duas entrevistas, a primeira em 2017 na fábrica GECOSA a qual se

emocionou rememorando o passado através de sua fala e a segunda entrevista foi realizada no ano de 2019 em sua residência. Em sua fala confirmou o que foi relatado pelo Sr. Moisés a respeito do comportamento que era exercido pelo coronel para com seus moradores dentro do povoado, afirmando que:

[...] pela história dos que conviveram com ele [o coronel], que era um cidadão muito bom, muito bom para quem era bom, mas ele [o coronel] era também ruim para quem era ruim, nesse tempo [em] que comandava a comunidade, sabe que se acontecia algum problema na comunidade e levasse o problema para ele [o coronel], ele [o coronel] resolvia. (BENEDITO, 2019)

Em seu relato o Sr. Benedito rememora o que foi dito pelos moradores mais velhos, a respeito do coronel, relatando como era o convívio com as demais pessoas da comunidade, frisando a condição de ser “bom” e “ruim”. Essa dualidade do comportamento entre o proprietário e o morador demonstra que havia uma relação recíproca entre ambas as partes que determinava a manutenção das relações de moradia.

Essa relação de controle que havia no povoado atrelada ao paternalismo exercido pelo coronel, resultou em um relacionamento personalizado que promovia a vida material dos camponeses, pela concessão de moradia, nesse sentido, criava-se uma situação de permanente dependência. Com a implantação da fábrica dentro do povoado Novo Nilo (PI) essa relação de dependência aumentou de maneira significativa, pois houve a construção de várias obras estruturais dentro dessa comunidade rural, dentre elas, podemos destacar as escolas que foram construídas para que os filhos dos camponeses pudessem ingressar na instrução escolar das primeiras letras em concomitância ao trabalho fabril.

Assim, em uma de suas entrevistas o Sr. Benedito nos informou como era a relação com a escola a qual estudava, e a importância dos seus professores para que ele pudesse trabalhar na fábrica, relatando que:

Comecei a trabalhar aqui com 13 anos de idade, comecei ainda na parte de produção, e como estudante, no tempo os professores que davam aula pra nós nesse tempo eram os engenheiros da empresa, e a gente, como eles percebia que a gente se destacava nas disciplinas eles ia chamando a gente [...] destacando a gente para alguns setores. (BENEDITO, 2019).

O nosso entrevistado informou que começou a trabalhar na GECOSA aos treze (13) anos de idade no setor de produção da fábrica. Essa introdução dos camponeses ao trabalho braçal ainda na tenra idade, era parte das práticas comumente aceitas entre as populações rurais, cuja imersão em atividades laborais normalmente começam na infância. Sobre isso, Thompson (1998, p. 17) afirma que “O aprendizado, como iniciação em habilidades dos adultos, não se restringe à sua expressão formal na manufatura, mas também serve como mecanismo de

transmissão entre gerações”. Nesse sentido, percebemos o papel dos professores na introdução das crianças ao ambiente fabril, pois influenciavam os filhos dos camponeses a iniciarem o trabalho como aprendizes na GECOSA, assimilando assim a disciplina do trabalho, que outrora estava mais relacionada ao tempo da natureza através da realização dos roçados nas terras da fábrica.

Sobre a relação da escola com o trabalho, Thompson (1998, p. 292) nos informa que a escola era considerada uma instituição não industrial utilizada para colocar na mente das pessoas a ideia do uso econômico do tempo, problematizando que a educação servia como um treinamento para a criança adquirir o “hábito do trabalho”, se familiarizando com o “trabalho e a fadiga”.

Essa lógica de promover o ensino concomitante ao trabalho, foi empregada em várias regiões do país, e servia para desenvolver uma educação que direcionasse os alunos para determinados setores industriais, sendo que essa prática favoreceu a criação de uma força de trabalho farta e barata que seria absorvida pelo sistema capitalista. Isso foi evidenciado no estudo feito por Caires (2009, p. 170) que abordou a relação do colonato com a implantação de indústrias sucroalcooleira informando que “desde muito cedo inseridos no trabalho, cuidando de pequenas plantações de subsistência, realizadas em lotes cedidos especialmente para esse fim, as crianças eram treinadas para se tornar trabalhadores da lavoura”

Em tal direcionamento, para Martins (1982, p. 24) “a escolarização representa um conjunto de sacrifícios por parte do aluno e ele o suporta sob coerção de normas derivadas da valorização do esforço pelo esforço. O tempo que se permanece na escola constitui um tempo de adestramento para o trabalho pelo trabalho”. Portanto, a concomitância entre a escola e o trabalho assume um caráter permanente na vida dos camponeses até aos dias atuais, constituindo-se como um valor importante entre as populações rurais. A seguir iremos problematizar as relações de disputas em torno da venda da amêndoa do coco babaçu dentro do povoado Novo Nilo (PI).

### **2.3 Venda da amêndoa do coco babaçu**

Com a instalação da fábrica, GECOSA no povoado Novo Nilo (PI) e a partir do beneficiamento da amêndoa do coco babaçu na década de 1960, houve um aumento na demanda por esse produto oriundo do extrativismo vegetal, pois até então era feito somente a exportação dessa matéria prima para a cidade de Parnaíba (PI), através do rio Parnaíba que recebia grandes

embarcações, sendo que o rio era o principal meio responsável por escoar as produções oriundas da agricultura e do extrativismo piauiense.

O extrativismo da amêndoa do coco babaçu era realizado pelas famílias camponesas do povoado Novo Nilo (PI), conforme relatou o Sr. Amâncio, colocando em evidência a questão da dificuldade de emprego na região, pois “naquele tempo era difícil o serviço, mas hoje a gente vê que mudou muito, porque naquele tempo a gente via que o pai e a mãe da gente trabalhavam muito, quebrando coco e trazendo eles para cá e a fonte de renda era o coco babaçu” (AMÂNCIO, 2019). O entrevistado pontua a labuta diária que seus pais tinham por meio da coleta e da quebra do coco babaçu para obtenção da amêndoa no intuito de adquirirem o sustento familiar.

A respeito da problemática em torno da coleta do coco babaçu para a sobrevivência cotidiana é notório que em várias regiões brasileiras tal prática extrativista era caracterizada de acordo com Barbosa (2013, p. 14), “como um tipo de economia não assalariada, formada também na relação com a natureza, e geralmente tem se configurado como uma extensão do espaço doméstico”.

Essa característica de economia não assalariada, possibilitava que todos os componentes da família de alguma forma estivessem envolvidos na exploração do coco babaçu, sendo que os adultos eram responsáveis pela execução das tarefas extrativistas, desde a coleta do coco nas matas de babaçuais, até extração da amêndoa, porém as crianças muitas vezes participavam desse processo, auxiliando na coleta e na quebra do coco babaçu.

Entre os adultos, as mulheres se destacavam nessa atividade extrativista, utilizando procedimentos artesanais, coletavam os cocos das palmeiras de babaçu, com o auxílio de uma vara, derrubavam os cocos babaçus que estavam desprendendo do cacho, colocando-os em seus cofos, e posteriormente levavam a uma área delimitada na mata, ou nos seus quintais, no intuito de realizarem a quebra do coco para a extração da amêndoa.

A quebra do coco babaçu é um serviço árduo, realizado por meio de movimentos firmes e sincronizados, utilizando um machado e uma tora de pau, comumente conhecida como “cacete”, conseguem quebrar o coco e obter a amêndoa. As quebradeiras de coco realizam esse trabalho com muito afínco e dedicação durante uma longa jornada de trabalho, pois necessitam dessas amêndoas para venderem e comprarem alimentos de primeira necessidade, necessários para a alimentação de suas famílias. Além disso, costumam realizar a confecção do carvão das cascas provenientes da quebra do babaçu em caieiras improvisadas.

Outra prática realizada pelas quebradeiras de coco babaçu até os dias de hoje, é a extração do “azeite de coco” que é feito por meio da torração das amêndoas do coco babaçu, e da posterior fervura da amêndoa triturada, juntamente com água para que se possa extrair o óleo através de um processo de decantação, a qual separa o “azeite” da água e esse óleo comestível serve para auxiliar no preparo da alimentação de muitas famílias rurais.

Podemos, portanto, caracterizar tais práticas cotidianas como o fator de pertencimento e construtor de sociabilidades entre as quebradeiras de coco, identificadas com o ofício, uma vez que, “cabe apontar o dinâmico processo de formação do sentimento de pertença a um lugar/território geográfico ou social, que determina novos modos de vida” (BARBOSA, 2013, p. 15). Adquirindo outras formas de lutas em novos espaços, tais personagens foram delineando o percurso de suas vidas por meio de uma vivência pautada no trabalho.

O Sr. Amâncio traçou, nesse sentido, o perfil de sua mãe, que trabalhava junto ao seu pai na labuta diária, no período em que migraram para o povoado Novo Nilo (PI), informando que “ela ajudava meu pai em casa, como o meu pai trabalhava, ela trabalhava só na roça, quebrava coco né? e ajudava meu pai” (AMÂNCIO, 2019). A percepção camponesa do entrevistado se estabelece por meio da designação da função exercida pelos seus pais, tendo o seu pai como lavrador e sua mãe como quebradeira de coco.

Cabe pontuar que o entrevistado tratou sobre o papel que era exercido pela sua mãe dentro da economia familiar, ressaltando que para além da realização dos afazeres domésticos, sua mãe trabalhava junto com seu pai nos roçados e ainda procurava um tempo para lidar com a coleta e com a quebra do coco babaçu.

O papel das quebradeiras de coco dentro da economia moral camponesa deve ser pensado como sendo uma das “responsáveis pela sobrevivência familiar e, portanto, pela própria reprodução camponesa, essas mulheres, tiveram que lançar mão de todos os mecanismos para cumprir seu papel” (BARBOSA, 2013 p.30). Para que isso fosse possível, utilizavam da quebra do coco babaçu como forma de aumentar as possibilidades de sustentação familiar.

Em sua entrevista o Sr. Amâncio rememorou como se dava a relação dos camponeses com a fábrica, no que se refere a venda da amêndoa do coco babaçu, informando que os moradores:

Levavam para o armazém [da fábrica]. Na região aqui todinha o morador quebrava. [o dono da fábrica] comprava no armazém mesmo ali [apontou em direção a fábrica] e comprava de fora, mas ele [o dono da fábrica] preferia comprar mesmo da região aqui. O morador quebrava aqui e vendia aqui mesmo, no armazém da GECOSA (AMÂNCIO, 2017).

O Sr. Amâncio informou que os moradores levavam para o armazém da fábrica o fruto obtido do seu trabalho através da quebra do coco babaçu, para que a amêndoa fosse vendida para os industriais, além da venda, havia também a troca da amêndoa por produtos de primeira necessidade no armazém da fábrica denominado MECOL. Observamos, portanto, que a GECOSA se alimentava desse sistema através de seus moradores agregados. Bandeira (1981) assevera a respeito da relação das famílias camponesas com o extrativismo vegetal afirmando que:

Nos babaçuais, catadores e quebradores de coco, em sua maioria, eram moradores nas unidades produtivas e ao mesmo tempo tinham suas roças para a produção de bens de subsistência. A principal relação de trabalho era a parceria, cuja parte que cabia ao parceiro era vendida ao proprietário a preços estabelecidos por este, sem nenhuma relação com o preço do mercado (BANDEIRA, 1981, p.33)

Da mesma forma, os moradores agregados às terras da GECOSA eram obrigados a venderem toda a amêndoa adquirida através da quebra do babaçu para a fábrica com um preço estipulado pelos industriais, conforme nos relatou o Sr. Moisés afirmando que “de primeiro, aqui o povo de Novo Nilo, se fosse morador não pagava [renda], vendia o coco [babaçu] pra eles [os donos da terra], era obrigatório. Mas depois ele viu que o pessoal estava vendendo de noite, enganando ele [o dono da terra]” (MOISÉS, 2021)

Nesse relato o Sr. Moisés informou que os camponeses, moradores do povoado Novo Nilo (PI) deveriam vender toda a amêndoa do coco babaçu para os donos da fábrica, como regra de moradia que deveria ser cumprida pelos moradores agregados. Mas relatou também, que com o passar do tempo esses camponeses passaram a utilizar uma estratégia de resistência para mitigar a exploração e começaram a vender a amêndoa do babaçu à noite para outros comerciantes, no intuito de ganharem mais pelo produto.

Em outro momento de sua fala o Sr. Moisés nos informou qual foi atitude tomada pelos industriais ao saberem que estava ocorrendo a venda da amêndoa do babaçu pelos camponeses para outros comerciantes circunvizinhos a fábrica, relatando que “a amêndoa era vendida para eles [donos da fábrica], obrigatoriamente. Se vendessem para outro e eles soubessem, eles até expulsavam a pessoa para fora da terra, não queriam não. Era obrigatório” (MOISÉS, 2021).

Esse relato estampa o grau de espoliação que esses camponeses eram submetidos enquanto moradores agregados. Mesmo sofrendo ameaças de despejo devido a venda da amêndoa do babaçu para outros comerciantes, os camponeses continuaram utilizando essa estratégia de resistência e por conta disso os donos da GECOSA tomaram uma nova atitude, pois “[...] depois que passou os tempos né. Aí eles [os industriais] mudaram a forma. Eles [os

industriais] não obrigavam mais eles [os camponeses] a venderem para eles [os industriais] aqui. Por que eles [os industriais] mudaram? Eles [os industriais] conseguiram fazer [...] um acordo com todos os comerciantes da região [...] eles [os industriais] compravam os cocos deles [dos comerciantes] aqui [...]” (MOISÉS, 2021).

Como os industriais perceberam que os camponeses continuavam com a venda da amêndoa do babaçu de forma sigilosa para outros comerciantes circunvizinhos a fábrica, os donos da GECOSA firmaram o acordo com todos esses comerciantes a fim de que fosse estipulado um valor pré-estabelecido da amêndoa do babaçu, e posteriormente esses comerciantes deveriam revender toda a amêndoa adquirida para a fábrica.

Essa problemática da venda da amêndoa do babaçu foi melhor explicada por outro entrevistado, o Sr. Jorge, homem negro, 68 anos, casado, aposentado, a emoção esteve entremeada na fala do entrevistado onde nos informou que:

Quando tive entendimento em setenta e quatro você tinha um preço diferenciado, exemplo hoje que a amêndoa está custando quatro reais o quilo, quem era da propriedade, era comprado a três e cinquenta, e de fora pago a quatro reais, um exemplo em valores de hoje, então a gente tinha sempre um diferencial, isso até os anos de setenta e cinco, setenta e seis, quando eu vim para a GECOSA, quando comecei a trabalhar na GECOSA em quinze de janeiro de setenta e seis, isso aí já tinha acabado, era o sistema normal, tanto faz você ser da propriedade ou não, a diferença que tinha era que a MECOL comprava por um preço e a empresa dava uma comissão para o comprador da empresa, agora no caso de João Acelino, de Zé Machado, de Simão e de Chico Marcelino, eles tinham um preço para comprar e tinha um preço para vender para a gente, entendeu, embora fosse da propriedade, porque isso acontecia muito, o cara quebrava na propriedade da GECOSA e ia vender lá na outra para poder ter um preço melhor [...] (JORGE, 2023)

O Sr. Jorge demonstrou também como era a logística empregada pelos camponeses na quebra do coco babaçu e como era realizada a venda da amêndoa para a MECOL e para os comerciantes circunvizinhos, sendo que havia valores distintos a depender do local da venda do produto, afirmando que:

No sistema da quebra do coco daquela época dos anos setenta e oitenta, você ia para o mato, levava só o machado, o cachete e água para beber, lá mesmo no cocal ele sentava e quebrava o coco e já trazia de volta à tarde a amêndoa, aí é onde eu estou lhe falando, muitos deles viam vender aqui na MECOL que é ali naquele galpão que tem ali desativado, e outros ia vender digamos numa propriedade dessa aí, porque tinha um precinho melhor, eles ganhavam trinta centavos digamos como exemplo, um preço melhor, porque sempre teve isso aí e não vai acabar não, o cabra sempre procurar por causa de vinte, trinta centavos, ir procurar uma melhora, mas as vezes não vale a pena. (JORGE, 2023).

Ao ser questionado a respeito da anuência que a fábrica tinha sobre a venda clandestina da amêndoa do babaçu pelos camponeses, ele nos afirmou que “É a gente sabia, mas nunca

fomos atrás porque isso era uma coisa minúscula, que não valia a pena brigar por isso, e foi que se chegou à conclusão de não cobrar a renda” (JORGE, 2023). Essa fala do nosso entrevistado se apropria da imagem benevolente dos patrões e contradiz o que foi declarado pelo Sr. Moisés, pois afirmou que o camponês poderia ser expulso da terra pelo fato de vender a amêndoa do coco babaçu fora do recinto da fábrica.

Percebemos que os discursos se entrecruzam nas variadas narrativas de nossos interlocutores, estabelecendo um jogo de escalas, que direciona a fala para um determinado campo de poder, sendo que os camponeses historicamente estão em uma situação de vulnerabilidade, e nesse sentido, existe uma tendência para a invisibilidade de seus atos de resistência.

Além da compra da amêndoa de seus moradores agregados, os donos da fábrica passaram a adquirir a amêndoa também de outras regiões do estado do Piauí e do estado do Maranhão. Percebe-se, portanto, que existia uma relação intrínseca entre o bom funcionamento e crescimento da empresa e a exploração de quem lidava com a quebra do coco babaçu, na maioria mulheres, que enfrentavam o engessamento dos preços de venda e a diminuição dos seus rendimentos familiares. A fábrica, por sua vez, ao monopolizar a compra, fixava o preço em acordo com outros comerciantes, que lucravam com o aumento da oferta da matéria prima, sempre com baixo custo, o que precarizava a renda dos camponeses.

De modo a incrementar ainda mais as possibilidades de lucro, houve também a tentativa de mecanizar a quebra do babaçu pelos industriais possuidores dos meios de produção, em virtude da idealização da utilização de maquinários para automatizar a quebra do coco babaçu, sobre isso o Sr. Jorge nos informou como deu-se essa tentativa de mecanização, informando que:

Na realidade o projeto da GECOSA em si era muito ambicioso né, era o aproveitamento integral do babaçu, inclusive nós passamos aqui dois anos com dois alemães aqui para tentar quebrar o coco babaçu, eles pesquisaram e achavam que dava para quebrar o coco babaçu e separar a amêndoa da casca e a casca a gente ia fazer o processo aqui, fazer carvão e amêndoa seria a nossa matéria prima principal (JORGE, 2019).

O Sr. Jorge em sua fala relatou que a fábrica GECOSA queria fazer um processo ambicioso de quebra do coco babaçu, e para a efetividade do projeto foi contratado dois pesquisadores estrangeiros que passaram dois anos para desenvolver um equipamento capaz de separar a amêndoa da casca, e caso esse procedimento fosse concretizado a empresa passaria a utilizar de forma integral o babaçu, sendo que as cascas seriam utilizadas como carvão para alimentar as fornalhas das caldeiras da GECOSA.



Em outras regiões do país também ocorreu a tentativa da construção de um dispositivo que pudesse desenvolver o mesmo trabalho exercido pelas quebradeiras de coco, sobre esse assunto a pesquisadora Barbosa (2013, p. 56) assevera “que o emprego da máquina deveria, cada vez mais, substituir o trabalho dos extrativistas, fazendo com que a produção deixasse de ser manual e passasse a ser mecanizada”.

Essa tentativa de substituição do trabalho das quebradeiras de coco pelo processo de mecanização tinha como objetivo maximizar a produção de forma rápida e eficiente para obtenção da matéria prima, mas em contrapartida aumentaria a pauperização dessas mulheres e de suas famílias, que utilizavam a amêndoa do coco babaçu como forma de sobrevivência juntamente com a lida nos roçados.

No entanto, a tentativa da fábrica não logrou êxito e eles continuaram dependentes do trabalho das quebradeiras de coco que vendiam as amêndoas do babaçu para o armazém da fábrica. A esse respeito o Sr. Jorge nos informou que:

É uma das matérias primas que até hoje ninguém conseguiu fazer, até hoje ela tem que ser quebrada no machado que é o troço né, quebrado, tirado amêndoa por amêndoa, você imaginou, você pegar aí e como chegava e comprava 600, 700 [toneladas] de babaçu, de amêndoa de babaçu toda quebrada no machado, a gente comprava dessa região daqui, do Maranhão, aqui até Imperatriz a gente chegava e comprava coco pra poder suprir aqui a fábrica. (JORGE, 2019)

O Sr. Jorge contou que a GECOSA chegava a comprar até 700 toneladas da amêndoa do babaçu para suprir a demanda da fábrica, relatando que comprava de toda a região circunvizinha e até em áreas mais distantes do seu pátio fabril, como por exemplo, a cidade de Imperatriz (MA), frisando que toda amêndoa era obtida através da quebra artesanal do coco babaçu realizada pelas quebradeiras de coco.

Observamos, portanto, a grande importância das quebradeiras de coco nos caminhos da agroindústria no Piauí, portanto através de seus trabalhos, extraíndo a amêndoa do coco babaçu, possibilitava o pleno funcionamento da fábrica GECOSA. Porém, para que toda essa logística fosse concretizada, foi necessário que os babaçuais fossem mantidos de pé. A esse respeito a fábrica GECOSA no ano de 1982, fez uma crítica ao governo do estado do Piauí em seu relatório apresentado ao BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social) a fim de conseguirem financiamento na ordem de Cr\$ 150.000.000,00 (cento e cinquenta milhões de cruzeiros) para aumentar o parque industrial da fábrica, advertindo que:

Ocorre, entretanto que, financiados e incentivados pelo próprio estado, um número crescente de projetos agrícolas e agropecuários avançam a cada dia na derrubadas dos melhores babaçuais para introdução de culturas de outras

regiões, como o eucalipto e o pinho, além de outras já da própria região, como o caju, o coco da praia, a cana-de-açúcar (para o PRO-ALCOOL). (GECOSA, 1982, p.113)

Esse relatório além de solicitar o financiamento para as atividades industriais da fábrica, tentava mostrar que o babaçu, a partir da década de 1980 já não era mais reconhecido como uma poderosa alternativa econômica para o Estado, e desta forma estava sendo substituído por outros produtos voltados para o agronegócio como é o caso da cana-de-açúcar, através do Programa PRÓ-ÁLCOOL que possibilitou a criação de uma outra fábrica na zona rural do município de União (PI) no ano de 1977, chamada COMVAP (Companhia do Vale do Parnaíba).

Esse programa era destinado para aumentar a capacidade de produção da cana-de-açúcar para a fabricação do etanol combustível dentro do território nacional, ele foi criado na década de 1970, permitindo que o país se tornasse um dos maiores produtores de etanol do mundo, e em virtude disso, demandou de uma grande quantidade de terras para a efetivação desse projeto do agronegócio, e conseqüentemente aumentou o desmatamento das florestas nativas em todo o país.

Além disso a instalação de novas empresas agropecuárias através de um ideário de desenvolvimento como foi o caso da COMVAP, trouxe também consigo modificações na estrutura social local que podem configurar-se em novas formas de conflitos entre os proprietários desses empreendimentos e a população local porque:

Essas empresas modificam a economia e o panorama social local. Utilizam, em geral, pouca mão-de-obra, expulsando, assim grande parte do contingente populacional que vive na área e que excede as suas necessidades; transformam as relações de trabalho, tendendo a modificar as formas de poder local (antes era um latifúndio tradicional que arrendava terras para o agricultor, hoje é uma empresa que paga salário pelo seu trabalho); grandes áreas anteriormente produtoras de cultura de subsistência passam a se dedicar a culturas comerciais, ocorrendo uma diminuição na produção de gêneros de primeira necessidade (ADAD, LIMA, 1987, p. 88).

Em decorrência da instalação da agroindústria GECOSA no povoado Novo Nilo (PI), grande parte dos moradores foram assimilados pelo trabalho assalariado e dessa forma passariam a conciliar o trabalho nos roçados com o trabalho fabril. Em outro ponto do relatório, a empresa faz um alerta sobre a condição que poderia surgir com a agravamento do desmatamento dos babaçuais para a implantação de outras culturas oriundas de várias regiões do país, afirmando que:

Em contrapartida não existe uma única linha de crédito em nossa rede bancária, nem incentivos de qualquer natureza, para que se conserve e

racionalize as nossas matas de babaçu, numa demonstração de que a palmeira não é reconhecida como alternativa econômica. Em decorrência receamos que num prazo não muito longo nossa produção poderá cair até para menos de 50% da atual, criando dificuldades para os industriais que terão que buscar uma oleaginosa substitutiva da amêndoa de babaçu (GECOSA, 1982, p. 113).

Essa crítica a princípio está direcionada para a falta de investimentos em linhas de créditos para as empresas que trabalhavam com o beneficiamento da amêndoa do coco babaçu, porque dessa maneira seria impossível manter a conservação das matas de babaçuais nativas piauienses, e que em decorrência disso, a fábrica teria dificuldade para manter o bom funcionamento do seu parque fabril.

Além da devastação das palmeiras do coco babaçu para a implantação do agronegócio que dificultava a coleta do coco babaçu, as quebradeiras de coco também sofreram com as interdições de acesso aos babaçuais impostas e praticadas pelos grandes proprietários de terra. Muitas vezes, as quebradeiras eram impedidas de acessar as palmeiras pelos fazendeiros. Conforme (DIAS, PEREIRA, 2022) em algumas regiões do Piauí esse patrimônio cultural que são as quebradeiras de coco foram induzidas a se tornarem simples catadoras de coco, ou seja, aliciadas a realizarem a catação do coco babaçu para os donos das fazendas, sendo remuneradas com valores irrisórios se comparados a venda da amêndoa do babaçu, aumentando assim a exploração e diminuindo o valor do seu trabalho.

No bojo da problemática em torno do coco babaçu no final da década de 1980 e início da década de 1990, surgiu o movimento das quebradeiras de coco no Maranhão denominado AMQCB (Articulação de Mulheres Quebradeiras de Coco Babaçu), que no ano de 1995 passou a se chamar MIQCB (Movimento Interestadual de Quebradeiras de Coco Babaçu), o qual se originou por meio da articulação das mulheres que estiveram envolvidas em conflitos pela posse de terra e pelo acesso e preservação das palmeiras de babaçu. (BARBOSA, 2013).

Esse movimento de quebradeiras de coco é composto por mulheres do Maranhão, do Piauí, do Pará e do Tocantins. Elas estão organizadas de forma a combaterem os abusos que se apresentam em torno do coco babaçu, em luta pela aprovação de leis do babaçu livre em níveis estaduais e municipais, como já ocorreu nos estados do Maranhão e do Piauí. No Piauí a lei do babaçu livre foi sancionada no mês de dezembro de 2022 pela então governadora Regina Sousa, tornando-se um marco na vida das comunidades tradicionais.

O jornal *Cidade Verde.Com* (2022) informou em sua página *online* no dia 22 de novembro de 2022 a seguinte manchete: “Projeto de lei proíbe ações na quebra do coco babaçu e reconhece como patrimônio” (JORNAL CIDADE VERDE. COM, 2022). O projeto de lei que foi encaminhado para a assembleia legislativa do Piauí reconheceu como patrimônio cultural

do Piauí as atividades de quebra e coleta do babaçu exercidas pelas famílias de quebradeiras de coco.

O jornal colocou ainda em sua reportagem a fala da ex-governadora Regina Sousa, que em sua mensagem destinada à ALEPI (Assembleia Legislativa do Piauí), solicitou aos deputados estaduais a apreciação do projeto pela relevância da matéria para as comunidades tradicionais.

O projeto de lei também prevê o acesso das quebradeiras de coco através de institutos jurídicos, como a titulação, em caráter comunitário e inalienável, de terras públicas e devolutas estaduais prioritariamente para titulação às comunidades de quebradeiras de coco que as utilizem para o exercício de suas atividades tradicionais da coleta e quebra do coco; a aquisição de áreas pelo estado com a finalidade de serem doadas e tituladas para comunidades tradicionais de quebradeiras e coco babaçu, em caráter de propriedade comunitária e inalienável e a criação de unidade de conservação de uso sustentável especialmente em áreas de proteção ambiental e reservas extrativistas. (CIDADE VERDE. COM, 2022)

Após a tramitação da matéria na câmara dos deputados do estado do Piauí e recebendo o parecer favorável das comissões, o projeto de lei foi para a sanção da governadora do estado do Piauí. Posteriormente foi publicado no Diário Oficial do Piauí no dia 09 de dezembro de 2022, caracterizando uma vitória para as comunidades tradicionais de quebradeiras de coco que aguardavam ansiosas a promulgação da referida lei.

Cumprir notar que a governadora Regina Sousa, nascida na cidade de União (PI), foi quebradeira de coco babaçu e trabalhadora rural, e em 1971 se tornou professora após graduar-se em Letras Português - Francês. Após longa trajetória de luta se tornou a primeira governadora negra do Piauí. Dessa forma, à época a governadora procurou demonstrar com a aprovação desta lei, o seu compromisso com a causa do babaçu livre, e demonstrou também que é necessário dar visibilidade às lutas que ocorrem cotidianamente pelas comunidades de quebradeiras de coco situadas no estado do Piauí.

Denominada lei do Babaçu Livre, de Nº 7.888 de 09 de dezembro de 2022, “reconhece como patrimônio cultural do Estado do Piauí, as atividades tradicionais de coleta e quebra de coco babaçu, bem como os produtos dela decorrentes e seu modo tradicional de produzir” (PIAÚÍ, 2022, p. 39). Além desse reconhecimento cultural a lei ressalta a questão da segurança alimentar e nutricional como direito às quebradeiras de coco e de seus familiares, tendo como base, as práticas alimentares promotoras de saúde, que respeitem a diversidade cultural e que sejam ambiental, econômica e socialmente sustentáveis (PIAÚÍ, 2022).

A respeito da preservação das atividades de coleta e quebra do babaçu, a lei deu garantia à livre entrada das quebradeiras de coco e de seus familiares nos babaçuais, informando em seu artigo 4º, que o acesso deve ocorrer “de acordo com o modo de vida tradicional das comunidades de quebradeiras de coco babaçu, como medida de garantia a segurança alimentar e nutricional das comunidades extrativistas e de agricultores e agricultoras familiares” (PIAUÍ, 2022, p.39).

Dessa forma percebemos que a lei do Babaçu Livre foi uma conquista para todas as famílias de quebradeiras de coco babaçu do estado do Piauí, prevendo, inclusive o livre acesso aos babaçuais, a proibição da derrubada das palmeiras de babaçu, da utilização do uso de agrotóxicos, da queima da palmeira e do corte do cacho de babaçu, dentre outras ações que visam a manutenção dos espaços de coleta e quebra do coco babaçu no Piauí. A seguir iremos analisar a utilização da agricultura pelos camponeses e a busca pelo bem viver familiar.

## **2.4 Agricultura e o bem viver**

Após traçar esse breve quadro das lutas e conquistas das quebradeiras de coco, retomaremos o debate sobre o histórico dos trabalhadores agregados e suas famílias, tratando de um ponto nodal e problemático, qual seja, a luta pela produção de alimentos através da agricultura de subsistência. Considerando nosso recorte da pesquisa, cumpre notar que a maioria dos moradores agregados que trabalhavam na GECOSA, procuravam conciliar o tempo da labuta na fábrica com suas roças de feijão, milho, arroz e mandioca que geralmente eram feitas nas margens do rio Parnaíba nas terras pertencentes a fábrica. Desse modo, é conveniente reiterar que diferentemente de padrão fabril convencional, ligado as áreas urbanas, a fábrica GECOSA foi instalada em um ambiente rural, cuja sua força de trabalho era composta em sua grande maioria por camponeses, habituados às rotinas de trabalho braçal através dos roçados e demais atividades que eram realizadas tradicionalmente pelo campesinato piauiense.

Mas como podemos caracterizar a agricultura de subsistência dentro do território brasileiro? Segundo Linhares (1981) e Teixeira da Silva (1981) ela é definida:

Como uma atividade menor, do ponto de vista do sistema de poder dominante, apesar de sua extensão e do número de pessoas que ela ocupa, a agricultura de subsistência torna-se, assim, a retaguarda da atividade maior que é voltada para o comércio metropolitano. Coube-lhe, entretanto, embora encarada como atividade menor, o papel de ocupar a terra, desbravando-a e povoando-a, de modo a cumprir as tarefas que lhe foram sendo, gradativamente, exigidas. A área que ela ocupa, e continuará ocupando, é aquela não ocupada pela agricultura comercial especulativa (no interior da plantation) e não ambicionada por interesses mais poderosos (a fronteira aberta), daí o caráter precário e transitório do uso e da posse da terra por pequenos proprietários e

lavradores sitiantes, como se fossem eles ocupantes ocasionais de glebas provisórias (LINHARES, TEIXEIRA DA SILVA, 2009, p.119)

Segundo Rocha (2015) no Piauí a agricultura de subsistência se manteve em concomitância ao extrativismo da cera de carnaúba e da amêndoa do coco babaçu até a década de 1950, porque enquanto esses produtos estavam sendo valorizados, a mesma tinha um papel secundário e servia para manter e ajudar na alimentação dos trabalhadores rurais, mas entre as décadas de 1950 e 1970, com a crise do extrativismo vegetal, a agricultura de subsistência se tornaria o principal meio de sobrevivência das populações rurais do Estado, com o cultivo de culturas temporárias de subsistências pelas famílias camponesas, que buscavam resguardar a garantia da alimentação familiar, muitas vezes precarizada pela obrigação do pagamento de renda e da prestação de algum serviço para o proprietário da terra.

É importante pontuar que diversos estudos mostram a existência de lavouras de subsistência em concomitância a empreendimentos industriais em várias regiões do país na época, sobretudo com o incentivo a expansão da agroindústria da lavoura de cana de açúcar, porque esses empreendimentos concediam terras às famílias para que pudessem mesclar suas atividades laborais entre a indústria e a lavoura.

Caires (2009) ao analisar o colonato no país assevera que “as culturas de subsistência se baseavam fundamentalmente no plantio de milho, feijão e arroz em menor escala. Destinavam-se ao atendimento das necessidades básicas da família, ao mesmo tempo que complementavam seus ganhos salariais” (CAIRES, 2009, p.175). Essa agricultura de subsistência servia para que os colonos pudessem complementar a renda familiar em detrimento ao trabalho realizado para os donos da usina, e os locais destinados para o cultivo dos roçados eram terras inapropriadas para o cultivo da cana de açúcar.

Em direcionamento semelhante, Ribeiro (2015) ao falar sobre os “roçados operários” realizados pelos trabalhadores das fábricas de tecidos da cidade de Magé (RJ), assevera que:

Na grande maioria dos casos, esse trabalho era complementar a sua atividade fabril, normalmente visando o complemento de renda ou formas de subsistência. Para o patronato, esta prática permitia o desenvolvimento de uma poderosa estratégia de dominação, inculcando uma certa “moral do trabalho” junto aos operários e exercendo controle sobre esta mão de obra para além do espaço fabril. (RIBEIRO, 2015, p. 72).

O trecho acima problematiza a relação do trabalho exercido pelos operários fora do espaço fabril, visando a complementação da renda familiar através da agricultura de subsistência. Além disso, coloca a questão do favorecimento das relações paternalistas por meio

da concepção de uma moral para o trabalho e do tempo fabril junto aos operários, exercendo dessa forma o controle da força de trabalho para além dos recintos da fábrica.

A lida dos camponeses com a agricultura de subsistência não era considerada um emprego formal, por isso os camponeses na maioria das vezes eram vistos como desocupados. Dessa forma, a questão do desemprego no povoado Novo Nilo (PI) também foi citada pela fábrica no projeto endereçado ao banco BNDES, no ponto em que fala sobre a disponibilidade de força de trabalho afirmando que “para atender as solicitações de mão-de-obra não especializada a empresa não terá dificuldade, uma vez que o grande problema da região é o desemprego” (GECOSA, 1982, p. 86). Nessa perspectiva, percebemos que os camponeses não atrelados a fábrica, e que talvez possuísem algum grau de autonomia, eram aglutinados nessa leva de pessoas desempregadas, que potencialmente poderiam/deveriam ocupar postos destinados à força de trabalho não especializada ou sem instrução formal.

Entre os postos de trabalho reservados a tais trabalhadores, estava o penoso serviço nas caldeiras da fábrica. É nesse contexto que chegamos ao Sr. Pedro, homem pardo, 78 anos, casado, que nos informou de maneira detalhada como foi a sua trajetória de vida e de trabalho dentro da GECOSA, nasceu no povoado São Francisco, município de Codó (MA), com o passar do tempo migrou para o povoado Novo Nilo (PI) e começou a trabalhar na GECOSA. Foram realizadas duas entrevistas, a primeira no ano de 2019 e a segunda no ano de 2023, ambas realizadas em sua residência, onde a presença de sua esposa foi constante e muitas vezes respondeu às perguntas que eram proferidas ao nosso entrevistado, mesmo o Sr. Pedro rememorando momentos delicados de sua vida, a nossa conversa foi entremeada de muito bom humor e descontração

Em uma de suas intervenções, a esposa do Sr. Pedro relatou por quanto tempo ele trabalhou na fábrica, afirmando que “ele trabalhou uns sete anos, é porque ele trabalhava uma semana, depois ficava dois dias sem trabalhar, e era assim, ele não trabalhou de carteira assinada, era mesmo assim por semana que ele trabalhava” (PEDRO, 2019). Ela nos informou que o Sr. Pedro trabalhava em dias alternados de forma avulsa e para não gerar vínculo com a fábrica, era chamado para trabalhar em dias alternados. Relatou também que ele trabalhava na roça nos dias em que não estava trabalhando nas caldeiras da GECOSA, no intuito de complementar a renda familiar.

O Sr. Pedro nos informou que o seu trabalho na fábrica se resumia em jogar as madeiras dentro da caldeira e tirar o carvão, afirmando que “era forçado demais, assim porque a quentura era grande e tirando o carvão de dentro da fornalha, esse é que era ruim, no dia em que eu não

jogava pau dentro da caldeira, eu ia tirar o carvão, e o serviço mais ruim que achei foi esse, era ruim” (PEDRO, 2019).

Nosso interlocutor enfatizou que a condição de trabalho na alimentação das caldeiras da fábrica era muito difícil, lidando rotineiramente com o calor excessivo e risco de queimaduras ao tirar o carvão de dentro da fornalha. E ao ser questionado sobre sua expectativa de vida e se tinha vontade de crescer dentro fábrica, ele nos afirmou que “era só mesmo de trabalhar [gaguejou], porque aí a pessoa não tinha um futuro porque a gente não tinha outro serviço, não sabia a lê, não é, nem escrever, tinha que ser naquele serviço mesmo, tinha que ser naquele” (PEDRO, 2019).

Ao ser questionado se tinha o desejo de trabalhar em outro setor da fábrica ele nos respondeu que “não tinha, porque o que ganhava mais uma coisinha só era lá na caldeira, os outros tudo era mais pouco, o melhorzinho que ganhava era lá” (PEDRO, 2019). Nesse ponto, ele reafirma a sua condição como força de trabalho não especializada, informando que dentre as opções disponíveis de trabalho, a que tinha uma melhor remuneração, era o trabalho insalubre na caldeira.

Nos informou também como era o relacionamento com os demais companheiros de trabalho, afirmando que “era bem, era tudo bem com os outros, era quatro na cadeira, tudo era bem uns com os outros” (PEDRO, 2019). Sem haver desavenças, esses camponeses trabalhavam por meio de um rodízio elaborado pelos donos da fábrica que possibilitava alternar os horários de trabalho, sendo que “o rodízio era assim, tinha um que trabalhava uma semana a noite, outro trabalhava o dia, era assim, desse jeito” (PEDRO, 2019).

Nesse emprego como operador de caldeira o Sr. Pedro trabalhou por quase sete (07) anos de forma avulsa, enquanto todos os seus companheiros de profissão estavam com suas carteiras assinadas. Desse modo, narra um episódio que ocorreu em seu local de trabalho, onde foi abordado por uma fiscalização do Ministério de Trabalho e Emprego, gerando consequências que iriam mudar a direção da sua vida:

Eu estava dentro da caldeira, quando ele chegou, eu estava puxando carvão, ele bateu aqui nas minhas costas, aí eu olhei assim, [o fiscal do MTE disse] rapaz você trabalha aqui dentro? [Eu disse] É eu trabalho aqui dentro. [O fiscal do MTE disse] Mas rapaz, de carteira assinada? Eu disse não. [O fiscal do MTE disse] Mas rapaz, na quentura dessa e você trabalha avulso desse jeito? [Eu disse] É porque nunca assinaram minha carteira, aí ele disse: É rapaz, pois quarta-feira, quinta ou sexta, quando nós chegar aqui, é para a sua carteira já está para assinada, aí ele disse [outro trabalhador da caldeira], rapaz é melhor você não assinar a carteira, porque o seu aposento está bem aí pertinho, aí no dia seguinte mandaram me chamar, aí eu fui, chegando lá, estava eles tudo lá sentados, aí cheguei lá, aí eu falei com eles lá, aí certo. [O fiscal do MTE disse]



Você é que seu Pedro? Eu digo: sou eu mesmo. [O fiscal do MTE disse] Mas seu Pedro, você não assinou a carteira até agora, aí você não assina mais. Aí o homem [um funcionário da fábrica] disse assim. Se ele não assinou é porque não quis. [Eu disse] Porque eu não quis? Porque eu não quis? Passei sete anos empatado aqui e vocês me diz uma conversa dessa, que não assino a carteira porque eu não quis? Como é que eu podia chegar e assinar a minha carteira? Não podia. Você tinha que pedir a minha carteira para você assinar. Aí disse assim o rapaz [o fiscal do MTE disse] Pois agora não peça mais não seu Pedro, agora o senhor não trabalha de carteira assinada mais não, porque se não o senhor perde o seu aposento, aí pronto, aí eu vir de lá para cá, vir me embora, e não mais inventaram de chamar e pronto estou aqui na graça de Deus. (PEDRO, 2019).

Nesse longo relato o entrevistado informa a maneira como foi surpreendido pela fiscalização do Ministério do Trabalho e Emprego, que vistoriava o cotidiano de trabalho da fábrica, descrevendo o diálogo que teve com o fiscal, o Sr. Pedro demonstrou a sua revolta por conta da não assinatura da sua carteira de trabalho. E por consequência disso, foi aconselhado pelos seus companheiros de trabalho a não aceitar que a sua carteira de trabalho fosse assinada, tendo em vista que estava próximo o período de ser aposentado como trabalhador rural. Nesse ínterim foi feito um acordo verbal entre as partes no intuito de intermediar o conflito existente entre esse camponês e os industriais pois:

[...] O rapaz [fiscal do MTE] disse assim, até ele se aposentar vocês têm que dar certo para ele trabalhar aí, porque ele não tem outra coisa, trabalha de roça, o ganho que ele ganha é aqui, aí com o tempo para, e o rapaz vai fazer o que? Só com a roça? Mas nunca mais me chamaram para trabalhar, eu trabalho mesmo só na minha roça (PEDRO, 2019).

Esse acordo de trabalho que a fábrica deveria ter firmado com o Sr. Pedro até a data da sua aposentadoria serviria para auxiliar no ganho familiar, tendo em vista que a outra alternativa de trabalho era somente nos roçados, mas esse acordo verbal não foi cumprido pela GECOSA e o nosso entrevistado continuou trabalhando somente em sua roça até o tempo da sua aposentadoria.

Ainda tratando da relação da fábrica com os trabalhadores, trazemos agora o testemunho de outro interlocutor, o Sr. Eliziário, homem negro, 80 anos, casado, aposentado, conseguimos entrevistá-lo por intermédio de seu filho, o Sr. Amâncio, que durante suas entrevistas relatou muitas vezes a respeito da trajetória de vida de seu progenitor e assim surgiu o desejo de entrevistar seu pai para aprofundarmos mais a respeito da problemática do contexto da criação da fábrica e sua relação com o campesinato local.

O Sr. Eliziário é natural do povoado Centro do Designo, pertencente a cidade de Miguel Alves (PI) e atualmente está aposentado como trabalhador rural. Durante as duas entrevistas

realizadas, foi auxiliado por seus familiares, para que pudesse responder as perguntas, isso ocorreu principalmente por conta de sua saúde, que estava um pouco debilitada.

As duas entrevistas foram realizadas em sua residência, no ano de 2019 e 2023. E apesar da sua idade avançada nos informou sem dificuldade como se deu a sua trajetória de trabalho, afirmando que começou a trabalhar “no moinho de arroz, moinho de arroz tinha. Aí eu comecei no óleo babaçu, trabalhando nas prensas de óleo, aí eu vi vindo de lá para cá.” (ELIZIÁRIO, 2019). O entrevistado nos informou que começou a trabalhar no período em que existia uma fábrica de beneficiamento de arroz e que posteriormente passou a operar as prensas de óleo no processo de beneficiamento da amêndoa do coco babaçu.

Nesse período em que iniciou seu trabalho na fábrica o Sr. Eliziário ainda era solteiro e “aí eu me casei com ela [a esposa]. Aí eu vi todo o tempo trabalhando” (ELIZIÁRIO, 2019). Afirmou também que convivia com a lida na fábrica, trabalhando na prensa de óleo e que além da fábrica “trabalhava de roça também, não esperava só pela fábrica não, porque eu tirava aquelas horas né, fazia meu pedaço de roça né, era para me ajudar né, criei meus filhos tudinho, tudinho” (ELIZIÁRIO, 2019). O nosso entrevistado relatou que apesar de trabalhar na GECOSA, assim como diversos outros trabalhadores, também labutava nos roçados em terras da fábrica para ajudar na renda de sua família, afirmando que tirava um determinado tempo durante a rotina de trabalho para cuidar da sua “roça”, informando que não podia esperar pelos poucos proventos provenientes da fábrica.

Ele nos informou também que além de trabalhar na prensa de óleo, trabalhou como estivador para a fábrica, recolhendo a amêndoa do coco babaçu em várias localidades circunvizinhas à fábrica e ao ser perguntado se gostava do trabalho que exercia ele nos informou que “era o jeito né, porque eu não tinha outro, eles tiravam, botava para um lado, botava para o outro, eles que pediam, trabalhei treze anos” (ELIZIÁRIO, 2019).

Essa fala nos remete a situação que este homem vivia como morador agregado nas terras da fábrica, e como tal, sujeito aos mandos e desmandos de seus patrões, submetido aos mais variados tipos de serviços, saltando de função em função. Tais solicitações (em tom de exigência) eram feitas pelos patrões donos da GECOSA, e deveriam ter uma devolutiva rápida e afirmativa para que não houvesse retaliações.

Através de sua fala conseguimos compreender como era a atitude do coronel para com seus funcionários, pois ele nos afirmou que “ave Maria, meu patrão, braço firme, gente boa, só tem uma coisa, depois se ele se zangasse também, jogava nego fora” (ELIZIÁRIO, 2019). Esse relato demonstra a atitude do coronel ao ser contrariado em suas ações, pois ele poderia mandar

os seus empregados desobedientes para fora das terras da fábrica. Ou seja, havia um risco duplo, a perda do emprego e a expulsão da terra, com todas as benfeitorias, produção e roçados.

Apesar de ter trabalhado na fábrica como operador de prensa de óleo, o Sr. Eliziário afirmou que foi aposentado como trabalhador rural, relatando que durante sua trajetória de vida foi morador do coronel e “aí nós fomos trabalhando né? minha casa era de palha, sofri demais, aí se aposentamos os dois, aí nós construímos a nossa casinha, porque aqui dava muito trabalho, madeira, palha, tudinho” (ELIZIÁRIO, 2019).

Em sua fala, ainda relatou sobre o sofrimento suportado para conseguir manter a sua família nas terras da fábrica através do seu trabalho, afirmando que sua casa era feita da palha do babaçu e que ao conseguirem a tão sonhada aposentadoria, realizaram a construção da casa de alvenaria dentro da comunidade.

Observamos que a prática da obrigatoriedade da construção das casas dos moradores de palha com o passar do tempo foi deixada de lado dentro do povoado Novo Nilo (PI), e os moradores começaram a construir suas casas de alvenaria. A problemática atual está voltada para aquisição da documentação do terreno a qual residem dentro da comunidade. Sobre a condição de vida dos moradores em relação à permanência na terra, o Sr. Amâncio na entrevista do seu pai nos esclareceu como é a condição de moradia atualmente:

[...] A questão de hoje você mora aqui, você mora pelo resto da vida, se você construir a casa e quer ir embora você vende a casa né, no caso se você gastou vinte mil, você vende pelo mesmo valor, mas no caso do terreno não tem como vender, porque não tem escritura, não tem legalizado nada. (AMÂNCIO, 2019).

O nosso entrevistado informou como funciona a questão da moradia atualmente dentro do povoado, afirmando que o morador pode viver pelo resto de sua vida, podendo até vender o imóvel, mas o comprador não terá como legalizar:

[...] A questão de você morar é pelo resto da vida, é neto, é pai, é filho, se vier um filho de fora, no caso o pai mora aqui a muito tempo, aí vem um filho de fora, ele tem direito de pegar um terreno do tamanho que for para fazer uma casa né, para o filho, no ponto que ele já morou aqui por muito tempo, aí o meu irmão mora fora, aí ele pode vir e chegar como ele é morador velho e antigo, é só fazer a casa lá, não precisa a questão falar com o dono ou não, é filho do pai, muitos tempos aqui, já conhece ele faz tempo, aí o filho faz a casa, a questão do pai que é morador antigo, aí tem direito um pedaço de terreno para fazer a casa, mas a questão de legalizar aqui não tem nenhum. (AMÂNCIO, 2019).

Ele pontua que devido ao tempo em que seu pai mora nas terras da fábrica, foi repassado consensualmente a ele o direito de pegar uma porção de terra e compartilhar com seus parentes

sem ter a obrigatoriedade de falar com os donos da terra, no que se refere a permissão de moradia. É importante demonstrar que as regras de moradia se modificaram ao longo do tempo, porque agora o impasse está somente em torno da questão da legalização da documentação da terra.

Ao ser perguntado se o INCRA tinha alguma relação com a questão da documentação das terras, o Sr. Amâncio nos informou que “não, eles estão ainda em questão, aí para ver, mas a questão aqui não, tem um lugar demarcado para o Incra, né para ele entrar, mas tem uns aqui, mas faz tempo que eles estão nessa luta, mas nunca desistiram.” (AMÂNCIO, 2019). Esse ponto de sua fala contradiz o que foi noticiado pelo jornal *Meio Norte*, no ano de 2007, relatando que as famílias do povoado Novo Nilo (PI) tinham recebido o documento de posse da terra e que o povoado tinha se transformado em um assentamento pela Reforma Agrária.

Outro sim, o Sr. Amâncio afirmou que os moradores que residem no povoado Novo Nilo (PI), não têm a escritura do imóvel ou alguma documentação que comprove a posse da terra. Perguntamos também ao Sr. Eliziário se por conta disso ele tinha receio de ser despejado e ele nos respondeu que “se ele [o coronel] tivesse vivo, ele não tinha direito de botar mais para fora, pelo tanto de anos que estamos morando aqui dentro” (ELIZIÁRIO, 2019). Na sua concepção, a quantidade de tempo como morador agregado na localidade lhe deu o direito sobre a área de terra que lhe foi concedida pelos donos da fábrica décadas atrás.

Ele coloca também a perspectiva do tempo de trabalho que exerceu dentro da fábrica, o qual teria lhe dado o direito sobre o terreno que conquistou afirmando que “esse terreno aqui era meu, [o patrão] não tinha mais direito, aqui nós damos muito lucro para esses homens aí né, trabalhamos de graça, barato. [...] Gente boa, gente boa, e ele me pagou” (ELIZIÁRIO, 2019). Relatou que através de sua mão de obra deu muito lucro para o seu patrão, argumentou também que seu trabalho era pouco remunerado, sendo realizado quase de graça, e que seu patrão era uma pessoa boa por ter pago o seu trabalho com o pedaço de terra para morar.

O Sr. Eliziário finaliza a sua entrevista afirmando que “o patrão era bom para nós, era bom, os de fora não botava banca não” (ELIZIÁRIO, 2019). Ele coloca em destaque o perfil benevolente que foi estampado tradicionalmente pelo coronelismo no país, o coronel era considerado uma pessoa “boa”, mas que deveria ser respeitado por todos os moradores dessa comunidade rural e afirmou também que as pessoas que vinham de fora para trabalhar na fábrica, também aceitavam as normas impostas pelo patrão.

No próximo capítulo iremos abordar as experiências do cotidiano fabril dos camponeses que residiam no povoado Novo Nilo (PI) e foram incorporados ao trabalho da GECOSA, assim

será analisado o cotidiano dos (as) trabalhadores (as) na fábrica, a problemática em torno do trabalho feminino, a utilização da força de trabalho infantil e os desdobramentos na vida dos camponeses com a falência da fábrica.

### 3 EXPERIÊNCIAS E NARRATIVAS DO TRABALHO FABRIL

Neste capítulo serão analisadas experiências de camponeses referentes aos acontecimentos que ocorreram dentro e fora da fábrica GECOSA, no intuito de compreender os caminhos percorridos na busca por emprego e moradia. Nesse sentido, utilizaremos as fontes orais que possibilitam imprimir um panorama sobre as condições de vida e sobre o cotidiano de trabalho dos camponeses. Além disso, iremos utilizar os livros de registro dos (as) trabalhadores (as), no intuito de analisar o perfil desses sujeitos no que se refere ao trabalho desempenhado na fábrica. Serão ainda analisadas referências mais específicas sobre a utilização da força de trabalho de mulheres e crianças e os desdobramentos que ocorreram em nas vidas dos camponeses com a falência da fábrica.

A fábrica GECOSA parou de funcionar no final do ano de 2016, fechando para a festa de final de ano, sem dar continuidade as suas atividades no ano seguinte. No ano de 2017 tive a oportunidade de adentrar na fábrica e observei que o fechamento da mesma não foi planejado, pois a forma como foram deixadas as máquinas e os instrumentos de trabalho indica uma parada súbita, em meio à produção. Observei que ainda havia amêndoas do babaçu nas prensas, os experimentos estavam sobre a mesa do laboratório e tinha vários vasilhames de óleo do babaçu prontos para serem envasados. A sensação que tive a adentrar tais espaços da fábrica foi de que no dia seguinte o trabalho fabril iria recomeçar.

Porém, apesar destas impressões, o que se viu em uma visita posterior ao local no ano de 2019 foi um completo abandono, além da deterioração das dependências da fábrica e do apagamento da memória desse lugar social, que foi construído ao longo de vários anos por trabalhadores (as) que em sua grande maioria eram camponeses residentes no povoado Novo Nilo (PI). O quadro era desolador, tendo em vista que vários documentos foram destruídos pela ação do tempo, em virtude do péssimo estado de conservação e das ações de traças, cupins e baratas. Mesmo com o cenário de péssima conservação, consegui fotografar as páginas cadastrais dos quatro (04) primeiros livros de registro da fábrica que possibilitaram acessar referências sobre os perfis dos (as) trabalhadores (as) que ali atuaram no período em que compreende as décadas de 1940 a 1970.

Os registros de trabalho mostram um quadro geral dos (as) trabalhadores (as) da GECOSA, descrevendo várias informações sobre as características desses sujeitos, como por exemplo: a filiação, a naturalidade, o estado civil, a escolaridade, o gênero, a quantidade de filhos, a carga horária de trabalho e o salário, sendo que a partir do ano de 1976, houve uma mudança significativa nas fichas de cadastros, porque foram acrescentadas várias indicações

das características raciais dos (as) trabalhadores (as), como por exemplo: a cor da pele, a cor dos olhos e a cor dos cabelos. Mesmo com todos esses detalhes contidos nas fichas de cadastros, é importante asseverar que tais registros não condizem com a inteireza da realidade na qual se refere a força de trabalho utilizada na fábrica, tendo em vista que por meio da presente pesquisa foi evidenciado a utilização da força de trabalho infantil dentro do espaço fabril, porquanto o trabalho de análise da fonte deve ser feito com cuidado, dando atenção tanto aquilo que é registrado, bem como o que é omitido e silenciado, e portanto, é preciso considerar que é “comum as empresas fazerem registros sumários de fatos assim, evitando produzir registros que mais tarde possam ser usados contra ela, uma vez formalmente acionada na Justiça para reparações e indenizações” (TRISTAN, 2016, p. 21).

Outrossim, observamos também que havia uma estratégia utilizada por muitos (as) trabalhadores (as) na década de 1990 que recusaram o trabalho de carteira assinada no intuito de conseguir a aposentadoria rural, onde o período de carência para receber tal benefício enquanto trabalhador rural é mais curto se comparado ao trabalhador urbano, sobre tal questão a lei de Nº 8.213 de 24 de julho de 1991, informa em seu artigo 48 que um (a) trabalhador (a) que exerce atividades urbanas só poderá requerer a aposentadoria com sessenta e cinco (65) anos caso seja homem, e sessenta (60) anos caso seja mulher, a lei assevera também que a carência é reduzida para sessenta (60) e cinquenta e cinco (55) anos no caso dos (as) trabalhadores (as) rurais, respectivamente homens e mulheres (BRASIL, 1991). É importante pontuar que ao longo das décadas houve várias mudanças no regime geral de aposentadoria por idade a qual a última foi implementada em 2019 através da Reforma da Previdência<sup>22</sup>.

Assim, direcionamos o nosso olhar para a fábrica, no sentido de entendê-la como um local do qual emanava as ações de homens e de mulheres do campo, os quais lutavam com todas as forças para atender a suas demandas e expectativas de vida através de ações de resistência balizada em uma economia moral que dava atenção para a coletividade por meio da construção de redes de solidariedade que permitiam um bem viver do campesinato local. É importante pontuar que não estamos tratando somente da obtenção dos meios materiais por meio da luta

---

<sup>22</sup>A reforma da previdência foi instituída pela Emenda Constitucional Nº 103, de 12 de novembro de 2019 que altera o sistema de previdência social e estabelece regras de transição e disposições transitórias. Tal ato alterou vários pontos no regime geral de previdência, dentre eles modificou o inciso I do parágrafo Nº 7 do artigo Nº 201 da Constituição Federal que trata especificamente da aposentadoria por idade para trabalhadores urbanos e que ficou com a seguinte redação “65 (sessenta e cinco) anos de idade, se homem, e 62 (sessenta e dois) anos de idade, se mulher, observado tempo mínimo de contribuição”. Ver: BRASIL, **Emenda Constitucional nº 103, de 12 de novembro de 2019**. Altera o sistema de previdência social e estabelece regras de transição e disposições transitórias. Brasília, DF, 2019. Disponível em: <[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/emendas/emc/emc103.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc103.htm)> Acesso em: 09 de jan. de 2024.

por alimentos através dos roçados, e da pesca no rio Parnaíba, mas tal discussão contempla as redes de contatos e sociabilidades, os vínculos familiares, as relações de compadrio no sentido de entender a organização desses camponeses para viverem melhor por meio de suas agências.

As variadas estratégias utilizadas pelos trabalhadores camponeses da GECOSA podem ser consideradas como “agências” pois segundo Johnson (2003, p 115) “a palavra ‘agência’ em si tem uma história longa, complicada e polissêmica, mas conforme empregada na Nova História Social tem sido geralmente usada em seu sentido primário como ação autodirigida [...] ‘arbítrio pessoal livre’ (tradução nossa)”. Nesse sentido, serão analisadas as ações dos camponeses os quais eram caracterizadas por práticas que possibilitaram ganhos para além dos proventos oriundos da fábrica, os quais ocorriam através de suas redes de sociabilidade, conhecimento da natureza, conjugadas em experiências de trabalho que precediam a ambiência fabril, como no caso da pesca no rio Parnaíba ou por meio do cultivo dos roçados.

Nesse sentido, iremos analisar a resiliência dos trabalhadores camponeses no contexto fabril, todavia a resistência aqui abordada não está somente voltada para ações coletivas, coordenadas, organizadas por movimentos sociais. Trata-se de formas de resistência que perpassavam a esfera do cotidiano, por vezes com ações veladas, que permitem vislumbrar discurso ocultos dos grupos subalternizados pois “para os camponeses, pulverizados ao longo da zona rural e enfrentando ainda mais obstáculos para a ação coletiva e organizada, as formas cotidianas de resistência parecem particularmente importantes” (SCOTT, 2002, p.11).

Serão problematizadas também as práticas realizadas através de um sistema patronal de controle e vigilância que reverberou nas condições de trabalho enfrentadas por esses camponeses, que eram impulsionadas pela exigência de uma alta produção na fábrica, surgindo a obrigação do camponês produzir mais no menor tempo possível para que o objetivo dos industriais pudesse ser alcançado, trazendo por consequência disso um maior esforço por parte desses camponeses.

Sabe-se que no povoado Novo Nilo (PI), com o advento da fábrica a população local experienciou uma mudança significativa na noção do tempo de trabalho, porque os camponeses eram habituados a trabalharem de acordo com o tempo da natureza que era ditado pelas mudanças nas estações do ano e pela duração dos dias e das noites, onde o tempo do trabalho poderia ser aumentado ou diminuído ao longo do dia. Já com o início das atividades fabris os operários/ camponeses viam a sua rotina de trabalho marcada pelo tempo cronológico, e no caso da GECOSA, no início das suas atividades industriais, a maneira utilizada para marcar o tempo era através de uma roda de caminhão amarrada em um pau que recebia batidas fortes



com uma marreta de acordo com a quantidade de horas que sinalizava a entrada e saída dos funcionários nos horários pré-definidos pelos industriais. A partir da década de 1990 foi instalada uma sirene elétrica com uma alta potência de som que substituiu o método de aviso manual.

Apesar da implantação da fábrica GECOSA, dentro do povoado Novo Nilo (PI) ter trazido uma aparente modernidade através do cotidiano fabril, ainda assim o povoado continuou rural, conservando suas práticas por meio de um campesinato reconstituído que foi transformado pelo processo de industrialização da amêndoa do coco babaçu. Em tal processo de análise procuramos destacar as memórias dos camponeses, a rememorar tais fatos, os narradores fizeram inúmeros saltos em temporalidades distintas, esses saltos em décadas são elementos que fazem parte da memória e das seleção de memória dos interlocutores, se trata porquanto, de seleções de memória e na fala dos entrevistados isso vai se manifestando de uma forma não necessariamente cronológica conforme assevera Portelli (2016, p.18) que “a memória na verdade, não é um mero depósito de informações, mas um processo contínuo de elaboração e reconstrução de significado”. Nesse sentido, não merece ser apagada da vida desses (as) trabalhadores (as), pois eles (as) guardam consigo uma noção imagética positiva da fábrica GECOSA. Assim iremos analisar a seguir o cotidiano de trabalho fabril dos camponeses que residiam no povoado Novo Nilo (PI).

### **3.1 Cotidiano Fabril**

O cotidiano de trabalho fabril que foi vivenciado pelos trabalhadores da GECOSA, era distinto se compararmos com outras fábricas instaladas em ambientes urbanos, tendo em vista a sua instalação em ambiente rural e com força de trabalho majoritariamente constituída por camponeses adaptados ao trabalho braçal.

Para compreendermos as vivências multifacetadas desses sujeitos recorremos ao conceito de experiência, que, segundo Thompson (1978, p.189) “foi, em última instância, gerada na ‘vida material’, foi estruturada em termos de classe, e, conseqüentemente o ‘ser social’ determinou a ‘consciência social’”. Portanto, através da análise das ações individuais imbricadas coletivamente, envoltas em experiências comuns dos trabalhadores na fábrica, conseguimos escrutinar algumas agências, valiosas para entender facetas de um mundo do trabalho formado por camponeses/operários. Esse aparente hibridismo revelava-se no cotidiano, no qual as fronteiras entre trabalho fabril e o mundo camponês eram porosas ou mesmo inexistentes, expressando uma condição *sui generis* dos trabalhadores e das

trabalhadoras, que para “tornarem-se” operários e/ou operárias no mundo rural resistiram à precarização do seu bem viver, ou seja, permaneceram camponeses.

Assim, retomamos as falas dos nossos entrevistados que experienciaram momentos marcantes dentro da GECOSA, como é o caso do Sr. Benedito, homem pardo, 44 anos, casado, que iniciou suas atividades na fábrica em idade adolescente como uma espécie de aprendiz através da influência de seus professores, que eram engenheiros da fábrica pois “na verdade a gente começou nos anos oitenta, a gente já começava na parte de enlatamento do óleo, e de primeiro era numa lata e a gente também trabalhava na parte do sabão, encaixotamento de sabão” (BENEDITO, 2019). O entrevistado nos informou também que antes de iniciar a sua trajetória de trabalho na fábrica, vinha deixar a alimentação para o seu pai, que trabalhou como pedreiro na construção de alguns setores dessa agroindústria.

A dinâmica do trabalho na fábrica se dividia entre os diversos setores de produção, sendo que cada um agregava camponeses em sua linha de produção que desempenhavam funções essenciais para o correto funcionamento do cotidiano fabril. No relato do Sr. Benedito observa-se que o seu trabalho se resumia basicamente em duas funções, que era fazer o envasamento do óleo em latas apropriadas e no acondicionamento do sabão, ou seja, em dois setores totalmente distintos que deveriam funcionar de maneira efetiva. É necessário frisar também a rotatividade das atividades que eram realizadas para que o interesse dos industriais pudesse ser alcançado, pois além de trabalhar nesses setores, o Sr. Benedito também trabalhou no processo de ensacamento do farelo de babaçu denominado ralão.

A experiência de trabalho desempenhada pelo Sr. Benedito nos três setores descritos acima, resultou na sua transferência para outro setor da fábrica, que era o laboratório, pois “entre os anos 80, entre 84 era como bico, já em 85, em dezembro de 85, eu comecei a trabalhar já como trabalho fixo, eu comecei a trabalhar já parte do laboratório de análise”. (BENEDITO, 2017) A disponibilidade da força de trabalho foi influenciado pela não assinatura da carteira de trabalho durante cinco (05) anos de serviços prestados para a GECOSA, permitindo uma permuta de trabalho entre os vários setores da fábrica, em tal contexto trabalhavam se sujeitando aos mandos e desmandos dos patrões para que fosse possível a sua mudança de função dentro da fábrica.

O pagamento efetuado para os camponeses era diferenciado a depender da função empregatícia exercida dentro da fábrica, e sobre tal questão o Sr. Benedito afirmou que:

Alguns alunos da comunidade faziam uns bico né? era o salário, o salário era pago semanal em dinheiro e era feita por produção e aí os outros funcionários que eram fixos né, era mensal o salário mas no meio do mês você tinha um

vale, era a cada 15 dias você ia lá e você tinha um vale, era liberado para você fazer as suas compras no comércio da comunidade (BENEDITO, 2017).

O nosso entrevistado tenta demonstrar em sua fala que a força de trabalho utilizada de maneira avulsa era formada por jovens alunos, sendo, portanto, uma forma de aliviar tal condição de exploração. Relatou também que havia uma diferença na forma de pagamento para o grupo de trabalhadores em questão, realizada de forma semanal, sendo baseada na produção de cada trabalhador, ou seja, a depender da sua produtividade em relação ao trabalho exercido poderia ganhar mais ou menos no final de cada semana trabalhada. Já o trabalhador que era fixo, ou seja, trabalhava de carteira assinada, recebia o seu salário mensalmente, sendo que a cada quinze dias poderia receber um vale, que seria utilizado para comprar itens básicos no intuito de suprir suas necessidades dentro da comunidade.

A rememoração da dinâmica do pagamento através do “vale” foi recorrente na fala de muitos dos entrevistados da pesquisa e o Sr. Benedito esclareceu em seu relato sobre tal questão:- “você pegava um [vale] lá na empresa e valia dentro dos comércios aqui de Novo Nilo, você conseguia comprar qualquer coisa, trocar por dinheiro, na quinzena você tinha um vale e no final do mês você tinha um saldo do salário” (BENEDITO, 2017). Através dessa remuneração, segundo o interlocutor, podiam fazer compras no pequeno comércio da comunidade, sem deixar de desenvolver suas atividades costumeiras de base alimentar, plantando nos roçados que eram cultivados nas várzeas do rio Parnaíba em terras que pertenciam a fábrica e também pescando nesse mesmo rio, atividades diretamente imbricadas nas suas relações de sociabilidades camponesas, permeadas igualmente por seus vínculos familiares.

Outra categoria de análise utilizada para compreender o campesinato reconstituído dentro do povoado Novo Nilo (PI) é a “estrutura de sentimento”, pois conforme Williams (1979, p. 136) “as estruturas de sentimento podem ser definidas como experiências sociais em soluções distintas de outras formações semânticas sociais que foram precipitadas e existem de forma mais evidente e imediata”. Seguindo este prisma, direcionamos as análises para além das questões do cotidiano fabril em si, pois compreendemos o labor para além da sua perspectiva eminentemente material. Por tal prisma, consideramos na problemática as redes de sociabilidade, os vínculos de pertencimento familiares e comunitários, e as experiências de trabalho (e exploração) ancestrais dos trabalhadores e trabalhadoras. No caso da GECOSA, os camponeses se tornaram “operários, mas levaram consigo as práticas costumeiras as quais anteriormente desenvolviam na lida com a terra, na relação com os rios, tudo isso permeado por

estruturas de sentimentos, ou seja, experiências socioculturais e econômicas historicamente agenciadas pelas famílias camponesas migrantes.

Um outro camponês que iniciou seu trabalho na GECOSA ainda na adolescência foi o Sr. Mauro, homem pardo, 52 anos, casado, que nos contou de maneira detalhada como iniciou seu cotidiano fabril no final da década de 1980:

Com meus quinze anos fui trabalhar na empresa GECOSA, trabalhando avulso, com meus parceiros, foi nesse tempo que eu conheci o Moisés, nós começamos a trabalhar juntos, ele menino e eu mais maior do que ele, nós trabalhando carregando ralão, trabalhando encaixotando sabão nesse tempo na empresa GECOSA, a gente ia para o detergente, a gente ia trabalhar na rosca do ralão, carregando ralão, carregava saco de babaçu na cabeça, trabalhava transportando lenha para a caldeira (MAURO, 2023)

Em sua fala o entrevistado apontou uma rede de sociabilidade que foi estabelecida entre os trabalhadores que faziam parte do seu cotidiano de trabalho, dando ênfase para um dos seus colegas, chamado Moisés, que iniciou na fábrica em uma idade inferior a sua, revelando em sua fala a utilização da força de trabalho infantil. Além disso, elencou as diversas atividades braçais que eram realizadas, nas quais podemos constatar a notória dureza do trabalho exercido, flagrantemente insalubre e com a iminência de acidentes, levados a cabo por crianças pequenas, que ainda não tinham a estrutura muscular e óssea para suportar tais atividades braçais.

Como era um camponês que morava de maneira agregada nas terras da fábrica também se submetia aos mandos e desmandos dos donos da GECOSA, pois sendo morador, não poderia negar os chamados ao trabalho. “Eu ia [também] lá para a indústria, a indústria era outro nome chamado de prensas para tirar o óleo grosso e de lá que ia para a refinaria, a refinaria refinava todo aquele processo e ia [também] diretamente para o envasamento que era para lacrar e para distribuir para fora” (MAURO, 2023).

Com base no relato acima percebemos que o Sr. Mauro, não tinha uma rotina fixa de trabalho, pois desenvolvia variadas funções a depender da necessidade da fábrica. O nosso entrevistado afirmou que a forma de pagamento era feita semanalmente, depois de algum tempo passou a ser quinzenal e por fim se tornou mensal, além disso, o pagamento era realizado através de vale e de dinheiro pois:

Chegava a receber vale e dinheiro, por exemplo, no total o pagamento no dia quinze primeira etapa né, aí vinha uma parte de vale e dinheiro, se você quisesse receber em dinheiro ou vale, se você não quisesse o vale esperava até o dia cinco que era o pagamento geral, todo o dia cinco, final de mês era o pagamento geral, fazia o balanceamento de tudo, com hora extra com tudo e fazia o pagamento dos funcionários da empresa GECOSA [...] vinha aquele vale do tamanho que ele quisesse e de lá chegava aqui na MECOL, aí passava lá, aí comprava toda aquela mercadoria, comprar arroz, feijão e tudo que uma casa precisava (MAURO, 2023).

A modalidade de pagamento com “vale”, favorecia os industriais, pois além de reter uma parte do dinheiro do trabalhador transformando-o em “vale”, forçava-o a comprar no armazém da GECOSA denominado MECOL. Nesse ponto há uma contradição entre as falas do Sr. Benedito e do Sr. Mauro, tendo em vista que o primeiro entrevistado afirmou que o “vale” era aceito em vários estabelecimentos comerciais da comunidade e não somente na MECOL, tal contradição de maneira nenhuma invalida a fonte oral, pois o processo de rememorar está sujeito a esses lapsos e seleções de memória conforme afirma Moura; Rocha (2017, p. 172) “esse tipo de contradição não apenas é reveladora, como representa a dinâmica permanente da vida social, representações estas que dificilmente aparecem tão claramente em evidências não orais”.

O entrevistado rememorando o cotidiano de trabalho também relatou as agruras que sofreu durante a década de 1990 em um período de oscilação econômica da GECOSA, relatando sobre suas expectativas em relação a ter uma melhor condição de vida através do trabalho na fábrica:

Assim, tinha na seguinte forma, só que naquele tempo na empresa GECOSA a gente ganhava muito dinheiro né, teve uns períodos bom, mas do meio para o fim teve uns períodos muito ruim, a empresa começou a atrasar, aí passava de mês, de um mês para dois meses e aí tinha vez que a gente chegava a fazer até um pouco de não querer trabalhar, mas dentro da forma chamada greve, na seguinte forma: Porque a gente não tinha o que comer, teve umas vezes que eu cheguei a não ir trabalhar, porque faltava o pão, mas antes de eu fazer a minha greve, porque eu não fazia, eu ia lá e conversava com o patrão [e dizia]: Patrão é o seguinte eu estou precisando de tanto, a minha casa está precisando disso, está precisando daquilo, do arroz, da farinha, da carne, do botijão, do gás, por isso eu quero que você me arranje tanto hoje, aí se o patrão arranjasse tudo bem, se ele não arranjasse eu já não ia trabalhar, eu já ia quando chegasse em casa procurar um peixe, procurar outras coisas para trabalhar, mas eu comunicava primeiro a empresa (ênfase) Se eu falhasse lá mais ele já sabia porque que eu falhava.

No longo relato acima o Sr. Mauro afirmou através de uma consciência moral que honrava o seu compromisso de trabalho com a fábrica, porém devido a dificuldade econômica que surgia em seu lar pela falta de pagamento dos serviços prestados na GECOSA, ele necessitava utilizar outros meios para conseguir a sobrevivência familiar, e realizava as suas atividades costumeiras, que no seu caso era a pesca no rio Parnaíba, atividade que se tornava essencial para que fosse possível suprir suas necessidades alimentares. Dessa forma, o entrevistado ia delineando as suas agências em sua trajetória de vida dentro das relações de trabalho.

Os dias em que o Sr. Mauro trabalhava na fábrica “era de segunda, terça, quarta, quinta, sexta, sábado até meio dia, tinha vez que a gente trabalhava no final de semana, mas às vezes

era sábado até meio dia” (MAURO, 2023). Tal informação reflete nas ordenanças do sistema patronal que imperava dentro da comunidade até a década de 1990, transformando o trabalhador em cativo da terra por ser um morador agregado e consequentemente cativo da fábrica, trabalhando em uma rotina extensa, trabalhando nos finais de semana, sem direito aos benefícios que eram exigidos por lei. Pois os direitos dos trabalhadores urbanos e rurais são amparados pelo artigo 7 da Constituição Federal, qual estabelece no parágrafo XIII “duração do trabalho normal não superior a oito horas diárias e quarenta e quatro semanais, facultada a compensação de horários e a redução da jornada, mediante acordo ou convenção coletiva de trabalho” (BRASIL, 1988).

Em tese o trabalhador deveria trabalhar sem exceder as 44 horas semanais, mas conforme evidenciado no relato do Sr. Mauro nem sempre a lei era obedecida. Porém as relações de trabalho na GECOSA vão para além das normas estipuladas pela legislação, porque esse tipo de regime de trabalho também passava pela agência dos camponeses através de suas ações cotidianas de resistência pois “é verdade que o comportamento ‘no palco’ dos camponeses durante tempos de quietude produz uma imagem de submissão, medo e cautela (tradução nossa)” (SCOTT, 1985, p. 37). Porém é importante frisar que eles não aceitavam passivamente tal situação de exploração. Os febris utilizavam várias ferramentas de negociação dentre elas a evasão do trabalho para que as suas demandas fossem atendidas. “As próprias explosões são frequentemente um sinal de que as formas normais e em grande parte encobertas de luta de classes estão a falhar ou atingiram um ponto de crise (tradução nossa)” (SCOTT, 1985, p. 37) No caso dos camponeses trabalhadores da GECOSA o ponto de crise ocorreu pelo não recebimento dos salários.

Sobre esse ponto perguntamos ao Sr. Mauro se havia algum sindicato que auxiliava os trabalhadores e ele nos informou que “no meu conhecimento não, eu sei que todas as empresas têm um sindicato, mas logo nesse tempo era avulso né no meu passado, agora em dois mil foi que eu passei a ter assinada a minha carteira” (MAURO, 2023). O desconhecimento sobre a existência de um sindicato que amparava os trabalhadores na visão do entrevistado é justificado por ter trabalhado de forma avulsa por 14 anos e somente após esse período a sua carteira foi assinada como auxiliar de produção.

Observamos que os setores que mais empregavam os camponeses eram os de prensagem da amêndoa, ensacamento do farelo, envasamento do óleo, embalagem do sabão, e carregamento dos caminhões com os produtos finalizados, além do penoso serviço da caldeira. A fábrica GECOSA funcionava 24 horas por dia e para que houvesse um bom andamento da

produção eram divididos trabalhadores em turma, que labutavam em horários alternados, distribuídos durante os dias da semana.

Sobre as relações de conflitos que existiam entre os trabalhadores e os donos da GECOSA, o Sr. Mauro afirmou que presenciou algumas discussões, sendo que foram ocasionadas pela quebra das regras negociadas entre os trabalhadores e a direção da fábrica.

Aqui e acolá tinha entre justamente o peão e o patrão, porque muitos chegavam cheios da cachaça você está entendendo, por exemplo, falhavam no serviço, não iam trabalhar, se chegasse o final de semana, domingo ia beber cachaça e aí quando dava segunda-feira estava ressecado e aí pegava um gancho, pegava uma suspensão, e aí chegavam no outro dia, muitas vezes batiam boca com o patrão, isso não era muito não, agora eu no meu procedimento, eu nunca fiz isso você está entendendo, sempre quando eu não podia trabalhar por enfermidade eu ia avisar, então da empresa GECOSA, eu saí limpo, limpo, limpo (ênfase) você está entendendo, limpo como uma coisa qualquer (ênfase) nunca tive rixa com nenhum, nunca os meus patrões, os meus patrões eu honrava e respeitava da forma determinada (MAURO, 2023).

No relato acima, o entrevistado destacou pontos relacionados a falta de disciplina de alguns camponeses que ocasionaram em suspensões dos seus postos de trabalhos. Destacou também em sua fala o respeito e a submissão para com seus patrões, porém tal condição poderia ser definida como parte de uma estratégia de sobrevivência e permanência no local de trabalho e moradia, tendo em vista, que agindo de forma conflituosa poderia ensejar na sua demissão da fábrica e conseqüentemente na perda da moradia. Assim, demonstrou a assiduidade e compromisso com as várias funções que desempenhou nesse espaço fabril até o momento em que ocorreu o seu desligamento da empresa.

Outro trabalhador que rememorou o cotidiano na GECOSA foi o Sr. Jorge, homem negro, 68 anos, casado, diferentemente dos outros camponeses que iniciaram na fábrica em serviços braçais, o Sr. Jorge teve uma instrução escolar mais avançada, pois concluiu o ensino ginásial e por conta do seu grau de instrução, sua carteira de trabalho foi assinada inicialmente como auxiliar de escritório, e ao relatar sobre os trabalhadores braçais rememorou o período em que seu pai trabalhava na fábrica afirmando que:

Esse pessoal de trabalho braçal, [a casa de] quase todos eles era de taipa, coberta de palha, só que hoje são poucos, pois conseguiram durante o tempo, veio as facilidades que na época quando começou essa [fábrica] aqui, você não ouvia falar em décimo terceiro mês, não ouvia falar em férias, entendeu, era um sistema de trabalho de diária, aí quando aconteceu tudo isso, aí nos anos sessenta e um, sessenta e dois veio a CLT e aí foram registrados, meu pai pelo menos foi registrado se não me falha a memória, foi registrado em sessenta e um ou foi sessenta e dois que a carteira dele foi assinada (JORGE, 2023).

Em sua fala o Sr. Jorge abordar sobre a CLT (Consolidação das Leis do Trabalho), que teve a sua promulgação através do decreto-lei Nº 5.452 de 1º de maio de 1943 no período ditatorial do Estado Novo liderado por Getúlio Vargas que unificou todas as leis trabalhistas existentes no Brasil, composta por 08 capítulos e 922 artigos, a CLT contempla os direitos trabalhistas das variadas classes de trabalhadores (as) do país, como por exemplo: jornada de trabalho, salário mínimo, medicina do trabalho, férias, entre outras questões relacionadas aos direitos e deveres do (a) trabalhador (a). Na década de 1960 foi realizada a mudança da redação do artigo 13 através do decreto-lei Nº 926 de 10 de novembro de 1969 que estabeleceu a obrigatoriedade da Carteira de Trabalho e Previdência Social para o exercício de qualquer emprego, inclusive o de natureza rural (BRASIL, 1969).

É importante notar que o entrevistado rememorando a trajetória de trabalho do seu pai na GECOSA, traz um relato seletivo de memória afirmando erroneamente que a CLT chegou na década de 1960, mas conforme exposto acima essa consolidação das leis trabalhistas foi criada duas décadas antes. Porém esse “chegar da lei” no povoado Novo Nilo pode estar relacionado a mudança nas relações de trabalho que ocorreram a partir do beneficiamento da amêndoa do coco babaçu pela fábrica, tendo em vista que a CLT estava direcionada a princípio para os trabalhadores urbanos, possibilitando através da implementação dessas leis que os trabalhadores rurais tivessem em tese os mesmos direitos trabalhistas, como por exemplo, o direito a férias e ao décimo terceiro salário que foi criado por meio da lei Nº 4.090 de 13 de julho de 1962 onde determinou em seu artigo 1º que “no mês de dezembro de cada ano, a todo empregado será paga, pelo empregador, uma gratificação salarial, independentemente da remuneração a que fizer jus” (BRASIL, 1962). Mas para adquirir tal direito o (a) trabalhador (a) deveria estar com sua carteira de trabalho devidamente assinada.

Devemos pontuar também que o contexto da década de 1960 foi marcado por um movimento de perturbação social através da implantação da ditadura civil-militar no ano de 1964, onde o direito à liberdade individual de muitos civis foi suprimido. Obstante a esse panorama de conflito que a nação brasileira estava enfrentando, os camponeses residentes no povoado Novo Nilo (PI) estavam lutando através de variadas formas de resistência cotidiana para uma melhor condição de moradia e de trabalho.

O entrevistado explicou também como era a condição de moradia dos trabalhadores ditos braçais, além disso, apontou detalhes da condição de trabalho e da remuneração, asseverando que nos idos da década de 1960 (indicando o exemplo de seu pai) não havia vínculo empregatício com GECOSA, e o pagamento se dava por meio de diárias, pagas ao trabalhador



mediante o serviço prestado. Vasculhando seu acervo pessoal, o Sr. Jorge nos forneceu um registro fotográfico capturado por volta do ano de 1965, bastante emblemático no que se refere ao cotidiano de trabalho que era realizado pelos camponeses que realizavam funções distintas dentro da fábrica.

**Imagem 01:** Trabalhadores da GECOSA



**Fonte:** (SANTOS, 2021. p.49)

Na imagem acima percebemos dois tipos distintos de trabalhadores, o primeiro ocupando a função de armazenista, sendo o responsável pela pesagem, controle e armazenagem das amêndoas do coco babaçu que eram vendidas para a fábrica, esse trabalhador observava atentamente o trabalho que era executado pelo trabalhador braçal. É importante notar que o armazenista estava totalmente vestido e também estava calçado, com o cabelo bem cortado e estava em uma condição de poder em relação ao trabalhador braçal.

O segundo sujeito estava realizando um trabalho braçal, quase despido e aparentemente descalço, em condição de exploração e subserviência. Além disso, tinha seus cabelos crescidos e estava com o semblante caído, talvez pela dureza do trabalho executado e pela forma constrangedora de apresentar-se para o fotógrafo naquela condição de submissão. Outra questão notória é a ausência de equipamentos de segurança que pudessem proteger o trabalhador dos acidentes de trabalho, pois manipulava uma grande carga de peso ao transportar os sacos cheios de amêndoas do coco babaçu.

É importante destacar também que a fotografia retrata dois homens negros, o armazenista é o homem mais velho e o carregador de sacas e o homem mais novo, tal detalhe é uma importante pista para discutimos a questão racial dentro da fábrica, pois através do levantamento dos registros de quarenta e nove (49) trabalhadores (as) que trabalharam na GECOSA entre os anos de 1976 a 1978, detectamos que trinta e oito (38) eram morenos, um (01) eram moreno claro, quatro (04) eram brancos, dois (02) eram pardos e quatro (04) trabalhadores não identificaram a sua cor no momento da realização do registro de trabalho na fábrica. Por meio desses dados podemos asseverar que a grande maioria dos camponeses que trabalhavam na GECOSA, no período estudado não eram brancos. Outro ponto que o nosso entrevistado elencou foi a respeito da instrução escolar dos (as) trabalhadores (as) da fábrica, onde nos repassou uma informação importante que diz muito sobre o perfil dos camponeses que ali trabalhavam até o final da década de 1970, informando que:

A fábrica todinha, tinha o contador, tinha o pessoal do faturamento, essas coisas tudo, mas ninguém tinha ginásio completo e ela estava entrando nesse processo de ampliação dela, entendeu? E a SUDENE que era a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste tinha arrumado esse dinheiro para cá [...] e exigia o grau de instrução, que, no entanto, eu entrei em setenta e seis, em janeiro e quando deu em julho a empresa teve que contratar o químico, teve que contratar o engenheiro mecânico, técnico de laboratório, tudo com o curso para poder atender as demandas, as exigências do projeto (JORGE, 2023).

Esse dinheiro financiado pela SUDENE tinha como objetivo aumentar o parque fabril e conseqüentemente iniciar um processo de modernização na GECOSA, mas tal fato gerou um impasse entre o corpo laboral da fábrica, tendo em vista que a grande maioria dos trabalhadores, eram camponeses que não tinham uma instrução escolar desenvolvida, e por conta dessa adequação, poderiam perder seus empregos com a execução do referido projeto de ampliação. Com base no exposto acima fomos analisar os registros de trabalhadores entre os anos de 1971 a 1978 e detectamos que haviam seis (06) trabalhadores analfabetos, quarenta e sete (47) trabalhadores (as) tinha apenas o ensino primário, sete (07) trabalhadores tinha o ensino ginásial, somente um (01) trabalhador tinha o ensino científico, apenas um (01) detinha o ensino superior e seis (06) trabalhadores não informaram o grau de escolaridade.

O Sr. Jorge por estar em uma condição privilegiada em relação à escolaridade da maior parte dos camponeses que trabalhavam na GECOSA nos relatou quais as funções que exerceu dentro da fábrica:

A minha função quando eu entrei era viajar para os interiores, eu viajava para Lagoa Alegre [PI], eu viajava para José de Freitas [PI], para União [PI], para Miguel Alves [PI], tinha as propriedades deles no Maranhão, eu andava com

o caderno, [...] Como o escritório estava meio coisa, eu fui trabalhar no setor pessoal, eu era conferente de ponto, em setenta e oito e setenta e nove [...] Nessa conferência de ponto, o químico era muito meu amigo e recém-chegado aqui, ele começou a despertar em mim devido ao meu grau de instrução, me puxar para funções e nessa época em setenta e nove mais ou menos eu já estava como encarregado de produção lá dentro, ele fazia a programação de funcionamento, o químico, funcionar, parar, o que ia produzir, que tipo de sabão ia produzir, que tipo de óleo a gente ia envasar [...] tudo isso aí era uma coisa que passava por mim (JORGE, 2023).

Na fala o entrevistado rememorou o seu passado, descrevendo os setores que trabalhou dentro da GECOSA e afirmou que devido a amizade que tinha com o engenheiro químico da fábrica foi destacado para o setor de produção, permanecendo por muitos anos como supervisor. Em seu longo relato percebemos que foi construída uma rede de contato e sociabilidade que possibilitou a sua ascensão dentro do espaço de trabalho, destacando também na sua fala a questão da instrução escolar como ponto chave para a sua ascensão dentro do ambiente fabril.

Com o passar do tempo, o Sr. Jorge se tornou uma espécie de gerente geral da fábrica pois “fiquei praticamente como a segunda pessoa do homem, eu fazia tudo ali dentro, eu comprava, eu vendia, negociava a compra [...]” (JORGE, 2023). No entanto, ele procurou demonstrar que não trabalhou na área de produção, ou seja, no próprio beneficiamento da amêndoa do babaçu, local comumente destinado aos camponeses considerados como trabalhadores braçais, porém, apesar disso, afirmou que tinha conhecimento de todo o processo, uma vez que supervisionava cada etapa de produção, desde a caldeira, passando pela saboaria, pela refinaria, pela extração, até a DESMET<sup>23</sup> que era a unidade que funcionava a base de solvente, e por conta da sua função, se diferenciava dos demais camponeses.

Tal diferenciação gerou também inimizades entre o Sr. Jorge e alguns trabalhadores da fábrica. E ao rememorar o seu cotidiano de trabalho lembrou de um episódio que marcou a sua vida no que diz respeito a convivência com os demais trabalhadores, afirmando que chegou a receber um “copo de cerveja na cara” por conta de um problema gerado na fábrica com um trabalhador, conforme relatado a seguir:

Um funcionário chegou atrasado e o porteiro não deixou ele entrar e ele quis entrar e o porteiro foi me chamar. [Eu disse] Não, a decisão é dele de não entrar, você chegou atrasado? [Ele disse] Cheguei. [Eu disse] Porque? [Ele disse] Não é porque, não sei o que, tal e tal. [Eu disse] Mas rapaz você não vai entrar. [Ele disse] Tá bom. Isso era sábado de manhã, quando deu domingo quatro horas da tarde, eu gostava de tomar uma cervejinha, estou acolá bebendo quando o cara chegou, ele ofereceu a cerveja e eu aceitei, quando eu

---

<sup>23</sup>DESMET do Brasil Ltda, é uma empresa localizada no estado de São Paulo/SP, sua data de abertura 14 de janeiro de 1971, onde sua principal atividade econômica é “fabricação de máquinas e equipamentos para as indústrias de alimentos, bebidas e fumo, peças e acessórios” Disponível em: <<http://cnpj.info/Desmet-Brasil-Ltda-Sao-Paulo>> acesso em 21 de mar. de 2024.

levantei meu copo para beber, ele pegou o dele e jogou na minha cara, aí ele perguntou para mim o que eu ia fazer. Eu tinha passado o dia todinho bebendo, eu só fiz dizer para ele que não, eu não ia medir forças com ele [...] Mas eu ia mostrar para ele o que eu ia fazer. Eu disse: Amanhã de manhã eu vou chegar antes de você e vou tirar o cartão de ponto de lá, você não vai mais entrar para trabalhar na GECOSA. [Ele disse] Ah, você não pode fazer isso, não tem nada a ver com a GECOSA, não foi lá dentro. Eu disse: Não foi lá dentro, agora só que você trouxe um problema de lá para cá (JORGE, 2023)

É interessante notar nesse relato que o conflito foi gerado por um desentendimento que houve em virtude do não cumprimento das regras estabelecidas pela empresa, em ocasião que o horário de entrada para o trabalho não foi obedecido pelo camponês/operário, gerando por conseguinte uma falta, e em consequência disso, houve uma atitude não habitual de resistência do trabalhador para com o seu superior, por fim o caso foi parar na delegacia, onde foi lavrado um boletim de ocorrência. Apesar de tal episódio, o Sr. Jorge afirmou que trabalhou na GECOSA até chegar a sua aposentadoria e ao relembrar de suas expectativas sobre a fábrica ele nos afirmou que “eu achava que ela nunca fechasse, que ela nunca parasse, agora quanto a pessoa Jorge, funcionário, morador de Novo Nilo para mim ela foi como diz a história foi um exemplo [...]” (JORGE, 2023).

Esse saudosismo que percebemos na fala do Sr. Jorge, pode estar intimamente ligado ao fato do entrevistado ter uma condição diferenciada que o colocava hierarquicamente acima em relação aos demais trabalhadores (as) da fábrica, tendo em vista que ocupou cargos de supervisão e de gerência, sobre os quais afirmou que: “-quando eu entrar no portão lá, a partir de lá eu sou o Sr. Jorge gerente e quando eu saí daqui eu sou o Sr. Jorge amigo de vocês” (JORGE, 2019). Tal expressão exemplifica muito bem como era a relação de autoridade que havia dentro do cotidiano de trabalho fabril e mostra também as relações de sociabilidades que havia para além dos muros da fábrica. Em outro momento da sua fala o Sr. Jorge relatou também sobre a força de trabalho feminina que ocupava pouquíssimos postos de trabalhos de carteira assinada conforme veremos a seguir.

### **3.2 Mulheres na fábrica**

Foi evidenciado na análise dos livros de registros dos trabalhadores da GECOSA, que entre as décadas de 1940 a 1970 existiam pouquíssimas mulheres registradas nas linhas de produção da fábrica, uma vez que, os trabalhos realizados por essas funcionárias se resumiam a basicamente três funções: balconista, enfermeira e auxiliar de escritório. Tal informação vai ao encontro do que o Sr. Jorge nos relatou, quando afirmou que no início da trajetória da fábrica havia mulheres “só no escritório, mas na área de produção não” (JORGE, 2023). Porém, aí

existe uma contradição, pois através do relato dos outros camponeses descobrimos que havia muitas mulheres que trabalhavam de maneira avulsa na fábrica.

Dentre essas mulheres que trabalharam de forma avulsa destacamos o relato da Sra. Eliane, mulher parda, 75 anos, aposentada, nascida no povoado Almas, município de Cocal (PI), filha de camponeses, ela nos informou que seus pais não sabiam ler e nem escrever, com o passar do tempo migrou para o município de Nossa Senhora dos Remédios (PI), e se emocionou ao lembrar do seu passado de sofrimento afirmando que -“eu sou muito arrependida de ter vindo para cá, ainda hoje [...] porque é lá que eu me criei [Choro]” (ELIANE, 2023).

A entrevistada vivia trabalhando na roça e realizava também a quebra do coco babaçu, casou e após alguns anos migrou para o povoado Novo Nilo (PI), onde teve o apoio dos familiares de seu esposo que já residiam no povoado, pois “tudo era bom pra mim” (ELIANE, 2023), nesse novo local de moradia passou a trabalhar juntamente com o seu esposo na lida com as vazantes cultivadas à beira do rio Parnaíba. Com o passar do tempo, a situação econômica se agravou, pois seu esposo que trabalhava na fábrica ficou desempregado e passaram a depender somente dos roçados de vazante para sobreviver, por conta disso a Sra. Eliane resolveu por intermédio uma amiga procurar um emprego na GECOSA:

[Eu disse] Irene se tiver uma vaga, para você arrumar para mim, aí ela disse assim: O seu Paulo não vai deixar você vir. Aí eu disse assim: Vou sim, para isso aí ele não vai me governar não, olha Irene quem sabe o que eu estou passando é eu. Aí ela disse assim: Você vem mesmo dona Eliane. Aí eu disse:- Vou minha irmã (ELIANE, 2023).

Nesse ponto de sua fala a entrevistada frisa a força de vontade para conseguir um trabalho, e apesar do seu esposo não aceitar que ela trabalhasse na fábrica, ficou na expectativa de ser chamada pela empresa para compor o quadro de funcionários que trabalhavam na saboaria, tendo em vista que o trabalho na lavoura não estava suprimindo a necessidade da sua família. Após esperar quatro dias recebeu um convite para se dirigir até à fábrica para falar com o encarregado da saboaria e começar a trabalhar, mas “foi uma luta, eu mais o Paulo, passamos um monte de dia brigando” (ELIANE, 2023).

Ao ser questionada sobre o motivo do seu esposo não querer deixá-la trabalhar na fábrica, ela nos informou que não sabia o motivo e que “tinha uma menina que já estava grande, de dezessete anos e já fazia tudo, fazia almoço e janta, fazia tudo, eu acho que era só porque ele não queria mesmo que eu fosse” (ELIANE, 2023). Segundo Woortmann (2009, p. 229) dentro da economia camponesa existe uma preocupação para que não “seja subvertida a hierarquia

familiar”, e no relato acima observamos que houve a quebra da hierarquia familiar, pois, a Sra. Eliane se tornou a principal provedora da renda familiar.

As relações de gênero dentro do contexto rural têm constituído espaços de poder que consolidam os padrões tradicionais, entre os quais a força de trabalho feminina está condicionada ao trabalho doméstico. Mas as mulheres utilizam diversas formas, muitas vezes silenciosas, de resistir à opressão masculina através de suas agências rompendo assim com o patriarcado que foi construído ao longo do tempo dentro das relações de poder, tal patriarcado foi construído sob a égide da dominação masculina. Combatendo essa relação de poder a Sra. Eliane passa a ser a principal provedora da família, isso indica a sua pertinácia em cuidar dos filhos e do marido, rompendo a hierarquia do patriarcado e afirmando a sua condição feminina. Após conseguir trabalhar na GECOSA, a Sra. Eliane construiu um laço de amizade com os demais trabalhadores, evitando discussões desnecessárias e procurando desenvolver seu trabalho sem causar atrito no ambiente fabril:

Eu sempre desde nova eu trabalho no meio de gente, eu sempre, todo mundo tem seus defeitos, claro, que todo mundo tem seus defeitos, mas eu sempre, muita coisa eu deixava passar, não era uma pessoa me dizer uma coisa e eu ia dizer: Não é desse jeito assim e assim. Aí eu trabalhei esse tempo todo e nunca discuti com ninguém, nunca discuti com os donos de turma e nem com minhas companheiras, se eu não gostava, eu não gostava, mas eu não ia discutir (ELIANE, 2023).

Tal relato mostra a estratégia que a entrevistada utilizou para minimizar as possíveis contendas e consequentemente possibilitar a sua permanência na fábrica. Nessa perspectiva, no seu relato também forneceu detalhes de como eram suas tarefas na saboaria:

A gente pegava aquelas cinco barras, botava aqui na máquina e a máquina dava um pulinho e passava e já ia plastificando, sabe como é? Aí botava outras cinco e não era para errar, na hora que a gente colocava para unir uma na outra para ir já indo plastificando, era assim, aí quando era para a gente sair, aí a gente ia varrer, limpar, deixar tudo bem limpinho, era assim o rojão da gente tudinho, era assim (ELIANE, 2023).

A entrevistada rememora a sua labuta cotidiana informando como se dava a lida com a máquina de plastificação do sabão em barra, tal trabalho deveria ser desempenhado com muita destreza e precisão para que não houvesse erros na linha de produção, pois com a maximização do trabalho poderiam obter um maior ganho, tendo em vista que a remuneração da sua atividade fabril era baseada na produção de cada funcionário:

[...] A gente ganhava por produção, se fizesse a gente ganhava, se não fizesse a gente não ganhava, num dia que caia uma carga de sabão ou duas naquele dia a gente ganhava naquele horário que a gente passava das cinco [horas da tarde] às doze [horas da noite], era bem pouquinho, porque era [apenas] as

duas cargas de sabão que tinha caído e como era que a gente podia produzir? (ELIANE, 2023).

Uma das práticas adotadas pela fábrica era remunerar seus funcionários através da produção, que no caso da Sra. Eliane, era definida pela capacidade de plastificar a maior quantidade de pacotes de sabão por turno de trabalho, esse método penalizava os (as) trabalhadores (as) que se limitavam a trabalhar com a quantidade das cargas de sabão que eram depositadas na “máquina” e assim não conseguia adquirir os proventos para além do necessário e como forma de resistência realizava o trabalho no roçado juntamente com seu esposo na perspectiva de melhorar as condições de sobrevivência persistindo no modo de vida camponês com suas plantações, pois “a gente chegava doze horas [da noite] né, aí só ia entrar cinco horas [da tarde] do outro dia, aí dava tempo para a gente ir na roça, comer, dormir um pouquinho, dava tempo de descansar um pouquinho” (ELIANE, 2023). Desse modo, é importante pensar o trabalho na roça não somente como complemento da sobrevivência cotidiana, mas como parte das agências camponesas. Por isso, mesmo tornando-se operários, esses sujeitos continuavam atrelados ao modo de vida camponês.

Ao relatar sobre o pagamento da fábrica, nossa interlocutora nos informou que era remunerada por meio do “vale”, pois ela “ia para a MECOL, aí dia de sábado se a gente não comprasse tudo, ficava, aí quando era no dia do pagamento a gente recebia o pouco que ficava, que sobrava das coisas” (ELIANE, 2023). Ela relatou que o vale era trocado na MECOL por alimentos de primeira necessidade e que a diferença entre o que foi adquirido na MECOL e o valor da sua produção, era pago na forma de dinheiro. Aqui cabe uma reflexão mais ampla sobre a fala da entrevistada, pois percebemos que a fábrica lucrava duas vezes com tal condição de exploração, a primeira era através da baixa remuneração pelo trabalho executado por essa camponesa e a segunda era pela troca do vale por produtos da MECOL que tinham seus preços estipulados pela fábrica, deixando assim pouca margem de dinheiro para a trabalhadora. Mas mesmo diante de tais condições de empobrecimento, ter algum dinheiro dava margem para a Sra. Eliane fazer as suas compras fora da vigilância da fábrica, caracterizando assim uma forma de agência dessa mulher. Ao ser questionada se o seu trabalho na fábrica foi importante para melhorar a sua condição de vida, nos respondeu que:

Melhorei assim, porque quando era dia de sábado eu tinha o meu dinheiro para comprar minhas coisas, minhas coisas de comida, eu comprava meio saco de arroz, comprava sabão, comprava açúcar, café, as coisas que eu precisava em casa, nem que não ficasse para mim receber o dinheiro, quando dava no sábado tinha vale de novo, tinha dia que a gente tinha mais, tinha dia que a gente tinha mais pouco, e a vida era assim. (ELIANE, 2023)

Em sua fala a entrevistada cita o fato de poder trocar a sua força de trabalho por itens que atendiam às suas demandas alimentares, afirmando que sua condição de vida melhorou com o emprego na fábrica, mas frisou também que o ganho adquirido na fábrica era muito pouco, pois “nem [era] um salário, a gente ganhava era pelo que a gente fazia, era por produção, não era um salário não, olha o tantinho, era igual ao salário do Chico Anísio<sup>24</sup>” (ELIANE, 2023). Mas devido a necessidade financeira da sua família a entrevistada reiterou que aceitou essa condição de trabalho.

O setor da fábrica em que a Sra. Eliane trabalhava era composto por cinco mulheres e quatro homens em cada turno, com atividades distintas, uma vez que os homens ficavam responsáveis por colocar as cargas de sabão que caíam no chão dentro da máquina chamada extrusora (a qual exigia bastante força física) para que posteriormente as mulheres pudessem realizar o processo de plastificação do sabão e também o embalagem em caixas de papelão do produto finalizado. E a respeito da forma de trabalho realizado pelas mulheres na fábrica a entrevistada informou que era:

Pesado, ruim, logo a gente passava sono e todo o tempo em pé, não era para errar, porque se errasse aquele pacote já estava desmantelado, a barra de sabão embolava, machucava, aquele pacote de sabão já não prestava, era jogado fora e aí precisava a gente trabalhar com o maior cuidado (ELIANE, 2023)

A exigência de não errar dentro da linha de produção aumentava a tensão e a dificuldade do serviço executado, somando a condição de ficar todo o tempo de pé e acordada durante todo o processo de produção que durava em média 08 horas de trabalho. Ao ser questionada se a Federação das Indústrias do Estado do Piauí auxiliava os (as) trabalhadores (as) na luta pelos direitos, nossa interlocutora nos informou que “se existia nunca apareceu” (ELIANE, 2023). Ela trabalhou na fábrica por mais de três anos e neste período não trabalhou de carteira assinada, pois tinha o desejo de se aposentar como lavradora e assim montou uma estratégia para sair da fábrica na iminência da formalização do seu contrato de trabalho:

Aí o pessoal do escritório chegou lá com a folha, aí o primeiro que ele falou foi comigo: Dona Eliane vocês vão trabalhar agora de carteira assinada. Eu disse: De carteira assinada? [Ele disse] É o homem naquele dia ficou zangado, reclamou para mim que vocês estavam trabalhando sem está protegido de nada, aí eu vou pegar a pontuação de vocês e o número da roupa. Ai eu disse assim: Seu João eu não quero. [Ele disse] Porque que a senhora não quer? Eu disse: Olha é porque faz tempo que eu pago o Sindicato [dos (as) Trabalhadores (as) Rurais de União] e só está faltando um ano e pouco [para a aposentadoria] (ELIANE, 2023).

---

<sup>24</sup>A entrevistada faz referência ao bordão “e o salário ó” utilizado pelo comediante Chico Anysio na “Escolinha do professor Raimundo” criada em 1952. Tal bordão faz referência a desvalorização do salário do professor no Brasil. Ver em <<https://oguaira.com.br/editorial/e-o-salario-o/>> acesso em 22 de mar. de 2024.



No relato acima observamos que a entrevistada adquiriu o trabalho na fábrica de maneira provisória, sem que isso afetasse a sua trajetória de vida como camponesa, e nesse sentido, não viesse a perder o direito da aposentadoria como trabalhadora rural. Para ter a aposentadoria como trabalhador rural o camponês precisa ter “60 (sessenta) anos de idade, se homem, e 55 (cinquenta e cinco) anos de idade, se mulher” (BRASIL, 2019) e comprovar 15 anos de atividades rurais. A mesma estratégia também foi evidenciada no relato de outros entrevistados da pesquisa. Mesmo após conseguir a almejada aposentadoria, a Sra. Eliane continuou trabalhando com seu esposo nos roçados de vazante, mantendo assim as suas práticas camponesas.

Entrevistamos também a Sra. Jéssica, mulher negra, 43 anos, casada, outra mulher que experienciou vários momentos marcantes dentro da GECOSA, mas diferentemente da Sra. Eliane, trabalhou durante um certo tempo com a carteira assinada. A entrevistada relatou que iniciou suas atividades na fábrica ainda na sua adolescência, “comecei a trabalhar né com dezesseis anos no enchimento chamado pelo encarregado que se chamava Festoval, trabalhava no óleo, no GC, e depois me desliguei né, pois eu fui construir uma família, aí depois de dez anos ou mais, eu voltei para a GECOSA” (JESSICA, 2023). O primeiro período em que a entrevistada trabalhou na fábrica foi de maneira avulsa aceitando o convite de um encarregado da fábrica e após alguns anos conseguiu novamente o emprego por intermédio do seu marido, que já trabalhava na empresa e trabalhou por mais três anos na fábrica, dois anos avulsos e um ano de carteira assinada, em tal período já não trabalhava na roça, pois:

No tempo em que eu saí da roça foi o tempo que eu vim morar com o Miguel, aí me desliguei da roça e fui cuidar dos meus filhos, aí foi então que eu arrumei o serviço na GECOSA com o Miguel, deixava meus filhos com minha sogra, aí depois o Miguel saiu da GECOSA e ficou só eu na GECOSA (JESSICA, 2023).

A entrevistada relatou que houve um período em que o sustento da sua família dependia exclusivamente do seu trabalho na fábrica tendo em vista que o seu marido ficou desempregado. Nesse momento, mais uma vez, a ordem patriarcal da família camponesa foi quebrada, pois conforme assinala Silva (2021, p 70) “estando o homem na posição de pai, responsável e representante de sua família, cabe a ele a função de atender as necessidades de consumo de todos os seus dependentes, a partir do seu trabalho”. Porém, tal espaço que era ocupado historicamente pelo marido, foi transformado, ressignificado. A mãe da família, nesse caso, tornou-se a provedora principal da casa.

Nessa perspectiva, importante salientar que as questões de gênero dentro do contexto rural também devem ser analisadas, conforme assevera Lima (2016) em sua tese de

doutoramento sobre as identidades e relações de gênero nos territórios dos cocaís (PI), sob o prisma das agências femininas:

A ocupação destes espaços por parte das mulheres desconstrói a ideia de lugar historicamente reservado a elas, qual seja, o da casa, pois, no ambiente rural observado, ainda é comum caber aos homens o espaço público entendido como espaço da produção e da política e, às mulheres, o espaço privado da casa em que o papel reprodutivo, o cuidado com os afazeres domésticos, com os filhos/as e o marido são as características marcantes. Como as atividades relacionadas ao espaço da casa não são compreendidas como atividade econômica produtiva, mas sim como obrigação feminina, advinda da sua natureza de mulher, isto impõe a elas condição de invisibilidade no “mundo da produção” que dificulta seu reconhecimento nos espaços e esferas públicas de poder (LIMA, 2016, p. 110)

No trecho acima a autora coloca a condição de submissão da mulher ditada pelas regras do patriarcalismo, pontuando que no ambiente rural cabe ao homem a esfera pública a qual contempla o campo político e as atividades econômicas produtivas. Porém para as mulheres são destinados os afazeres domésticos e cuidado com os filhos e com o marido, afirmando que tais responsabilidades são relegadas a mulher como uma obrigação advinda da sua natureza feminina. Além disso aponta ainda para a visibilidade da mulher nas esferas e nos espaços de poder. Em tal análise, porém é perceptível que a autora oculta as variadas formas cotidianas de resistência, que as mulheres utilizam para desvencilhar desse sistema opressor através de suas agências, como por exemplo, a luta para conquistar tais espaços de poder.

A Sra. Jéssica nos informou também que na época em que trabalhou na fábrica na década de 1990 e no ano 2000 havia poucos trabalhadores de carteira assinada, sendo que a maioria trabalhava de maneira avulsa, ou seja, sem um vínculo empregatício firmado com a GECOSA e assim nos relatou o seguinte episódio:

O ministério vinha, às vezes viam sem eles [os patrões] perceberem quando chegavam batiam em cima, aí mandavam para casa os trabalhadores todinhos que estavam avulso, mas aí eles [os fiscais] chamavam né, [Os fiscais falavam] cadê as carteiras deles, está assinada? [Os donos da fábrica respondiam] Não. [Os fiscais falavam] Pois só irão trabalhar quando assinarem a carteira. E quando eles iam embora chamavam os trabalhadores para trabalharem tudo normal (JESSICA, 2023).

No trecho acima a entrevistada mostra o grau de *expertise* que os patrões tinham para burlar a fiscalização do Ministério do Trabalho e Emprego, fazendo várias manobras no intuito de não realizarem o pagamento dos direitos trabalhistas aos operários e operárias da GECOSA, que trabalhavam de maneira avulsa. Para exemplificar melhor tal *modus operandi* da empresa para com os seus funcionários, a entrevistada nos relatou como ocorreu o seu processo de desligamento da GECOSA informando que:

[EU] estava de carteira assinada, aí eu faltei porque meu filho estava doente, faltei uns dois dias, aí eu disse: Pois coloca minhas conta. [Ele disse] Pois eu vou lhe pagar direitinho. Aí ele veio e eu boba nesse tempo né, eu não sabia muito, eles foram me pagar lá em União meus direitos, aí ele colocou para mim assinar, aí o Miguel bateu no vidro que não era para mim assinar, aí eu já sabia lê, eu não tinha lido no papel o que estava escrito, que lá estava escrito por justa causa, aí eu não ia ter direito a nada, aí quando o Miguel bateu no vidro me chamou perguntando o que eu ia assinar, aí o Miguel leu o papel [E disse] Rapaz tu ia roubar a menina cara, aí a gente veio embora, aí foi no tempo que ele me chamou de novo né lá na GECOSA, o Miguel disse que ia dar parte dele e tudo, aí ele rasgou lá o papel, aí depois me pagou direitinho as parcelas que eu tinha direito (JESSICA, 2023).

A Sra. Jéssica relatou detalhadamente o fato que ocorreu em sua vida no momento em que saiu da empresa, percebemos que os seus patrões agiram de má fé para com a trabalhadora, através da utilização de uma documentação que iria causar a sua demissão por justa causa, e assim perderia todos os seus direitos adquiridos durante o período que trabalhou de carteira assinada, e graças a coragem do seu marido em enfrentar os industriais da GECOSA, através da ameaça de fazer uma denúncia para o Ministério do Trabalho e Emprego tal fato não foi consumado.

Percebemos, portanto que a fábrica GECOSA usava de várias ferramentas persuasivas para maximizar os seus lucros, pois além da utilização da força de trabalho avulsa, utilizava-se também a força de trabalho infantil, a qual foi confirmada por quase todos os (as) entrevistados (as) da pesquisa. Mas sobre essa questão, os nossos interlocutores tinham uma visão sobre a arregimentação de crianças como uma espécie de assistencialismo que a fábrica prestava para a moralização das crianças do povoado Novo Nilo (PI), afastando-as dos supostos “maus caminhos” e apesar de terem consciência que era um trabalho ilegal não enxergavam como uma forma de exploração. Desse modo iremos aprofundar no próximo tópico as nuances da utilização da força de trabalho de crianças e adolescentes na fábrica.

### **3.2 Crianças e adolescentes na fábrica**

Para analisarmos melhor essa visão, tomamos por base os depoimentos de trabalhadores (as) que testemunharam/vivenciaram tais acontecimentos na fábrica. O primeiro depoimento é do Sr. Jorge, que, conforme mostramos anteriormente, chegou ao cargo de gerente da fábrica e tinha uma visão mais assistencialista da GECOSA, no sentido de acolher e disciplinar essas crianças para o trabalho, pois afirmou que:

A GECOSA na época do coronel, nós filhos de funcionários, nós com a idade de nove e dez anos tinha serviço para a gente, a gente trabalhava os três meses de férias do final do ano e as férias de julho [...] A gente não tinha direito a

dinheiro, digamos a pessoa aí passava-se para a mãe comprar caderno, comprar livro, comprar farda, comprar o chinelo (JORGE, 2023)

O trabalho descrito pelo Sr. Jorge era realizado para que os filhos dos empregados da GECOSA não ficassem “ociosos”. Ao ler tal perspectiva, lembramos de reflexões de Thompson (1998, p. 298) sobre a interpretação do tempo do trabalho na sociedade capitalista, pois “todo o tempo deve ser consumido, negociado, utilizado”. A caracterização do ócio dentro do tempo de trabalho fabril está atrelada a algo negativo e danoso, pois o tempo do ócio é um tempo em que nada era produzido e deveria ser evitado, era uma espécie de vazio existencial. Mas é importante também frisar que estamos tratando aqui especificamente do trabalho infantil realizado pelos filhos dos camponeses que tinham sua força laboral empregada pela fábrica para os mais diversos serviços, pois:

Aquelas obrigações que você tinha [enquanto] menino, você ia fazer, aí tinha a saboaria que encaixotava o sabão, tinha o envasamento né, [tinha] o enchimento que a gente chamava [de] envasar o óleo, colocar nas caixas e lacrar, só não fazia era carregar, quem fazia tudo era essa criança (JORGE, 2023)

Nesse trecho da entrevista o Sr. Jorge elencou quais os setores da fábrica que essas crianças trabalhavam para que o processo de industrialização do sabão e do óleo pudesse ser realizado. Seguindo uma mirada sobre o trabalho de crianças em perspectiva histórica, sabe-se que a utilização da força de trabalho infantil no espaço fabril remonta ao início da Revolução Industrial, pois “no início, em função das pequenas dimensões das máquinas (que, logo em seguida, cresceram), eram praticamente só as crianças que trabalhavam nelas” (ENGELS, 2010, p. 187). Porém, no nosso estudo existe uma particularidade no perfil dos sujeitos da pesquisa, em detrimento de outras fábricas que foram construídas em áreas urbanas, pois a fábrica GECOSA foi instalada em uma área rural, cujo corpo laboral era composto em sua grande maioria por camponeses que trabalhavam nas roças em concomitância com o trabalho fabril e tal especificidade também refletia na vida dos filhos dos camponeses, pois essas crianças eram em geral, já eram experimentadas nos mundos do trabalho, acompanhando os pais nas roças e/ou na pesca. Contudo, o tempo despendido no trabalho rural, em companhia dos pais, da sociabilidade da família, de uma produção que acompanhava as práticas costumeiras camponesas, era muito diferente do tempo de trabalho na fábrica, esvaziado de sentido e pertença, salvo pela imperiosa necessidade material das famílias empobrecidas.

Em outro momento da entrevista foi perguntado se no período citado havia alguma fiscalização contra o trabalho infantil e o nosso entrevistado nos informou que “naquela época não tinha, anos sessenta não tinha esse negócio” (JORGE, 2023). O ECA (Estatuto da Criança

e do Adolescente) foi criado somente no ano de 1990 através da lei de Nº 8.096/1990, na qual, em seu artigo 60, diz que “é proibido qualquer trabalho a menores de quatorze anos de idade, salvo na condição de aprendiz” (BRASIL, 1990). Mas, é preciso considerar também na análise da fonte a temporalidade histórica desses atores sociais, pois os camponeses consultados guardam a percepção do trabalho como um aprendizado, relacionado com um tipo de economia moral (vinculado às suas práticas costumeiras) e não como uma forma de exploração, assim a permissão para a introdução dos filhos nas linhas de produção da GECOSA, também foi lembrada como uma forma de ensinar as crianças uma nova maneira de trabalhar, provendo com o fruto do trabalho a complementação necessária para a renda das famílias camponesas. Todavia, no depoimento do Sr. Jorge, para além dessa perspectiva, também se coloca a ideia do trabalho como caminho disciplinador e moralizante, certamente comungando com a leitura patronal.

Nós só fomos ter problema, eu já estava gerenciando, nós viemos ter problema ali de noventa e oito para dois mil e dois mil e pouco, foi que a fiscalização veio aqui, aí foi feito tipo um documento de defesa, onde se foi na juíza ali em União mostrar, teve muito pai que deu depoimento que era melhor o filho está lá trabalhando e outra coisa não impedia você de estudar, você não tinha que ir para ali por obrigação para trabalhar não, você ia na sua folga, era como se fosse uma ocupação que se isso aí existisse talvez nós não teríamos essa quantidade de viciado que nós temos hoje (JORGE, 2023).

O entrevistado narra no trecho acima que havia anuência dos pais em relação ao trabalho dos filhos na fábrica, e o caso foi parar na mão de uma juíza, após ocorrer uma fiscalização do Ministério do Trabalho e Emprego ao qual, segundo o entrevistado, os pais deram depoimento a favor da permanência dos filhos no ambiente fabril. Sobre esse ponto, a Sra. Jéssica ao ser questionada se havia crianças na fábrica afirmou que “menores havia, de quatorze e quinze anos, era irregular era, mas era a única forma né que eles tinham para manter também a sua família, porque os pais não podiam trabalhar, aí os adolescentes iam para sustentar os pais” (JÉSSICA, 2023). A entrevistada enfatizou que, diferente da visão disciplinadora do Sr. Jorge, a questão da necessidade que levava esses adolescentes a trabalharem na fábrica, principalmente quando faltava o pão cotidiano na mesa da família, em ocasiões em que os pais estavam impossibilitados de trabalhar. Caso que ocorreu, inclusive, com a própria entrevistada, que começou a trabalhar na fábrica com dezesseis anos de idade.

Outro interlocutor que vivenciou a rotina de trabalho da fábrica com pouca idade foi o Sr. Mauro, homem pardo, 52 anos, casado, que começou a trabalhar com quinze (15) anos de idade na GECOSA e em seu depoimento afirmou que havia uma estratégia da empresa para manter esses adolescentes trabalhando:

Tinha bastante [criança], de treze anos, quatorze, porque um jovem dessa idade era criança não é? Treze, quatorze anos, nesse período que eu trabalhava, muitos trabalhavam, justamente nesse período quando a fiscalização batia todo mundo vazava, não ficava, se a fiscalização chegasse hoje, nesse dia ninguém funcionava, e ficavam em casa porque nós era de menor e não podia assinar a carteira nesse período (MAURO, 2023).

Segundo o artigo 2º do Estatuto da Criança e do Adolescente “considera-se criança, para os efeitos desta Lei, a pessoa até doze anos de idade incompletos, e adolescente aquela entre doze e dezoito anos de idade” (BRASIL, 1990). Portanto, observamos que havia uma ordem para que esses jovens saíssem do local de trabalho ao sinal de uma iminente fiscalização para que não fossem pegos trabalhando dentro da fábrica. Outro camponês que trabalhou na GECOSA em sua adolescência, com a idade de treze (13) anos, foi o Sr. Tiago, homem pardo, 52 anos, solteiro, ele nos relatou como era a estratégia utilizada para escapar da fiscalização afirmando que “antes de ter a carteira assinada a gente saia, tinha que fugir pelo fundo, pulava na água [do rio Parnaíba] e saia de lá” (TIAGO, 2023).

Já o Sr. Paulo, homem negro, 73 anos, casado, nos afirmou que no período em que ele trabalhou as crianças trabalhavam “só no enchimento, mas não era nada pesado, era só para bater as latinhas, bater as latas” (PAULO, 2023). Na sua visão, o trabalho desempenhado por esses menores era leve e poderia ser mantido, além disso, informou que o setor que agregava essas crianças era somente o do envasamento, mas com o passar do tempo, essa força de trabalho infantil foi disseminada para outros setores da fábrica, conforme vivenciado pelo Sr. Moisés, homem pardo, 45 anos, casado, que vivenciou na pele o trabalho infantil:

[Havia] várias crianças, trabalhavam no ensacamento de ração, no envasamento do óleo, só trabalhavam a noite, na saboaria, e tinha pessoas que trabalhavam também crianças na refinaria e também no carregamento dos caminhões, pois eles vendiam muito óleo bruto aí eles pegavam as crianças, pessoas de catorze anos para lavar os caminhões e abastecer de óleo bruto (MOISÉS, 2023)

No relato acima observamos que as crianças trabalhavam em vários setores da fábrica, sendo remanejadas de um setor para outro conforme houvesse necessidade, os adolescentes iam abastecer os caminhões com o óleo bruto de babaçu. Relatou também um episódio que possibilitou a sua entrada na fábrica na década de 1990 ainda na sua infância com apenas doze (12) anos de idade, através de um sistema de ganho por produção:

A GECOSA teve na época a explosão da DESMET que era a que fazia a separação do óleo da ração, tinha que ensacar a ração e como na época a dificuldade era muito grande, nós com doze anos de idade, nós ia a noite para ensacar ração para ganhar por produção, como eu e vários jovens da minha época nós trabalhava lá nesse ensacamento de ração a noite, estudava aí oito

horas da noite nós entrava na GECOSA e ficava até o horário que quisesse ensacando o ralão, porque a gente ganhava por produção, era por saco cheio e aí eu tinha na época entre onze ou doze anos (MOISÉS, 2023).

Para conter o desperdício causado pela explosão, a fábrica rapidamente arregimentou a força de trabalho infantil disponível no povoado Novo Nilo (PI) para realizar essa função de ensacamento do ralão. Com tal procedimento a fábrica cometia mais uma infração grave tendo em vista que, segundo o artigo 67º, inciso I, do Estatuto da Criança e do Adolescente, é proibido o trabalho “noturno, realizado entre as vinte e duas horas de um dia e às cinco horas do dia seguinte” (BRASIL, 1990). Esse fato pode ser confirmado na fala de outro trabalhador, o Sr. Cassio que informou que houve uma fiscalização do Ministério do Trabalho e Emprego à época:

Assim trabalhando só a noite, um pedaço da noite para os meninos darem tempo de dormir em casa né, porque, rapaz aqui era pobre demais, nesse tempo as coisas eram difíceis demais, as vezes o pai não tinha condição, botava o filho para ajudar, mas nessa condição, de dia não. O dono sabia, mas não pode trabalhar durante o dia, um dia o MTE de Teresina bateu em cima, ó meu Deus, Ministério do Trabalho [e Emprego], aí mudou tudo, acabou-se (CÁSSIO, 2023).

Sobre tal contexto de utilização da força de trabalho infantil pela fábrica GECOSA, o Sr. Cássio relatou que as crianças eram de famílias pobres e que seus pais se sentiam na obrigação de colocar seus filhos na labuta da fábrica no intuito de ajudar na renda da família, e lamentou pelo fato da fiscalização do MTE ter influenciado a descontinuidade da utilização da força de trabalho infantil. Já o Sr. Jorge explicou de maneira detalhada como funcionava a forma de arregimentação desses jovens para o trabalho fabril.

Como eu te falei até os anos, meados de setenta, tinha que eu fui um dos, mas no seguinte propósito, naquele tempo a condição financeira dos pais, você ia trabalhar nos quatro meses de férias no compromisso de você repassar, porque você não pegava no dinheiro, quem recebia era a mãe para comprar farda, livro e calçado, depois dos anos setenta e seis sim, na saboaria e no enchimento, mas também não atrapalhava o horário de escola, tinha uma equipe que trabalhava durante [o turno da] manhã e estudava à tarde, trabalhava de tarde e estudava de manhã, muitas vezes chegou a trabalhar de noite, aí estudava de manhã ou à tarde, horários de seis a seis horas, de oito e oito horas ou melhor turno de seis horas, as vezes de oito horas de trabalho [...] Na faixa etária a partir dos seus catorze e quinze anos sempre ia para lá, a gente tinha, nós chegamos a ter ali dentro, trinta, quarenta crianças e adolescente trabalhando (JORGE, 2023).

O entrevistado no relato acima faz uma digressão de como se deu a implantação da força de trabalho infantil na fábrica, frisando a questão financeira dos pais, além disso, definiu o contingente de crianças e adolescentes que trabalhavam dentro da fábrica. Cabe considerar que existiam, portanto uma contradição na fala dos entrevistados a respeito dos horários de trabalho, pois enquanto o Sr. Jorge afirmou que havia equipes que trabalhavam no turno da manhã, da

tarde e da noite. O Srs. Moisés e Cássio afirmaram que o trabalho realizado pelas crianças e adolescentes eram exclusivamente à noite, sendo que durante o dia realizavam as atividades escolares e ajudavam seus pais nos roçados, e partir dos anos 2000 com o acirramento das fiscalizações do Ministério do Trabalho e Emprego foi descontinuado a utilização na mão de obra infantil dentro da GECOSA.

Sabe-se que o trabalho fabril esteve presente na vida de muitos camponeses que residiam no povoado, muitos, porém, só conseguiram trabalhar de maneira avulsa na fábrica como foi o caso do Sr. Moisés, que relatou como foi o início da trajetória fabril, afirmando que “[...] eu comecei lá trabalhando a noite ensacando ração, com meus doze anos, aí eu fui trabalhar espalhando ralão que era a torta do babaçu, aí como nos meus treze anos eu tive uma intimidade com os donos, eles gostavam de mim aí eu cuidava da limpeza do escritório [...]” (MOISÉS, 2023).

No relato acima, observamos que houve uma mudança na função, passando para outro setor da fábrica, porém, é importante frisar que todas as funções realizadas por esse camponês eram braçais que não exigiam um certo grau de especialização. Mesmo sendo criança, se esforçava ao máximo para cumprir a sua jornada de trabalho na fábrica que a princípio era ensacando o farelo de babaçu ou ralão como era comumente chamado na região de estudo, conciliando com as atividades que realizava costumeiramente juntamente com seus familiares, além de dar conta das atividades escolares, mas afirmou que era:

Muito difícil, porque a gente trabalhava, meu horário que eu era criança aos doze anos, eu entrava zero hora e saía oito da manhã aí o que acontece, ia para o colégio, chegava do colégio, almoçava ali duas, três horas acordava e ia ajudar minha mãe, quebrar tucum, quebrar coco em casa, nós tinha também a quebra do tucum que era o que auxiliava na ajuda doméstica de casa (MOISÉS, 2023)

Em seu depoimento rememorou a grande dificuldade para conciliar os estudos com o trabalho na fábrica, além de ajudar sua mãe na quebra do coco babaçu e do tucum que serviam para completar a renda da família, perguntamos também se o entrevistado ajudava seu pai nos roçados e ele nos respondeu que “[...] ajudava meu pai na lavoura, todo ano meu pai fazia lavoura, todo ano, roça de arroz, de feijão, também nós tínhamos um plantio muito grande de banana que ele fazia, criamos porcos, então a gente trabalhava sempre, direto” (MOISÉS, 2023).

Observamos que mesmo trabalhando na fábrica, esses camponeses realizavam as atividades costumeiras do campesinato piauiense exercendo as suas agências para conseguir uma vida melhor. Em outro ponto da entrevista o Sr. Moisés nos relatou sobre a sua saída da



GECOSA e também sobre a forma incomum que foi realizado o pagamento dos direitos trabalhistas para os camponeses que trabalhavam nesse período de forma avulsa:

Foi assim que eu saí eles demitiram muitas pessoas aí teve muitos que não tinham carteira assinada e eles não quiseram pagar os direitos como eu mesmo fui vítima né porque eu não tinha a carteira assinada e eu tinha quatro ou era cinco anos que trabalhava e não me pagaram e para mim pagar eles fizeram um acordo com todo mundo, somaram por alto quanto deviam para cada funcionário e pagaram com sabão, não pagaram com dinheiro, eles deram uma quantia de sabão para cada funcionário pelo tempo de trabalho, foi o que eles fizeram (MOISÉS, 2023)

Por não trabalharem de carteira assinada estavam a mercê atos arbitrários da fábrica que firmou um acordo com esses camponeses e terminou pagando os dias trabalhados com o sabão produzido na fábrica, observamos mais uma vez uma tática utilizada pelos industriais para tentar lucrar em detrimento do trabalho de seus funcionários, haja vista que deveria arcar com todas as suas obrigações trabalhistas ressarcindo de maneira correta os seus trabalhadores.

Entrevistamos também o Sr. Amâncio, homem negro, 46 anos, casado, outro camponês que também trabalhou de maneira avulsa na fábrica, iniciando o seu trabalho com apenas doze (12) anos de idade juntamente com seus irmãos, e em sua entrevista nos contou um pouco sobre como ocorreu a sua inicialização ao trabalho fabril:

Eu comecei a partir dos doze anos, incentivo dos meus irmãos...porque na época era...Vamos dizer o processamento do óleo era mais assim artesanal...né...não era muito maquinado, então nós começamos aos doze anos, nós começamos a enlatar o óleo, na época o vasilhame era de alumínio não era de PVC, era de alumínio eles traziam, aí chamavam nós, como nós era de menor, quando chegava a fiscalização, nós tinha que sair, porque nós era de menor aí não podia, mas nós trabalhava de segunda a sexta, aos domingos quando precisava mandava chamar nós, então naquela época foi um aprendizado pra mim, eu comecei a trabalhar cedo, fui aprendendo né, eu não sabia ainda a lê direito mas fui aprendendo e fui estudando também (AMÂNCIO, 2019).

Em sua fala o entrevistado relata que iniciou na fábrica por incentivo de seus irmãos, que já trabalhavam na GECOSA juntamente com seu pai, o seu trabalho ajudava na complementação da renda familiar e era pago com base na sua produção, através do envasamento do óleo do babaçu. Informou também que por ser uma criança de apenas doze (12) anos era orientada a sair das dependências da fábrica quando houvesse a iminência de alguma fiscalização (fato confirmado pelos outros entrevistados da pesquisa). Apesar da clara condição de exploração, o entrevistado tenta suavizar tal condição, informando que além de trabalhar na fábrica também estudava na escola que foi construída pela fábrica dentro do povoado Novo Nilo (PI). O Sr. Amâncio nos informou que além de trabalhar no envasamento

do óleo à medida que foi crescendo, foi destacado para outros setores da fábrica como por exemplo, o de carregamento de caminhões e nesse ponto afirmou que:

Na época com meus quinze anos, que eu comecei em outra coisa porque, quando nós começamos na GECOSA envasando o óleo né, ali nós fazia encaixotamento e carregava os carros também, porque na época era muito movimento e como eles chamavam estiva que era os mais velhos pegava o mais pesado, que era descarregar o babaçu, que era buscar lá no mato, e nós pegava o mais leve, que era descarregar os frascos e carregar o caminhão, logo o caminhão ficava assim próximo da calçada e ficava muito fácil para a gente puxar as caixas, a gente nem podia levantar as caixas, a gente puxava com a correia e botava em cima da carroceria e outro maior que tinha mais força ia empilhando as caixas até quando terminava aquele carregamento, nós amarrava, e ele ia com o carregamento para fazer a entrega (AMÂNCIO, 2019)

Observamos neste relato o alto grau de exploração, através da utilização da força de trabalho infantil no processo de carregamento dos caminhões que realizavam o transporte do óleo de babaçu, porque essas crianças eram arregimentadas pelos industriais em troca do recebimento de baixos proventos, além da possibilidade de serem acometidas por inúmeras enfermidades por conta da lida com o excesso de peso, mediante a iminência da fiscalização saíam da fábrica:

Quando via a fiscalização eles avisavam para nós e nós saía do setor, para não, chegar e pegar de menor trabalhando porque na época não podia né. Mas era bom porque sempre ele dava emprego para os jovens e na época os jovens não tá do jeito que tá hoje. Porque tinha oportunidade de trabalhar hoje aqui não tem mais. Porque naquela época ele dava oportunidade. Eles davam oportunidade para os jovens trabalhar. Então não tinha negócio de carteira assinada, nem fiscalização. (AMÂNCIO, 2017).

A estratégia utilizada pelos industriais em detrimento de seus trabalhadores impactava diretamente na condição de vida desses camponeses, pois continuavam à mercê das suas ordenanças sem terem os seus direitos garantidos, mas apesar do trabalho forçado que era realizado pelo Sr. Amâncio ele nos afirmou que foi bom o período em que trabalhou na GECOSA, pois segundo ele a fábrica dava oportunidades para os jovens terem um emprego, mesmo que de maneira avulsa. Para tentar aliviar as agruras que ele passou trabalhando em tal condição de exploração, ele nos informou que trabalhou como uma espécie de aprendiz afirmando que:

Era menor aprendiz, justamente a palavra era essa mesmo, menor aprendiz. E aí não era assim 12 horas direto, era só 6 horas de trabalho que não forçava. Era 3 turnos, entrava eu acho que era 8 [horas da manhã]. Se fosse 12 horas trabalhadas, nós trabalhava só 6 horas. Entrava outro turno e assim até os outros dias. E todo final de semana no dia de pagamento nós recebia. Mas foi passando, aí evoluiu a fábrica, botou outros produtos e nós trabalhamos nesse

período de 91 a 95. Ai já ia crescendo mais, já ficava mais grandinho, aí tinha ali o ralão né. O ensacamento de ralão agora era mais pesado. Não tinha fiscalização também, e os EPI's né, que era chamado de segurança, que nós trabalhava, só era as mascarazinhas né e não tinha fardamento porque era de menor mesmo. Mas nesse período também era um serviço muito forçado. O ensacamento de ralão, por causa do produto que era muito forte. Ele comprava o ralão gordo e era lavado com solvente, aí quando o ralão caía, aquela poeira era muito forte. Mas tinha proteção, mas era mais forçado, era mais duro esse serviço. (AMÂNCIO, 2017).

O Sr. Amâncio tenta contornar a evidente condição de trabalho infantil, afirmando que trabalhava como menor aprendiz, porém tal afirmação não tem um amparo legal, tendo em vista que conforme o artigo 60º do Estatuto da Criança e do Adolescente a criança só poderá trabalhar na condição de aprendiz a partir dos quatorze (14) anos de idade. Com o passar do tempo ele nos afirmou que começou a realizar outras atividades na fábrica que exigia mais força e preparo físico para que o serviço pudesse ser executado. O novo serviço realizado pelo Sr. Amâncio era o ensacamento de farelo do coco babaçu, que diferentemente do envasamento do óleo, precisava de máscaras de proteção por conta do solvente que era utilizado para a lavagem desse farelo, e que tinha como objetivo retirar todo o óleo que estava presente em sua composição.

O Sr. Amâncio trabalhou por mais de dez (10) anos na GECOSA, porém de maneira avulsa, porque ele relatou que “nunca trabalhei de carteira assinada, até a questão por que eu era de menor [...], aí aos meus dezoito anos foi na época em que eu sair é da GECOSA para trabalhar no outro lugar, só que eu retornei, mas quando eu voltei eu não trabalhava de carteira assinada” (AMÂNCIO, 2019) Observamos que ao completar os dezoito (18) o entrevistado saiu da fábrica para ir em busca de outro emprego, mas terminou retornando e continuou trabalhando de maneira avulsa. E sobre a dureza do trabalho, perguntei ao Sr. Amâncio se ele achava duro o trabalho que ele realizava na fábrica e ele nos afirmou que:

Eu considerava o trabalho da GECOSA, primeira vista, eu considera assim, que a carga horária era muito grande, era muito pesada, mas depois eu fui ver quando eu saía fora, doze horas [noite], nós entrava oito [da noite] e saía doze horas [da noite], quando eu saía eu pensava assim, mas é carga horária demais, trabalho demais, não tem tempo de nada, mas quando eu saía a noite, que eu passava nas ruas eu via né, muitos lá no bar né, fazendo outras coisas, aí eu pensei assim eu poderia tá aqui, mas eu estou saindo do serviço, minha expectativa, eu vi que ali era uma oportunidade pra mim, tirar até do mundo das drogas, de outro caminho e eles deram a oportunidade não só pra mim, mas pra vários né, não foram muitos que tiveram, que souberam abraçar essa oportunidade, porque muitos que trabalharam lá, hoje eu vejo da minha época que não soube aproveitar a oportunidade, muitos entraram no mundo das drogas, na bandidagem e muitos já até morreram em questão porque não souberam abraçar a oportunidade que a GECOSA deu pra nós na época nós jovens (AMÂNCIO, 2019)

O entrevistado pontua a exaustiva carga horário de trabalho, porque tinha que trabalhar à noite e por conta disso, não conseguia ter o devido descanso, mas reconhece em sua fala que a rotina de trabalho possibilitou um afastamento das mazelas da vida, como por exemplo, os vícios e a criminalidade, afirmando que soube abraçar a oportunidade oferecida pela fábrica. Apesar da organização que foi estabelecida com a arregimentação da força de trabalho camponesa, com o passar do tempo a fábrica GECOSA entrou em um processo de decadência nas suas atividades industriais, resultando no seu fechamento no ano de 2016. Sobre isso o Sr. Amâncio faz uma breve reflexão a respeito da situação atual das famílias de camponeses que trabalharam na fábrica ou dependia dela através da venda da amêndoa do coco babaçu, afirmando que:

Hoje como a GECOSA fechou, hoje a fonte de renda não posso dizer que é o babaçu mais né, mas é o comércio aqui em Novo Nilo, nós podemos ver que aí tem muita...que aí tem muito, a gente olha aqui tem muita palmeira de babaçu, mas a fonte, mas hoje, para nós que mora aqui, que nascemos aqui não é mais o babaçu, pode dizer que seja a roça, que nós também crescemos trabalhando na roça. E hoje né... todo mundo criou outra atividade para sobreviver, uns pescam, outros fazem roça, outro faz carvão, de lá para cá vem mudando muito, Novo Nilo evoluiu, o velho que fundou a GECOSA, o coronel morreu, os filhos tomaram de conta e não souberam administrar até o dia de hoje que foi a falência da famosa GECOSA (AMÂNCIO, 2019).

O entrevistado reflete sobre a mudança na renda dos camponeses residentes dentro do povoado como moradores agregados influenciada pela paralisação das atividades fabris, afirmando que apesar da existência das matas de babaçuais a fonte de renda não é mais a amêndoa do coco babaçu, mas seria o trabalho na roça/pesca, e afirmou também que cada um dos moradores criou uma atividade econômica como modo de vida. Ressaltando que o fechamento da fábrica se deu pela má gerência dos herdeiros do coronel que não souberam administrar resultando no fechamento da GECOSA. No próximo tópico iremos tratar sobre a mudança do camponês ao operário e do operário ao camponês que teve sua vida de trabalho reconstituída por meio do trabalho na GECOSA em concomitância com os roçados e com a pesca e desdobramentos que ocorreram com a falência da fábrica.

### **3.4 Do camponês ao operário e do operário ao camponês**

As rotinas de trabalho dos camponeses que residiam no povoado Novo Nilo antes da instalação da fábrica GECOSA estava assentado no trabalho nas roças de vazante que eram cultivadas nas margens do rio Parnaíba, logo após o período das cheias anuais<sup>25</sup>. Fato que se

---

<sup>25</sup> As cheias na região norte do rio Parnaíba onde está localizado o povoado Novo Nilo (PI) geralmente ocorrem entre os meses de janeiro a abril devido a predominância do período chuvoso nesta região.

assemelham às práticas de agricultura milenares que os egípcios realizam nas terras férteis do rio Nilo, no Norte da África. Por esse motivo, frisamos a questão do nome “Novo Nilo”, pois a fertilidade do “Nilo” no Piauí fez sentido a partir da relação das comunidades tradicionais com rio Parnaíba, que foi lido nessa perspectiva como um “Novo Nilo”, essencial na vida dos camponeses, que, além dos cultivos das roças, ainda pescavam com a utilização das redes, tarrafas e anzóis em suas águas.

Com o advento da fábrica, a maioria dos camponeses também passaram a ocupar postos de trabalho na GECOSA, sem deixarem de tecer suas relações com o rio e as demais atividades camponesas, ligadas sobretudo ao extrativismo do coco babaçu. Sabe-se que os camponeses não deixaram de realizar suas práticas costumeiras, ou seja, continuaram a cultivar seus roçados, enredados em redes de sociabilidade que iam muito além da questão exclusiva da subsistência. Nos mundos do trabalho do povoado Novo Nilo (PI), tornaram-se também operários, sem abandonar suas práticas camponesas.

Tal fato pode ser confirmado na fala do Sr. Cássio, homem pardo, 83 anos, solteiro, que no momento em foi questionado sobre a concomitância do trabalho no roçado com o trabalho fabril, afirmou que “trabalhava sim, trabalhava de roça, era de roça, mesmo eu trabalhando na GECOSA, eu tinha minha roça, porque poderia a empresa me colocar para fora eu ficaria de nada” (CÁSSIO, 2023), observamos uma tática de resistência que utilizava a lavoura para suprir suas necessidades alimentares, porque caso houvesse a demissão da fábrica não ficaria desamparado e teria o fruto do seu roçado para a alimentação da sua família.

Sobre a questão da demissão, o entrevistado relatou que um dos motivos que levava a dispensa do trabalhador era “bulir no alheio, de maneira nenhuma [...] Eles colocavam para fora da terra, nesse tempo tinha [ordem]. Epa [ênfase] nesse tempo aqui tinha ordem, tinha lei [...] Ia embora sim, para dar exemplo para os outros, uma punição” (CÁSSIO, 2023). Aqui o camponês mostra o regramento que havia contra o trabalhador que porventura se comportasse de maneira considerada inadequada, mostrando que a consequência do pretense delito seria a perda do emprego e consequentemente expulsão das terras da GECOSA.

O Sr. Cássio nos informou também que esse regramento se dava pela condição do povoado ser governado por um coronel que “botava [lei] sim, ninguém bulia nas coisas alheias não, desmoralizar a filha de alguém de jeito nenhum [...] casava, tinha que casar homem, o negócio aqui era sério demais” (CÁSSIO, 2023). Dessa forma, os camponeses deveriam seguir os ditames do coronel para que pudessem viver sua vida de forma tranquila e sem atribulações,

uma vez que além de controlar a rotina da fábrica, o coronel também buscava controlar a vida de seus moradores.

Para conseguir conciliar a labuta da fábrica com o trabalho na roça, o Sr. Cássio se aproveitava da rede de solidariedade que ele havia construído dentro da fábrica pois “era meio difícil viu, sempre era turno trocado, era turno de quatro [da tarde] às doze [da noite], de doze [da noite] às oito [da manhã], de oito [da manhã] às quatro [da tarde], aí quando a gente chegava, tomava café, tomava banho aí ia para a roça” (CÁSSIO, 2023). Nesse movimento de troca de turno com seus companheiros de trabalho, o Sr. Cássio conseguia realizar o cultivo da sua roça, sem deixar de trabalhar na fábrica.

Em sua fala o entrevistado também frisou a grande dificuldade para conseguir adequar a essa nova rotina de trabalho, porque nos relatou que “dava tempo, mesmo sofrendo muito, porque às vezes quase não dava nem para dormir, mas escapemos” (CÁSSIO, 2023). O entrevistado relatou o desgaste físico que sofreu, por conta da perda de sono em virtude do pouco intervalo de tempo que havia entre a saída da fábrica e o início do trabalho no roçado.

Nos informou também que iniciou seu trabalho na fábrica no ano de 1974 e que trabalhou por mais de vinte (20) anos na fábrica. Porém, apesar de todos esses anos de serviços prestados para a GECOSA, foi aposentado como trabalhador rural, reafirmando assim a sua identidade de camponês. Questionamos, então, se em algum momento ele trabalhou de carteira assinada na fábrica e ele nos informou que “trabalhava, trabalhei um bocado de anos” (CÁSSIO, 2023). Então, perguntamos, se por conta disso ocorreu algum problema em sua aposentadoria e ele nos informou que “deu, eu peguei sessenta e cinco anos, porque a fábrica né, aí saiu um bocado” (CÁSSIO, 2023). Ele afirmou que por conta do tempo que trabalhou de carteira assinada na fábrica GECOSA, só conseguiu a tão sonhada aposentadoria com sessenta e cinco (65) anos de idade, ou seja, cinco anos a mais do que a lei determina para a aposentadoria rural.

Além disso, afirmou que trabalhou durante vinte e três (23) anos na GECOSA, exercendo a função de preenseiro. “Nós trabalhava nas prensas, nós tirava o óleo da GECOSA, o óleo de coco para ir para a refinaria para refinar, para encaixotar” (CÁSSIO, 2023). Esse trabalho era realizado através da prensagem da amêndoa do coco babaçu para que fosse possível extrair o óleo. O processo de extração era feito pelo nosso entrevistado com extrema cautela, pois o trabalho era “pesado, porque trabalhar na prensa era pesado, era quente, a prensa se explodisse na gente queimava os olhos tudo, mas era bom” (CÁSSIO, 2023). Por fim, ele relata que apesar do trabalho ser pesado, pelo risco iminente de ocorrer algum tipo de acidente, gostava do serviço, mas esse gostar também pode ser entendido como uma estratégia de

permanência no emprego e nas terras da fábrica. Pode-se inferir que o ato de se acumpliciar a visão patronal, mesmo diante do perigo, era também uma forma de agenciar a manutenção do emprego e do acesso à terra. Sobre tal questão podemos dialogar com Scott (1985 p. 33) pois assevera que “é razoavelmente claro que o sucesso da resistência de fato é muitas vezes diretamente proporcional à conformidade simbólica com que está mascarada”.

Questionamos também ao Sr. Cássio sobre a sua permanência na fábrica e o mesmo afirmou que quando saiu ela “ainda estava funcionando, mas já estava bem fraca, mas estava funcionando, aí eu achei até bom mesmo ter saído porque eu peguei meus direitos” (CÁSSIO, 2023). Observamos que no período em que o entrevistado deixou o trabalho fabril, a GECOSA já estava sofrendo com uma instabilidade financeira. E com o passar do tempo, mais precisamente no ano de 2016, ocorreu o fechamento da fábrica e os trabalhadores que permaneceram na fábrica foram todos prejudicados, pois. “[...] quando a fábrica fechou, quem ficou dançou, não tinha como pagar, perdeu tudo. Ainda hoje está devendo” (CÁSSIO, 2023). Atualmente há vários processos judiciais de trabalhadores contra a fábrica GECOSA no intuito de conseguirem os seus direitos trabalhistas.

Sobre esse ponto o entrevistado fez um breve relato a respeito da condição do povoado Novo Nilo a partir do fechamento da fábrica, afirmando que o “povo sofreu muito, com certeza [...] porque era acostumado a comer a ração de Novo Nilo, né da GECOSA [...] aquele decomerzinho que trabalhava para comprar, para comer, tinha o sustento, aí o pessoal sofreu, mas depois o pessoal se acostumaram com outro modo de viver” (CÁSSIO, 2023). Tal fala é muito emblemática e diz muito sobre a condição de vida que os camponeses viviam através da renda da GECOSA, incorporada dentro de suas práticas camponesas, reconstituída e inserida dentro das suas atividades costumeiras. A quebra da fábrica não desmantelou a comunidade de Novo Nilo justamente porque o mundo do trabalho, a base do sustento material, não era exclusivamente fabril. Mesmo após décadas de funcionamento da fábrica, não foi desmantelada a ancestralidade assentada no cultivo da terra, na pesca e no extrativismo, atividades que persistem até hoje.

Outro camponês que experienciou o cotidiano de trabalho no ambiente fabril foi o Sr. Miguel, homem negro, 46 anos, casado, que trabalhou de maneira alternada exercendo o seu trabalho de maneira avulsa e de carteira assinada na fábrica:

Trabalhei de carteira assinada e avulso, quatorze anos que eu trabalhei lá, porque na época assim, eu não achava exploração não, lá o serviço não era pesado não, era naquele chamado envasamento do óleo, só para tu encher as latas, bater, cravar, porque ela era de flange e encaixotar, aí era facinho, aí ele

pegava o pessoa de quatorze anos, quinze, mas pagavam toda a semana, tinha um dinheirinho [...] era por produção (MIGUEL, 2023)

O entrevistado rememora quais eram os seus afazeres durante a sua vida de trabalho na GECOSA, com a idade de quatorze (14) anos, afirmando que não considerava uma exploração do seu trabalho, porque não achava o trabalho difícil de ser executado, e além disso recebia a sua remuneração semanalmente mediante a produção. O Sr. Miguel relatou também um empate que ocorreu com o passar dos anos entre os trabalhadores e os industriais da fábrica para que as suas carteiras pudessem ser assinadas relatando que:

Foi lá na saboaria onde eu trabalhava, aí o ministério chegou e o cara chegou lá na frente, mandado lá do escritório, para nos esconder. [Eu disse] Não vai nenhum, eram uns oito peão, mulher [...] Ai [Eu disse] vamos não, vamos esconder ninguém não, vamos assinar a carteira, aí nisso, eu era o encarregado da turma, mas eu não ganhava o dinheiro de encarregado, era o mesmo dinheiro [...] Era, aí na hora eles ficaram chateados porque não podia demitir porque o ministério pegou [Os fiscais disseram] quando eu voltar tem que assinar. Ai [assinou] de todo mundo bacaninha (MIGUEL, 2023)

Em tal relato o Sr. Miguel afirma que montou uma estratégia de resistência, que foi contra as ordenanças de seus patrões, uma vez que ocorreu uma fiscalização do Ministério do Trabalho e Emprego no setor da saboaria, local onde o entrevistado atuava como encarregado da turma, onde coordenava tanto homens quanto mulheres, e ao serem orientados pelos seus superiores a se evadirem do local de trabalho, foram unânimes em permanecerem em seus postos de trabalho com o intuito dos fiscais obrigarem os industriais a assinarem suas carteiras de trabalho e por conseguinte tiveram êxito nesta empreitada.

Posteriormente ocorreu outro evento que mudaria a vida do Sr. Miguel de maneira significativa a qual foi relatado de maneira bem detalhada pelo entrevistado:

É aí teve uns tempos que a gente não atingia a produção, não era na diária não, era produção, só recebia o que fazia, aí passou um ano, um ano e pouco aí nós não estava atingindo a produção porque ela estava meio [fraca], aí mandaram nós assinar um documento dizendo que ganhava um salário. [Eu disse] Rapaz, eu não assino não cara. Aí começou a confusão lá, eu desci para casa, aí eles iam me demitir e demitiu eu e uns colegas meu, só que pagaram tudo certinho né, aí nós ruim, ruim não, certo, fomos buscar os que estavam para trás no ministério [do Trabalho e Emprego], aí disso começou a confusão, eu sei que eles conseguiram aí, eu acho que o pau ia quebrar, eu sei que na época deram oito mil para cada um ou foram cinco [mil] e chamaram nós, assim os cara adolescentes, aí nós não tinha noção que poderia receber quinze mil ou vinte mil cada um e recebemos seis mil na época eu não me lembro quanto, aí ficamos contentes, aí também não tem rancor não, aí a gente voltou de novo para lá, o acordo assim me lembrei, para fazer o acordo é para a gente receber o dinheiro e voltar para a empresa (MIGUEL, 2019).



O Sr. Miguel nesse longo relato informou sobre a estratégia utilizada pela fábrica na em meados dos anos 2000, para tentar persuadir os funcionários a assinarem uma documentação que iria acarretar em prejuízo para os operários/camponeses, porque o documento em questão atestava que os funcionários ganhavam um salário, mas na realidade eles ganhavam mediante a sua produção na fábrica, e por conta desse impasse e pela não assinatura da documentação muitos foram demitidos e entre eles estava o Sr. Miguel, que foi com outros camponeses até o Ministério do Trabalho e Emprego para reclamar a favor dos anos em que trabalharam de maneira avulsa na fábrica, gerando uma maior indignação dos industriais que foram obrigados a realizarem um novo acordo com esses trabalhadores. Por fim, o Sr. Miguel rememorou todos os locais em que trabalhou na GECOSA afirmando que nesse período:

Trabalhava muita gente de menor às vezes pela precisão e também eu acho que podia ser uma mão de obra barata também que não tem custo para o governo, ele não ia registrar o cara de quatorze anos né, aí eu fui com o primo meu trabalhar no ensacamento da torta que sobrava, que eles chamavam ralão aqui, para lá eles chamavam torta que era para o boi comer né, o sacão de cinquenta quilos, ele ensacava e eu costurar, aí depois eu fui para o enchimento que é esse do óleo, desinfetante, aí eu fui para a saboaria que trabalhei lá sete anos, aí depois trabalhei no almoxarifado [...] É tipo o depósito de peça da empresa, de carro, de máquina, de tudo, aí tu vai lá [gesto de assinatura]. E trabalhei também pesando o produto para o sabão, tu pesa a solda, o óleo, a água, porque sabão tem água, você sabia? Ai fazia tipo os ingredientes e trabalhei de muita coisa (MIGUEL, 2019)

Observamos que o entrevistado teve uma extensa trajetória de trabalho na fábrica, iniciando as suas atividades fabris em sua tenra idade juntamente com o seu primo realizando o ensacamento da torta do babaçu, ou seja, do farelo que sobrava da prensagem da amêndoa, depois dessa etapa foi para a envasamento do óleo e passou também pelo setor do almoxarifado e pela fabricação do detergente até chegar na saboaria onde fazia a pesagem dos ingredientes para a fabricação do sabão terminando a sua trajetória de trabalho na fábrica.

Outro camponês que iniciou ainda adolescente no ano de 1990 na GECOSA foi o Sr. Tiago, homem pardo, 52 anos, solteiro, que começou no envasamento de óleo do coco babaçu relatando que “eu fui lá, aí estavam chamando um bocado de gente, aí eu cheguei e os cabras me encaixaram lá né” (TIAGO, 2023) Nessa arregimentação de trabalhadores para ocuparem postos de trabalho na fábrica não era levado em consideração a idade, pois mesmo tendo apenas treze (13) anos conseguiu uma vaga de emprego.

Ao ser questionado em qual ano iniciou e por quanto tempo trabalhou na fábrica, ele afirmou que iniciou “em noventa eu trabalhei até noventa e dois pela aqui e saí e fui trabalhar no João Santos, no Grupo João Santos [...]Trabalhei lá um ano, aí voltei para cá, passei um

tempo e fui para a COMVAP, aí voltei para cá em noventa e cinco e fiquei até agora em dois mil e dezesseis” (TIAGO, 2023). Observamos que o entrevistado durante o seu percurso de trabalho passou por outras empresas para além da GECOSA, e em sua fala percebemos o movimento migratório que realizou em busca de melhores condições de trabalho, sobre esse processo de migração Rocha (2010, p. 23) assevera que “para estes sujeitos, o ato de migrar inclui a perspectiva de retorno dentro de um período previamente projetado, de acordo como a atividade a ser executada”

De maneira bem breve ele relatou sobre a sua trajetória na fábrica afirmando que “comecei no envasamento, depois do envasamento fui para o ensacamento de ração, da ração fui para a extração de óleo e do óleo fui para a fábrica da saboaria, aí da saboaria fui até agora quando a bicha fechou as portas” (TIAGO, 2023). Nessa rotina de trabalho ele nos afirmou que “tinha dia que era pesado, tinha dia que era maneiro, era assim [...] Pesado porque era no dia do descarregamento dos caminhões né [...] porque lá na minha área lá, tinha dia que era a gente mesmo que descarregava né” (TIAGO, 2023) os industriais utilizavam os próprios camponeses que se desdobravam em variadas funções para conseguirem a permanência do emprego.

Basicamente o Sr. Tiago trabalhou em três setores da fábrica, iniciando no envasamento passando pelo ensacamento do farelo de babaçu e indo até a saboaria, ficando nesse setor até o fechamento da fábrica. E sobre os seus direitos trabalhistas ele informou que “estamos lutando para receber né [...] está na justiça” (TIAGO, 2023). Em tal relato fica evidente que com o passar do tempo os camponeses começaram a utilizar de outras estratégias de resistências através de uma conscientização coletiva e uma mobilização de classe para tentar reivindicar seus direitos trabalhistas junto ao Ministério do Trabalho e Emprego.

Questionamos também se ele recebia o seu salário de maneira mensal, quinzenal ou se era por meio de vale e ele nos afirmou que “tinha o vale, antigamente era quinzena, quando foi para fechar as portas mesmo era dois meses, era três meses, um mês” (TIAGO, 2023) Observamos que ao se aproximar o fechamento da GECOSA a situação dos trabalhadores se agravou bastante pela irregularidade no pagamento dos seus proventos ocasionando assim uma mobilização através das greves que eram feitas pelos camponeses pois “chegamos [a fazer greve], muitas vezes, muitas vezes nós paramos aí para receber o dinheiro [...] Aqui e acolá nos parava para poder o homem pagar a gente né e a gente tinha que parar para o patrão ver a gente né” (TIAGO, 2023). Atualmente o Sr. Tiago vive através da lavoura e da realização de diárias para conseguir sobreviver juntamente com sua família dentro do povoado Novo Nilo (PI). Sobre a questão da mobilização e consequentemente greve dos trabalhadores da GECOSA, um outro

trabalhador chamado Sr. Benedito, homem pardo, 44 anos, casado, nos explicou de maneira detalhada tais episódios afirmando que:

Houve entre 2014 até 2016 que foi o período que fechou, realmente houve, porque a questão dos salários atrasados e os patrões não se justificavam porque estava acontecendo e às vezes os funcionários terminavam parando o trabalho, porque precisavam do dinheiro para manter a família [...] Era greve, sempre paravam para poder ver o que é que estava acontecendo e até o patrão se manifestar e dizer olha, dia tal vou pagar vocês e aí eles voltavam a trabalhar, mas era uma greve, e eles continuavam a trabalhar, até realmente ela não aguentou mais e aí ela fechou (BENEDITO, 2019).

Nesse relato acima observamos que os camponeses/operários articularam na luta suas experiências como classe trabalhadora, contra as adversidades que surgiram em suas vidas a respeito do que estava acontecendo em seu cotidiano de trabalho. No conflito entre o patrão e os trabalhadores não houve a participação da Federação dos Industriais do Estado do Piauí a qual eram filiados os trabalhadores da GECOSA, pois:

Nosso sindicato era aquele nacional, que a gente pagava no mês de março, mas assim sindicato mesmo a gente não tinha, tinha o Ministério de Trabalho [e Emprego] que quando a gente reclamava para lá, eles viam aqui e procuravam ver qual era o lado, de onde era o erro, mas às vezes o erro era dos patrões, da empresa e não dos funcionários (BENEDITO, 2019).

Diante do exposto acima observamos também que as relações de trabalho estabelecidas dentro da fábrica foram permeadas de um intenso regime de exploração, através de condições inadequadas de trabalho, onde havia a ausência da utilização de EPI'S, além da exaustiva carga horária de trabalho que obrigava os (as) trabalhadores (as) trabalharem até aos finais de semanas, e como forma de pagamento, além do dinheiro, utilizavam o vale que obrigava o (a) trabalhador (a) a adquirir produtos de primeira necessidade no armazém da GECOSA, precarizando de maneira significativa a condição de vida dos camponeses.

Através desses fatos narrados pelos nossos interlocutores e interlocutoras podemos conjecturar que a partir da década de 1990, havia nesta fábrica um intenso movimento fiscalizatório influenciado pela denúncia dos próprios camponeses para os órgãos fiscalizadores, a respeito do aviltante regime de exploração que afetava diretamente as relações trabalhistas, o que culminou em uma possível investigação do Ministério do Trabalho e Emprego contra o trabalho análogo ao de escravo e contra a exploração do trabalho infantil dentro da fábrica GECOSA, haja vista que as crianças e adolescentes participavam ativamente do processo de industrialização da amêndoa do coco babaçu.

Percebemos portanto que houve uma mudança significativa na postura adotada pelos camponeses mediante as variadas forças de exploração, possibilitando a utilização de variadas

estratégias de resistências para que suas demandas fossem alcançadas dentro do ambiente fabril, sendo que as armas dos fracos com o passar do tempo também podiam mostrar, a depender da situação, facetas fortes e combativas, essenciais para que os seus direitos fossem reclamados e para que suas vozes fossem ouvidas, trazendo a luz os discursos ocultos que foram essenciais para as mudanças nas condições de moradia e de trabalho dentro do povoado Novo Nilo (PI). Transformando o camponês a operário e posteriormente de operário a camponês moldando as suas agências com o intuito de conseguir um bem viver familiar.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por meio desta dissertação procuramos estudar as experiências de camponeses trabalhadores de uma fábrica de beneficiamento da amêndoa do coco babaçu, no intuito de entender as vivências e ações de resistência dentro do cotidiano fabril, além da problemática em torno das condições de moradia e do extrativismo do coco babaçu. Muitos desses sujeitos viveram como moradores agregados nas terras da fábrica, oriundos de várias localidades pertencentes aos estados do Piauí e do Maranhão, que experienciaram a migração com o intuito de melhorar a condição de vida.

O sentido da fronteira definido pelos camponeses residentes no povoado, Novo Nilo (PI), entrevistados na pesquisa, representa uma oportunidade plausível de conseguirem uma vida mais digna, com melhores condições de moradia e de trabalho. O rio Parnaíba teve um papel crucial no processo de sobrevivência desses camponeses, tendo em vista que ele fornecia as condições necessárias para o bem viver coletivo, através da utilização de suas margens férteis para o cultivo dos roçados de vazantes e de suas águas tranquilas, que possibilitou a pesca utilizando redes, tarrafas e anzóis. Portanto o rio Parnaíba representou para os camponeses um “novo Nilo”, que através da fertilidade de suas margens possibilitou a permanência dessas populações rurais.

Além dos roçados de vazante, a outra fonte de sobrevivência dos camponeses antes do advento da fábrica era o extrativismo do coco babaçu que servia para complementar a renda desses trabalhadores rurais, pois a mesma era realizada no período de entressafra dos roçados e possibilitava através da venda da amêndoa adquirir os alimentos que não eram produzidos por esses camponeses, além disso, realizavam a fabricação artesanal do azeite que era utilizado na preparação dos alimentos, e das cascas resultantes da quebra do coco babaçu, com as quais faziam o carvão vegetal. O cotidiano de trabalho enfrentado pelos camponeses em suas labutas diárias foi permeado de muito esforço e dedicação para que as atividades braçais pudessem ser realizadas durante o dia de trabalho; tendo o tempo da natureza como baliza para a execução das suas atividades, porque a rotina poderia ser aumentada ou retraída durante o dia de acordo com o trabalho realizado, tal fato porém não ocorria com o tempo da fábrica, pois o mesmo era regido pelo tempo do capital no qual a produção deveria ser maximizada em detrimento do bem estar dos camponeses.

Com a implantação da GECOSA, sobretudo a partir da década de 1960, os camponeses que trabalhavam na fábrica continuaram desenvolvendo as suas práticas costumeiras de trabalho, montando as agências que possibilitaram conciliar as atividades rurais como as

atividades fabris através da permuta dos turnos de trabalho com outros trabalhadores camponeses, e desta forma se esforçaram para manter as atividades rurais no intuito de possibilitar o bem viver familiar. A rotina intensa de trabalho realizada pelos camponeses era diferente se comparada aos trabalhadores urbanos, porque os trabalhadores rurais já possuíam uma experiência com o trabalho braçal, através da preparação dos seus roçados para o plantio, além disso, eles guardavam uma concepção do trabalho como uma espécie de moral dignificante, permeada pelas sociabilidades camponesas e comunitárias.

Os camponeses que migraram para o povoado Novo Nilo (PI), em sua grande maioria partiram com toda a sua família para as terras da GECOSA, sendo que até a década de 1980, havia a regra da interdição das casas de alvenarias, que obrigava esses camponeses a construir suas moradias de pau-a-pique cobertas com a palha da palmeira do coco babaçu, diferentemente das casas destinadas para os funcionários que atuavam em funções mais especializadas dentro da fábrica. Além disso, mediante a ocorrência de alguma infração cometida pelo trabalhador camponês dentro da fábrica e/ou dentro do povoado, seria responsabilizado com a perda do emprego e consequentemente a perda da moradia.

Várias formas de resistências foram manifestadas através das práticas pronunciadas durante as trajetórias de vidas das famílias camponesas, que apesar de viverem como moradores agregados, situação que impossibilitava construir marcadores de fixação nas terras da fábrica, realizavam a venda da amêndoa do coco babaçu por fora da vigilância patronal com intuito de conseguir um melhor preço para essa oleaginosa, tendo em vista que havia a obrigatoriedade da venda exclusiva para os donos da terra e se caso o trabalhador fosse pego infringindo essa regra era sumariamente colocado para fora da terra para ficar como exemplo para os outros camponeses.

A condição de morador agregado, além de impedir que os camponeses lutassem pela terra a qual habitavam, implicava na aceitação de várias regras que foram impostas por meio de um sistema de dominação através do coronelismo que precarizou a condição de vida camponesa, como por exemplo, a utilização do vale que obrigava o trabalhador a realizar a compra dos itens de primeira necessidade no armazém da fábrica que tinha os preços dos seus produtos estipulados pelos industriais. Além disso, havia a obrigação de votar nos partidos políticos em que o coronel apoiava por meio do voto de cabresto, criando assim um curral eleitoral. Existia, portanto, uma relação de dependência entre os camponeses e os proprietários da GECOSA, porque os industriais necessitavam de seus moradores para atenderem as necessidades da fábrica, ou seja, precisavam das quebradeiras de coco para a obtenção da

matéria prima, que era a amêndoa do coco babaçu, e necessitavam também da força de trabalho camponesa a qual servia para ocupar os postos de trabalho braçais.

Através do levantamento que realizamos por meio dos quatro (04) livros de registro de trabalhadores entre as décadas de 1940 a 1970, conseguimos identificar apenas três (03) mulheres que trabalhavam de carteira assinada, porém após a análise das entrevistas observamos que essa informação não condizia com o histórico do trabalho feminino na fábrica, porque através dos relatos orais, nós descobrimos que existiam uma grande quantidade de mulheres que trabalhavam na fábrica de maneira avulsa, e que em algumas situações recusaram a formalização do seu vínculo empregatício com a GECOSA, no intuito de garantirem a aposentadoria como trabalhadoras rurais.

Outra prática que era comumente realizadas dentro do povoado Novo Nilo (PI), era a utilização da força de trabalho infantil no cotidiano fabril, pois as crianças e os jovens até a década 1990 realizavam variados serviços braçais dentro da fábrica, sendo coagidos a evadirem dos postos de trabalho na iminência de qualquer fiscalização do Ministério do Trabalho e Emprego. Assim os camponeses foram utilizando variadas táticas para lutarem contra o sistema de dominação e exploração, organizando, inclusive, greves devido à falta de pagamento e realizando denúncias para os órgãos fiscalizadores por causa da condição precarizada de trabalho.

Diante do exposto, percebemos que as famílias camponesas lutavam com todas as armas possíveis, mesmo que estas fossem as “armas dos fracos”, conforme aponta estudo de Scott (1985). Tal luta podia ser expressa algumas vezes por formas de resistência sutis, por vezes dissimuladas e silenciadas diante dos patrões, posto que na vida pública uma conformidade calculada entrava em cena. Consideramos essas formas de resistência como agências dos camponeses para contornar ou diminuir a opressão e a exploração de classe, constituindo um importante fio condutor para o estudo das lutas sociais e as condições de vida das populações subalternizadas.

Portanto, concluímos esta dissertação afirmando que a fábrica GECOSA se tornou um lugar de memórias dentro das experiências camponesas relatadas e aqui analisadas, um lugar de memória conectado ao processo da industrialização do coco babaçu no Piauí e conforme assevera Nora (1993, p.11) “uma memória que se tornou, ela mesma, objeto de uma história possível”. Nesse sentido, a fábrica, hoje em ruínas, poderia se tornar em possível museu dos trabalhadores camponeses do Piauí, contando uma História Social do trabalho para as novas gerações, em uma fábrica que existiu dentro de um contexto rural mais amplo. Tal espaço

museológico poderia se viabilizar nesse local com base na rede articulada de diferentes identidades e trajetórias de vida construídas por meio da memória coletiva dos trabalhadores, cujas vozes nos trouxeram até aqui. Enquanto isso não acontece, a ideia do museu é apenas uma ideia, fica aqui a presente dissertação como provocação ao campo dos estudos do Mundo Rural e da História Social do Trabalho no Piauí, com foco nos trabalhadores e trabalhadoras.

**Imagem 02:** Fábrica GECOSA



**Fonte:** SANTOS, Marcos Oliveira dos. Elaborado pelo autor. 2024.



## REFERÊNCIAS

### Fontes Legislativas:

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidente da República, [1988]. Disponível em: <[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm#:~:text=%C3%89%20assegurada%20a%20participa%C3%A7%C3%A3o%20dos,Art.](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm#:~:text=%C3%89%20assegurada%20a%20participa%C3%A7%C3%A3o%20dos,Art.)> Acesso em 09 fev. 2024.

BRASIL, **Emenda Constitucional nº 103, de 12 de novembro de 2019**. Altera o sistema de previdência social e estabelece regras de transição e disposições transitórias. Brasília, DF, 2019. Disponível em: <[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/emendas/emc/emc103.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc103.htm)> Acesso em: 09 de jan. de 2024.

BRASIL, **Decreto-lei nº 926, de 10 de outubro de 1969**. Institui a Carteira de Trabalho e Previdência Social, altera dispositivos da Consolidação das Leis do Trabalho e do Estatuto do Trabalhador Rural, e dá outras providências. Brasília, DF, 1969. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto-lei/1965-1988/del0926.htm#:~:text=DECRETO%2DLEI%20N%C2%BA%20926%2C%20DE,Rural%2C%20e%20d%C3%A1%20outras%20provid%C3%AAs](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1965-1988/del0926.htm#:~:text=DECRETO%2DLEI%20N%C2%BA%20926%2C%20DE,Rural%2C%20e%20d%C3%A1%20outras%20provid%C3%AAs) Acesso em: 30 de mar. 2024.

BRASIL, **Decreto-lei nº 5452, de 1º de maio de 1943**. Aprova a Consolidação das Leis do Trabalho. Brasília, DF, 1969. Disponível em: <[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto-lei/del5452.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del5452.htm)> Acesso em: 30 de mar. 2024.

BRASIL, **Lei nº 4.090, de 13 de julho de 1962**. Institui a gratificação de Natal para os trabalhadores. Brasília, DF, 1962. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-4090-13-julho-1962-353863-publicacaooriginal-1-pl.html>> Acesso em: 30 de mar. 2024.

BRASIL, **Lei nº 6.514, de 22 de dezembro de 1977**. Altera o Capítulo V do Título II da Consolidação das Leis do Trabalho, relativo a segurança e medicina do trabalho e dá outras providências. Brasília, DF, 1977. Disponível em: <[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l6514.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6514.htm)> Acesso: 03 de jan. 2024.

BRASIL, **Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990**. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente, e dá outras providências. Brasília, DF, 1990. Disponível em: <[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l8069.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm)>. Acesso em: 03 de jan. 2024.

BRASIL, **Lei de Nº 8.629, de 25 de fevereiro de 1993**. Dispõe sobre a regulamentação dos dispositivos constitucionais relativos à reforma agrária, previstos no Capítulo III, Título VII, da Constituição Federal. Brasília, DF, 1993. Disponível em <[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l8629.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8629.htm)> Acesso em 03 de mar. 2024.

PIAUÍ. **Lei nº 7.888, de 09 de dezembro de 2022**. Reconhece como patrimônio cultural do Estado do Piauí, as atividades tradicionais de coleta e quebra de coco babaçu. Diário Oficial: Teresina, PI, nº 233, 09 de dez 2022.

PIAUÍ, Diário Oficial do Estado do. **Fundação da GECOSA**. 23 de agosto de 1934, ano 46, n. 190, p. 4.

### Fontes documentais da fábrica:

GECOSA, Indústrias Integradas Gervásio Costa S.A. **Projeto Apresentado ao Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES)**. Piauí, 1982.

GECOSA, Indústrias Integradas Gervásio Costa S.A. **01 Livro de Registro de Trabalhadores**, Teresina, 13 de out. de 1969.

GECOSA, Indústrias Integradas Gervásio Costa S.A. **02 Livro de Registro de Trabalhadores**, Teresina, 13 de out. de 1969.

GECOSA, Indústrias Integradas Gervásio Costa S.A. **03 Livro de Registro de Trabalhadores**, Teresina, 13 de out. de 1969.

GECOSA, Indústrias Integradas Gervásio Costa S.A. **04 Livro de Registro de Trabalhadores**, Teresina, 15 de mar. de 1973.

BRASIL, Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba – CODEVASF **Plano de Ação para o Desenvolvimento Integrado da Bacia do Parnaíba, PLANAP: síntese executiva: Território Entre Rios**. Brasília, DF: TDA Desenhos & Arte Ltda., 2006.

### Fontes Hemerográficas:

COMUNIDADES de União esperam há 4 anos por regularização de Terras. **Jornal Meio Norte**, Teresina, PI. 01 de ago. 2007, p. B/07. CPT - Centro de Documentação Dom Tomás Balduino. Disponível em: <<https://drive.google.com/drive/u/0/folders/0Byo7P47EvrO9WFluaGQ4ZUNxd0E>>. Acesso em: 23 de abr. 2021.

COM mais de 40 empresas, Grupo João Santos entra com pedido de recuperação judicial. **Jornal Diário de Pernambuco**, 23 de dez. de 2022. Disponível em: <<https://www.diariodepernambuco.com.br/noticia/economia/2022/12/com-mais-de-40-empresas-grupo-joao-santos-entra-com-pedido-de-recuper.html>> acesso em: 08 de jan. 2023.

PROJETO de lei proíbe ações na quebra de coco babaçu e reconhece como patrimônio. **Jornal Cidade Verde.com**, 22 de nov. de 2022. Disponível em: <<https://cidadeverde.com/noticias/381485/projeto-de-lei-proibe-aco-es-na-quebra-de-coco-babacu-e-reconhece-como-patrimonio>> acesso em 09 de jan. de 2024.

SEM terras pedem assentamentos em fazendas de Miguel Alves. **Jornal o Dia**, Teresina, PI, 16 de jun. 1998, p. 03. CPT - Centro de Documentação Dom Tomás Balduino. Disponível em: <<https://drive.google.com/drive/u/0/folders/0Byo7P47EvrO9SEZiNIVZZDZvelk>>. Acesso em: 23 de abr. 2021.

TRABALHADORES vão ao Incra exigir terras. **Jornal Diário do Povo**, Teresina, PI. 16 de jun. 1998, p. 10. CPT - Centro de Documentação Dom Tomás Balduino. Disponível em: <<https://drive.google.com/drive/u/0/folders/0Byo7P47EvrO9SEZiNIVZZDZvelk?resourcekey=0-9DyBoMohK57DKpRqZr09zw>>. Acesso em: 23 de abr. 2021.

### Fonte Cartográfica:

MARQUES, Rafael José; SANTOS, Marcos Oliveira (2024). **Fluxos migratórios** [mapa].

**Fonte Imagética:**

SANTOS, Marcos Oliveira dos. Balanço da GECOSA, In: **Uma fábrica no campo: Experiências de trabalhadores rurais na fábrica GECOSA em Novo Nilo – Piauí (1980 – 1990)**. 2021. Monografia em História - Universidade Estadual do Piauí. p. 49.

SANTOS, Marcos Oliveira dos. **Fábrica GECOSA**. Elaborado pelo autor. 2024.

**Fonte Audiovisual:**

CLIQUE UNIÃO. **Andando por União - Novo Nilo**. You Tube, 26 de jun. 2021. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=eubBNaj882g>> Acesso em 27 de mar. 2024.

**Fontes orais:**

AMÂNCIO. **Entrevista concedida a Marcos Oliveira dos Santos**. Novo Nilo, União (PI) 23 de jul. 2017.

AMÂNCIO. **Entrevista concedida a Marcos Oliveira dos Santos**. Novo Nilo, União (PI) 23 de nov. 2019.

BENEDITO. **Entrevista concedida a Marcos Oliveira dos Santos**. Novo Nilo, União (PI) 23 de jul. 2017.

BENEDITO. **Entrevista concedida a Marcos Oliveira dos Santos**. Novo Nilo, União (PI) 23 de nov. 2019.

CÁSSIO. **Entrevista concedida a Marcos Oliveira dos Santos**. Novo Nilo, União (PI), 17 de jun 2023.

CINTIA. **Entrevista concedida a Marcos Oliveira dos Santos**. Novo Nilo, União (PI) 04 de jun. 2023.

CLEIDE. **Entrevista concedida a Marcos Oliveira dos Santos**. Novo Nilo, União (PI) 17 de jun. 2023.

ELIANE. **Entrevista concedida a Marcos Oliveira dos Santos**. Novo Nilo, União (PI) 17 de jun. 2023.

ELIZIÁRIO. **Entrevista concedida a Marcos Oliveira dos Santos**. Novo Nilo, União (PI) 19 de nov. 2019.

ELIZIÁRIO. **Entrevista concedida a Marcos Oliveira dos Santos**. Novo Nilo, União (PI) 04 de jun. 2023.

ELZA. **Entrevista concedida a Marcos Oliveira dos Santos**. União (PI), 03 de jun. 2023.

FABIANA. **Entrevista concedida a Marcos Oliveira dos Santos**. Novo Nilo, União (PI) 04 de jun. 2023.

GILSON. **Entrevista concedida a Marcos Oliveira dos Santos**. União (PI), 03 de jun. 2023.

JÉSSICA. **Entrevista concedida a Marcos Oliveira dos Santos**. Novo Nilo, União (PI) 17 de jun. 2023.

JORGE. **Entrevista concedida a Marcos Oliveira dos Santos.** Novo Nilo, União (PI) 19 de nov. 2019

JORGE. **Entrevista concedida a Marcos Oliveira dos Santos.** Novo Nilo, União (PI) 08 de jun. 2023.

LUANA. **Entrevista concedida a Marcos Oliveira dos Santos.** Novo Nilo, União (PI) 04 de jun. 2023.

MARCELO. **Entrevista concedida a Marcos Oliveira dos Santos.** Novo Nilo, União (PI) 04 de jun. 2023

MARIZA. **Entrevista concedida a Marcos Oliveira dos Santos.** Retiro, União (PI), 03 de jun. 2023.

MAURO. **Entrevista concedida a Marcos Oliveira dos Santos.** Novo Nilo, União (PI) 04 de jun. 2023.

MIGUEL. **Entrevista concedida a Marcos Oliveira dos Santos.** Novo Nilo, União (PI) 17 de jun. 2023.

MOISÉS. **Entrevista concedida a Marcos Oliveira dos Santos.** Novo Nilo, União (PI) 27 de abr. 2021.

MOISÉS. **Entrevista concedida a Marcos Oliveira dos Santos.** Novo Nilo, União (PI) 17 de jun. 2023.

MÔNICA. **Entrevista concedida a Marcos Oliveira dos Santos.** Novo Nilo, União (PI) 04 de jun. 2023.

PAULO. **Entrevista concedida a Marcos Oliveira dos Santos.** Novo Nilo, União (PI) 17 de jun. 2023.

PEDRO. **Entrevista concedida a Marcos Oliveira dos Santos.** Novo Nilo, União (PI) 19 de nov. 2019.

PEDRO. **Entrevista concedida a Marcos Oliveira dos Santos.** Novo Nilo, União (PI) 04 de jun. 2023.

RICARDO. **Entrevista concedida a Marcos Oliveira dos Santos.** Retiro, União (PI) 03 de jun. 2023.

TIAGO. **Entrevista concedida a Marcos Oliveira dos Santos.** Novo Nilo, União (PI) 17 de jun. 2023.

### **Bibliografia:**

ADAD, Lúcia Said. LIMA, Maria das Graças Ferreira. **Tensões no campo piauiense.** In: Carta Cepro, Teresina, v.12, n. 01, p. 81- 101, Jan/ jul. 1987.

BANDEIRA, Wiliam Jorge. **Notas sobre a posse e o uso da terra no Piauí.** In: Carta Cepro, Teresina, v.7, n. 01, p. 29-56, Jan./ Jul. 1981.

BARBOSA, Viviane de Oliveira. **Mulheres do Babaçu**: Gênero, maternalismo e movimentos sociais no Maranhão. 2013. Tese (Doutorado em História) –Universidade Federal Fluminense, Niterói, RJ.

CAIRES, Ângela Cristina Ribeiro. O colonato na usina Tamoio. *In*: NEVES, Delma Pessanha. SILVA, Maria Aparecida Moraes (orgs). **Processos de constituição e reprodução do campesinato no Brasil**: Formas tuteladas de condição camponesa, vol. 1 São Paulo: Editora UNESP, 2009. p. 163- 183.

CARDOSO, Antônio Alexandre Isídio. **Fronteiras de sentido e os sentidos da fronteira**. Fronteiras do Tempo: Revista de Estudos Amazônicos, v. 1, nº 1 – Junho de 2011a, p. 9-25.

CARDOSO, Antônio Alexandre Isídio. **Nem sina, nem acaso**: a tessitura das migrações entre a Província do Ceará e o território amazônico (1847-1877). Dissertação (Mestrado em História Social) - Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2011b, CE.

CARDOSO, Ciro Flamarion. **Escravo ou camponês**: O protocampesinato negro nas Américas. São Paulo: Brasiliense, 1987.

COSTA, Lia Monnielli Feitosa. **Cultura e Cartografias de Memórias**: Trabalho e Migração de cearenses para EntreRios (PI) - 1940-1970. 2018. Dissertação (Mestrado em História Social) - Universidade Federal do Ceara, Fortaleza, 2018, CE.

COSTA FILHO, Gervásio. **A história de um imortal**. Projeto gráfico. 2014.

DOMINGOS NETO, Manoel. **É preciso rediscutir a seca piauiense**. *In*: Carta Cepro, Teresina, v.7, n. 02, p. 04-28, Jul/Dez. 1981.

DIAS, Milena Ayla da Mata. PEREIRA, Kelci Anne. **Mulheres, floresta e extrativismo**: modos de ser, existir, educar e resistir de quebradeiras de coco babaçu da comunidade “Sítio” (Cristino Castro, Piauí/Brasil). Revista Eletrônica do Mestrado em Educação Ambiental - FURG v. 39, n. 1, p. 372-394, jan./abr. 2022.

ENGELS, Friedrich. Os diferentes ramos da indústria: Os operários fabris em seu sentido restrito. *In*: **A situação da classe trabalhadora na Inglaterra**. Trad. B. A. Schumann. São Paulo: Boitempo, 2010. p. 173-222.

FARIAS, Francisco Pereira de. **Do coronelismo ao clientelismo**: práticas eleitorais no Piauí, Brasil. Teresina: EDUFPI, 2020

FERRARI, Alceu Ravello. **Analfabetismo no Brasil**: tendência secular e avanços recentes. Cadernos de Pesquisa, ed. 52. p. 35-49. fev. 1985 Disponível em: <<https://publicacoes.fcc.org.br/cp/article/view/1360/1361>> acesso em 27 de dez de 2023.

FERREIRA, José Gomes et al. **Representações dos retirantes das secas do semiárido nordestino**. Revista sociedade e ambiente no Semiárido: controvérsias e abordagens Vol. 55, p. 9-27, dez. 2020.

FERREIRA, Lara Vanessa de Castro. **Cassacos**: trabalhadores na lida contra a fome e a degradação nas obras públicas em tempos de secas. (Ceará, anos 1950). 2016. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. Salvador, BA.

FERREIRA, Márcia Milena Galdez. **Construção do eldorado maranhense: Experiência e narrativa de migrantes nordestinos em municípios do Médio Mearim - MA.** 2015. Tese (Doutorado em História) –Universidade Federal Fluminense, Niterói, RJ.

FURTADO, Celso. **Formação econômica do Brasil.** 32. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2003.

JACQUES, Flávia Verônica Silva. **O “buen vivir” e a construção de uma nova sociedade** Revista Novos Cadernos NAEA, v. 23 n. 3, p. 105-119, set-dez 2020.

JOHNSON, Walter. **On agency.** Journal of Social History, v. 37, n. 1, special issue, p. 113-124, outono 2003 Disponível em: <[https://glc.yale.edu/sites/default/files/pdf/on\\_agency\\_johnson.pdf](https://glc.yale.edu/sites/default/files/pdf/on_agency_johnson.pdf)>. Acesso em: 30 de mar. 2024.

LEAL, Victor Nunes. **Coronelismo, Enxada e Voto: O município e o regime representativo no Brasil.** 7. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

LIMA, Jacira da Silva. **Identidade e relações de gênero em movimentos no território dos Cocais - PI.** 2016. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Universidade Federal do Maranhão, São Luís, MA.

LINHARES, Maria Yedda. TEIXEIRA DA SILVA, Francisco Carlos. A questão da agricultura de subsistência. (1981). In: WELCH, Clifford Andrew. et al (org). **Camponeses brasileiros: leituras e interpretações clássicas.** V.1 São Paulo: Editora UNESP, 2009. p. 117-134.

NOBRE, Carlos, Eduardo. CARVALHO, Kelly Cristina Melo. **Regionalização do Piauí como estratégia de desenvolvimento territorial: Considerações a partir da distribuição de recursos orçamentários.** Revista eletrônica da associação dos geógrafos brasileiros seção Três Lagoas - v.1 n. 32, 2020.

MACHADO, Marina. Agregado. In: **Dicionário da Terra.** MOTTA, Márcia. (Org.) Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005, p.20.

MARTINS, José de Souza. **A valorização da escola e do trabalho no meio rural.** Revista Em Aberto. Brasília, ano 1, n. 9, set de 1982.

MENEZES, Marilda Aparecida de. **Redes e enredos nas trilhas dos migrantes: Um estudo de famílias de camponeses-migrantes.** Rio de Janeiro: Relume Dumará. 2002.

MOURA, Flávia Almeida; ROCHA, Larissa Leda Fonseca. **Memória e história.** Revista Comunicação Midiática, v. 12, n. 2, p. 161-175, 2017

NEVES, Delma Pessanha. SILVA, Maria Aparecida Moraes (orgs). **Processos de constituição e reprodução do campesinato no Brasil: Formas tuteladas de condição camponesa,** vol. 1 São Paulo: Editora UNESP, 2009.

NEVES, Frederico de Castro. **Corpos em exposição: Retirantes pobres na empresa brasileira** (1915). Revista Embornal. Dossiê História da saúde e da doença. Fortaleza, v.10, Nº 19, jan-

jun de 2019, p. 132. Disponível em: <<https://revistas.uece.br/index.php/embornal/article/view/3246>> Acesso em: 03 de mar. 2024.

NORA, Pierre. **Entre memória e história: a problemática dos lugares**. Projeto História. Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de História da PUC, São Paulo, n. 10. dez. 1993.

PORTELLI, Alessandro. **A História Oral como a arte da escuta**. Tradução de Ricardo Santiago. São Paulo: Letras e Voz, 2016.

QUEIROZ, Teresinha de Jesus Mesquita. **Economia Piauiense: da pecuária ao extrativismo**. Teresina. EDUFPI, 2006.

REVEL, Jacques. org. **Jogos de escala: a experiência da microanálise**. Tradução Dora Rocha. Editora Fundação Getúlio Vargas: Rio de Janeiro, 1998.

RIBEIRO, Felipe Augusto dos Santos. **A foice e outras ferramentas de ação política: os trabalhadores rurais e têxteis de Magé/RJ (1956-1973)**. 2015. Tese (Doutorado em História) Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, RJ.

ROCHA, Cristiana Costa da. **A vida da Lei, A Lei da Vida: conflitos pela terra, família e trabalho escravo no tempo presente**. 2015. Tese (Doutorado em História) –Universidade Federal Fluminense, Niterói, RJ.

ROCHA, Cristiana Costa da. **Cultura e Memória migrantes: A experiência do trabalho no tempo presente Barras (Piauí)**. 2010. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, CE.

SAYAD, Abdelmalek. **A imigração ou os paradoxos da alteridade**. Tradução Cristina Murachco. Edusp – Editora da Universidade de São Paulo: São Paulo, 1998

SILVA, Laenia Nascimento da. **Campesinato, grupo doméstico e gênero: o cotidiano de vaqueiros e mulheres no interior cearense**. Revista Homem, Espaço e Tempo, nº 15, volume 2, p. 63-81, Ago-Dez/2021. ISSN: 1982-3800.

SHANIN, Teodor. **A definição de camponês: conceituações e desconceituações – o velho e o novo em uma discussão marxista**. Revista NERA, Ano 8, N. 7, p.1-21, Jul./Dez. 2005. ISSN 1806-6755

SCOTT, James C. **Weapons of the Weak: Everyday Forms of Peasant Resistance**. Yale University Press, 1985. JSTOR. Disponível em: <<http://www.jstor.org/stable/j.ctt1nq836>> Acesso em 30 Mar. 2024.

SCOTT, James C. **A dominação e a arte da resistência: Discursos ocultos**. Tradução de Pedro Serras Pereira. 1. ed. Lisboa: Livraria Letra Livre, 2013.

SCOTT, James C. **Formas cotidianas de resistência camponesa**. In: Raízes, Campina Grande, vol. 21, nº 01, p. 10-31, jan./jun. 2002.

THOMPSON, Edward P. **A miséria da teoria ou um planetário de erros: uma crítica ao pensamento de Althusser** Tradução Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978.

THOMPSON, Edward. P. **Costumes em Comum**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

TRISTAN, Daniela Rebelo Monte. **Trabalhadores da Tecejuta: Experiência Operária e Construção da Memória numa Fábrica Têxtil do Oeste do Pará (Santarém, 1951-1990)** 2016. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal do Amazonas, Manaus, AM.

VERAS, Alexandra Sablina do Nascimento. **Do pioneirismo aos lugares de memória: o caso dos remanescentes das indústrias Moraes S/A, em Parnaíba, Piauí.** IN: 30º SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA: Recife. 2019 Disponível em: <[https://www.snh2019.anpuh.org/resources/anais/8/1564963457\\_ARQUIVO\\_TextocompletoerevisadoSimpósioNacionaldeHistoriaANPUH.pdf](https://www.snh2019.anpuh.org/resources/anais/8/1564963457_ARQUIVO_TextocompletoerevisadoSimpósioNacionaldeHistoriaANPUH.pdf)> acesso 28 dez. 2023.

VIEIRA, Marcelo Aleff de Oliveira. **Trabalho Escravo Contemporâneo e Conflitos Agrários – Miguel Alves – Piauí, 1980-2019.** 2021. Dissertação (Mestrado em História Social) - Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, CE.

VIEIRA JUNIOR, Itamar. **Torto arado.** 1ª Reimpr. São Paulo: Todavia, 2019

WELCH, Cliff. GERALDO, Sebastião. **Ligas Camponesas no interior paulista: memórias de Irineu Luís de Moraes.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

WILLIAMS, Raymond. **Marxismo e literatura.** Tradução Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1979.

WOORTMANN, Klass. Migração, família e campesinato (1990) In: WELCH, Clifford Andrew. et al (org). **Camponeses brasileiros: leituras e interpretações clássicas.** V.1 São Paulo: Editora UNESP, 2009. p. 217-238.

ZANGELMI, Arnaldo José. **Pesquisadores e entrevistados: problemas éticos ligados a contextos de desigualdade.** Revista História Oral, v. 19, n. 1, p. 129-148, jan./jun. 2016.



## 6 ANEXOS

A seguir apresentamos os vinte e três (23) interlocutores da presente pesquisa, que experienciaram ativamente os mundos do trabalho envolvidos no beneficiamento da amêndoa do coco babaçu na região do Entre Rios piauienses. Elaboramos a lista a seguir com o intuito de complementar os dados já referenciados na dissertação, contento algumas informações individuais sobre cada entrevistado e entrevistada, definindo a cor, a idade, a profissão e a naturalidade, tais informações podem ajudar na leitura do texto.

**Amâncio**, homem negro, 46 anos, casado, lavrador, nasceu no povoado Novo Nilo, município de União (PI), filho de um pai lavrador e de uma mãe lavradora e quebradeira de coco, foi incorporado ao ambiente fabril em sua tenra idade com apenas doze (12) anos de idade por intermédio de seus irmãos que também trabalhavam na fábrica, além disso, relatou pontos importantes a respeito da utilização da força de trabalho infantil dentro do cotidiano fabril.

**Benedito**, homem pardo, 44 anos, casado, nasceu no povoado Capão de Coco, município de União (PI), e migrou para o povoado Novo Nilo (PI) ainda na sua infância, atualmente trabalha como professor em umas das escolas da comunidade, seu pai trabalhava na roça e sua mãe era quebradeira de coco, também iniciou as suas atividades ainda na sua infância aos doze (12) anos de idade e demonstrou que a sua entrada na fábrica ocorreu por influência de seus professores, que eram engenheiros da fábrica. Iniciou trabalhando em serviços braçais, mas com o passar do tempo foi destacado para trabalhar no laboratório.

**Cássio**, homem pardo, 83 anos, solteiro, filho de pais lavradores, nasceu no povoado Titara, município de Matias Olímpio (PI), diferentemente dos outros entrevistados da pesquisa migrou sozinho para o povoado Novo Nilo (PI) e conseguiu trabalhar na GECOSA como preenseiro da amêndoa do coco babaçu. Durante a sua lida de trabalho na fábrica através da troca de turno com outros camponeses que também trabalhavam na GECOSA, conseguia realizar o cultivo da sua roça nas terras da fábrica.

**Cintia**, mulher negra, 78 anos, casada, filha de um pai lavrador e de uma mãe quebradeira de coco, nasceu no povoado Peixe, município de Nossa Senhora dos Remédios (PI), afirmou que migrou muitas vezes antes de chegar no povoado Novo Nilo (PI), levando consigo os seus pertences e suas crianças em lombos de animais de carga, após fixar a moradia, começou a praticar a quebra do coco babaçu para poder sobreviver através da venda da amêndoa para a GECOSA, assim como vendia o carvão proveniente da casca do coco.

**Cleide**, mulher negra, 42 anos, nasceu no povoado Novo Nilo, município de União (PI), começou a ajudar seus pais na roça ainda em sua tenra idade e aos dezesseis (16) anos iniciou

o seu trabalho na GECOSA, na parte de envasamento do óleo, depois saiu da fábrica e deixou o serviço no roçado, para viver com seu esposo que também trabalhava na fábrica. Após dez (10) anos voltou a trabalhar na fábrica exercendo múltiplas funções, alternando o seu trabalho de maneira avulsa e de carteira assinada.

**Eliane**, mulher parda, 57 anos, nascida no povoado Almas, município de Cocal (PI), filha de um pai lavrador e de uma mãe quebradeira de coco, após o seu casamento migrou com seu marido e seus filhos para o povoado Novo Nilo (PI), onde continuou realizando as roças juntamente com seu esposo, e durante a sua entrevista demonstrou tristeza ao lembrar da partida do local de origem. E por conta do aumento da dificuldade financeira, resolveu procurar um emprego na GECOSA, e trabalhou na saboaria da fábrica.

**Eliziário**, homem negro, 80 anos, casado, aposentado, nascido no povoado Centro do Designo, município de Miguel Alves (PI), filho de lavradores, migrou para o povoado Novo Nilo (PI) em busca de uma melhor condição de vida e de trabalho e nos informou que após ter conhecimento com os donos da GECOSA, começou a trabalhar no beneficiamento do arroz, porém, em concomitância a esse serviço, realizava também os seus roçados nas terras da fábrica, com o intuito de complementar a renda familiar.

**Elza**, mulher parda, 75 anos, aposentada, nasceu no povoado Matões, município de Miguel Alves (PI), neste local de origem enfrentou muitas necessidades para sobreviver juntamente com sua família e por conta disso migrou em sua infância, saindo do seu local de origem e indo morar em uma fazenda. Mas, devido ao desentendimento entre seu pai e os donos da fazenda a sua família passou deslocou-se novamente, e desta vez do campo para a cidade de União (PI) com o intuito de conseguirem uma vida melhor, após o seu casamento, foi residir no povoado Inhaúma município de Caxias (MA), às margens do rio Parnaíba.

**Fabiana**, mulher parda, 69 anos, casada, filha de uma quebradeira de coco, nasceu no povoado Santa Julia, município de Miguel Alves (PI), durante a sua mocidade ajudou sua mãe na quebra do coco babaçu e na lida com a roça e afirmou que nesta localidade a princípio era permitido a venda do coco babaçu somente para o dono da terra. Após o seu casamento, migrou para o povoado Novo Nilo (PI), onde seu esposo começou a trabalhar na fábrica, além de realizar os roçados a entrevistada continuou realizando a quebra do coco babaçu e vendendo a amêndoa para a GECOSA.

**Gilson**, homem pardo, 75 anos, aposentado, nasceu no povoado Panelas, município de Caxias (MA), durante a sua infância ajudou seus pais na lida da roça, com o produto do plantio pagava a renda para o proprietário da terra, com o passar do tempo migrou para a cidade de

União (PI), com o propósito de conseguir uma melhor condição de vida e de trabalho. Nesta cidade, conheceu a Sra. Elza, após o casamento retornou para o campo, indo morar no povoado Inhaúma, pertencente à cidade de Caxias (MA), onde realizava as roças de vazante, a pesca no rio Parnaíba e auxiliava sua esposa no extrativismo do coco babaçu.

**Jéssica**, mulher parda, 43 anos, solteira, nasceu no povoado Calção Redondo, município de Miguel Alves (PI), filha de lavradores, relatou que a vida era muito sofrida antes de migrar para o povoado Novo Nilo (PI) e que migrou com o objetivo de conseguir um emprego na GECOSA. Iniciou o seu trabalho na fábrica com doze (12) anos de idade no setor da saboaria e posteriormente passou por outros setores da fábrica totalizando um período de seis (06) anos de trabalho, mas durante todo esse tempo de serviços prestados para a fábrica a sua carteira de trabalho nunca foi assinada.

**Jorge**, homem negro, 68 anos, casado, aposentado, também nasceu no povoado Novo Nilo, município de União (PI), seu pai era armazenista da GECOSA e sua mãe era doméstica. Diferentemente dos outros camponeses, o Sr. Jorge não teve o trabalho na roça como uma forma de sobrevivência, mas serviu para discipliná-lo ao trabalho em concomitância aos estudos escolares e por conta do seu grau de instrução escolar, exerceu cargos distintos se comparados aos serviços braçais, que eram destinados aos camponeses, chegando a trabalhar como uma espécie de gerente geral da GECOSA.

**Luana**, mulher parda, 53 anos, casada, nasceu no povoado São Felipe, município de Caxias (MA), filha de pais lavradores relatou que sua mãe também realizava o extrativismo do coco babaçu, sendo que ela ajudava a fazer a coleta da oleaginosa juntamente com sua irmã, nesse povoado havia a obrigatoriedade da venda da amêndoa do coco babaçu para o dono da terra, que posteriormente revendia para a fábrica GECOSA. No intuito de melhorar a escolarização dos filhos e também em virtude da enchente que ocorreu em 1985, a sua família migrou para o povoado Novo Nilo (PI), e nesse povoado continuou exercendo as práticas costumeiras do campesinato local.

**Marcelo**, homem pardo, 78 anos, casado, nasceu no povoado Esperança, município de União (PI), filho de lavradores ajudou seus pais na lida da roça até o momento que iniciou o seu trabalho na GECOSA, porém, mesmo trabalhando na fábrica, continuou atuando nas lavouras, montando estratégias para poder conciliar o trabalho no roçado com o trabalho fabril. Na fábrica, começou a trabalhar como preenseiro e terminou como mecânico geral, sendo o responsável pela manutenção geral da indústria, com ricos relatos nos informou como

funcionava a dinâmica de trabalho, afirmando que realizava uma alta demanda de serviços para que a fábrica pudesse funcionar corretamente.

**Mariza**, mulher branca, 80 anos, casada, nasceu no povoado Santa Maria dos Bacelar, município de União (PI), filha de pais camponeses, relatou a dureza da lida cotidiana da sua família para poder sobreviver, afirmando que sua infância foi marcada pelo trabalho na lavoura e pelo extrativismo do coco babaçu, após o seu casamento foi morar no povoado Santa Maria dos Marques, pertencente à cidade de União (PI), onde passou um período momentâneo de tranquilidade no que se refere ao sustento da família, tendo em vista que seu esposo era rendeiro do coco babaçu, mas devido a um desentendimento com o dono da terra tiveram que migrar para um novo destino.

**Mauro**, homem pardo, 52 anos, casado, nasceu no povoado Caiçara, município de Caxias (MA), filho de um pai lavrador e de uma mãe quebradeira de coco, relatou a dificuldade que havia em sua família para conseguir o alimento cotidiano, afirmando que ajudava seus pais, mesmo em tenra idade, nos roçados. Residia na beira do rio Parnaíba e por conta de uma enchente ocorrida no ano de 1985, a sua família resolveu migrar para o povoado Novo Nilo (PI), onde começou a trabalhar na fábrica com apenas quinze (15) anos de idade em serviços braçais, passando por vários setores da GECOSA.

**Miguel**, homem negro, 46 anos, casado, nasceu no povoado Riacho do Zezinho, município de Nossa Senhora dos Remédios (PI), filho de lavradores, iniciou a lida na roça ainda na sua infância, porém afirmou que só ficava na roça durante meio período, para que houvesse tempo para estudar, iniciou o trabalho na fábrica ainda em sua mocidade com quatorze (14) anos de idade, trabalhando no envasamento do óleo; trabalhou de maneira avulsa na fábrica, onde montou uma estratégia para que sua carteira de trabalho fosse assinada, aproveitando uma fiscalização do Ministério do Trabalho e Emprego.

**Moisés**, homem pardo, 45 anos, nasceu no povoado Novo Nilo, município de União (PI), filho de um lavrador e de uma quebradeira de coco, começou a trabalhar na fábrica com doze (12) anos de idade no ensacamento do farelo de babaçu e continuou na fábrica até completar os quinze (15) anos de idade, e como trabalhava de maneira avulsa, no momento da sua saída recebeu uma certa quantidade de sabão pelo tempo de serviço prestado, ou seja, recebeu o sabão como remuneração.

**Mônica**, mulher parda, 61 anos, casada, filha de um lavrador e de uma quebradeira de coco, nasceu no povoado, Mata Virgem, município de Miguel Alves (PI), ao migrar para o povoado Novo Nilo (PI) seguiu o mesmo ofício de sua mãe, além de ajudar na lida com os

roçados, afirmou que realizava a quebra do coco babaçu para que fosse possível a extração do azeite e que diferentemente das outras quebradeiras de coco que viviam na comunidade, não realizava a venda da amêndoa para a fábrica GECOSA.

**Paulo**, homem negro, 73 anos, casado, filho de lavradores, nasceu no povoado Piador, município de Nossa Senhora dos Remédios (PI), migrou para o povoado Novo Nilo (PI) por intermédio de seu irmão que residia nesta localidade, ao chegar no povoado conseguiu trabalhar na GECOSA como auxiliar de mecânico e depois foi promovido a mecânico, informou que o setor o qual trabalhava era o setor das prensas de óleo, e que apesar de trabalhar na fábrica realizava seus roçados de vazante nas margens do rio Parnaíba, aproveitando a troca de turnos com outros camponeses que trabalhavam na fábrica.

**Pedro**, homem pardo, 78 anos, aposentado, casado, nasceu no povoado São Francisco, município de Codó (MA), entre idas e vindas, após migrar para outros locais chegou ao povoado Novo Nilo (PI) e começou a trabalhar na caldeira da fábrica, apesar desse árduo serviço o entrevistado relatou que nunca trabalhou de carteira assinada e que para complementar a alimentação da sua família realizava as seus roçados. Assim, o entrevistado delineou as suas agências para sobreviver através da obtenção dos parques proventos da GECOSA, combinada com a agricultura familiar

**Ricardo**, homem branco, 86 anos, casado, nasceu no povoado Santa Maria dos Bacelar, município de União (PI), relatou sobre a fartura através da realização dos roçados em seu local de origem, mas informou também que por conta de brigas por terras de seus parentes, resolveu ir atrás de uma vida mais sossegada em outras paragens, indo residir com sua esposa e seus filhos no povoado Santa Maria dos Marques, município de União (PI), onde começou a trabalhar como rendeiro do coco babaçu. O entrevistado informou que foram nove (09) anos de felicidades, antes de ocorrer um desentendimento que ocasionou a sua saída da propriedade.

**Tiago**, homem pardo, 52 anos, solteiro, filho de um lavrador e de uma quebradeira de coco, nasceu no povoado Calção Redondo, município de Miguel Alves (PI), afirmou que sua família veio para o povoado Novo Nilo (PI) em busca de uma melhor condição de vida e de trabalho. Começou a trabalhar na fábrica com apenas treze (13) anos de idade no setor de envasamento de óleo, após muitos anos trabalhando avulso conseguiu trabalhar de carteira assinada, permanecendo até o fechamento da fábrica. Luta atualmente na justiça para conseguir os seus direitos trabalhistas.